**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Caren Ruotti

Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de
suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo

(Versão corrigida)

São Paulo
2016

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Caren Ruotti

Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de
suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo

(Versão corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R944p Ruotti, Caren

Pretensão de legitimidade do PCC: justificacão
e reconhecimento de suas práticas nas periferias
da cidade de São Paulo / Caren Ruotti; orientador
Sérgio Adorno. - São Paulo, 2016.
226 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentraão:
Sociologia.

1. Legitimidade. 2. Violência. 3. PCC. 4.
Periferia. 5. São Paulo. I. Adorno, Sérgio, orient.
II. Título.

Nome: Caren Ruotti

Título: Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos jovens Rafael e Gabriel, em memória.

Aos seus familiares e amigos.

Agradecimentos

Generosidade e gratidão. Essas são as palavras que permeiam meus agradecimentos. Mais especificamente, gratidão à generosidade de todos aqueles que contribuíram de diversas maneiras para a realização deste trabalho.

Primeiramente gratidão pela generosidade dos entrevistados que compartilharam comigo e com meus colegas de trabalho muito mais do que narrativas. Compartilharam suas vidas e também suas dores, especialmente no caso daqueles que perderam seus filhos, familiares ou amigos. Generosidade imensa essa por sinal, diante do tão pouco que podemos oferecer nos momentos de pesquisa, o que nos traz, não raramente, sentimentos de tão dura impotência.

Ao Centro de Referência e Apoio à Víctima (CRAVI) agradeço pela possibilidade de pesquisa e acolhida generosa de seus profissionais, aos quais ainda devo minha admiração pelo trabalho desenvolvido.

Minha gratidão também à generosidade daqueles que fizeram ou fazem parte do meu percurso profissional e acadêmico. Inicialmente, ao professor Sérgio Adorno não só pela orientação deste trabalho, mas por toda minha formação no Núcleo de Estudos da Violência (NEV). Minha admiração pelo seu trabalho e gratidão pelas inúmeras oportunidades de aprendizagem. Agradeço igualmente a Nancy Cardia pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Gratidão especial à inestimável generosidade de Maria Fernanda T. Peres. Generosidade em compartilhar conhecimento, oferecer oportunidades, confortar e ajudar nas dificuldades. Agradeço pela confiança e por acreditar que eu poderia concluir mais este trabalho.

Agradecimento especial também dedico a Gabriel Feltran e Camila Dias, aos quais devo muito deste trabalho. Não só pela generosidade de participarem de minha banca de qualificação, com suas sugestões e críticas, mas pelo conhecimento que produzem. Guardo enorme admiração pelo trabalho de ambos. Camila, amiga de longa data, o que reforça ainda mais meu apreço.

Agradeço aos meus amigos do NEV com os quais compartilho aprendizados, expectativas, às vezes, angústias, mas também muitos sorrisos. Aos amigos mais antigos Vítor, Aline, Renato, Sérgia, Ariadne, Fred, André Pinheiro. Aos amigos Gorete e Marcelo com os quais também tenho a alegria de compartilhar essa experiência de doutorado, em uma torcida conjunta desde o período de seleção. Agradeço igualmente aos amigos que já passaram por lá, pelos quais tenho um grande carinho, Cristina Neme, Mariana Possas, Denise (minha querida), Alder, Pedro, Juliana Carlos, Mariana Vieira, Roberta e Paula. Aos amigos mais novos, Isadora, Rafael, Renan, Débora, Bruno, André Zanetic, André Oliveira,

Mara, Emerson e Claudete, Delon. Isadora que não só tem a generosidade de compartilhar sua alegria todos os dias, mas a quem devo imensa gratidão por me ajudar a finalizar este trabalho.

Às minhas amigas que conheci nos percursos dessa caminhada de trabalho, mas que se tornaram minhas amigas de vida. Alessandra Teixeira, Taís Viúdes, Viviane Massa e Fernanda Lopes. Agradeço pelos momentos compartilhados e pela luz da amizade que ajuda a fortalecer e dar esperança a cada dia. A Fernanda devo ainda minha gratidão diária por me ajudar a chegar até aqui.

Por fim, minha gratidão à melhor parte de mim, minha família. A minha amada mãe e ao meu pai querido, exemplos de força e generosidade. Ao meu irmão, minha cunhada e aos meus sobrinhos. Agradeço pela generosidade do amor que me concedem.

RESUMO

Este trabalho analisa teórica e empiricamente a pretensão de legitimidade do agrupamento autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC) nos distritos periféricos do município de São Paulo (MSP) onde tem adquirido forte territorialização. Legitimidade aqui entendida enquanto um processo dinâmico travado no âmbito de relações de poder que envolve, de um lado, as autojustificações do PCC no exercício de suas práticas, especialmente no âmbito da regulação de condutas e resolução de conflitos, e, de outro, a possibilidade de seu reconhecimento pelos moradores e profissionais dessas localidades. No que concerne à operacionalização dessa regulação e arbitragem de conflitos, aborda-se centralmente a pretensão ao “direito de matar” acionado pelo PCC por meio dos “debates” ou “tribunais do crime”, a fim de evidenciar que o uso da força física é um dos pilares fundamentais de sustentação desse poder. De forma mais ampla, essa problemática é situada no contraponto aos limites do Estado em promover o monopólio legítimo do uso da força física na sociedade brasileira, seja devido à sua incompletude na promoção da segurança pública ou por sua atuação historicamente arbitrária e abusiva. Consiste em um estudo qualitativo que procura ressaltar a multiplicidade de efeitos produzidos pela presença de grupos criminosos (sob a normatividade do PCC) nessas localidades e as possibilidades de reconhecimento dos moradores e profissionais diante das práticas desses grupos. Considerando-se as ambiguidades que perpassam as relações entre o PCC, as forças de segurança estatais e os moradores e profissionais desses locais, sustenta-se que não é possível afirmar que o PCC é uma instância legítima perante a população e sim que há possibilidades de reconhecimento (em diferentes gradações) constituídas constantemente por meio dessas relações, o que tensiona, mas não desconstrói a legitimidade estatal enquanto expectativa sempre reatualizada. Nessa perspectiva, delimitam-se para fins analíticos três possibilidades, entendidas em suas interconexões: *ausência de reconhecimento*, atrelada ao medo e às situações de coação produzidas pelas práticas dessa instância de poder; *reconhecimento situacional* constituído nas brechas e limites da atuação estatal; e *situação de reconhecimento*, na qual se verifica uma maior consonância entre as concepções da população e as práticas de “fazer justiça” do PCC. No que concerne a esse último aspecto, ganha relevo as *seletividades* operantes no uso da força física no interior dos mecanismos de punição do PCC, conformando esse próprio uso como aspecto importante nas ponderações sobre a possibilidade de reconhecimento dessa instância de poder. Possibilidade que encerra conjuntamente às práticas de violência estatais extralegais (mas igualmente com pretensões de legitimidade) limites à constituição de um Estado democrático de Direito no país.

Palavras-chave: legitimidade, PCC, violência, periferia, São Paulo.

ABSTRACT

This study analyses theoretically and empirically the pretension of legitimacy of the criminal group self-titled "Primeiro Comando da Capital (PCC)" in peripheral districts of the city of Sao Paulo, places where the group is rooted. Legitimacy here is understood as a dynamic process that takes place within power relations that involves on the one hand the self-justification of PCC in the exercise of their practices, especially in the context of regulation of conduct and conflict resolution and on the other hand, the possibility of their recognition by residents and professionals in these locations. Regarding the operationalization of this regulation and arbitration of conflicts, the study focuses mainly the pretension of the "right to kill" claimed by the PCC through "debates" or "criminal courts" in order to show that the use of physical force is one of the sustaining pillars of this power. Broadly, this issue lays on the state limitation in promoting legitimate monopoly on the use of physical force in Brazilian society whether due to its incompleteness in promoting public safety or on its historically arbitrary and abusive action. It consists in a qualitative study that tries to highlight the multiplicity of effects produced by the presence of criminal groups (in the normativity of PCC) in these locations and the possibilities of recognition by residents and professionals on the practices of these groups. Taking into account the ambiguities that pervade the relations between the PCC, the state security forces, the residents and the professionals of these locations, it is argued that if it is not possible to say that the PCC is a legitimate instance to the population, it is possible to say that there are different degrees of recognition constantly formed by these relationships, which can damage but not tear down the state legitimacy as an expectation always updated. In this perspective, for analytical purposes we delimit three possibilities, understood in their interconnections: "no recognition", linked to the fear and duress situations produced by the practices of this instance of power; "situational recognition" made in the gaps and limitations of state action; and "situation of recognition", in which we can see a greater consonance between the views of the population and the practices of "doing justice" of the PCC. Regarding this last aspect, we should highlight the selectivity in the use of physical force within the PCC punishment mechanisms, since this use is an important aspect of the weightings of the possibility of recognition of this power instance. Possibility that appears, next to extra-legal state violence practices (but which also have the pretension of legitimacy), as a limit to the establishment of a democratic Rule of Law in the country.

Keywords: Legitimacy, PCC, violence, urban periphery, Sao Paulo.

SUMÁRIO

I)	Introdução	12
II)	Contornos da pesquisa	24
Parte I – Legitimidade como conceito		35
Capítulo 1 – Legitimidade e seus contornos teóricos.....		35
<i>Justificação e reconhecimento</i>		<i>36</i>
<i>Disputas por legitimidade.....</i>		<i>41</i>
<i>A legitimidade e o uso da força física.....</i>		<i>44</i>
Capítulo 2 – Pretensão de legitimidade do “mundo crime”		53
<i>A legitimidade do PCC entre seus membros.....</i>		<i>53</i>
<i>O “mundo do crime” e sua territorialização para fora das prisões: entre a problemática da coação e da legitimidade.....</i>		<i>59</i>
Parte II – “Direito” de vida e morte: pretensão ao uso da força física		65
Capítulo 3 – A pretensão ao monopólio legítimo do uso da força física pelo Estado no Brasil ..		66
<i>A centralização estatal do poder e a monopolização legítima do uso da força física</i>		<i>66</i>
<i>Os limites atrelados à monopolização do uso da força física no país</i>		<i>69</i>
<i>Legitimidade estatal e privatização do uso da força física</i>		<i>72</i>
<i>Legitimidade e monopolização do uso da força física pelo PCC nas prisões.....</i>		<i>75</i>
Capítulo 4 – O caso de Gabriel: a morte pela polícia		83
<i>Entre expectativas sociais de conduta e processos de incriminação</i>		<i>85</i>
<i>A “revanche” policial: o assassinato de Gabriel e os ataques de maio de 2006</i>		<i>92</i>
<i>Busca pelo reconhecimento público: entre estratégias de incriminação e “limpeza moral”</i>		<i>98</i>
Capítulo 5 – O caso de Rafael: a morte pelo “tribunal do crime”		111
<i>Entre o “mundo do crime” e o “resgate” na igreja.....</i>		<i>112</i>
<i>O afastamento da igreja e a reaproximação com o “mundo do crime”</i>		<i>116</i>
<i>O assassinato de Rafael e uma “nova economia de punição”: os “tribunais do crime</i>		<i>117</i>
<i>“Deixar morrer”: o Estado e seus mecanismos</i>		<i>123</i>

Parte III – O fortalecimento do “mundo crime” nas periferias	135
Capítulo 6 – Cidade Tiradentes e Jardim Ângela: história urbana e situação de “violência” ...	136
<i>A centralidade dos homicídios na conformação da “violência” local</i>	<i>151</i>
<i>Duplo movimento: a percepção sobre a queda dos homicídios e a “organização” dos grupos criminosos.....</i>	<i>159</i>
Capítulo 7 – Relações entre a população e os grupos criminosos	171
<i>Medo e “respeito”: no limiar do não reconhecimento</i>	<i>172</i>
<i>Reconhecimento situacional: entre as “leis” do Estado e as dos grupos criminosos</i>	<i>184</i>
<i>Legitimidade de ações violentas: os casos de estupro</i>	<i>199</i>
Considerações finais	214
Referências bibliográficas	219

I) Introdução

Esse trabalho tem como objetivo problematizar de forma teórica e empírica a pretensão de legitimidade do grupo autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC), tendo como foco não os presídios (local onde esse grupo surge e se consolida), mas os territórios do município de São Paulo nos quais tem apresentado forte territorialização. O interesse localiza-se na atuação desse grupo não só por meio de suas atividades econômicas ilegais, mas sobretudo como instância reguladora de condutas e conflitos sociais. De um lado, pretende-se abordar como esse grupo vem atuando nesses territórios, suas práticas de poder e controle social, e suas justificativas no exercício desse poder e, de outro, a possível legitimidade ou reconhecimento que esse grupo vem obtendo frente à população (e as bases nas quais se assenta). Essa problematização, por sua vez, procura ser realizada incluindo também as formas como o Estado vem se conformando nesses territórios, uma vez que é em consonância com suas maneiras de atuação e mecanismos de poder, inclusive na esfera de segurança pública, que a própria pretensão de legitimidade do PCC pode ser também situada.

Teoricamente, a discussão volta-se para o entendimento do conceito de legitimidade dentro da problemática do poder. Creio que isso não seja mera obviedade, por mais que aceitemos como aponta Elias (2008), que todas as relações de interdependência¹ entre as pessoas são baseadas no exercício mútuo de poder. É preciso entender que tipo de relações de poder está em curso quando falamos da pretensão de legitimidade do PCC, a que tipo de equilíbrios de poder essas relações está sinalizando. Além disso, essa alocação faz-se especialmente necessária uma vez que muitas vezes o termo como utilizado ou interpretado para designar a relação da população com os grupos que exercem atividades criminosas em seus bairros ou comunidades pode soar como convivência, retroalimentando estigmas atrelados a essa população (Machado da Silva e Leite, 2008, p.49-50). Os efeitos políticos disso não podem ser descartados, quando se considera uma sociedade fortemente hierarquizada como a

¹ Norbert Elias indica que a dinâmica social deve ser analisada a partir do estudo das relações funcionais entre os grupos, ou seja, a partir das interdependências que constroem os indivíduos com maior ou menor amplitude. São funcionais não só as relações consideradas "boas" para a "totalidade" social (de acordo com a concepção funcional-estruturalista), mas também aquelas que podem ser consideradas "desarmônicas", como as relações que se dão entre rivais. Como explicita o autor: "(...) *os grandes rivais desempenham uma função recíproca, pois que a interdependência de seres humanos devido à sua hostilidade não constitui menos uma relação funcional do que a que é devida à sua posição como amigos, aliados e especialistas ligados uns aos outros por meio de uma divisão do trabalho. A função recíproca que desempenham baseia-se na coerção que exercem mutuamente devido à sua interdependência. Não é possível explicar as ações, os planos e os objetivos de qualquer um dos dois grupos se eles forem conceitualizados como decisões, planos e objetivos comuns a cada grupo, considerado por si mesmo, independentemente do outro grupo. Só se podem explicar se tomarmos em consideração as forças coercivas que os grupos exercem um sobre o outro, devido à sua interdependência, à função bilateral que desempenham como inimigos*" (Elias, 2008, p. 83-84).

brasileira, onde historicamente o uso da força física contra os grupos sociais estigmatizados é recorrente.

Ademais, coloca-se em questão a própria problematização do termo legitimidade para abordar esse tipo de relação, a qual se circunscreve nos limites da ilegalidade e distante dos centros de poder historicamente consagrados. Tradicionalmente o conceito foi delineado para compreender a relação entre governantes e governados, na esfera de poder estatal, e os aspectos envolvidos na manutenção desse tipo de poder (Weber, 2004a, 2004b). Neste trabalho, a possibilidade desse deslocamento (ou seja, a possibilidade de entender as pretensões de legitimidade do PCC) é defendida a partir do entendimento da legitimidade no campo das disputas de poder, tanto na esfera das práticas como dos significados socialmente compartilhados (ou, dito de outra maneira, no âmbito das práticas discursivas e não discursivas). Isso é realizado com base em discussão sobre a análise de poder, colocando-se em diálogo os posicionamentos de diferentes autores, especialmente Weber (2003;2004a; 2004b) e Foucault (2005). Como será demonstrado mais adiante, essa discussão permite entender a legitimidade como um processo em permanente construção, envolvendo diferentes agentes sociais que entram em confronto pela definição dos sentidos e práticas que orientam as condutas sociais. Um dos elementos centrais que esse trabalho destaca, no interior dessa disputa, diz respeito ao uso da força física para regular condutas, resolver conflitos e conformar subjetividades. Assim, se o Estado vem sendo definido pela pretensão ao monopólio legítimo do uso da força constituído historicamente (Weber, 2003,2004b; Elias, 1993), os processos de expansão e consolidação de grupos envolvidos em atividades criminais, que se valem da ameaça ou do uso propriamente dito da força física, tensionam essa pretensão. Esse tensionamento constitui-se, como especificado anteriormente, tanto em termos das práticas como dos sentidos que envolvem essas práticas.

Empiricamente a pesquisa situa-se nos diferentes efeitos práticos e simbólicos da expansão e consolidação do PCC fora das prisões, a partir de diferentes narrativas de moradores do município de São Paulo (MSP), que possuem posicionamentos, proximidades e distanciamentos diferentes em relação à atuação desse grupo nas suas experiências cotidianas. É a partir dessas narrativas que as práticas desse grupo e seus efeitos, especialmente em áreas periféricas do município onde tem apresentado acentuada territorialização, são descritas e analisadas.

É pertinente salientar que, realizar uma pesquisa, especialmente no campo das Ciências Sociais, coloca em prova antes de mais nada nossas próprias convicções, valores e, por que não dizer, sentimentos. Entretanto, isso nem sempre nos é visível em um primeiro momento e as dificuldades de reconhecimento, menção e distanciamento a esse posicionamento no encaminhamento e realização do trabalho é uma tarefa difícil, conquanto seja imprescindível. Ainda mais quando o foco de interesse

e análise perpassa a temática do que é considerado “violência”, onde está implicada uma enorme carga afetiva.

Essas considerações destinam-se a situar o ponto de partida desse estudo, o qual está envolto no meu sentimento de incompreensão diante de um ato por mim considerado de extrema crueldade. Esse fato me foi compartilhado em uma situação de entrevista sobre a trajetória de um jovem assassinado pelo PCC, em um bairro periférico do município de São Paulo (MSP), no ano de 2006, durante o que vem sendo denominado “debates” ou “tribunais do crime”, caso que evidencia a pretensão desse grupo criminoso em resolver disputas sociais (relacionadas ou não ao “mundo do crime”²) e aplicar sanções. A lembrança era dos próprios pais e de um amigo, o que imprimia, ao momento, muito sofrimento. Não havia, portanto, ao entrevistador como ficar imune.

Destarte, é a partir da reconstrução da trajetória desse jovem (e das circunstâncias do seu assassinato), conjuntamente à reconstrução da trajetória de outro jovem, assassinado provavelmente por policiais nas circunstâncias denominadas “Ataques do PCC” ou também “Crimes de Maio” (evento emblemático pelo tensionamento entre a polícia e o PCC), igualmente em 2006, que o problema de pesquisa é empiricamente desenvolvido. E, por meio destes, o estranhamento necessário para suspender prenoções e situá-las no próprio jogo social de disputas pelas formas de ver e conceber o mundo (Bourdieu, 1998a), abrindo, dessa maneira, espaço para a investigação.

Nesse ponto, diferentes aspectos estão em jogo, como a demonstração pública de força física do PCC contra as forças estatais, dentro e fora do âmbito prisional; a “revanche” policial fora dos limites legais do uso da força física, mas no interior de justificativas por legitimidade (acionando mecanismos já existentes, mas que adquirem nesse momento maior intensidade); bem como a pretensão do PCC como regulador de conflitos nas periferias do MSP. Em ambos os casos, está no centro da problemática, as disputas pelo “direito” sobre a vida e a morte dos sujeitos. Assim, vários são os elementos que essas reconstruções biográficas³ fornecem para o melhor delineamento da pergunta

² Categoria utilizada em consonância com a concepção de Feltran (2008), a fim de designar “(...) o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (Feltran, 2008, p.31).

³ Os relatos que serão descritos, construídos a partir de diferentes falas (de familiares e amigos desses jovens), não pretendem dar conta daquilo que seria uma história de vida pretensamente linear (Bourdieu, 1998b). A própria memória daqueles que lembram já imprimem variações, esquecimentos, intenções específicas, justificações na tentativa de recordar um passado. O próprio presente filtrado pelos desfechos violentos nas trajetórias desses jovens são aspectos que impõem tendências especiais às falas. Somado a isso, o próprio trabalho do pesquisador na reescrita dessas diferentes visões também acaba por conter elementos de arbitrariedade, uma vez que é feita a partir de um objetivo específico, sendo, portanto, uma reconstrução baseada em outras reconstruções discursivas. Todas essas reconstruções, entretanto, não são inválidas por esses motivos, uma vez que expressam o próprio substrato social, qual seja, o de lutas na definição da realidade, com efeitos reais na própria construção dessa realidade.

que norteia esse trabalho: a da possível legitimidade ou reconhecimento de uma instância criminal (cada vez mais “organizada” ou “articulada”)⁴, nomeadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), frente aos moradores.

Ademais, um conjunto de entrevistas realizadas, no período de 2011 a 2012, com moradores e profissionais de dois bairros periféricos do município também são analisadas, as quais fornecem material profícuo para discussão dos elementos envolvidos na pretensão de legitimidade desses grupos frente à população, inclusive no que se refere ao uso da força física (e ao seu controle) na resolução de conflitos.

Essa problematização insere-se no contexto de configuração da própria cidade, seus diferentes fluxos (habitacionais e socioeconômicos), moldes de gestão estatal e formas como a “violência” vai se constituindo como fenômeno com efeitos diretos e indiretos nas experiências da população (especialmente na sua face de criminalidade urbana). Assume-se ao longo do trabalho, em referência às considerações de Misse (1999), a “violência” não a partir de uma delimitação conceitual específica, mas a partir das representações sobre essa violência, em seu caráter de *perigo*, de *negatividade social*. Representação que envolve diferentes fatos (onde o uso da força física é mais ou menos proeminente), suas proporções ou intensidades, sua localização espacial, sua história, suas motivações, a definição de sujeitos sociais específicos (ou tipos sociais que encarnam essa “violência”), bem como mudanças na sociabilidade e nos principais catalizadores que a mobilizam. De forma geral, nas últimas décadas, o crescimento de crimes violentos (como os roubos e os homicídios), bem como o fortalecimento de uma rede de economias ilegais, especialmente do tráfico de drogas, e os diferentes sujeitos ou tipos sociais responsabilizados por esses eventos, têm se configurado como centrais catalizadores dessa *negatividade social* nos grandes centros urbanos.

É possível salientar que o cenário de criminalidade urbana existente em São Paulo, bem como em outras grandes cidades, é tecido por uma complexa rede de relações que se conformam, muitas vezes, no limiar entre a vida e a morte. A situação de desigualdades sociais e econômicas presente nesses locais molda, por sua vez, esse cenário, o qual possui contornos e intensidades diferenciadas a depender dos locais por onde se espalha. Nesse sentido, morar em certos territórios potencializa os riscos e pode marcar de forma dramática a trajetória de seus moradores.

⁴ Com as diversas discordâncias e dificuldades que esse novo fenômeno traz para seu delineamento conceitual e jurídico (ver sobre essa questão Biondi, 2010; Teixeira, 2012; Dias, 2013).

Nas últimas décadas, as áreas periféricas da cidade sofreram sobremaneira com o avanço de formas violentas de crime, especialmente de homicídios (Caldeira, 2000; Adorno, 2002; Cardia et al., 2003). Embora seja difícil estimar quantitativamente, dados os entraves no esclarecimento dos casos, parte considerável dessas mortes mantém relação direta com a própria expansão de atividades criminais, ressaltando-se o tráfico de drogas que adquiriu forte inserção nesses locais. Diante dessa configuração, sobressai-se a situação de vulnerabilidade dos jovens, para os quais esse fenômeno chega a exercer maior impacto (Waiselfisz, 2011).

A realidade que se configura nesses territórios está conectada, de tal modo, a alterações que ocorreram nos padrões convencionais de criminalidade urbana (Adorno, 1996; Teixeira, 2012). Assim, não obstante a permanência de pequenos crimes, inclusive contra o patrimônio, de alcance apenas local, observa-se atualmente o desenvolvimento de redes de crime de caráter mais articulado com bases internacionais, em particular em torno do tráfico de drogas, engendrando outras modalidades criminosas, como aquelas contra a pessoa, por meio das capilaridades que o vinculam a esses territórios. Os principais sintomas dessa criminalidade constituem-se no emprego excessivo da força física mediante o uso de armas de fogo, na corrupção dos agentes públicos e nos desarranjos acentuados no tecido social (Adorno, 1996; Zaluar, 2004; Misse, 2007).

Essas mudanças na criminalidade inserem-se num contexto de transformações profundas que vem ocorrendo na configuração dos espaços urbanos, os quais se tornam vitrines, ainda que pouco lúcidas, de processos que estão produzindo novos modos de vida. Tomam relevância, nesse momento, as mutações na esfera do trabalho (cada vez mais precário e competitivo), conformando processos de desemprego prolongado; a ampliação dos circuitos de consumo (que chegam até as populações mais empobrecidas, inclusive por meio das vias de crédito); a expansão de um universo de ilegalidades inseridas nos circuitos globais da economia com suas conexões nas redes sociais e práticas urbanas (Telles, 2006a, 2006b, 2010). Desse modo, chama a atenção o desenvolvimento de uma economia informal, onde se processam formas de trabalho e circulação de mercadorias na fronteira do informal e do ilegal. Um dos mercados que adquire centralidade nesse processo é o de drogas ilícitas, o qual nas últimas décadas multiplicou sua extensão nessas periferias. Essa expansão acompanha a aceleração dos fluxos de riqueza em São Paulo, que se configura enquanto um centro econômico conectado aos circuitos globalizados da economia (Cardia et al., 2003; Telles e Hirata, 2010). Esses são processos que vêm alterando o mundo social das periferias urbanas da cidade, as quais, como ressalta Telles (2006a), embora não apresentem o quadro de desolação de 30 anos atrás, convivem hoje com uma sorte de ambivalências e disputas, onde a “violência”, a pobreza e a precariedade deixam suas marcas.

Nos últimos anos, um dos atores sociais que desponta no âmbito dessas práticas ilícitas nas periferias da cidade é o grupo autodenominado “Primeiro Comando da Capital” (PCC), evidenciando o caráter mais “organizado” ou “articulado” com que o crime vem se desenvolvendo nas diferentes localidades do país. Esse agrupamento, que se conforma dentro do sistema penitenciário do estado de São Paulo⁵, vem dando mostras do seu poder e conexão com o extramuros das prisões⁶, controlando, nas áreas sob sua influência, diferentes atividades como o tráfico de drogas, o roubo de cargas e de bancos, os sequestros, os assaltos a empresas de transporte de valores e prédios de luxo, entre outras (Dias, 2013). Conforme Biondi (2010), os “irmãos” batizados pelo Comando nas prisões assumem um compromisso com a facção e mesmo fora delas continuam a exercer as prerrogativas dessa adesão. Há, portanto, uma extensão do PCC para fora das prisões e os territórios urbanos passam a ser locais de sua atuação.

Entretanto, o poder dessa facção estaria atrelado não só às atividades criminais que desenvolve com fins econômicos, mas a sua conformação enquanto instância alternativa de controle social e resolução de conflitos (Dias, 2009; Feltran, 2010): *“Em algumas áreas, especialmente no interior dos presídios, a facção exerce poderes legislativo, judiciário e executivo, à qual todos – sejam ou não membros da facção – devem se reportar para pedir justiça e favores, resolver conflitos, etc.”* (Dias, 2009, p.86). A influência da facção enquanto instância reguladora para além dos presídios também tem sido indicada pela literatura (Dias, 2009; Feltran, 2010; Telles e Hirata, 2010; Hirata, 2010).

Um dos eixos fundamentais para esse processo de consolidação do PCC refere-se à obtenção de um poder hegemônico, inicialmente no universo prisional do estado de São Paulo (com expansão para fora dos seus muros), o qual envolveu não só disputas sangrentas no seu interior, mas o desenvolvimento

⁵ A formação inicial do PCC é indicada na literatura como ocorrendo no ano de 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, a qual funcionava como local de punição aos presos tidos como indisciplinados, a partir de várias restrições e uso de práticas violentas e arbitrárias (Teixeira, 2009, 2012; Dias, 2009, Biondi, 2010). De acordo com Dias (2013), é possível situar o surgimento desse agrupamento a partir da confluência de diferentes fatores (internos e externos ao universo prisional), os quais tiveram graus variáveis no impulso a esse processo. Dentre os quais: os contextos de transformações sociais mais amplas (como a globalização dos mercados e avanços tecnológicos); as alterações no perfil criminal (inclusive pela ocorrência de crimes envolvendo maior complexidade e organização) e a inserção do Brasil em redes criminais internacionais (que possibilitaram um importante fluxo e retenção de capital); as características e processos relacionados ao sistema de segurança e justiça criminal, como as políticas de segurança pública adotadas, as formas de atuação policial e as ações específicas das administrações penitenciárias no Estado de São Paulo (Dias, 2013, p.209-210). Especificamente em relação à configuração do sistema penitenciário, as condições precárias e violentas no interior dos presídios são apontadas como propulsoras na conformação do PCC. Estes fatores são mobilizados nas narrativas dos seus próprios membros como justificativa para essa formação, enquanto união contra a opressão do Estado. Além das agressões reiteradas no cotidiano prisional, o evento que ficou conhecido como “Massacre do Carandiru”, na Casa de Detenção de São Paulo, em 1992, causando a morte de 111 presos, também é mobilizado dentre essas justificativas (Biondi, 2010, p.68).

⁶ Vide os ataques perpetrados pela facção em 2006 no Estado de São Paulo (Adorno e Salla, 2007, Cano e Alvadia, 2008).

de práticas e discursos legitimadores (Biondi, 2010; Marques, 2010; Dias, 2013). No processo de conformação dessa hegemonia, ganha centralidade não só controle e a regulação econômica das atividades criminais (especialmente do tráfico de drogas), mas também a monopolização do uso da força física (Dias, 2013; Feltran, 2010).

Conforme Dias (2009, 2013), a descentralização do poder constituía-se em elemento característico do momento anterior à formação do PCC nos presídios paulistas, durante o qual o confronto físico e os derramamentos de sangue instituíam a regra. Nesse momento, com a ausência de uma figura central de poder e perante a inexistência de mecanismos reguladores, predominava, nas disputas interpessoais, a “lei do mais forte”. O processo de formação do PCC vem reverter esse padrão, fundando um novo equilíbrio caracterizado pela centralização das oportunidades de poder. Processo que, no entanto, não ocorre de maneira homogênea, comportando diferentes fases até aproximar-se da figuração atual (Dias, 2013). As fases iniciais estão marcadas pelo uso da força física de modo frequente e espetacularizado (como forma de solapar dissidências e acabar com grupos de oposição)⁷ e pela retenção do poder por um número reduzido de lideranças. No entanto, diferentes acontecimentos, conflitos e rupturas na própria cúpula do grupo, além da crescente aquisição do seu domínio nas prisões, promovem novos moldes à organização⁸. Desse modo, por volta do ano de 2003, há o início de uma nova transição na qual o uso da força física nos padrões anteriores torna-se desnecessário e mesmo contraproducente, e onde o comando da organização começa a se constituir em formato não piramidal, o que não significa a abolição de qualquer hierarquia dentro do PCC, mas uma forma de organização mais complexa (Dias, 2013; Marques, 2010; Biondi, 2010).

Essas mudanças promovem a instituição de um ordenamento específico nas prisões sobre o comando do PCC, com efeitos nas formas em que os presos podem e devem gerir sua conduta. Esse ordenamento caracteriza-se pela adoção de interdições, como o porte de facas e outros objetos cortantes, comuns nesse universo (que passa a estar restrito a alguns integrantes do PCC), o estupro de presos, o consumo de *crack*, entre outros; pelo estabelecimento de diferenciações “funcionais” e políticas entre os membros do PCC⁹; de diferenciações com efeitos de “exclusão”, como no caso dos

⁷ Essa situação fomentou a resistência de muitos presos, o que provocou muitas mortes e também a formação de grupos rivais ao PCC, a fim de frear a sua expansão, dos quais o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC) e o Terceiro Comando da Capital (TCC), os quais atualmente ainda se constituem como grupos de oposição, mas com controle restrito a poucos espaços no sistema prisional (Marques, 2010; Dias, 2013). Atualmente, conquanto não haja estatísticas oficiais, tem-se contabilizado que cerca de 90% das 148 unidades prisionais do estado de São Paulo são cadeias sob o domínio do PCC, o que ressalta seu grande peso no interior do sistema carcerário (Biondi, 2010; Dias, 2013).

⁸ Transição que incluiu no seu processo a expulsão e assassinato de antigas lideranças (Marques, 2010; Dias, 2013).

⁹ Além das diferenciações gerais entre “irmãos” (presos filiados ao PCC); e “primos” ou “companheiros” (presos não filiados, não batizados, mas que respeitam e compartilham as regras do PCC); destacam-se funções políticas

homossexuais que, segundo Dias (2013), passam a ser ainda mais segregados; bem como de novos mecanismos para punição entre os presos, alterando os moldes e estratégias do uso da força física.

Nessa nova modulação, observa-se um deslocamento na resolução de conflitos, não mais estabelecida de forma individualizada ou centrada em decisões pessoalizadas do PCC, mas instituída de modo coletivo. Assim, a resolução dos litígios passa a ser prerrogativa dos membros da organização por meio da instituição dos “debates” ou “tribunais do crime”¹⁰. Tem-se, assim, uma “nova economia de punição” operada entre os presos, que promove, entre outras coisas, uma redução no número de assassinatos (Marques, 2010; Feltran, 2012; Dias, 2013). Contudo, longe de desaparecerem, estes continuam a figurar dentre as punições possíveis. Mesmo porque, como indica Feltran (2010, p.70), é o arbítrio sobre a vida e a morte que em última instância opera nesses “debates” ou “tribunais”. Observa-se, dessa maneira, a constituição de um poder não estatal no interior das prisões com pretensões à monopolização do uso da força física.

Durante todo esse processo, um discurso legitimador interno às ações da organização também vai se instituindo como forma de promover a justificação, fortalecimento e sustentação do seu poder junto aos presos. Discurso que é construído por meio da mobilização de aspectos que demonstrariam a necessidade de união entre os presos, dentre os quais se ressaltam a identificação geral entre aqueles pertencentes ao “mundo do crime” e o compartilhamento das situações de injustiça e maus-tratos nas prisões. Assim, é a partir do lema “Paz, Justiça e Liberdade”, ao qual foi posteriormente incluído a “Igualdade”, que o agrupamento firma sua identidade pelo reverso e contra o próprio Estado, o qual é denunciado como responsável por promover essas injustiças (Biondi, 2010; Marques, 2010; Dias, 2013).

no interior dos presídios, representadas pelos “sintonias” (responsáveis pela coordenação das unidades prisionais de certa região); “pilotos” (espécie de “chefes locais”) e “disciplinas” (que têm a função de zelar pela observância às “regras” e fazer operar os mecanismos de julgamento e punição). A essas duas últimas funções políticas do PCC interpenetram-se àquelas de “faxinas” (encarregados pela limpeza de certas áreas) e “boieiros” (encarregados de entregar a comida) (funções próprias às prisões, independentes do PCC, mas geralmente ocupadas por seus membros, ou pessoas muito próximas ao *Comando*, devido à posição estratégica que representam, sendo centrais para a função de comunicação entre os presos e entre esses e administração dos presídios) (Biondi, 2010; Marques, 2010; Dias, 2009, 2013).

¹⁰ O termo “debates” refere-se à forma nativa de categorizar o novo mecanismo de resolução de conflitos adotado pelo PCC ao longo de sua consolidação. Já o termo “tribunais do crime” concerne à tradução desse mecanismo seja pela mídia seja pelos moradores dos locais onde esse agrupamento tem se territorializado. A utilização ao longo do trabalho desses dois termos como correspondentes não ignora essas diferenças e nem as implicações diversas que esse uso pode significar, uma vez que sugere uma correspondência entre mecanismos do direito formal-legal e os mecanismos do PCC, o que, como indicado por Biondi (2014), não é possível de ser verificado. Contudo, não é possível ignorar essa tradução, pela qual os próprios moradores tentam tornar sua ocorrência inteligível. Por essa razão, optou-se por manter os dois termos.

O interesse desta tese localiza-se nos pontos de confluência, entrelaçamento e expansão dessa configuração para fora dos muros da prisão. Isso é realizado a partir de uma perspectiva específica, ou seja, pela problematização em relação à possível legitimidade ou reconhecimento desse grupo, não para aqueles que dele fazem parte, mas para os moradores das localidades onde o PCC tem intenso espraiamento e atuação. Essa é uma temática que já vindo sendo abordada por outros autores (Feltran, 2008, 2010; Dias, 2013), adquirindo nesse trabalho relevância central.

Nesse ponto, cabe destacar, portanto, a capilaridade da prisão em relação ao extramuros (Teixeira, 2012; Godói, 2015). Assim, longe de se encerrar no interior de seus muros, vários são os “vasos comunicantes” (Godói, 2015) que interligam a prisão com o contexto externo (tanto de forma institucionalizada como por vias informais ou ilegais), bem como distintos são os processos que ali ocorrem que aludem a dinâmicas sociais muito mais amplas, como as próprias lógicas de poder, como descrito por Foucault (2014) em relação ao poder disciplinar. Especialmente em relação ao PCC e outros grupos criminosos que surgem no interior das prisões, há de se ressaltar o próprio transbordamento, conexão e retroalimentação dessa criminalidade mais “organizada” ou articulada por meio do feixe de relações que se sustentam entre os diferentes sujeitos dentro e fora das prisões, o que inclui não só os sujeitos criminais, mas aqueles responsáveis por gerir os ilegalismos (Teixeira, 2012). Nesse processo, verifica-se a reconfiguração e fortalecimento das próprias redes criminais, como o comércio varejista de drogas, além das dinâmicas de controle social e uso da força física (pelos sujeitos criminais e pelas forças de segurança estatais) com efeitos diretos nas comunidades onde esses grupos criminosos se territorializam.

Como será defendido no decorrer da tese, não é possível afirmar se o PCC é ou não uma instância legítima para os moradores dessas localidades, mas sim que há, por um lado, uma pretensão de legitimidade constituída por esse grupo em determinadas localidades (especialmente circunscrita ao controle do uso da força física e arbitragem de conflitos), o qual mobiliza justificativas e práticas de poder para sustentar essa pretensão e adquirir reconhecimento da população e, por outro, gradientes ou níveis diferenciados de reconhecimento ou legitimidade pela população, sempre instáveis, a depender da conformação dos conflitos locais e das proximidades ou distâncias em relação a esses conflitos, que podem envolver integrantes do PCC, moradores em geral, ou ainda a polícia. Compreende-se, dessa maneira, a legitimidade no interior de um campo de disputas por poder e, que, portanto, não é possível ser adquirida e mantida de forma estável, estando sempre dependente dos recursos, práticas e valores mobilizados nessas disputas e das experiências dos diferentes grupos ou sujeitos. Ademais, ressaltam-se nessas disputas, os níveis de uso da força física e coação presentes nas relações travadas nesses territórios, bem como a identidade social dos perpetradores e das vítimas. Sugere-se, assim, a análise desse presumível reconhecimento da população em relação ao PCC por

meio da delimitação em três níveis ou possibilidades (cujas fronteiras são móveis e não excluem outras possibilidades): i) *ausência de reconhecimento*; II) *reconhecimento ou “legitimidade situacional”* (Mendoza, 2015); e *situação de reconhecimento*. Níveis considerados a depender das circunstâncias envolvidas, as quais tensionam, mas não descartam a pretensão de legitimidade do Estado (e suas prerrogativas normativas) frente à população, embora as práticas dos agentes estatais também sejam questionadas e postas em suspeição em muitas circunstâncias. Assim, a relação entre as práticas cotidianas (dos agentes estatais e não-estatais) e as normatividades legais constitui aspecto da realidade social também em constante tensão, o que pode dar espaço para normatividades e práticas para além das legalmente constituídas, mas que nem por isso deixam de requerer legitimidade.

É em torno do uso da força física (e do seu controle) que se constitui um campo de tensão e disputa central na conformação dessa legitimidade. Tradicionalmente, como será delineado com mais cuidado ao longo desta tese (especialmente no Capítulo 1), o conceito de legitimidade é construído para entender a manutenção dos governos para além do uso da força física. Nessa perspectiva, a *crença* na legitimidade de uma autoridade (a qual estaria baseada em diferentes valores), é entendida como elemento central para a conformação do poder político (Weber, 2004a, 2004b). Contudo, se numa leitura rápida, isso pode nos levar a identificar a legitimidade e o uso da força física como elementos incongruentes, como se a primeira só pudesse se constituir para além do segundo, essa tese procura enfocar nas formas de conjunção desses dois aspectos. Isso porque o próprio uso da força física, as crenças que envolvem o seu uso, os fins que justificam a sua utilização, as circunstâncias específicas e limites no seu uso, a seletividade de pessoas ou grupos para os quais esta força poderia ser destinada, são elementos centrais na constituição da legitimidade do poder político de diferentes grupos constituídos historicamente até os dias atuais. Torna-se, portanto, imprescindível igualmente para pensar as pretensões de poder do Estado e do PCC no contexto social e histórico aqui abordado.

Esta tese está dividida em três partes, para além da descrição dos contornos da pesquisa. A primeira aborda teoricamente o conceito de legitimidade e está organizada em dois capítulos. O Capítulo 1 dedica-se a apresentar como o conceito de legitimidade foi construído, especialmente no campo da sociologia política, tendo como referencial principal a análise weberiana de dominação. Com base nesse referencial, identifica-se a produtividade analítica em entender a constituição da legitimidade de um poder político por meio de uma dupla perspectiva. De um lado, pela *justificação* desse poder empreendida por aqueles que concentram (em certas circunstâncias) poder e pretendem influenciar a conduta de outras pessoas; e, por outro, pelo possível *reconhecimento* que esse poder adquire frente àqueles que procura atingir (Weber, 2004b). De outra forma, ainda com referência ao autor, será

defendida a hipótese, mencionada acima, que o uso da força não é um elemento ausente na constituição da legitimidade. Isto porque se compreende que as concepções, práticas e valores em relação ao seu uso também fazem parte dessa construção. Ademais, ainda nesse capítulo, pretende-se traçar um diálogo em relação à crítica de Foucault (2005) ao estudo do poder por meio da legitimidade (e da teoria da soberania que lhe é inerente). Esse diálogo será delineado não para invalidar a análise de legitimidade, mas para indicar como os apontamentos de Foucault também podem ser produtivos para a análise da legitimidade, ao privilegiar não o consenso, mas as lutas que envolvem o poder e seus mecanismos de sujeição. Já no Capítulo 2 será discutida a possibilidade do uso do conceito de legitimidade para estudar as ações do “mundo do crime”, uma vez que esse conceito é tradicionalmente cunhado para estudar o Estado. Para tanto, serão retomados os argumentos de autores que já vem discutindo essa problemática no país, a partir de diferentes posicionamentos (Zaluar, 2000; Misse, 1999; Machado da Silva e Leite, 2008; Feltran, 2008, 2010).

A segunda parte coloca em foco o próprio uso da força física e as pretensões de legitimidade que envolve esse uso, tanto pelo Estado como pelo PCC. Problematisa-se, em última instância, o próprio “direito” de vida e morte que esses agentes advogam para si em suas práticas de poder cotidianas. Especificamente no Capítulo 3 é discutido como a conformação do Estado moderno vem sendo pautada pelo prisma do processo de monopolização legítima do uso da força física (Weber, 2003, 2004b; Elias, 1993) e como essa questão é recolocada na sociedade brasileira em que o Estado é historicamente marcado por práticas ilegais e as ações do crime também vem disputar essa pretensão (Adorno, 2002; Misse, 2008). Os capítulos que se seguem fornecem elementos para essa discussão de forma empírica. No Capítulo 4 o enfoque volta-se para o assassinato de um jovem com evidências de ter sido praticado por policiais em uma ação de extermínio, no contexto dos “Ataques do PCC” ou “Crimes de Maio”. Caso que, para além de indicar os embates conformados entre o PCC e a polícia, explicita a utilização pelos agentes estatais de suas prerrogativas legais (por meio de práticas ilegais) em ações de execução. Já no Capítulo 5 apresenta-se a reconstrução da trajetória de um jovem assassinado pelo PCC, na circunstância de um “debate” ou “tribunal do crime”. A análise dessa reconstrução indica como esses “tribunais” se estabelecem como mecanismo central atrelado à configuração do “mundo do crime” em São Paulo nos dias atuais, como prática e símbolo de poder, onde a decisão sobre a vida e a morte é acionada. É em torno desse mecanismo que a legitimidade desse poder é inicialmente problematizada. Em ambos os casos, ressalta-se como essas mortes, perpetradas em localidades periféricas do MSP, adquirem pouca visibilidade pública e consideração no sistema formal de justiça. É possível pensar nessa perspectiva em uma “dupla morte” que ocorre nesses casos: a do corpo e a do sujeito (no âmbito do direito legalmente instituído), o que permite que esses casos continuem a ocorrer.

A terceira parte dedica-se a discutir de forma central a pretensão de legitimidade do PCC, focalizando sua expansão em dois distritos do MSP: Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, historicamente marcados por altas taxas de homicídios. No Capítulo 6 é apresentado um panorama da situação socioeconômica e de criminalidade nesses lugares, enfocando o passado, as transformações e o presente. Designadamente em relação às mudanças ocorridas na configuração da criminalidade nesses locais, é analisada a conformação de um duplo movimento, como aspecto central na conformação dessa pretensão de legitimidade: a maior “organização” ou “articulação” dos grupos criminosos e a queda na ocorrência dos homicídios. Já o Capítulo 7 aprofunda a problemática a partir de diferentes narrativas de moradores e profissionais que trabalham nesses locais em relação à constituição e práticas do “mundo do crime” e adota com argumentação que o reconhecimento ou legitimidade do PCC frente à população é variável a depender das experiências, relações de proximidade/distanciamento, valores em relação ao uso da força física (incluindo situações e/ou grupos para as quais o seu uso é mais “aceitável”, como nos casos de estupro), bem como percepções em relação à atuação da polícia nessas localidades (especialmente a falta de confiança na polícia é mobilizada nas narrativas como elemento importante na possibilidade de reconhecimento da atuação do PCC). Desse modo, assinala-se para gradientes ou níveis diferenciais de reconhecimento entre a população que tem que lidar com a presença desses agrupamentos em seus locais de moradia. Em alguns casos, no mesmo indivíduo essas gradações são identificadas, uma vez que as percepções em relação aos membros do crime estariam marcadas por dubiedades: “apoio” e “respeito” *versus* sentimentos de medo e situações de coação.

A parte final retoma os argumentos discutidos no decorrer da tese, enfocando quatro aspectos centrais: a pretensão de legitimidade do PCC, inclusive em relação ao uso da força física, especialmente ao agir como ator de controle social, resolvendo disputas e aplicando sanções nos territórios onde tem forte inserção no MSP; a variabilidade do reconhecimento ou legitimidade das práticas do PCC diante da população; a constituição do que poderia ser designada de reconhecimento ou “legitimidade situacional” do PCC que tensiona a pretensão de legitimidade do Estado (embora não a desconstrua como expectativa); o processo de reconhecimento do PCC pela população pautado por uma avaliação sobre o controle da “violência” operada pelos grupos criminosos e a pertinência do uso da força física na resolução de conflitos. Nesse processo, observa-se um mecanismo de *seletividade* operante, a depender, portanto, das situações nas quais se torna mais “aceitável” o uso da força como forma de resolver conflitos.

II) Contornos da pesquisa

Essa parte é dedicada a apresentar uma descrição da produção dos dados empíricos analisados na tese, bem como seus contornos metodológicos. Ademais, procura-se salientar a importância em considerar o conjunto de subjetividades diversas constituídas e constituintes de configurações sociais específicas, a fim de acessar os conflitos que permeiam a vida cotidiana (ou seja, as disputas práticas e simbólicas na conformação da realidade social). A base empírica deste trabalho consiste no material de duas pesquisas desenvolvidas anteriormente, ambas com abordagens qualitativas. A seguir, essas pesquisas são descritas, ressaltando seus pressupostos, desenhos e recorte para os objetivos dessa tese.

Primeira pesquisa

O primeiro material empírico utilizado ao decorrer da tese é proveniente da pesquisa “Violência, risco e vulnerabilidade: homicídios e violações de direitos humanos de jovens no MSP”¹¹, da qual participei como pesquisadora (desde a elaboração do projeto, do trabalho de campo até a análise dos dados). As entrevistas foram realizadas por mim e outra pesquisadora¹², sendo intensa a troca de experiências.

A finalidade dessa pesquisa foi analisar as situações de vulnerabilidade que se conformaram nos percursos de jovens (de 15 a 24 anos) vítimas de homicídios no município de São Paulo, a partir dos anos 2000. Consistiu em uma pesquisa de âmbito qualitativo, por meio da abordagem de história de vida. Mais especificamente procurou-se reconstituir por meio dos relatos de familiares e amigos as trajetórias de jovens assassinados, explorando os elementos que poderiam compor situações de vulnerabilidade¹³ ao homicídio.

A abordagem de história de vida pode ser compreendida como *“o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a*

¹¹ Desenvolvida no Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) com apoio da FAPESP (processo 98/14262) e com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde (protocolo nº 004/2008).

¹² Viviane Coutinho Massa, sob coordenação da Prof.ª Dr.ª Maria Fernanda Tourinho Peres.

¹³ Essa concepção como utilizada na pesquisa, provém de um debate especialmente no âmbito dos estudos na área de saúde, especialmente por conta da epidemia de HIV/AIDS, que observavam os limites das abordagens de risco, que acabam por estigmatizar algumas parcelas da população como “grupos de risco” (Delor e Hubert, 2000; Ayres et al., 2003). A abordagem de vulnerabilidade, pelo contrário, não fixa identidades grupais, ao matizar que um indivíduo não “é” vulnerável, mas “está” devido a constrangimentos de diferentes espécies que conformam sua experiência e suas relações em determinado momento e contexto (Delor e Hubert, 2000).

experiência que adquiriu” (Queiroz, 1991, p.6). Entretanto, no caso desta pesquisa, o narrador não é o próprio sujeito cuja a trajetória está sendo reconstruída. Nessa situação, é possível a utilização de uma derivação das histórias de vida, que é denominada por Meihy (2005) como *narrativas biográficas*. A escolha dessa abordagem deveu-se à relevância da temática dos homicídios atrelada à escassez de trabalhos destinados a ouvir aqueles que são mais afetados por esse evento, por conta da própria dificuldade inerente a esse objeto. Portanto, essa abordagem permite uma aproximação privilegiada em relação ao estudo dos homicídios, possibilitando analisar as mediações existentes entre os aspectos estruturais de determinada sociedade e as trajetórias individuais. Dessa maneira, embora seja uma abordagem que parta da reconstituição de um percurso de vida, não a entende como linearidade e nem como trajetória desvinculada das teias de relações sociais (Bourdieu, 1998b). Pelo contrário, é a partir do entendimento que essa trajetória revela muito das interações e contextos dos quais esses jovens faziam parte, que a escolha dessa metodologia pretendeu permitir a compreensão das configurações sociais onde os homicídios ocorreram. Conforme Pais (2005) *“um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se refletir”* (Pais, 2005, p. 89).

Várias dificuldades, desafios e questionamentos permearam a elaboração e realização dessa pesquisa. Inicialmente, porque se trata de uma questão muito sensível em vários aspectos:

- i) A ameaça que rodeia esses eventos para os familiares, amigos e/ ou testemunhas dessas mortes, uma vez que muitos perpetradores continuam em liberdade ou mesmo presos podem representar fonte de ameaça para as pessoas com algum vínculo com os jovens assassinados; dessa forma, decorre a dificuldade no próprio acesso aos possíveis entrevistados e a garantia de condições que não os coloquem em risco;
- ii) A carga emocional implicada na abordagem desse tema com os familiares e amigos, a qual é atualizada no momento das entrevistas (colocando desafios na interação entre pesquisador e entrevistado);
- iii) O estado emocional geral dos entrevistados, que remete aos efeitos dessa morte no próprio percurso dos entrevistados e nas diferentes formas em que esse assassinato vem sendo ressignificado, o que, por sua vez, tem seus efeitos naquilo que é narrado, bem como no que deixa de ser narrado. Assim, a reconstituição dessas trajetórias por meio das falas de terceiros implica considerar uma miríade de aspectos ligados ao tipo de relação estabelecida entre o entrevistado e o jovem; o estado emocional que o entrevistado apresentava no momento dos seus relatos; bem como a constituição da memória na reconstrução das trajetórias de vida, a qual é moldada pelo presente e pelo tipo de vínculo que existia com o jovem.

Considerando-se o primeiro aspecto descrito e, por conseguinte, visando não trazer mais riscos aos entrevistados, procurou-se um serviço específico para a viabilização da pesquisa: o Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)¹⁴. Foi por meio dele que a equipe de pesquisa teve acesso a alguns familiares, os quais tinham buscado apoio psicológico e/ou jurídico após o assassinato dos jovens. Foi um percurso demorado até a obtenção da permissão do serviço. Além da autorização da Secretaria de Justiça, do qual esse faz parte, foram necessários esclarecimentos e negociações internas junto aos coordenadores e profissionais que realizavam atendimentos diretos aos familiares, já que havia também por parte desses a preocupação que a pesquisa pudesse acarretar mais danos aos familiares.

Uma das ideias iniciais, a fim de reconstruir um conjunto de casos que abrangesse uma variedade de situações de vulnerabilidade, era acessar os prontuários dos familiares para realizar uma primeira seleção. Contudo, os profissionais do serviço não permitiram esse acesso, justificando a recusa como forma de preservar os familiares. Dessa forma, os próprios profissionais fizeram a seleção inicial e o primeiro contato (explicando brevemente a pesquisa e identificando o interesse na participação). Essa seleção teve como parâmetro os familiares que já apresentavam condições emocionais mais estáveis, conforme a avaliação dos profissionais que prestavam atendimento psicológico, bem como os critérios previamente solicitados: sexo da vítima (tanto feminino quanto masculino), idade (15 a 24 anos), local de moradia (diferentes regiões do município de São Paulo) e circunstância do crime (diferentes perpetradores e situações). Após o interesse e consentimento dos familiares, o contato telefônico era disponibilizado à equipe de pesquisa para o agendamento das entrevistas, as quais foram realizadas no próprio serviço¹⁵. No momento da entrevista, a equipe não sabia antecipadamente as circunstâncias dos homicídios, apenas tinha como informação o nome do familiar, o nome do jovem assassinado e sua relação com o entrevistado. A indicação dos casos, embora com o viés dos profissionais, não parece ter prejudicado a pesquisa, já que a variedade solicitada foi garantida. A própria opção pela mediação do serviço para acesso aos casos de homicídios de jovens constitui uma limitação, já que é restrito o número de famílias que procura o serviço, em comparação ao total de ocorrências desse tipo de crime no MSP. No entanto, este não parece ter se constituído em um problema para os objetivos estabelecidos, embora não possa ser desconsiderado quando se analisa o

¹⁴ Programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, criado em 1998 pelo Governo do Estado de São Paulo, que oferece atendimento público e gratuito (jurídico, psicológico e de assistência social) a vítimas diretas de crimes violentos, bem como a seus familiares (vítimas indiretas). Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/portal/site/SJDC/menuitem.30ea7e6694c1ada8e345f391390f8ca0/?vgnextoid=1f8dcc533f73e310VgnVCM10000093f0c80aRCRD>. Acesso em: 29/09/2015.

¹⁵ A fim de garantir o deslocamento dos familiares e amigos dos jovens uma ajuda de custo foi fornecida, evitando assim qualquer dispêndio financeiro extra aos entrevistados.

perfil dessas famílias, que estão, de alguma forma, buscando meios institucionais e legais para que os homicídios não fiquem esquecidos e/ou impunes.

Procurou-se reconstruir a trajetória desses jovens assassinados por meio de vários relatos. A multiplicidade de falas tinha como objetivo identificar de maneira mais aprofundada o conjunto de situações presente na vulnerabilidade do jovem ao homicídio considerando-se diferentes pontos de vista. Não houve a pretensão em encontrar uma versão “verdadeira” do caso e sim compor uma multiplicidade de relatos que pudesse oferecer informações sobre o que aconteceu, os agentes, os contextos e conflitos em questão - vinculados ao caso, mas que em grande proporção o ultrapassam, já que dizem respeito também a outros assassinatos e ao próprio narrador. Como salienta Santos (2003), as narrativas sobre o passado são importantes ao problematizarem os *“contextos, processos e conflitos sociais que fazem parte da vida daqueles que narram as suas versões do passado”* (Santos, 2003, p.271).

A partir da primeira entrevista, realizada com o familiar atendido pelo CRAVI, solicitavam-se os nomes e contatos de outros familiares ou amigos próximos ao jovem. Com esse procedimento foi possível, na maior parte dos casos, ampliar o número de entrevistas, sendo mais profícuo nas circunstâncias em que o primeiro familiar entrevistado apresentou maior engajamento em contribuir na composição dessa rede. Porém, em alguns casos a constituição dessa rede ficou afetada, sendo que diferentes fatores podem ter interferido, dentre estes os aspectos emocionais ligados ao evento ou ainda o medo de falar em uma circunstância de homicídio.

Seguindo as recomendações da literatura em relação à metodologia de história de vida (Queiroz, 1991; Meihy, 2005), as entrevistas foram conduzidas de forma a proporcionar liberdade ao entrevistado na condução de seus relatos e cronologia dos fatos, com a mínima interferência do entrevistador. Assim, embora tenha sido elaborado um roteiro semiestruturado, com o intuito de explorar diferentes questões, esse foi utilizado respeitando o percurso das falas dos entrevistados. Solicitou-se permissão para a gravação das entrevistas, garantindo o anonimato das informações (esse foi um procedimento que não parece ter causado muita interferência ou incômodo aos entrevistados). O início da entrevista era pautado por uma questão geral que solicitava aos entrevistados “contar um pouco sobre a vida do jovem”. Desse modo, não focava em princípio no homicídio. Entretanto, o homicídio acabava sendo o evento que mediava as falas e a reconstituição das trajetórias dos jovens.

Embora a equipe do CRAVI tenha pretendido selecionar casos onde os familiares já apresentassem um estado emocional menos sensível, muitas das entrevistas demonstraram o quanto a morte ainda era um evento que trazia muita dor, sendo reatualizada no momento da interação com o pesquisador. O transcorrer da entrevista, desse modo, muitas vezes foi de difícil condução, lançando ao pesquisador

o desafio de respeitar o tempo do entrevistado, suas pausas, suas lágrimas. Apesar dessa dor, percebeu-se, por sua vez, o quanto era importante para os familiares falarem sobre os jovens, numa tentativa de ressignificar o que aconteceu e mesmo dar visibilidade ao sentimento de injustiça que tinham frente ao assassinato em si e, em alguns casos, à ausência de solução judicial e de punição dos perpetradores. Diante disso, um sentimento de impotência surge no próprio pesquisador, que não tem recursos para lidar com a situação.

De forma geral, evidencia-se pelo exposto que não só a emoção é um elemento central nos relatos e na memória dos fatos, bem como o homicídio figura como reordenador do passado, tenho efeito sobre como as trajetórias dos jovens são reconstruídas pelos seus familiares e amigos. Nesse sentido, observa-se como o homicídio conforma-se como mediador entre aquilo que é lembrado e narrado. As falas evidenciam um esforço em mobilizar os aspectos que podem esclarecer ou justificar o que ocorreu, além de indicarem os efeitos dessa morte para os familiares mais próximos.

Nesse ponto, são importantes as considerações sobre a própria memória na constituição das narrativas. A memória é falha e seletiva, envolvendo o esquecimento (Santos, 2003). Nunca conseguimos lembrar do que aconteceu conosco (ou de fatos nos quais estávamos envolvidos de alguma maneira) de uma forma exata, sendo que em situações traumáticas isso pode ser ainda mais pronunciado. Assim, aquilo que é lembrado não está sob nosso total controle, estando dependente de aspectos que ultrapassam simplesmente os fatos ou situações como ocorreram no passado.

Primeiramente, como pontua Santos (2003), a narrativa sobre o passado, uma memória que nesse caso é voluntária (já que envolve uma intenção deliberada daqueles que narram suas lembranças) pode ser entendida como uma reconstrução feita no presente e que, portanto, envolve elementos desses dois tempos. Não há dicotomia, presente e passado estão entrelaçados nas representações sobre o que é lembrado e narrado: as *“memórias que são reconstruídas não são arbitrárias, os indivíduos reconstroem o passado a partir de interesses do presente, mas também a partir de percepções mais profundas e constantes que fazem o elo entre passado e presente”* (Santos, 2003, p.293). Além disso, é preciso considerar que a parcialidade é constitutiva da própria memória. Isto porque a memória está vinculada aos diferentes posicionamentos sociais daqueles que lembram o passado, aos conflitos a que esses diferentes posicionamentos aludem, bem como às distintas interações que envolvem o narrador e os sujeitos envolvidos nas narrativas. Assim, aquilo que é narrado acaba por expressar diferentes formas de significar a experiência passada.

As narrativas sobre os homicídios dos jovens analisadas também sofrem essas influências. Desse modo, a multiplicidade de elementos envolvidos na tarefa de rememorar o passado adverte sobre a

importância em considerar os próprios contextos e conflitos dos quais esses jovens, mas também seus familiares e amigos fazem parte.

No total, foram reconstruídas as trajetórias de 8 jovens, sendo 5 do sexo masculino e 3 do sexo feminino (por meio de 4 entrevistas em média por caso, totalizando 34 entrevistas). As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2008 a março de 2010. Entretanto, para os fins dessa tese, serão abordados 2 casos em específico. A trajetória de Rafael, na qual a situação de seu assassinato envolve diretamente a atuação do PCC, e a trajetória de Gabriel, cujo homicídio vincula-se à ação extralegal da polícia. Ambos os casos foram selecionados pois permitem problematizar os mecanismos de punição que vem se constituindo no corpo social, bem com as tensões e disputas de poder entre diferentes agentes sociais (envolvendo o uso da força) e suas pretensões de legitimidade.

Segunda pesquisa

O segundo conjunto de dados analisados na tese são provenientes da vertente qualitativa da pesquisa “Análise da queda nas taxas de mortalidade por homicídio no município de São Paulo 2000-2008”¹⁶, que teve como objetivo explorar diferentes hipóteses sobre a queda de homicídios no município de São Paulo (MSP) a partir dos anos 2000. A minha participação deu-se durante todo o período da pesquisa, em conjunto com um grupo de pesquisadores¹⁷. Fiz parte diretamente da definição do desenho da pesquisa, bem como do trabalho de coleta de dados. Embora não tenha participado diretamente de todas as entrevistas (ainda que da maioria), as discussões e trocas entre os demais entrevistadores e com a coordenação da pesquisa, permitiu uma troca de experiências, ideias, impressões, o que foi frutífero para a condução das entrevistas, leitura e análise.

Essa pesquisa concentrou-se no estudo de dois distritos do MSP: Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. A escolha desses distritos deveu-se a sua relevância para o objeto então em questão, já que eram localidades que apresentaram taxas de homicídios extremamente elevadas nos anos 1980 e 1990, sempre acima da média para o município, e, a partir dos anos 2000, começaram a ter diminuição muito acentuada (acompanhando a tendência geral do município). Constituíam-se, portanto, em locais de peculiar importância para um trabalho qualitativo focado em escutar o que diferentes moradores e

¹⁶ Também desenvolvida no Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) com apoio da FAPESP através do Programa CEPID (processo 98/14262-5) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Violência, Democracia e Segurança Cidadã” coordenado pelo NEV/USP (CNPq 573599/2008-4).

¹⁷ Fernanda Lopes Regina, Juliana Feliciano de Almeida e Marina Mattar Soukef Nasser, sob coordenação da Prof.^ª Dr.^ª Maria Fernanda Tourinho Peres.

profissionais tinham a dizer sobre sua experiência nesses distritos, especificamente sua vivência em relação à ocorrência de homicídios ao longo do tempo.

Entretanto, os dados coletados por meio dessa pesquisa não se limitaram ao processo de queda de homicídios. As entrevistas e grupos de discussão foram conduzidos por meio de um roteiro semiestruturado que procurou contemplar um conjunto de questões sobre as mudanças que foram se sucedendo nesses locais, em termos sociais, econômicos, de infraestrutura, além daquilo que era percebido como violência. Esse roteiro objetivou dar liberdade para o entrevistado contar sobre sua chegada nesses locais, seja como morador ou como profissional, e as percepções que tinha sobre o “passado” e o “presente” desses distritos. Essa abertura permitiu a coleta de um conjunto de relatos, contendo “fatos”, opiniões e expectativas inclusive no que se refere à presença do Estado nesses locais, bem como em relação aos agentes identificados com a criminalidade violenta. Desse modo, constitui-se num material diversificado e profícuo também para a análise de legitimidade que se propõe essa tese. Todas as entrevistas foram realizadas a partir de consentimento assinado pelos entrevistados, a partir do qual a pesquisa era explicada e o anonimato dos entrevistados garantido.

Uma das dificuldades vinculadas a essa pesquisa foi a própria dimensão territorial, densidade populacional e diversidade interna desses distritos. Esses aspectos atrelam não só dificuldades ao trabalho de campo, como colocam limites aos próprios resultados obtidos. Para minimizar as implicações desses limites, procurou-se ouvir um conjunto de moradores e profissionais (de diferentes instituições estatais e não estatais), localizados em pontos distintos desses distritos, de forma a captar minimamente as disparidades que poderiam existir dentro desses próprios territórios. No geral, foram realizados entrevistas e grupos de discussão com profissionais das áreas da educação, segurança, serviço social, Conselho de Segurança Pública (CONSEG), Conselho Tutelar, bem como organizações não governamentais (ONGs), moradores (adolescentes, jovens e adultos) e líderes comunitários e religiosos, entre novembro de 2011 e outubro de 2012, totalizando 46 entrevistas e 7 grupos de discussão.

Diferentes procedimentos foram adotados para identificar e convidar os possíveis entrevistados. Entre as instituições estatais, a Polícia Militar foi aquela que apresentou maior entrave burocrático, sendo necessária a permissão do Comando Geral da Polícia Militar para a realização da pesquisa. Depois de obtida essa autorização, dois grupos de discussão foram conduzidos com os praças dos batalhões que abrangem os distritos, bem como entrevistas com os oficiais responsáveis. Os praças foram selecionados pela corporação e as entrevistas realizadas nos próprios locais de trabalho (apesar da consciência da equipe sobre os limites desse procedimento, não houve alternativa diante das

dificuldades em acessar esse público). Já em relação à Polícia Civil foram entrevistados os delegados titulares e os contatos foram feitos diretamente.

O contato com outras instituições estatais e não estatais exigiu menos burocracia, embora em algumas ocasiões tenha sido preciso enviar uma solicitação mais formal para realização da pesquisa. Na maior parte dos casos foi feito um contato telefônico prévio e agendadas as entrevistas. Muitos dos moradores ou lideranças locais foram identificados por meio dos contatos com as ONGs ou associações de moradores presentes nesses locais ou mesmo da rede de contatos dos entrevistados, que indicavam seus conhecidos para a equipe de pesquisa. Já os adolescentes e jovens (entre 15 e 20 anos) que participaram dos grupos de discussões (no total foram realizados três grupos, dois em Cidade Tiradentes e um no Jardim Ângela) foram acessados por meio de duas ONGs que têm trabalho voltado para esse público. Contatos prévios foram realizados com os coordenadores desses espaços, para os quais foi explicada a pesquisa e solicitado auxílio para a composição desses grupos (incluindo o encaminhamento de Termo de Consentimento para os responsáveis dos adolescentes). Os próprios coordenadores desses espaços foram entrevistados.

Quase não houve recusas de participação, entretanto, ocorreu uma de forma mais emblemática. Tratou-se de uma ONG situada no distrito de Jardim Ângela. Essa recusa foi elucidativa da situação de ameaça que algumas pessoas sentem nessas localidades e do receio em tratar de questões relacionadas à temática da criminalidade violenta. Assim, embora tenha sido garantido o anonimato da entrevista, não houve confiança dos responsáveis da instituição em autorizar a realização da pesquisa. A diretora da instituição justificou a recusa mencionando que há quatro anos uma colaboradora tinha concedido uma entrevista a um jornal local e precisou se mudar do bairro de um dia para o outro, já que “ficaram sabendo” que ela tinha falado (em menção indireta a pessoas ligadas à criminalidade violenta na região). Ela demonstrou durante a conversa um clima de insegurança muito grande, alegando que é moradora e deixando implícito que, por isso mesmo, procura preservar sua integridade física e que a instituição na qual trabalha zela por isso. Como indica Zaluar (2009), é tarefa do pesquisador, especialmente em lugares onde impera a “lei do silêncio”, em conseguir lograr um conjunto de afastamentos, ou seja, distanciar-se dos próprios investigados, mas também da imagem atrelada à investigação policial, assim como das matérias jornalísticas. As primeiras com suas implicações acusatórias e as segundas muitas vezes falhas em resguardar o anonimato ou garantir um cuidado maior na apuração dos acontecimentos. Contudo, como mostra a situação relatada, nem sempre é possível conseguir esses afastamentos frente aos entrevistados, inclusive diante de situações anteriores em que as ameaças trazidas por outros agentes sociais se constituíram de fato.

Outra recusa referiu-se à tentativa de formar um grupo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Após a realização de uma entrevista com a coordenadora de um serviço destinado a esse público em Cidade Tiradentes, perguntou-se sobre a possibilidade de fazer um grupo de discussão com os adolescentes ou ainda com suas mães ou responsáveis. Ela mencionou que isso era inviável, alegando que os próprios adolescentes não costumam falar (tomando como referência os atendimentos realizados pela instituição). Já em relação ao grupo de mães ou responsáveis ela também disse que não seria possível, porque a confiança só é conseguida no final do cumprimento da medida.

De forma geral, nem sempre é fácil estimar o quanto o sentimento de medo pode estar influenciando não só essas recusas mais diretas, mas a própria fala dos entrevistados, ou seja, o conteúdo do que é dito e os “não ditos” nas entrevistas. Mas essa é uma questão que permeia o conjunto de trabalhos destinados a temáticas relacionadas à violência, precisando ser considerada, portanto, na própria realização das entrevistas (a fim de minimizar os seus efeitos), bem como na leitura e na compreensão dos relatos.

Como procedimento adotado, foi solicitada a permissão para a gravação das entrevistas e dos grupos de discussão, sendo explicitada, antes do seu início, a liberdade do entrevistado em não responder sobre assuntos que não se sentisse à vontade ou mesmo sobre a possibilidade de pausar-se a gravação caso não quisesse que algum relato fosse registrado. Em muitas entrevistas, a presença do gravador não parece ter sido um fator determinante nos relatos, embora isso seja de difícil mensuração. Entretanto, em algumas situações os entrevistados deixaram mais explícito o seu desconforto em gravar certos trechos de seus relatos, solicitando que não fosse gravado ou certificando-se que o gravador já tinha sido desligado (nas ocasiões em que a conversa continuava após a entrevista mais “formal” e outras informações e opiniões eram explicitadas). Alguns desses pedidos ou certificações que a conversa não estava sendo gravada ocorreram quando o assunto era especificamente o PCC. Mais especificamente, uma das entrevistadas (profissional de um serviço no Jardim Ângela) solicitou que não se gravasse o início da conversa, na qual mencionava alguns casos que chegaram à instituição e nos quais havia envolvimento de pessoas ligadas ao PCC (incluindo, a morte pelo PCC de um adolescente que praticou um estupro e cuja família procurou o apoio da instituição). Outra entrevistada, de Cidade Tiradentes, também solicitou que não fosse gravado ao se referir (ainda que de forma superficial): ao acesso de armas e seu empréstimo pelo PCC, ao dinheiro (“caixinha”) cobrado dos seus integrantes e aos “acertos” destinados àqueles que descumprem seus códigos de conduta. Um membro da polícia também explicitou sua percepção sobre o impacto da regulação do PCC na queda dos homicídios somente após o desligamento do gravador. Em outras ocasiões também a

equipe de pesquisa suspeita que houve receio dos entrevistados em melhor explicitar seu conhecimento sobre o PCC.

Certo receio também foi percebido em relação às ações da polícia, especificamente uma conselheira tutelar evidenciou (pela mudança de tom na fala e pela expressão corporal) medo em falar sobre a atuação da instituição. Isso pode ser entendido pela sua própria proximidade com os policiais da região, com os quais têm contato mais direto por conta do trabalho desenvolvido como conselheira.

Essas reticências, respostas vagas, pedidos para não registros dos relatos se, por um lado, evidenciam a dificuldade da relação do pesquisador em lograr a confiança dos entrevistados (às vezes devido a experiências anteriores negativas ou identificação dos pesquisadores com jornalistas que podem não ter o mesmo cuidado na manutenção do anonimato), por outro, já são indícios importantes para o entendimento dos possíveis efeitos da criminalidade violenta na vida cotidiana nesses locais.

Outro aspecto que também compõe essas restrições nas falas diz respeito à imagem estigmatizada que esses locais apresentam, inclusive devido àquilo que é veiculado na imprensa. Há um receio que as pesquisas, quando focalizadas sobre a temática da violência, contribuam ainda mais para ressaltar aspectos “negativos” vinculados a esses distritos. Por isso em muitas entrevistas é evidenciado o esforço dos entrevistados em reforçar os aspectos considerados “positivos” desses locais. Em uma das circunstâncias de entrevista isso ficou bem evidente. Ainda no momento da apresentação uma moradora e profissional (de Cidade Tiradentes) mostrou uma atitude defensiva em relação à entrevista, dizendo que pessoalmente não gostava de dar entrevista e questionou os membros da equipe sobre a imagem prévia que tinham sobre o distrito. Completou dizendo que muitas vezes se tem uma visão da realidade desses locais que não é “verdadeira”, mas que acaba tendo efeitos inclusive na trajetória dos jovens. Isso porque devido à imagem negativa associada à região alguns acabam tendo dificuldade para encontrar trabalho. Na própria entrevista essa fala retornou e ela disse que as pessoas que vinham da universidade (como nós) tinham uma visão sobre o local (certamente “errada”) e quando chegam lá veem que não é nada disso. Quis, dessa forma, desvincular a região inclusive em relação ao problema da “violência”, o que teve influência no que foi dito (e “não dito”) na entrevista.

O material dessa pesquisa é utilizado em sua totalidade para os fins dessa tese, o qual permite identificar concepções e práticas sociais envolvendo um conjunto de sujeitos, inclusive no que diz respeito às mudanças envolvendo a criminalidade violenta e às formas de presença do Estado nesses distritos. O que se encontrou foram divergências e conflitos, o que traz implicações diretas no modo de compreensão do objeto dessa tese. Não há consenso e sim um conjunto de subjetividades diversas (Zaluar, 2009) constituídas e constituintes de configurações sociais permeadas por mecanismos de

poder (como as formas de punição estabelecidas tanto pelos agentes do Estado quanto pelo PCC), bem como por discursos de legitimação, inclusive em torno de justificativas para o uso da força física na resolução dos conflitos. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que as diferentes falas dos sujeitos não são consideradas enquanto produzidas por um sujeito que seria fonte última de sentido. Situa-se, portanto, no registo do que nos alude Foucault (1986, 2005, 2014) sobre a dispersão do sujeito no que concerne à constituição do discurso e sobre as relações de poder que conformam as possibilidades discursivas. Como bem traduz Fischer (2001): *“(...) o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem”* (Fischer, 2001, p.207).

A análise do conjunto de entrevistas procurou, portanto, permitir que esses conflitos e divergências fossem contemplados. Primeiramente, o material foi dividido em grandes subtemas, como abordados nas próprias entrevistas, dentre os quais: as transformações na “violência” ao longo do tempo nos distritos; as percepções sobre a ocorrência de homicídios; as mudanças em relação às condições socioeconômicas e estruturais nos distritos; e a atuação policial. A partir dessa primeira divisão foi possível identificar subitens de interesse direto para este trabalho, como a presença de grupos criminosos (e as alterações nos seus moldes ao longo do tempo); o impacto desses grupos criminosos na perpetração da “violência” local ou no seu controle; e a atuação diferencial do Estado nesses distritos (especialmente no que se refere às instituições policiais). Ademais, foi no interior desses subitens que não só um conjunto de “fatos” ou “eventos” foi apreendido, mas distintas experiências e posicionamentos dos entrevistados em relação a esses “fatos” e “eventos”, com implicações nas formas como a própria atuação dos grupos criminosos e também do Estado podem ser estimadas pelos moradores e profissionais dessas localidades. É sobretudo ao longo do capítulo 7 que essa multiplicidade de experiências transparece e é analiticamente direcionada para a apreensão das possibilidades diferenciais de reconhecimento em relação às práticas do PCC nesses territórios.

Parte I – Legitimidade como conceito

Capítulo 1 – Legitimidade e seus contornos teóricos

Uma das primeiras questões suscitadas por meio desse trabalho diz respeito ao próprio conceito de legitimidade. Em semelhança a outros conceitos formulados no intuito de promover certo entendimento da vida social e política, a legitimidade está imbuída de múltiplas significações. Isso ocorre tanto quando é posto em prática na linguagem cotidiana como no seu uso mais específico em distintos campos de saber – nesse caso, expressando, no seu emprego, diferentes posicionamentos teóricos e normativos. O contato inicial mais específico com o termo foi realizado por meio de estudos que discutem a relação da população com o “mundo do crime” (Zaluar, 2000; Machado da Silva, 2008; Feltran, 2008, 2010), nos quais esse é utilizado para problematizar certo “apoio” da população a grupos criminosos territorializados em seus bairros, no sentido de aprovação, assentimento ou aquiescência. “Apoio” que, por sua vez, estaria atrelado a um conjunto de condições ou configurações sociais presentes nessas localidades. Desse modo, é possível assinalar que foi por meio do interesse na problematização do uso termo nesse sentido e, conseqüentemente, do campo de questões que este suscita na conformação das relações entre a população e esses grupos, que o presente trabalho também é produzido. Contudo, a utilização do termo enquanto “apoio” acaba por não evidenciar as imbricadas relações de poder presentes nessas situações de proximidade, em princípio físicas, da população com o “mundo do crime”, inclusive diante da sua constituição enquanto poder armado. Assim, é diante de certo apagamento dessas relações de poder, que pode ser ocasionado pela adoção da concepção de legitimidade enquanto “apoio”, que diferentes autores salientam o perigo político em reiterar a estigmatização dessas populações ao se afirmar uma possível legitimidade desses grupos criminosos (Zaluar, 2000; Machado da Silva e Leite, 2008).

Essa compreensão, entretanto, ao invés de motivar um abandono da categoria legitimidade, sugere sua proficuidade analítica no campo de estudos sobre poder. Delimitação que vem tradicionalmente sendo feita no interior das teorias políticas de poder e da sociologia política, contemplando especialmente a relação do Estado com os governados. Conseqüente, ao fazer esse enquadramento, diferentes entendimentos teóricos e metodológicos no que concerne ao próprio conceito de poder estão aí implicados, bem como o desafio de transpor essa discussão teórica para pensar as relações entre a população e os grupos criminosos (sob a normatividade do PCC).

Nesse trabalho, é a partir de Berger e Luckmann (1985) que a legitimidade é inicialmente circunscrita e, posteriormente, por meio das análises de Weber a respeito da dominação política, inserida no campo do poder. Entretanto, outros autores são igualmente importantes na problematização desse conceito, sendo considerados ao longo do trabalho, destacando-se as análises de Foucault (2005, 2014), Elias (1993, 1994a, 1994b, 2008) e Bourdieu (1998a, 2013). Embora reconhecidas as distâncias nas concepções (teóricas e metodológicas) desses autores, algumas convergências os tornam fundamentais para o delineamento da questão como aqui entendida, inclusive no que diz respeito à forma de entendimento do poder, central para o delineamento do conceito de legitimidade. Nessa perspectiva, as análises desses distintos autores sobressaem-se ao permitirem compreender o poder enquanto: i) estruturante de todas as relações sociais e, portanto, disseminado pelo corpo social (Foucault, 2014), embora com “potenciais de ser retido” (Elias, 1994b, 2008) por certos grupos, em certas circunstâncias históricas; ii) não exclusivo à esfera econômica; iii) não antitético ao uso da força física, mas igualmente não limitado a puras relações de força física e, portanto, também relacionado ao mundo dos significados socialmente compartilhados (Weber, 2004a; Bourdieu, 1998a, 2013). Assim, mais do que adotar a visão estrita de algum dos autores, com todos os seus pressupostos, optou-se por constituir um campo de problematização com suas diferentes contribuições, a fim de apreender o conjunto de tensões pelo “direito” de gerir condutas e aplicar sanções, no qual desponta a pretensão de legitimidade do PCC. Para esclarecer a forma como o conceito de legitimidade é delimitado nesse trabalho, a argumentação é realizada por meio de três eixos específicos, nas quais as contribuições dos diferentes autores mencionados são situadas.

Justificação e reconhecimento

A partir de Berger e Luckmann (1985) é possível pontuar, em princípio, a legitimidade de uma maneira ampla, ainda não estritamente interligada ao poder, elencando a legitimidade como elemento essencial na produção da realidade social, tanto na sua objetividade (inclusive, como forma de manutenção das instituições sociais) quanto interioridade e, portanto, atuante na conformação da conduta dos agentes e nos seus processos de subjetivação.

Como indicam os autores, toda tipificação da ação humana habitual produz uma determinada institucionalização, que tem como caráter ter sido construída a partir de uma história social partilhada, pressupondo, além disso, certo controle da conduta dos agentes. Portanto, a conformação de qualquer instituição implicaria que *“(...) ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X. Por exemplo, a instituição da lei postula que cabeças serão decepadas de maneiras específicas em circunstâncias específicas, e que tipos determinados de indivíduos terão de fazer a decapitação (...)”* (Berger e

Luckmann, 1985, p.79). A manutenção dessas instituições, com a vinda de novas gerações, exigiria mecanismos específicos, a fim de tornar a ordem existente “plausível” para aqueles que não participaram de sua constituição inicial. Esse papel seria cumprido pelos processos de legitimação, compreendidos como processos pelos quais o mundo institucional seria ao mesmo tempo “explicado” e “justificado”. Como afirmam os autores: *“A função da legitimidade consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de ‘primeira ordem’, que foram institucionalizadas”* (Berger e Luckmann, 1985, p.127). Ao cumprir esse papel, os processos de legitimação teriam como propósito integrar a realidade social e colaborar para sua manutenção, tal como foi instituída. Legitimações que se dariam em vários níveis, desde os mais incipientes ou pré-teóricos, passando por níveis intermediários de explicação, até a constituição de universos simbólicos capazes de integrar diferentes áreas de significação. No interior desse quadro teórico, é possível identificar um duplo movimento no entendimento da legitimidade: a constituição social dos mecanismos de legitimação e dos seus “legitimadores” que produzem, modificam ou transmitem essas definições, justificando, portanto, certa ordem social; e os sujeitos defrontados com essas definições (por meio de processos socializadores) e a possível internalização dessas referências (o que inclui pensar os diferentes resultados, ruídos ou resistências na ativação desse movimento). Os processos de legitimação atuariam, assim, sobre os mecanismos de subjetivação e formação da conduta dos sujeitos, ao produzirem significações para a realidade existente, ou seja, definições específicas para essa realidade.

Esse duplo caráter, que dá dinamismo à conformação da legitimidade, é um dos elementos estimados como fundamentais no decorrer desse trabalho, o qual, no entanto, é entendido no interior das relações de poder. Nesse ponto, as análises sobre dominação em Weber (2003, 2004a, 2004b) constituem-se como referência primeira, já que estabelecem um entendimento pioneiro desse duplo movimento no cerne dessas relações.

Weber é um dos sociólogos mais expoente no tratamento da questão da legitimidade no âmbito das comunidades políticas, cuja análise inscreve-se no interior de sua sociologia da dominação. Segundo o autor, a dominação é um dos aspectos mais importantes da ação social, estando presente nas diferentes esferas da vida social. Dominação entendida como *“(...) um caso especial do poder”* (Weber, 2004b, p.187), enquanto *“(...) possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria”* (Weber, 2004b, p.188). A preocupação do autor dirige-se em entender os fundamentos pelos quais é possível a manutenção de certas estruturas ou formas de dominação¹⁸. Para tanto, assinala

¹⁸ Weber indica, entretanto, que há uma variedade de formas de dominação, dentre estas, duas totalmente opostas: aquela em virtude de um conjunto de interesses (inclusive na esfera econômica) e aquela em virtude de autoridade, a qual refere-se o poder de mando e o dever de obediência. A análise desenvolvida pelo autor

para a importância em compreender não só os meios externos nos quais se apoiam (como a coação por meio da força física), mas também seus fundamentos justificativos. É nesse último aspecto que ganha relevância, no seu entendimento, a atribuição de legitimidade, também em seu caráter duplo, ou seja, enquanto *autojustificação* de um poder e *reconhecimento* da sua validade por aqueles que estão no interior de estruturas de dominação. A legitimidade aparece nesse registro como uma necessidade para a manutenção desse tipo de poder ao longo do tempo: “(...) a subsistência de toda ‘dominação’, no sentido técnico que damos à palavra, depende, no mais alto grau, da autojustificação mediante o apelo aos princípios de sua legitimação” (Weber, 2004b, p.197) e, conseqüentemente, ao “reconhecimento” de sua validade pelos “dominados”. Embora sua argumentação evidencie que na realidade a obediência no interior das estruturas de dominação seja condicionada por diferentes motivos, como o medo, a impotência ou a expectativa de receber alguma recompensa, estas não seriam decisivas para a classificação do “espírito de dominação”, mas sim a *crença na sua legitimidade*, que proporcionaria esse caráter modelar ou obrigatório às condutas, criando um sentimento de dever (essencial, portanto, para a conservação da dominação)¹⁹. Como apontado por ele: “(...) não basta para os nossos fins o resultado puramente externo, o cumprimento efetivo do mandado, pois não é indiferente para nós o sentido de sua aceitação como norma ‘vigente’” (Weber, 2004b, p.191). A problemática da dominação, colocada nesses termos, faz a distinção entre obedecer a ordens concretas e cumprir normas reconhecidas, ressaltando a importância de uma análise que considere a validade normativa (ou seja, o “dever ser”)²⁰. Validade normativa que, por sua vez, é referida pelo autor a um universo de crenças e valores.

refere-se, especificamente, a essa última forma: “Por ‘dominação’ compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influenciam de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (‘obediência’).” (Weber, 2004b, p. 191)

¹⁹ Segundo o autor, toda ação ou relação social pode ser orientada “pela representação da existência de uma ordem legítima” (Weber, 2004a, p.19), entendendo por “ordem” um conjunto de máximas que orientam a conduta dos indivíduos e “legítima” quando a orientação efetiva por estas máximas está atrelada, entre outros motivos, ao seu caráter modelar ou obrigatório frente aos indivíduos. A orientação pelo reconhecimento da legitimidade de uma ordem seria menos mutável do que a orientação por motivos racionais referentes a fins ou em virtude do mero costume.

²⁰ Apesar do peso que Weber atribui às garantias “internas” da dominação, as garantias externas também se apresentam como proeminentes na sua obra. É, nesse sentido, que as expectativas de determinadas consequências externas são indicadas como presentes na orientação da conduta dos agentes e na manutenção de uma determinada ordem. Essas consistem tanto na possibilidade de reprovação do grupo social no qual se está inserido (nesse caso, fala-se em “convenção”) como na “(...) probabilidade de coação (física ou psíquica) exercida por determinado grupo de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (Weber, 2004a, p.21), (nesse caso, fala-se em “direito”). Nessa perspectiva, toda organização de dominação, além da atitude de obediência dos “dominados” diante daqueles que reclamam a legitimidade de seu poder, exigiria a disposição sobre aqueles bens concretos que eventualmente são necessários para aplicação da coação física. Sua definição sobre comunidade política condensa esse aspecto, ao estabelecer a pretensão ao monopólio legítimo da violência física como sendo um aspecto determinante.

Para o autor, a vigência legítima de uma ordem pode ser conformada em virtude de diferentes aspectos. Nessa perspectiva, constitui-se sua teorização sobre as formas de dominação legítima do Estado, ou seja, sobre as justificações “típico ideais” referentes às estruturas de dominação (cujas adaptações, transformações ou combinações resultariam em formas encontradas historicamente). De acordo com sua tipologia, são três as justificações intrínsecas que fundamentam essa legitimidade: a tradição (a força do “eterno ontem”), o carisma do líder (a autoridade do “dom da graça”, ou seja, dos poderes extraordinários de um indivíduo) e a legalidade (a crença na validade do estatuto legal). Para o autor, *"a forma de legitimidade hoje mais corrente é a crença na legalidade: a submissão a estatutos estabelecidos pelo procedimento habitual e formalmente correto"* (Weber, 2004a, p.23), ou seja, a dominação *"fundada na crença da validade do estatuto legal e na competência funcional baseada em normas racionalmente definidas"* (Weber, 2003, p.11). Dessa forma, depreende-se de sua análise a importância atribuída aos significados na conformação do mundo social e, mais especificamente, na sustentação das estruturas de dominação.

Para os objetivos desse trabalho, o duplo caráter da conformação da legitimidade, analisada por Weber (2004a, 2004b), e também pontuada por Berger e Luckmann (1985), ou seja, enquanto *autojustificação* e *reconhecimento*, é um dos elementos considerados como fundamentais. A legitimidade pode ser assim estimada no seu caráter dinâmico, processual e também “dialógico” (Bottoms e Tankebe, 2012). Isto é, como um processo interativo que envolve ambos “dominantes” e “dominados”, em um conjunto de práticas contínuas na busca e atribuição de legitimidade; e dentro dessa definição, como algo sempre em aberto, dependente de um conjunto de relações sociais (e de poder). O que não exclui, porém, pensar a consagração de ordens sociais específicas, em certas conjunturas históricas, que passam a ter força sobre a constituição das subjetividades dos sujeitos e sobre sua conduta. Consagração, portanto, entendida como fruto desse processo dinâmico de forças sociais pelo estabelecimento de visões legítimas do mundo. Trata-se, de tal modo, igualmente considerar a relevância dos significados na constituição da realidade social e também dos sujeitos. Significados construídos (e reconstruídos) a partir de distintas práticas sociais no interior de ordens sócio históricas específicas e, por que não dizer, a partir de práticas ou estratégias de poder específicas e disputas pela imposição de sentidos (isto é, pelo estabelecimento de certa plausibilidade).

Destarte, de acordo com Weber, ordens “externas” podem ao mesmo tempo estar garantidas “internamente”, cabendo a Sociologia empírica definir se uma ordem que apresenta vigência entre um conjunto de pessoas se orienta por máximas “éticas”, por exemplo, ou apenas por garantias externas. Padrão ético especificado pelo autor como a adoção de uma norma pelo indivíduo por essa ser considerada “moralmente boa” dentro do círculo de pessoas do qual faz parte, ou seja, dentro daquilo que é reconhecido como válido.

As justificações simbólicas do poder também se estabelecem de forma central nas análises de Bourdieu (1998a; 2013), especificamente em suas considerações sobre as lutas pela definição legítima das divisões do mundo social e conformação de grupos sociais, as quais são compreendidas enquanto: *“(...) lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos”* (Bourdieu, 1998a, p.108). Como indica Miceli (2013), há uma congruência na importância dada por Weber e Bourdieu ao simbolismo na análise dos sistemas de dominação, o que não os abstém de mostrar o uso da força como elemento último de qualquer dominação.

(...) a noção genérica que Bourdieu possui a respeito do poder lembra de perto a definição weberiana segundo a qual a violência e a força constituem a última ratio do sistema de dominação, o que não impede a ênfase concedida por ambos à problemática do simbolismo de que se reveste toda e qualquer dominação. Assim, deixam em suspenso a questão dos aparelhos diretamente repressivos em que se assenta uma determinada forma de dominação em favor dos tipos de legitimidade que consolidam o circuito propriamente político entre dominantes e dominados através dos diversos aparelhos de produção simbólica. (Miceli, 2013, p.LI-LII)

Verifica-se, dessa maneira, a importância que adquire a legitimidade, tanto enquanto sistema de justificações de uma determinada ordem (que tem pretensões de monopolizar uma visão de mundo) quanto como reconhecimento dessa ordem pelos agentes, na própria produção e reprodução dessa ordem, com todas as distinções sociais que lhe são intrínsecas. Consequentemente, a existência de uma determinada ordem legítima revela certa configuração de forças constituídas historicamente, ou seja, um campo permeado por disputas de poder com pretensões de monopólio sobre um determinado bem ou visão de mundo, que resultam em uma hierarquia social entre ordens legítimas e não-legítimas, dependente do equilíbrio de forças existentes em determinado momento histórico, onde o uso da força física continua sempre operante.

Outro ponto de destaque diz respeito à relação entre legitimidade e legalidade assinalada por Weber no que concerne à modernidade (2004a; 2004b), indicando uma consagração histórica dos estatutos legais, especialmente como forma de controle social. Como evidencia Dias (2013), essa correspondência dificilmente poderia permitir entender, por meio do ponto de vista analítico do autor, o poder exercido pelo PCC, uma vez estimado o seu caráter de ilegalidade. Entretanto, ao posicionar a confluência entre legitimidade e legalidade em sua historicidade e contextualização social (e, portanto, em sua conformação sempre dinâmica e provisória), acredito que seja possível introduzir o poder do PCC em sua pretensão de legitimidade. Sobretudo considerando essa pretensão na sua condição de tensionamento frente à legalidade e legitimidade estatal. Legalidade estatal que, por sua vez, deve ser considerada igualmente perante seus contornos específicos no país, tanto enquanto

normatividade como prática. Nessa perspectiva, para além de evidenciar, como Weber, que a forma de legitimidade mais recorrente na modernidade é o reconhecimento da legalidade (estatal), acredito ser necessário colocar essa legalidade em aberto, a fim de entender o que constitui essa legalidade atualmente em suas práticas e em sua relação com outras normatividades que compõem o corpo social. Essa abertura permite pensar não só a relação da população com o Estado, ou melhor, a dinâmica dessa relação, mas também a relação da população com outros poderes que também se constituem nessa luta por legitimidade, principalmente em relação ao uso da força física (e seu controle) e o “direito” em punir.

Disputas por legitimidade

É na consideração das referidas disputas pela imposição de sentidos e conformação de condutas, que as análises de Foucault (2005) igualmente se constituem como fecundas para o entendimento da legitimidade. O autor, embora questione o uso do termo legitimidade, e a teoria da soberania à qual é inerente, fornece elementos essenciais para reintroduzir essa categoria no interior de disputas sociais de poder (e dominação). Sua crítica destina-se essencialmente às teorias político-jurídicas do poder soberano, para as quais a legitimidade também é uma categoria central²¹. Conforme Foucault (2005), essas teorias, ao invés de apreenderem os mecanismos e as disputas pela constituição da legitimidade, pretendem fixar fundamentos últimos da legitimidade do poder, ou seja, “verdades” universais, que ao demonstrarem uma pretensa identificação entre “dominantes” e “dominados”, atuam mascarando as lutas, os embates, a dominação. É dentro dessa discussão que o autor evidencia o estabelecimento histórico de diferentes discursos, tecidos com o objetivo de conceder legitimidade ao poder soberano, com vistas a encobrir a dominação e, ao mesmo tempo, proporcionar o fortalecimento desse poder. Ao fazer essa crítica, o autor chama a atenção para um dos elementos centrais em suas análises: a constituição de “discursos verdadeiros” na conformação do social. Discursos que longe de expressarem uma “verdade última” conformam-se em sua multiplicidade e

²¹ É no intuito de explicar sua abordagem que o autor discorre sobre a existência de dois grandes sistemas de análise do poder. Um que se articularia em torno das teorias do contrato, encontrado nos filósofos do século XVIII, nas quais o poder é entendido enquanto uma concessão dos súditos ao soberano. E onde o risco de abuso desse poder, para além dos termos do contrato, é percebido como opressão, conformando uma discussão sobre os mecanismos necessários para limitar esse poder, a fim de que esse poder conserve sua legitimidade. No interior dessas teorias é pressuposta a identificação implícita, entre governantes e governados, entre a nação e seu soberano. E outro sistema de análise que atuaria nos termos de mostrar a continuação da guerra no poder político constituído, ou seja, as relações de dominação, de repressão operantes no interior dessa mesma soberania. Análise que faria desaparecer a identificação dos súditos com o soberano e, no seu lugar, mostraria os embates, os enfrentamentos. Análise que, por conseguinte, enxergaria no lugar da legitimidade de um poder, a produção de uma submissão. Abordagem à qual ele faz o elogio e à qual se filia.

conexão com estratégias de poder²². Assim, a legitimidade do poder, como constituída pela teoria político-jurídica, pode ser compreendida como um desses “discursos” e não como o discurso verdadeiro. É com vistas a trazer para a cena essas disputas, encobertas por essas teorias político-jurídicas, que Foucault propõe uma análise que indague não sobre o Estado e sua pretensa legitimidade, mas sim sobre a constituição dos súditos e os mecanismos de dominação: *“A fabricação dos sujeitos muito mais do que a gênese do soberano: aí está o tema geral”* (Foucault, 2005, p.52).

Todavia, mais do que abandonar a categoria legitimidade, como sugere o autor, acredito ser possível entendê-la a partir dessas múltiplas disputas de poder, por meio da conformação de “discursos verdadeiros” e outros mecanismos de poder. Dessa forma, vislumbra-se ser possível, a partir do seu próprio arcabouço teórico, inserir a legitimidade no interior das lutas que permeiam o corpo social e no interior das práticas (objetivas e simbólicas) de dominação. Entende-se, nesse sentido, que a análise da legitimidade pode permitir apreender as tensões em torno das disputas por poder. É possível retomar, dessa maneira, a ideia já sugerida de legitimidade como disputa pela definição (e justificação) da realidade, isto é, pela imposição de sentidos, com efeitos na conformação dos sujeitos e suas condutas. Como indica Foucault, as relações de força que constituem o corpo social não podem estabelecer-se, nem funcionar sem a produção, a acumulação e o funcionamento de “discursos verdadeiros”. Utilizados para justificar o poder, esses produzem, além de saber, efeitos específicos de poder: *“(…) somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder”* (Foucault, 2005, p.29). Por sua vez, considero como um desses possíveis efeitos o próprio reconhecimento da legitimidade de um poder. Reconhecimento entendido, portanto, como algo produzido por relações de poder. No interior do projeto foucaultiano, essa compreensão assinala para as conexões entre a produção dos sujeitos ou de subjetividades e práticas discursivas e não discursivas de poder. Nos termos do autor, retomando a chave de compreensão dupla de justificação e reconhecimento, o processo de produção de legitimidade pode ser compreendido, por conseguinte, enquanto busca de construção de regimes de verdade (por meio de práticas discursivas e não discursivas de poder) e como conformação de subjetividades. Nessa perspectiva, como um mecanismo de dominação.

Dominação, que conforme Foucault, não deve ser considerada enquanto dominação geral de um sobre os outros, mas como multiplicidade de poderes, de formas de dominação que perpassam a sociedade. Nessa perspectiva, tem-se o poder não *“como uma propriedade, mas como uma estratégia”* (Foucault,

²² Segundo o autor: *“(…) aquele que fala, aquele que diz a verdade (...) está forçosamente de um lado ou de outro: ele está na batalha, ele tem adversários, ele trabalha para uma vitória particular”* (Foucault, 2005, p.60).

2014, p.30). Assim, se autor não descarta a possibilidade do estudo dos grandes aparelhos estatais, defende que é preciso se dedicar à análise da multiplicidade de sujeições que esses aparelhos produzem: *“(...) não, portanto, o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas, não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorrem e funcionam no interior do corpo social”* (Foucault, 2005, p.32). Essa abertura possibilita pensar não só os diferentes braços do Estado e suas práticas concretas de dominação, mas também diferentes poderes que também exercem suas táticas e estratégias pelo corpo social. Nesse sentido, é possível igualmente problematizar a atuação do PCC e sua pretensão de legitimidade, constituída por meio de discursos de legitimação e práticas de poder (e sua relação com outros discursos e práticas de poder, como aquelas constituídas pelo Estado). Nessa perspectiva, acredito ser possível inserir as práticas de punição do PCC, com seus efeitos na produção de legitimação do seu poder.

Por conseguinte, identifica-se na sua obra diferentes aspectos que contribuem para o entendimento da conformação dos processos de legitimação, permitindo pensar os mecanismos de constituição de poder do PCC: a importância da constituição dos “discursos verdadeiros” na busca pela legitimidade de um poder, os quais só podem ser entendidos em seu caráter de força e em suas possibilidade de se manifestar a partir de relações de força (embora haja sempre a tentativa de obscurecer as disputas e as arbitrariedades que esses supõem); o espraiamento pelo corpo social de diferentes operadores de poder, de dominação, o que permite ponderar o poder para além de sua concentração em uma instância de poder soberano; os mecanismos de poder postos em operação que funcionam como procedimentos de sujeição, importantes na própria manutenção da dominação e de sua legitimidade. Assim, o autor traz como contribuição central localizar essa legitimidade no seu caráter de poder (como efeito de poder), com todas as implicações indicadas.

Elias (1994b, 2008) mantém uma concepção semelhante à Foucault no que concerne ao poder, compreendendo-o como uma característica estrutural de todas as relações humanas. Nesse sentido, o poder não poderia ser estimado como algo que alguns possuiriam e outros não: *"Dizemos que uma pessoa detém grande poder, como se o poder fosse uma coisa que ela metesse na algibeira. Esta utilização da palavra é uma relíquia de ideias mágico-míticas. O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e o outro não; é uma característica estrutural das relações humanas - de todas as relações humanas"* (Elias, 2008, p.81). Entretanto, o autor assinala para “potenciais de retenção” desse poder por certos indivíduos ou grupos em determinada situação ou posicionamento social, que tornam alguns mais dependentes dos outros e alguns mais capazes de *“influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas”* (Elias, 1994b, p.50). Desse modo, a problemática refere-se a entender *“(...) quem tem maior potencial de reter aquilo de que o outro necessita? Quem, por consequência, está mais ou menos dependente do outro? Quem, portanto, tem que se submeter ou adaptar mais às exigências do*

outro?" (Elias, 2008, p.85-86). Porém, essa balança não é estática, podendo haver alterações nas distribuições de poder. Disto depreende-se sua noção de "equilíbrio de poder", a qual contempla a instabilidade presente nas relações de interdependências entre indivíduos e grupos. As alterações nesses equilíbrios seriam, desta maneira, essenciais no entendimento das próprias mudanças históricas.

Assim, se, de um lado, esse espreadimento do poder pelo corpo social permite considerar e problematizar a própria pretensão de legitimidade do PCC; por outro, não é possível ignorar as conformações de disputas históricas que acabam tendo como resultado o estabelecimento de equilíbrio de forças, de hierarquias entre certos grupos. Isto porque, é no interior desse próprio equilíbrio (embora instável) que é possível a consagração de certos grupos e de suas práticas (discursivas e não discursivas) como legítimas. A legitimidade assinala, de tal modo, para um estado de relações de forças historicamente constituído, que tende a conformar um grupo, por exemplo, como detentor legítimo de certo bem (o que não elimina, mas mantém latentes as lutas e disputas pela manutenção dessa legitimidade). De tal modo, é por meio desse equilíbrio de forças que podem ser problematizadas as distintas relações de poder conformadas pelo Estado (enquanto instância consagrada historicamente na gestão social) e aquelas configuradas pelo PCC (enquanto instância de tensionamento dessa consagração, especialmente no âmbito de gestão de conflitos e aplicação de sanções), ambas em referência à população mais ampla.

Nessa perspectiva, o conjunto dessas considerações analíticas sugere entender a conformação da legitimidade em seu fluxo contínuo, permeado por disputas e estratégias de poder. Sugerem ainda apreender o poder na sua efetividade pelo corpo social, no desenrolar de suas práticas. Designadamente, possibilita colocar em questionamento as práticas (discursivas e não discursivas) acionadas pelo PCC e seus efeitos nos territórios nos quais conquistaram forte territorialização (especialmente por meio de seus mecanismos de punição), as relações tensionadas com a população, bem como as relações com as forças estatais (em sua normatividade e práticas) e os, consequentes, "equilíbrios de poder" implicados no desenvolvimento dessas relações (e seus momentos de desequilíbrios, como em maio de 2006, como será abordado adiante).

A legitimidade e o uso da força física

"(...) a brutalidade que também está ao lado da verdade". (Foucault, 2005, p.65)

A discussão sobre o uso da força física, embora deixada por último nessa delimitação conceitual, representa um dos elementos fundamentais nos estudos sobre a temática. Mais do que isso,

conforma-se como elemento estruturante na sua definição, desde as teorias políticas, passando pela sociologia weberiana até os estudos contemporâneos (muitos referenciados por essa sociologia), especialmente na área de justiça criminal (Tyler, 2006; Levi et al., 2009; Bottoms e Tankebe, 2012; Jackson et al., 2013). Como indicado nos apontamentos relativos a Weber, a legitimidade é, em grande medida, mobilizada com o intuito de entender a manutenção das estruturas de poder para além da coerção pelo uso da força física. É, nesse sentido, que o conceito se delinea igualmente nas teorias sociopolíticas de justificação do poder soberano. Em definição apresentada por Bobbio et al. (1995), a legitimidade seria “(...) *um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população de um grau de consenso capaz de assegurar obediência sem necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos*” (Bobbio et al., 1995, p.675). Nessa perspectiva, o uso da força física apresenta-se, em certa medida, em oposição à legitimidade. Ou seja, como se política e uso da força física fossem em certa maneira opostos no interior da própria comunidade política, com vistas a manter uma estrutura de dominação. Para os fins deste trabalho, aceitando-se essa oposição como pressuposto, a própria possibilidade de atribuir legitimidade ao PCC coloca-se como duplamente problemática, diante do seu posicionamento como poder não estatal e de seu forte caráter de poder armado. Contudo, acredito que mais do que circunscrever a legitimidade e o uso da força física como contrários (bem como, apenas circunscrevê-la à esfera estatal, ou seja, à esfera historicamente consagrada), é preciso igualmente compreender o controle do uso força física exercido por diferentes instâncias sociais de poder e a operacionalização dos *limites* referentes a esse uso no que concerne à justificação e ao reconhecimento implicados na legitimidade de um poder (incluindo o *quanto* de força, *em que situações* e *contra quem*). Ao incluir essa discussão sobre os controles e limites no uso da força física, que nem sempre são os legalmente instituídos pelo direito estatal, pode-se abrir as considerações sobre a legitimidade de um poder para incluir as constantes ponderações ou justificativas em torno do uso da força física (o qual, em sociedades como a brasileira, é mobilizado muito além de casos esporádicos). Ademais, permite pensar os diferentes poderes que se espriam pelo corpo social e que tensionam as estruturas de poder consagradas, inclusive por meio do uso da força física e suas pretensões de legitimidade.

Discussão semelhante, portanto, não se abstém as análises de Weber, para o qual o uso da coação por meio da força física seria contrário ao “espírito da legitimidade”. Entretanto, é nesse mesmo autor, que é possível igualmente encontrar a centralidade do uso da força física na compreensão do próprio Estado, uma vez que esse só poderia ser definido pelo meio específico que lhe é próprio, ou seja, o monopólio legítimo da força física. Nesse sentido, conforme sua concepção, o Estado configura-se historicamente no mundo moderno como única fonte de “direito” a este uso. Desse modo, se como

indicado anteriormente, legitimidade e legalidade estão intimamente implicados no pensamento de Weber, os limites no uso da força física estariam necessariamente definidos pelo direito estatal.

“Naturalmente, a força não se constitui no meio único do Estado – ninguém o jamais afirmaria –, porém a força constitui-se num elemento específico do Estado. No passado, associações tão diferenciadas – começando pela família – utilizaram como instrumento de poder a força física como algo inteiramente normal. Entretanto, atualmente, devemos dizer que um Estado é uma comunidade humana que atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido” (Weber, 2003, p.9).

Embora o autor estabeleça essa relação, o que poderia limitar pensar a legitimidade de um poder e os limites no uso da força física para além da legalidade estatal, acredito que a historicidade contemplada no seu pensamento também fornece instrumentos analíticos para pensar essa relação em sua dinâmica social e, portanto, para além dessas configurações. Ao pontuar a importância da monopolização legítima do uso da força física no entendimento da própria constituição do poder, especialmente do poder estatal, e assinalar para a historicidade implicada nessa monopolização e dos processos de judicialização dos conflitos pelo Estado, o autor permite inserir a legitimidade de um poder na sua prática histórico social e abrir a discussão para os processos ativos de constituição da própria legitimidade, possibilitando problematizar os limites antes referidos. Assim, aquilo que era assinalado como pressuposto pode ser mobilizado como problematização.

Nessa perspectiva, diferentes questões parecem essenciais: o que é justificado ou reconhecido como uso da força legítima (em certo momento ou circunstância histórica e social) e quais os limites ou seletividades implicadas na atribuição dessa legitimidade? Qual a relação entre uso da força legal e legítima? O que isso impacta na própria justificação e reconhecimento de uma determinada estrutura de poder?

Nessa problematização, acredito serem igualmente indicativas as análises de Foucault (2005) referentes à continuação da guerra nos momentos de “paz” no interior das próprias comunidades políticas. Ou seja, a reinserção contínua de relações de força pelo poder político, inclusive por meio de suas diferentes instituições e estabelecimento da própria lei. Como assinala o autor: *“A lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor das engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz (...)”* (Foucault, 2005, p.59). Assim, *“decifrar a guerra sobre a paz”*, é um dos eixos centrais no entendimento do processo de legitimação de estruturas de poder. Decifrar que mecanismos, que estratégias, que sujeitos, que discursos entram em embate na definição histórica do que é justificado e reconhecido como legítimo, como aquilo que é consagrado, incluindo as definições pelo uso da força

física (e seu controle). Algo semelhante ao já sugerido por Telles, também com base em Foucault, no estudo dos processos que atravessam os territórios periféricos urbanos atuais:

“Algo como reativar o sentido de disputa, luta e conflito contido nos modos de produção de lei e ordem, esse amálgama de acasos, casos, ações, circunstâncias singulares e acontecimentos ativados nas disputas, embates e jogos de força, tal como nos ensina a verve nietzschiana de Foucault e que, em algum momento, se sedimenta como estrato, estratificações, lei e ordem. Talvez nisso se possa apreender as linhas de força que atravessam esses embates, surdos ou abertos, o ponto de emergência de acontecimentos que redefinem o que está posto como presente e abrem a fenda pela qual o embate de possíveis (incertos e indeterminados) se põe como atualidade” (Telles, 2010, p.263).

Isto se torna importante, portanto, com vistas a pensar: o próprio estabelecimento do que é legítimo em referências às estruturas estatais e não estatais de poder; os diferentes poderes espalhados pelo corpo social em disputa com os poderes consagrados historicamente (incluindo-se aqui o PCC); além da própria configuração do PCC em diferentes momentos de sua formação e consolidação (Dias, 2013) e suas pretensões de legitimidade nos presídios e nas relações com a população. De tal modo, a justificação e reconhecimento do uso da força física como legítimo (e dos limites e seletividades que embasam essa legitimidade) dependerá da análise das relações de força que perpassam determinada sociedade, da identificação dos embates entre diferentes “adversários” e dos poderes de definição da realidade que cada um destes possui²³.

Assim, se a categoria legitimidade é produzida para designar um universo além da força física, ou seja, um universo de significações sociais atrelado à base das estruturas de poder, nem por isso a força física está excluída da conformação dessa legitimidade. Isso tanto enquanto elemento inserido nesses próprios significados quanto através do seu uso real (e cotidiano) nas disputas pelo poder. Uso da força física (com seus limites e seletividades) que, portanto, é continuamente ressignificado socialmente, inserindo-se em uma luta por classificações em relação à própria realidade, com efeitos de poder sobre as subjetividades e conduta dos sujeitos.

Portanto, em oposição às definições de legitimidade que procuram, em certa medida, contrapor-la ao uso da força física, nesta tese, sustenta-se que esse uso, bem como as concepções e valores que o envolvem, precisam também ser inseridos no entendimento da própria legitimidade (o que não elimina incluir a coação pela força física como limite à legitimidade de um poder, apenas amplia essa

²³ Assim, como indicam Berger e Luckmann: “Para entender o estado do universo socialmente construído em qualquer momento, ou a variação dele com o tempo, é preciso entender a organização social que permite aos definidores fazerem sua definição. Dito um pouco rudemente, é essencial insistir nas questões sobre as conceitualizações da realidade historicamente acessíveis, do abstrato ‘O que?’ ao sociologicamente concreto ‘Quem diz?’” (Berger e Luckmann, 1985, p. 157).

perspectiva, a fim de inserir outras possibilidades). Ou seja, considera-se igualmente o uso da força física como um dos mecanismos utilizados para a manutenção da legitimidade de um poder. Assim, *a forma com a qual esse uso é gerido, os limites e seletividades operantes no seu uso, as concepções de “justiça” que envolvem o seu uso* são todos elementos essenciais que, ao invés de expulsar o uso da força física da conformação da legitimidade de um poder, contribuem para o constante processo de constituição da legitimidade. Assim, se é preciso considerar que outros elementos, para além da força física, contribuem para forjar a legitimidade de um poder, a operacionalização e simbolização do seu uso não podem ser abandonadas, tendo papel fundamental, inclusive quando estão em questão poderes armados, como o Estado e o PCC. Retomando a epígrafe desse tópico, escrita por Foucault (2005), e traduzindo-a para os propósitos desse trabalho, é possível sugerir que a brutalidade também está do lado da conformação de “legitimidades”. Assim, os próprios limites no uso da força estão sempre em disputa, tensionando inclusive a normatividade da própria lei frente à sua aplicação cotidiana por seus diferentes operadores. De tal modo, a operacionalização da própria lei põe essa disputa em funcionamento, reatualizando relações de força pela definição do que é ou não legítimo. Se essa lógica opera no interior dos mecanismos estatais, outros poderes também estão aí inclusos. Para os fins desse trabalho, considera-se o próprio PCC, que entra na disputa por esses parâmetros no uso da força física (em diálogo com os próprios parâmetros estatais). Uso da força física, no seu limite, conexo à própria reivindicação pelo “direito” em matar, reatualizando dissimetrias sociais.

Ademais, se, como indica Wieviorka (1997), em referência ao mundo contemporâneo, há uma desvalorização discursiva da “violência” (enquanto uso da força física) na esfera política na qualidade de mecanismo de mudança social (em contraposição, portanto, às representações de uma tradição política revolucionária)²⁴; esta “violência”, por sua vez, não deixa de fazer parte dessa mesma esfera política, embora de maneira transformada. É inclusive contra as consideradas “ameaças internas”, entre as quais fortemente estão incluídos os sujeitos estimados como delinquentes ou criminosos, que essa “violência” é discursivamente reposta, não no seu elogio, mas enquanto algo que deve ser extirpado da comunidade política. Na prática, no entanto, esse discurso da ameaça interna tem tido constantemente como efeito a própria reprodução da “violência”. É nesse tensionamento que os limites do uso da força física, suas justificações e reconhecimento, sua legalidade e legitimidade são continuamente reatualizados, especialmente quando se observa as práticas de agentes de segurança estatais. Essa lógica pode ser situada retomando as considerações de Foucault (2005) sobre o direito de matar constituído no interior dos sistemas de poder, especificamente a reinserção do velho direito

²⁴ Principalmente nas décadas de 1960 e 1970, conformadas por distintos movimentos políticos de esquerda e direita em diversos países, que contaram com justificativas e apoios de diferentes correntes intelectuais e políticas (Wieviorka, 1997).

de soberania de “fazer morrer” no interior dos sistemas regulamentadores de poder ou biopoder (definidos pela sua propriedade em “fazer viver”)²⁵. Conforme o autor, essa reinserção é tornada possível por meio da agregação do “racismo”, entendido como aquilo que separa no interior da população aqueles que por suas diferentes características ou atributos (considerados mais ou menos prejudiciais ao corpo social como um todo) devem viver ou, ao contrário, devem morrer. Mecanismo que fragmenta a sociedade em nome da própria “defesa da sociedade”, em nome de sua manutenção ou proteção. Como indica o autor, a própria criminalidade foi pensada nos termos desse racismo, isso *“a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento”* (Foucault, 2005, p.308). O racismo opera, assim, como mecanismo de justificativa do poder, a fim de tornar “aceitável” a possibilidade de tirar a vida de alguém. Destarte, é possível conceber o uso da força física e, no extremo, o assassinato de alguém, como aspectos em disputa por justificação pública e política e, conseqüentemente, por legitimidade, sejam cometidas por e em nome do próprio Estado ou por outras instâncias de poder.

Estudos recentes na área de justiça criminal (Tyler, 2006; Levi et al., 2009; Bottoms e Tankebe, 2012; Jackson et al., 2013), voltados para o entendimento da legitimidade no interior das instituições de segurança pública e de justiça estatais, também mobilizam ponderações sobre o uso da força física e seus limites na produção de reconhecimento de uma autoridade. As discussões desenvolvessem-se prioritariamente no sentido de investigar e entender os motivos que favorecem ou não a observância às leis por parte dos cidadãos, em outras palavras, as bases nas quais a legitimidade do poder (estatal) pode ser forjada. Grande parte desses estudos, influenciados principalmente por Tom Tyler, tem defendido como elemento essencial para a constituição dessa legitimidade a “justiça procedimental”, inferida principalmente pela justiça das decisões assumidas por essas instituições perante os cidadãos e pela justiça no tratamento dispendido²⁶. Ganham centralidade, de tal modo, as ponderações sobre

²⁵ De acordo com Foucault (2005), uma das transformações mais significativas do direito político do século XIX foi o surgimento do poder de regulamentação da vida (ou biopolítica), o qual tem como característica fundamental deixar a morte de lado e produzir a vida. Ou seja: *“Aquém (...) do grande poder absoluto (...) que era o poder de soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, (...) sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer”* (Foucault, 2005, p.294) Contudo, longe de substituir o velho poder soberano, no interior do qual o direito de matar ou de “fazer morrer” é central, acaba por articular-se a este, especialmente por meio do estabelecimento do “racismo”.

²⁶ Essa linha de pesquisa ressalta a importância da “justiça procedimental” para a conformação da legitimidade nas sociedades contemporâneas, com enfoque nas instituições policiais e de justiça. A “justiça procedimental” é entendida em termos de adequação em que os “detentores de poder” (por meio das diferentes instituições e agentes) exercem sua autoridade, abrangendo dois prismas fundamentais: i) as considerações da população sobre a “justeza” e ou imparcialidade das decisões adotadas pelos agentes que representam essas instituições, e ii) as considerações sobre a “justeza” no tratamento interpessoal ofertado (Tyler, 2006; Levi et al., 2009; Bottoms e Tankebe, 2012; Jackson et al., 2013).

o que é considerado (ou socialmente conformado) como *justo* e os elementos mobilizados para inferir essa avaliação. Além disso, identifica-se, no interior desses estudos, a importância atribuída à construção da legitimidade nas práticas cotidianas, especialmente por meio daqueles que representam a autoridade do Estado ou da lei junto aos cidadãos, colocando essas prerrogativas em movimento e constante avaliação por aqueles que são alvo desse poder (produzindo sua reprodução ou contestação). No que concerne ao aspecto da justiça dispendida no tratamento dessas instituições frente aos cidadãos, insere-se fortemente a questão dos limites no uso da força física, ou seja, sobre aquilo que é considerado ou não tolerado tanto em ações individuais (onde é medida a própria avaliação sobre a qualidade do tratamento dispendido), como coletivamente (quando as práticas institucionais são avaliadas de maneira mais geral ou em referência a territórios ou bairros específicos).

Desse modo, é possível considerar que esses limites, embora individualmente avaliados (por meio de experiências individuais), igualmente têm suas bases em posicionamentos coletivos sobre *contra quem* e *em que situações* certo uso da força física é justificável ou não, o que, portanto, também é construído histórica e socialmente. Assim, diferentes posicionamentos sociais (que marcam diferentes possibilidades de “retenção de poder”), especialmente em sociedades fortemente desiguais como a brasileira, influenciam tanto a forma de atuação dessas instituições, inclusive no que se refere ao uso da força física, bem como as dissimetrias de avaliações e significações dos sujeitos sobre esse uso.

Ademais, torna-se importante sublinhar que é na configuração desses posicionamentos sociais desiguais que a proximidade da população com o PCC em determinados territórios constitui-se como possibilidade, o que influencia não só suas ponderações e experiências em relação a essa instância de poder, mas também aquelas referentes à presença diferencial das instituições estatais nesses territórios. Diante desses posicionamentos sociais desiguais, com efeitos nas experiências e processos de subjetivação, é possível pressupor conformações de reconhecimentos também diferenciais em relação às distintas estruturas de poder e às suas pretensões pelo “direito de punir” (incluindo o “direito de matar”). Pelo exposto, sustenta-se, portanto, as vantagens analíticas em conceber o uso da força física com seus limites e seletividades (enquanto prática discursiva e não discursiva) não como componente contrário, mas central na problematização sobre as pretensões de legitimidade tanto do Estado como do PCC.

As análises de Susanne Karstedt (2013), sobre a existência de legitimidade nos regimes políticos não democráticos, também permitem um ponto de vista profícuo para problematizar as pretensões de legitimidade do PCC, bem como o uso da força física como componente nas considerações sobre legitimidade de uma estrutura de poder. Como assinala a autora, a legitimidade não é privilégio das democracias, assim como não é possível considerar que os regimes não democráticos contemporâneos

são exclusivamente baseados na coerção ou ainda que a conformidade seja totalmente voluntária nas democracias (Karstedt, 2013, p.132). Entretanto, uma presunção mais normativa verificada em relação à legitimidade, restringindo sua pertinência às democracias, teria como efeito dificultar o entendimento da questão no interior de regimes não democráticos.

Segundo Karstedt (2013), o conceito de legitimidade tem um duplo caráter, isto é, empírico e normativo. No que concerne à definição empírica (em consonância com a adotada no interior dos estudos sobre justiça criminal), a legitimidade é assinalada pela autora como um processo interativo de busca pelo direito de governar por parte dos governantes e reconhecimento ou aceitação desse direito pelos governados, no transcorrer do qual ganharia importância a confiança nas autoridades e os mecanismos que a favoreceriam (ou não). Contudo, também seria um conceito com significado normativo. Nessa perspectiva, aquilo que é considerado legítimo encontra-se estritamente vinculado a valores, normas e instituições de uma dada sociedade. Isto revela o enraizamento cultural, histórico e social relacionado ao processo de construção de estruturas de poder legítimas, o que já é pautado pelas análises de Weber (2004a,2004b). Assim, as próprias considerações atuais sobre “justiça procedimental” estariam estritamente conectadas aos padrões valorativos de legitimidade nas democracias. Por sua vez, é pela via da conceptualização empírica da legitimidade, que implica uma análise igualmente empírica do enraizamento assinalado (ou seja, dos valores e crenças de uma determinada sociedade), que a autora defende ser possível pensar a legitimidade de sistemas não democráticos, bem como daqueles democráticos (embora possam diferir os mecanismos que tenham capacidade de gerá-la). Assim, de acordo com o ponto de vista weberiano, a autora indica que é preciso estudar como a legitimidade é gerada em diferentes contextos institucionais e culturais, cada um requerendo e produzindo seu próprio tipo de legitimidade (Karstedt, 2013, p.134).

Ademais, conforme a autora, essa perspectiva analítica permite que as próprias práticas de “violência” mobilizadas nos regimes não democráticos (como ações de tortura) possam ser consideradas na sua possibilidade de serem justificadas e estimadas como legítimas (com efeitos na legitimidade das estruturas de poder com um todo). Isso especialmente pelo mecanismo de *seletividade* operante nesses regimes. Como assinala Karstedt (2013), esses regimes não utilizam a coerção indiscriminadamente (e nem provocam medo em toda a população), mas agem de forma seletiva contra grupos específicos e, nesse sentido, conseguem obter consentimento da maioria da população (Karstedt, 2013, p.134). Como será demonstrado ao longo do trabalho, esse é um ponto essencial para entender a legitimidade do uso da força física no próprio contexto brasileiro, tanto no que concerne às forças de segurança estatais, como também nas práticas e ponderações referentes ao PCC, incluindo as justificativas adotadas e as possibilidades de aceitabilidade e reconhecimento desse uso perante diferentes grupos sociais.

Os três eixos descritos perfazem o arcabouço teórico central desse trabalho, demonstrando como a categoria legitimidade pode ser mobilizada a fim de entender a configuração de distintas relações sociais, incluindo aquelas que abarcam o surgimento e atuação do PCC. Em suma, pretendeu-se delinear a legitimidade: i) em seu caráter de poder e, portanto, situada no interior de relações de disputa pela definição da realidade e construção de critérios de plausibilidade social, envolvendo nessa produção práticas discursivas e não discursivas; ii) enquanto processo, envolvendo um jogo permanente entre justificações (de um poder e suas práticas) e possibilidades de reconhecimento desse poder. E, dentro dessa acepção, como algo sempre em aberto, dependente do conjunto forças onde se conforma; iii) consequentemente, como resultado de processos históricos sociais que consagram certas ordens sociais como legítimas ou “verdadeiras” (o que não exclui, mas ativa continuamente as disputas entre diferentes grupos e suas pretensões de legitimidade), logo, passível de mudanças e disputas. Identifica-se, desse modo, a necessidade de temporalizar sua constituição, a fim de compreender o que molda a legitimidade de uma instância de poder em determinado tempo histórico, sociedade e cultura. Uma das questões essenciais no estudo da legitimidade, por conseguinte, consiste em entender as bases nas quais a legitimidade de um poder pode ser forjada, o que pode variar conforme diferentes temporalidades históricas e contextos sociais; iv) e, por fim, como processo que não simplesmente opõe-se ao uso da força física (em seus limites e seletividades), uma vez que esse uso pode ser mobilizado nas disputas por justificação e reconhecimento de um poder.

Capítulo 2 – Pretensão de legitimidade do “mundo crime”

A legitimidade do PCC entre seus membros

Antes de abordar mais especificamente a discussão sobre as pretensões de legitimidade do PCC frente à população nos bairros onde se territorializam, é importante assinalar um outro nível de pretensão de legitimidade: aquele que se constitui entre os próprios membros do PCC, ou seja, os *irmãos* e seus *primos* ou *companheiros* (dentro e fora dos presídios). Para tanto, serão retomados alguns aspectos desenvolvidos na literatura recente sobre a expansão desse agrupamento. Esses apontamentos são convenientes a fim de pensar o espraio de seus códigos e ações para além dos limites circunscritos ao “mundo do crime” e para além das prisões. Entretanto, é importante abalizar que esse não constitui o recorte no qual a legitimidade é analisada nesse trabalho, portanto, as considerações a seguir apenas pretendem indicar um campo de estudo a ser melhor investigado, bem como alguns pontos relevantes para a problematização da pretensão de legitimidade do PCC junto à população.

Para introduzir essa discussão, cabe indicar preliminarmente diferentes elementos que compõem o percurso de formação e consolidação do PCC. Dentre estes se destaca o estabelecimento da “*disciplina do Comando*”, a qual se conforma como um conjunto de preceitos de conduta que passam a regular as ações daqueles sob sua influência, inicialmente no interior dos presídios (Biondi, 2010; Dias, 2013). Assim, se a preponderância da gestão das condutas no interior dos presídios operada pelos próprios presos não é um fenômeno recente, ganha novos contornos com o surgimento de agrupamentos mais articulados, que conseguem lograr um maior espraio de seu poder, incluindo seus ideais, preceitos e regras no interior do sistema carcerário. Essa “*disciplina*” fixa um conjunto de restrições (como especificado no próprio *Estatuto do PCC*)²⁷, punições para o descumprimento desses preceitos (como a morte), mas igualmente orientações que procuram promover uma identificação e união entre os presos²⁸ contra as forças de segurança do Estado (e suas injustiças). Não obstante, conforme Biondi (2010), a “*disciplina do Comando*”, embora tenha caráter norteador, não se mostra como algo engessado, apresentando brechas para ser moldado de forma circunstancial, sendo atualizado (e disputado) na prática daqueles que, de alguma forma, compõem o PCC (Biondi, 2010).

²⁷ O Estatuto do PCC foi escrito por um dos fundadores do PCC (Mizael Aparecido da Silva), sendo composto inicialmente por dezessete itens compreendendo princípios, objetivos, normas de conduta e punições em caso de descumprimento das regras. De acordo com Dias (2008), entretanto, são constantemente acrescidas novas orientações. Dentre as restrições especificadas nesse Estatuto, encontram-se o assalto, o estupro e a extorsão dentro do sistema carcerário. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22521.shtml>. Acesso em: 21 de março de 2016.

²⁸ Orientações que se traduzem nos próprios lemas do PCC.

De tal modo, como diferentes autores vêm ressaltando, mais do que o cumprimento de um conjunto de códigos, o que se espera dos seus membros é uma específica “*modulação de si*” ou “*técnica de si*”²⁹, tomando-se de empréstimo as considerações de Foucault (2006), traduzida naquilo que vem sendo nativamente definido como “*proceder*” – entendido, de maneira sintética, como a forma “correta” de agir no interior do “mundo do crime” (Marques, 2009, 2010; Biondi, 2010; Dias, 2013). Como ressalta Marques (2009, 2010), existem diferentes definições nativas sobre o “*proceder*”, mesmo porque é algo anterior à constituição do PCC nas prisões, sendo ressignificado com o seu surgimento. Assim, embora haja o “*proceder*” qual entendido por aqueles que fazem parte do PCC, é possível localizar outros entendimentos, especialmente entre aqueles que estão em cadeias de “oposição” ao PCC. A mobilização do termo e o que ele designa, apresenta-se, desse modo, como elemento de disputa, a depender dos posicionamentos dos sujeitos e, portanto, das relações de poder travadas no interior do sistema carcerário (Marques, 2009, p.15).

Marques (2009), atendo-se especificamente às considerações do “*proceder*” tal qual mobilizado pelo PCC, indica duas políticas que teriam promovido rearranjos nas prisões sob seu domínio: i) medidas com a finalidade de diminuir os conflitos e assassinatos entre os presos; e ii) movimento de repúdio e “guerra” à administração prisional e à polícia (Marques, 2009, p.318-319). Dias (2013, 2015) também assinala para esses rearranjos, ressaltando a importância que restrições referentes ao uso de crack, à utilização de objetos cortantes e à perpetração de assassinatos promoveram no ambiente prisional, especialmente efeitos de “*pacificação*” (favorecendo a diminuição dos homicídios entre os presos).

Cabe destacar ainda, no conjunto das alterações promovidas pelo PCC no decorrer de seu processo de consolidação nas prisões, aquelas referentes ao formato de exercício do poder. Como explicitado anteriormente, após as fases iniciais de maior centralização nas mãos de uma cúpula e, conseqüentemente, de uma forma mais piramidal de controle, verifica-se uma descentralização, com a constituição de diferentes lideranças e com a conformação de um poder que se designa mais consensual (Biondi, 2010; Marques, 2010; Dias, 2013). No interior desse processo, o lema da *Igualdade* é inserido, ganhando especial importância.

É por meio do processo de conformação desse poder (em suas diferentes fases), que considerações de legitimidade entre os seus membros e companheiros podem ser ponderadas. De tal modo, retomando a discussão sobre a delimitação conceitual de legitimidade como entendida nesse trabalho, é possível

²⁹ Como afirma Dias: “A disciplina do Comando tem um alcance maior que o de apenas um conjunto de prescrições comportamentais: ela define um modo de ser e pauta a construção de uma identidade específica – a do ser ladrão –, além de erigir formas consideradas corretas de aproximação/distanciamento entre os que se veem como pertencentes ao mundo do crime e aqueles que não lhe pertencem, mas compartilham com os primeiros os mesmos espaços de convivência” (Dias, 2015, p.37).

identificar no interior do PCC um movimento de justificação que se constrói com vistas a promover um reconhecimento de seu poder junto à massa carcerária. Justificação que se constitui tanto por meio de práticas discursivas como não discursivas.

Num primeiro momento, é possível ressaltar a própria conformação do *Estatuto* inicial do PCC e do significado que este contempla para além dos seus códigos prescritivos. Notadamente, a definição dos lemas do agrupamento e a chamada para união dos presos, sob o símbolo da identificação situacional frente às injustiças do sistema prisional, agem em conjunto como forma de garantir uma justificação discursiva para a constituição do *Comando*. Justificações que pretendem explicar e tornar plausível a constituição desse poder, logrando sua sustentação como instância de poder legítima entre os presos. Nesse sentido, a importância das próprias teorias construídas pelos próprios presos na conformação desse poder, como observa Biondi (2010). Assim, se não é possível desconsiderar que a constituição do PCC foi marcada, em suas fases iniciais, por um acirrado confronto físico, onde as mortes tiveram a função de inibir dissidências (Dias, 2013), há de se observar que, concomitantemente (e ao longo de sua consolidação), verifica-se a produção de um discurso legitimador com a finalidade de promover maior sustentação a esse poder. Nesse processo, o uso da força física não desaparece, mas vai se conformando por meio de outras práticas e angariando diferentes significados e efeitos.

Como já destacado, sustenta-se, nesse trabalho, a importância que o uso da força física pode apresentar nos processos de legitimação de um poder. Nessa perspectiva, adquire proeminência os aspectos simbólicos envolvidos na própria conformação desse uso, bem como os *limites* e as *seletividades* operadas pelas estruturas de poder referentes a sua gestão. Segundo Dias (2009), a própria fundação do PCC, o duplo homicídio que figura como acontecimento inaugural³⁰, transforma-se em narrativa mítica reatualizada tanto nos rituais de filiação de novos membros como nas execuções praticadas pelo agrupamento contra aqueles que não cumprem seus preceitos. A autora destaca a espetacularização contida nessas execuções, por meio de vários elementos simbólicos³¹, cumprindo funções de sustentação do poder do PCC, principalmente nos períodos iniciais. Verifica-se, desse modo, a importância que os significados atrelados ao uso da força física podem representar na justificação de um poder e na produção do seu reconhecimento.

Com a consolidação do PCC no interior do sistema penitenciário e, conseqüente, processo de monopolização do uso da força física logrado pelo agrupamento (Dias, 2013), observa-se uma

³⁰ Ocorrido durante uma partida de futebol no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté (no ano de 1993), tendo como consequência o estabelecimento de um pacto de autoproteção entre os presos. Evento que é mencionado como inaugural na formação do PCC.

³¹ Como decapitações, olhos ou coração arrancados, cadeados na boca, como forma de marcar no corpo das vítimas suas próprias infrações, tornando-as públicas para toda a massa carcerária (Dias, 2009, p.93).

recomposição nos mecanismos de punição operados nas prisões sob seu comando. Não só as execuções deixam de ser frequentes, embora constituam uma possibilidade, como as decisões sobre as punições deixam de ser prerrogativa individual, transformando-se em prerrogativa coletiva. É, nessa nova conformação, que ganham centralidade os “debates” ou “tribunais”: mecanismo de arbitragem e aplicação de sanções caracterizado pela instituição do papel de terceiros (que ocupam posições diferenciadas na estrutura do agrupamento) nas resoluções de conflitos. Mecanismo que opera na demarcação, em última instância, de quem tem ou não “proceder”, de quem pode ainda ser considerado membro ou companheiro do PCC ou deve arcar com as “consequências” (Biondi, 2010) de não seguir seus preceitos. Desse modo, ao mesmo tempo que funciona como mecanismo de resolução de conflitos e de punição, produz efeitos de definição de realidade, inclusive divisões simbólicas entre os sujeitos, ao ativar considerações morais sobre as condutas que são ou não apropriadas.

É possível pressupor que a mobilização sistemática desses mecanismos que orientam a conduta dos presos tem efeitos de legitimação do PCC. Isso especialmente ao lograr instituir seus próprios ordenamentos, regras, interditos ou punições, que se reproduzem nas práticas cotidianas, fortalecendo o poder do *Comando* na condução das condutas e conformação de subjetividades. Nessa lógica, aqueles que adentram o universo prisional, ainda que não tenham nenhuma filiação inicial (ou impedimento que os impeçam de estar em alguma cadeia do PCC), são inseridos (ou reinseridos) no interior dos discursos e práticas desse agrupamento e, devido à proximidade exigida por essa situação, necessitam reproduzir, ainda que instrumentalmente, seus preceitos. Essa própria reprodução tem efeitos legitimadores ao longo do tempo, ao favorecer uma “naturalização” do conjunto dessas práticas (discursivas e não discursivas). Destacam-se assim os efeitos socializadores da prisão nos sujeitos nela inseridos na conformação de legitimidade do próprio PCC, incluindo-se as considerações sobre o uso da força física e circunstâncias em que pode ser tida ou não como legítima. Isso não significa, no entanto, a eliminação das resistências e discordâncias. Contudo, não pode ser desprezado o fato de que a situação de encarceramento, a convivência compelida entre os presos acaba favorecendo um compartilhamento não só de experiências, mas de valores e concepções sobre essa realidade e, portanto, a conformação de subjetividades que reforçam a consolidação de um poder.

Ademais, como anteriormente destacado, o movimento de justificação e reconhecimento implicados em qualquer processo de legitimação de um poder contém instabilidades, necessitando ser frequentemente “cultivado” (nos termos de Weber, 2004a, 2004b), o que não elimina diferentes tipos de coação e uso da força operadas por esse poder, como aqui defendido. O processo de legitimação do PCC entre seus membros e companheiros também pode ser ponderado nessa perspectiva. Biondi (2010) e Dias (2008, 2010), conquanto mantenham pontos de vistas divergentes, oferecem elementos

para problematizar esse aspecto, especialmente ao abordarem a operacionalização da *igualdade* (como prática discursiva e não discursiva) entre os presos.

Como indica Biondi (2010), há uma tensão permanente em torno da constituição da *igualdade* no interior das relações do PCC. Inicialmente pela própria diferenciação existente entre *irmãos* e *primos* (ou *companheiros*). Esse marcador de diferença embora não possa, conforme os preceitos sustentados pelo agrupamento, ser utilizado como motivo de superioridade, uma vez que deve prevalecer a *humildade* nas interações entre os presos, por si só evidenciaria as tensões na construção cotidiana dessa *igualdade*: “O processo de constituição do irmão como tentativa de construção de igualdade, mas que necessariamente parte de uma diferença no seio de outra escala de igualdade, revela, assim, uma tensão permanente entre igualdade e diferença. Mesmo com todos os esforços dos presos de buscar a igualdade, vemos emergir diferenças por todo lado” (Biondi, 2010, p.103). Ainda conforme Biondi, a *igualdade* também é foco de conflito quando os *irmãos*, que ocupam posições políticas no interior das prisões e, portanto, têm como responsabilidade gerir a população carcerária e ativar os preceitos do *Comando*, precisam exercer essa função sem produzir distinções marcadamente hierárquicas³². Nessa perspectiva, segundo a autora, a forma de atuação dos *irmãos* frente aos demais presos é motivo de avaliação constante, sendo essencial para a constituição da legitimidade do agrupamento como um todo. Portanto, é a precariedade envolvida nessa construção que faz da legitimidade algo em constante risco e dependente da atuação dos *irmãos* nas diferentes circunstâncias conforme as expectativas sustentadas: “(...) o reconhecimento que o PCC recebe dos prisioneiros só ocorre se nas atuações cotidianas os irmãos obtiverem êxito na construção dessa relação. (...) O reconhecimento da atuação do Comando, assim, é fruto de uma conquista que é incessantemente buscada e que está em constante risco, principalmente quando o que se pretende fundar é um Comando entre iguais (...)” (Biondi, 2010, p.141).

Já Dias (2008, 2010) problematiza a questão da *igualdade* considerando-a enquanto discurso mobilizado para descaracterizar a natureza “despótica” da dominação no interior das relações do PCC. Para a autora, o ordenamento estabelecido pelo agrupamento (incluindo normas de conduta e

³² Nessa perspectiva, Biondi (2010) indica a tentativa de construção de um *Comando* entre iguais, onde não haveria ordens hierarquicamente impostas e as decisões seriam tomadas coletivamente. O exercício político dentro da facção (que também não ocorre sem tensões) seria exercido, dentro dessa concepção, pela busca do consenso e sua legitimidade garantida não pela dominação de uns sobre os outros, mas pelo respeito conquistado pelos “irmãos” por sua habilidade nas negociações (é, nesse sentido, que termos como “líder” e “liderança” não fariam parte da gramática utilizada pelos prisioneiros). Ainda conforme Biondi, aqueles que desejam se sobressair diante do grupo, afirmando um caráter de superioridade seriam individualizados e excluídos: “Se a igualdade conduz à mistura, aqueles que não são de igual deixam de ser a população, de estar misturados, para serem individualizados. De fato, nesses casos, eles deixam de fazer parte do sistema, da população, para serem individualizados e responsabilizados por suas posturas” (Biondi, 2010, p.206).

punições) é entendido enquanto “técnicas disciplinares” que sujeitam a população carcerária, o qual vem produzindo um quadro de excluídos dentro do sistema carcerário, que são obrigados a cumprir sua pena totalmente no “seguro”³³ pela impossibilidade de o fazerem em outros espaços, evidenciando uma dinâmica de segregação muito distante da lógica da *igualdade*. Além disso, a violência imposta pela facção contra aqueles que foram submetidos pelos seus processos de cobrança também exporia, de acordo com a autora, a fragilidade dessa concepção de poder igualitário. Nessa perspectiva, concomitantemente a uma diminuição das demonstrações de força e seus aspectos simbólicos nas relações entre os presos, ao longo da consolidação do PCC, a autora indica a mobilização de discursos legitimadores pelo agrupamento como forma de encobrir o fator dominação, ganhando centralidade as considerações sobre a *igualdade*. Como afirma Dias, *observa-se: “(...) a conformação de um discurso que procura descaracterizar a natureza despótica desta dominação e construir uma imagem de uma organização pautada por formas democráticas e voluntária de participação dos presos. A realidade, no entanto, é completamente diferente”* (Dias, 2008, p.26).

Sem entrar no mérito das divergências contidas nas compreensões das autoras, conquanto tenham influência no tipo de análise a ser realizada (o que sinaliza para as tensões analíticas que também se conformam nesse campo de estudo), para os fins aqui almejados, cabe salientar a importância que a *igualdade* adquire no interior das relações de poder do PCC. Essa *igualdade* tem efeitos, por mais que seus significados e práticas sejam diversos dos estabelecidos pelo direito democrático. Desse modo, verifica-se sua relevância como mecanismo de duplo caráter mobilizado no processo de legitimação do poder do PCC (e, portanto, como mecanismo produtivo para a manutenção desse poder): ao operar enquanto lema capaz de aglutinar simbolicamente os presos e como mecanismo que orienta a conduta cotidiana dos presos - o que não exclui a produção de um conjunto de diferenças. Mecanismo que, dessa forma, como indicado por Biondi (2010) e Dias (2008, 2010) não só produz consenso, mas revela e produz um conjunto de tensões, contradições e exclusões (demarcando fronteiras entre os sujeitos e suas condutas, que são avaliadas continuamente). Ressalta-se, portanto, o caráter dinâmico que envolve a justificação e reconhecimento do PCC dentro do próprio universo carcerário e, conseqüentemente, os diferentes posicionamentos simbólicos e objetivos em relação a esse poder. Os mecanismos de punição ou responsabilização fazem parte dessa dinâmica, sendo ativados quando os preceitos do agrupamento, incluindo a *igualdade*, não são seguidos.

³³ Termo utilizado para designar as celas no interior das prisões que separam os presos (que, por algum motivo, estão sob ameaça) da convivência com a população carcerária em geral. Atualmente, a literatura tem indicado cadeias específicas de “seguro” ou cadeias de “oposição”, para as quais são encaminhados aqueles que correm risco de vida nas cadeias do PCC (Marques, 2009; Dias, 2013).

De forma geral, é presumível indicar que as redes de interdependência no interior dos quadros do PCC se conformam de maneiras diferenciadas não só entre aqueles que estão dentro e fora das prisões, ainda que seguindo os mesmos preceitos, mas também entre seus membros e a população mais geral pelos bairros onde se espraia. De tal modo, as pretensões de legitimidade produzidas também contêm particularidades atreladas a esses diferentes contextos. Entretanto, os apontamentos delineados aqui, ainda que brevemente, sobre aspectos referentes ao funcionamento interno do PCC, oferecem indicativos sobre os mecanismos que se espraia ou se capilariza para as relações com a população (ainda que com modificações), especialmente àqueles referidos aos mecanismos de controle social e gestão do uso da força física, sendo centrais no entendimento da problemática como desenvolvida nesse trabalho, com destaque para os “debates” ou “tribunais” e para as ponderações morais e divisões sociais que estes mecanismos produzem.

O “mundo do crime” e sua territorialização para fora das prisões: entre a problemática da coação e da legitimidade

A problemática da legitimidade dos membros do crime diante da população já vem sendo abordada por alguns autores, sobretudo a partir de análises que pautam os efeitos da “territorialização” de agrupamentos criminosos (“quadrilhas”, “bandos”, “comandos”) em “comunidades urbanas pobres”, “favelas”, “bairros periféricos” e os seus efeitos na sociabilidade local (Zaluar, 2000; Misse, 1999; Feltran, 2010; Telles e Hirata, 2010). Ainda que, por vezes, de forma indireta, essa questão se circunscreve nos delineamentos das interações entre a população e esses agrupamentos e no conjunto de representações que são construídas como forma de estabelecer proximidades e distanciamentos.

Como ressalta Misse (1999), quando certa “territorialização” desses agrupamentos conforma-se, há um redimensionamento político totalmente diverso daquele encontrado na criminalidade pulverizada, ocasionando uma reconfiguração das formas de sociabilidade e das relações de poder: *“Se por um lado essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro passa a constituir efetivamente novas redes de sociabilidade, que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios”* (Misse, 1999, p.308). Dentre essas novas redes de sociabilidade e poder pode-se destacar aquela estabelecida entre esses agrupamentos e os moradores em geral.

Essa questão é pioneiramente analisada por Alba Zaluar (2000), no contexto das comunidades pobres do Rio de Janeiro, por meio da abordagem das relações entre “bandidos” e “trabalhadores”. Já na década de 1980, a autora aponta para o desenvolvimento das “quadrilhas” de drogas nesses locais e para as relações complexas e ambíguas que se estabelecem entre esses dois atores, tanto no que diz

respeito às representações dos “trabalhadores” perante as atividades criminosas dos “bandidos”, como no âmbito do contato direto entre eles (Zaluar, 2000, p.132). Dentre seus achados, é possível indicar as divisões que competem à própria designação de “bandido”. Assim, se, por um lado, este é concebido localmente nessas comunidades como aquele que tem o poder da arma, que faz do uso da força seu recurso fundamental (em oposição à figura do “malandro”, também presente na experiência e imaginário popular), por outro, são encontradas gradações, divisões entre o “bandido protetor” (ou “bandido formado”) e os que são sanguinários, perversos. Ao primeiro, compete uma visão positiva, já que esse agiria como defensor do território que ocupa e respeitaria os moradores (não cometendo delitos no local, impedindo a entrada de outros bandidos e vingando as ofensas cometidas) em clara oposição aos demais que não respeitariam as regras locais, ameaçando a integridade e a honra dos moradores. É, nessa perspectiva, que alguns “bandidos” ganhariam prestígio social entre os moradores (Zaluar, 2000, p.138).

Outro aspecto apontado por Zaluar, diz respeito à identificação desses moradores com o local onde residem, como fonte de conformação de suas identidades sociais. Processo identitário que também agenciaria esse mecanismo de distinção entre os “bandidos”. Nesse ponto, entre os de “dentro” e os de “fora”. No interior dessa lógica, àqueles “bandidos” pertencentes a sua própria área de moradia seria reservada essa imagem positiva, como aqueles que “não se metem com trabalhador”, “defendem a área” e “nos respeitam”. Aos “bandidos” de outras áreas, de outra maneira, ficariam reservados os predicados negativos. Esse processo de definição positiva dos “bandidos” da mesma área permitiria uma identificação mais geral com estes, enquanto pessoas pertencentes à mesma situação social, ou seja, enquanto “pobres do lugar”, produzindo, nesse ponto, uma representação de proximidade.

Entretanto, outros motivos seriam fonte de distanciamentos. Dentre estes, a presença desse poder, enquanto poder armado, criando um ambiente de risco constante, o que reproduziria a ambiguidade nessas relações, misturando continuamente o medo e o respeito. Medo presente, inclusive, nas prudências dos moradores para não interferir nos “negócios” dos bandidos.

A autora indica que esses “bandidos” acabam tornando-se uma força política local, pelo poderio econômico que estabelecem e pela detenção dos meios de coerção física (em similaridade aos atributos estatais modernos). Entretanto, na sua concepção, não seriam portadores de legitimidade, por conta da ambiguidade das relações que estabelecem, nas quais o abuso da força é sempre uma ameaça. Assim, a proporção de apoio que podem obter da população perde sustentação quanto mais a “violência” passa a ser o recurso utilizado:

Por deterem meios de coerção física poderosos, ou seja, armas de fogo, e por enriquecerem, os bandidos acabam virando uma força política e montando um

sistema de poder no local. Muitos dos seus métodos se assemelham ao Estado moderno: seu poder está baseado, em última instância, no poder de fogo de suas armas e, com base nisto, às vezes cobram pedágio em pontes, taxas de proteção dos comerciantes, etc. Mas não gozam da legitimidade do Estado e, se ganham a aceitação dos moradores locais como protetores e justicadores, suas relações com estes trazem a marca da ambivalência. Tanto mais quando alguns deles abusam de técnicas repressivas aprendidas na sua experiência como membro das classes subalternas diante do aparelho repressivo do Estado e acabam empregando meios violentos para manter seu poder (Zaluar, 2000, p.166).

Em coletânea organizada por Machado da Silva (2008), a questão da legitimidade no espaço urbano também perpassa os distintos trabalhos, sendo problematizada através de diferentes prismas (ainda que conectados). Assim, elegendo como contexto igualmente o Rio de Janeiro e suas comunidades pobres ou favelas, a legitimidade é mobilizada para entender tanto a relação da polícia e dos grupos criminosos com os moradores, bem como as possibilidades (ou não) de reconhecimento público desses moradores (ou seja, de suas demandas e reivindicações) frente à esfera estatal. No que concerne especificamente às relações entre a população desses territórios e, sobretudo, os grupos de traficantes, as análises desenvolvidas entreveem, em grande medida, uma relação de cerceamento e silenciamento operado por meio do uso da força física. Desse modo, as interações travadas nesse âmbito são consideradas em termos de “submissão” (e não legitimidade), frente à arbitrariedade e maneira brutal das condutas dos traficantes. É, nesse sentido, que em artigo presente nessa coletânea, Machado da Silva e Leite (2008) denunciam aquilo que nomeiam como “mitos” em relação à criminalidade urbana, dentre os quais aquele que sustenta a “convivência” da população residente desses locais com os traficantes. Nessa operação, a submissão dos moradores seria transformada em convivência generalizada, com efeitos nas práticas do próprio Estado nessas localidades:

“Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local etc. – e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta, por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar a chamada ‘lei do tráfico’. Em consequência, os moradores das favelas estariam recusando a “lei do país” ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e valores intrínsecos à ordem institucional. Uma forte convivência marcaria, portanto, as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas sediadas nessas localidades, levando-os a buscar proteção e apoio, bem como a protegê-las da polícia” (Machado da Silva e Leite, 2008, p.49-50).

Entretanto, é a fim de desconstruir esse “mito” que os autores reforçam o caráter de submissão existente nessa relação, a qual bloquearia as possibilidades de romper o silêncio entre os moradores.

Silêncio que atrelado à obediência, é analisado como mecanismo de defesa desses moradores diante desse cenário e dos riscos aí contidos.

Em Misse (1999), verifica-se, igualmente, uma dimensão importante nessa relação entre “bandidos” e moradores no tocante à temática da legitimidade. Trata-se da identificação entre esses dois atores, como também assinalada por Zaluar (2000), e seus efeitos na vinculação com a ordem estatal. Esse aspecto ressalta-se na argumentação do autor inclusive por meio da discussão que desenvolve entre o significado disjuntivo da “delação” em relação à “denúncia”. Essa última, qualificada pelo seu caráter moderno e universalizante, decairia, em muitos contextos, especialmente onde há forte “territorialização” desses agrupamentos criminosos, na “delação”, marcada por seu viés particularista. Conforme o autor, essa alteração só pode ser entendida levando-se em consideração esse universo de identificação. No caso considerado, a partilha de uma mesma situação social negativamente estabelecida (de discriminação, exclusão e marginalização social). Não delatar estaria, assim, inserida numa dimensão de “valor moral”, enquanto dever, advinda de uma identificação entre pessoas numa mesma condição social. É a essa identificação que os “bandidos” nascidos nos mesmos lugares que os outros moradores recorreriam, enquanto *“uma dimensão tácita de compreensão e legitimidade, algumas vezes de conteúdo proto-político”* (Misse, 1999, p.20), transformando a “denúncia” em “delação”, ou seja, em “traição” ou “deslealdade” (portanto, em uma ação “não-legítima” naquele contexto). A partir da análise desse fenômeno, Misse enfatiza a existência de uma tensão entre um dispositivo legalmente constituído e outros “poderes de definição da situação”. Sinaliza, por conseguinte, para a possibilidade de disputa na própria constituição daquilo que é considerado legítimo. Assim, *“não é apenas o medo que explica a baixa taxa de denúncias nas comunidades faveladas ou de baixa renda no Rio de Janeiro. A criação de um serviço sigiloso para quem denuncia, o ‘Disque Denúncia’, atende a quem tem medo de denunciar, mas não a quem ‘não deve delatar’”* (Misse, 1999, p.63). Fenômeno que, ademais, seria favorecido pela histórica desconfiança da população de baixa renda em relação à polícia, fortalecendo a “lei do silêncio” nessas localidades.

Nos trabalhos de Feltran (2008, 2010), o qual vem estudando as conformações do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo, também se observa uma preocupação com a legitimidade desses agrupamentos criminosos. Segundo o autor, *“(...) internamente às periferias já começa a se atribuir parcelas de legitimidade às organizações de criminosos, em especial nas favelas, setores mais submetidos ao seu poder”* (Feltran, 2008, p.196). A argumentação do autor desenvolve-se no sentido de inserir a legitimidade no interior de um campo em disputa. Disputa pelos parâmetros de estruturação e significação das próprias relações sociais, da qual o “mundo do crime” passa a fazer parte, juntamente com as instâncias estatais oficialmente instituídas. Nesse sentido, indica uma expansão do “marco discursivo do crime”, principalmente entre adolescentes e jovens, a qual se nutre

"(...) tanto das ressignificações nas matrizes discursivas do trabalho, da família e da religião (...) quanto da conformação de redes de relações sociais entre o lícito e o ilícito, que passam a disputar legitimidade com outros códigos de ordenamento social" (Feltran, 2008, p.321). Contudo, isso não significa um *"aumento efetivo das ações criminais ou violentas, mas de um marco discursivo no qual está embutida a possibilidade legítima de práticas criminais, mesmo que elas não se efetivem"* (Feltran, 2008, p.321). Especificamente ao abordar os "tribunais do crime", Feltran (2010) indica que a disseminação desse dispositivo nas periferias urbanas é dependente dessa legitimação que o "mundo do crime", enquanto instância normativa, adquire para parcela minoritária, conquanto relevante, dos moradores dessas localidades.

De forma geral, todos os estudos descritos acima problematizam as relações de "proximidade" e "distância" entre moradores e "bandidos" (especialmente daqueles envolvidos no comércio ilegal de drogas), a partir das relações que se estabelecem nos territórios que lhe são contíguos. E ao traçarem esse caminho, acercam-se da questão da legitimidade desses grupos perante a população. Em Zaluar (2000), ainda que de forma breve e tratando de outro contexto (o que agrega especificidades que não podem ser desconsideradas, para além das similaridades)³⁴, o peso do poder violento dos traficantes é utilizado como argumento para negar a existência dessa legitimidade (nos moldes de uma legitimidade de Estado), apesar de certo apoio circunstancial dispendido pelos moradores. Machado da Silva e Leite (2008) também problematizam essa relação, analisando-a enquanto "submissão" e não legitimidade, devido à coação e silenciamento impostos pelos grupos de traficantes. Em Misse (1999), por sua vez, a possibilidade de conformação de um processo de legitimidade nesse tipo de relação é vislumbrada como possibilidade, especialmente ao considerar certa "identificação" entre os membros desses grupos e os moradores, devido ao compartilhamento de uma mesma situação social. Especificamente em relação ao PCC, os estudos citados (Feltran, 2008, 2010; Dias, 2009) também sugerem a possibilidade de conformação de legitimidade desse agrupamento (ainda que entre uma parcela dos moradores), inclusive no que concerne à esfera de arbitragem de conflitos. Verifica-se, dessa maneira, que o uso da força física, atrelado às práticas desses grupos nos territórios urbanos

³⁴ Análises comparativas em relação à expansão e consolidação do tráfico de drogas nas comunidades pobres ou favelas em diferentes contextos urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, ainda estão por ser realizadas. Alguns aspectos parecem ser importantes a serem explorados nessa comparação, como condições sócio espaciais que perfazem a territorialização desses grupos; temporalidades distintas no seu surgimento e impacto nas comunidades; moldes específicos de organização desses grupos e de suas atividades comerciais; relações de interdependência (e disputas) entre os diferentes grupos criminosos; formas e limites na mobilização do uso da força física; atuação das instituições e agentes de segurança estatais no controle social (em suas formas distintas), bem como ligações desses agentes estatais com os membros do "mundo do crime" e seus agenciamentos comerciais (incluindo as formas de "acertos" ilegais que subjazem nessas relações).

periféricos ou favelas, configura-se como aspecto central pelo qual a legitimidade é problematizada. Seja para negar a possibilidade da legitimidade desses grupos frente à população ou inseri-la na disputa pela construção dessa legitimidade. Como evidenciado, é nessa segunda visão que o presente trabalho se localiza. Ademais, considera-se como fundamental para abordar as imbricadas relações de poder que se constituem nos territórios urbanos com forte inserção desses grupos, a própria atuação do Estado e os significados dessa atuação perante a população, sobretudo no que concerne igualmente ao uso da força física. Assim, é no tensionamento da própria legitimidade do Estado que a legitimidade do PCC também pode ser dimensionada.

Na sequência essa questão é melhor delineada, colocando-se em foco as análises que discutem a conformação do Estado moderno e sua pretensão ao monopólio legítimo do uso da força e os limites dessa monopolização, tanto devido às práticas ilegais dos próprios agentes estatais de segurança como pelo espraio de grupos criminosos. De forma central, serão problematizadas as pretensões ao “direito” de matar tanto pelas instâncias estatais como pelos membros do “mundo do crime”, pretensões que ativam um conjunto de dissimetrias nas relações sociais e colocam o uso da força física (seus limites e seletividades) no cerne das considerações sobre a legitimidade.

Parte II – “Direito” de vida e morte: pretensão ao uso da força física

Os capítulos desenvolvidos nessa parte do trabalho dedicam-se a discutir como analiticamente o Estado vem sendo definido por sua pretensão ao monopólio legítimo do uso da força (Weber, 2003, 2004a, 2004b; Elias, 2003, 1994a) e como essa definição é recolocada na sociedade brasileira, em que o Estado é historicamente marcado pelo uso da força física para além dos parâmetros legais; na qual há um espraiamento de resoluções privadas de conflitos; e ações de grupos criminosos vêm, na atualidade, tensionando a pretensão ao uso da força física pelo Estado. Situação que evidencia, como anteriormente abalizado, que a pretensão ao monopólio legítimo do uso da força pelo Estado precisa ser analisada não como premissa, mas como problematização. De tal modo, como postulam Das e Poole (2008), faz-se necessário inverter a lógica que vê no Estado o sinônimo da ordem (e, consequentemente, aquilo que é tido como fora ou nas “margens” do Estado como desordem), e interrogar-se acerca do que constitui o Estado quando este é inserido em práticas, lugares e linguagens localizados em espaços considerados como “margens”. Como retomam as autoras, a operacionalização do termo legitimidade constitui-se, progressivamente, sobretudo como forma de demarcar a violência provinda do Estado e aquela provinda de outros sujeitos sociais, ou seja, definir os limites entre uma violência legítima e outra ilegítima. Entretanto, no decorrer dos processos históricos e sociais é possível observar que essas fronteiras são muito mais fluídas, assinalando tanto para possibilidades de uma “violência ilegítima” provinda dos agentes estatais, como de pretensões de legitimidade de outras instâncias no que concerne ao próprio uso da força física.

Esse percurso teórico é adotado como forma de inserir a própria pretensão ao uso da força física pelo PCC, especialmente como forma de controle social, acionando como dispositivo central os “debates” ou “tribunais do crime” (como mecanismos de vigilância dos sujeitos e punição dos seus atos). Percurso vinculado, por sua vez, à análise empírica do assassinato de dois jovens, em áreas periféricas do município de São Paulo: o primeiro em uma ação de extermínio, com evidências de ter sido praticada por policiais e o segundo como resultado dos “tribunais do crime”. A partir dos dois casos, pretende-se problematizar a disputa pelo “direito” de punir pelos diferentes agentes estatais e pelos atores do “mundo do crime” e, consequentemente, pelo “direito” sobre a vida e a morte dos sujeitos. De tal modo, pretende-se problematizar a questão do uso da força física e os parâmetros envolvidos nas justificativas e reconhecimento implicados na constituição da legitimidade, fator fundamental para pensar a própria legitimidade das estruturas de poder.

Capítulo 3 – A pretensão ao monopólio legítimo do uso da força física pelo Estado no Brasil

A centralização estatal do poder e a monopolização legítima do uso da força física

O uso da força física, como destacado, é um dos componentes essenciais mobilizados nesse trabalho com a finalidade de possibilitar uma aproximação analítica no que concerne às pretensões de legitimidade de um poder e, especificamente, a fim de delimitar a pretensão de legitimidade do PCC. Entretanto, como igualmente assinalado, a discussão sobre o conceito de legitimidade é tradicionalmente versada nas análises sobre a formação dos Estados modernos, sobressaindo-se como componente fundamental o processo histórico de monopolização legítima do uso da força física nas sociedades ocidentais. Processo abordado a fim de compreender os contornos do poder estatal e os efeitos produzidos pelo corpo social. Contudo, apesar dessas análises focalizarem-se sobretudo em referência à constituição do Estado moderno, entendo que essas referências permitem indagar sobre outros poderes em constituição nas sociedades, os quais podem não só tensionar essa pretensão à monopolização do uso da força física, mas colocar em questão os limites utilizados para produzir a legitimidade desse uso, incluindo o poder sobre a vida e a morte, para além das determinações do direito estatal. Nessa discussão, institui-se como questão central a composição dessa monopolização *de fato* e seus significados, especialmente para o caso da sociedade brasileira, que historicamente tem em suas raízes a conformação do uso da força física como prática habitual e disseminada na resolução de conflitos e como forma de controle social.

Para essa problematização, no interior da teoria sociológica, são essenciais as análises de Weber, para o qual o Estado moderno seria definido pelo "*monopólio legítimo da violência física nos limites de um território definido*" (Weber, 2003, p.9), mas igualmente as contribuições de Elias que, nessa esteira, procura demonstrar empiricamente os efeitos dessa monopolização na "pacificação" societária e alteração na conformação das subjetividades. Como afirma este último: "*Ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência*" (Elias, 1993, p.198). As análises de Elias focalizam-se, portanto, não só nos processos gerais de formação dos Estados, mas nos efeitos dos novos contornos sociais na constituição dos sujeitos e de suas condutas (especialmente no que diz respeito ao controle dos afetos), por isso, a ênfase naquilo que denomina "processo civilizador" dos comportamentos atrelado à pacificação social. Assim, conforme salienta Adorno (2002), esse monopólio não significa, nessas teorizações, apenas o exercício exclusivo do uso da força física pelo Estado, mas também a função de interditar o seu uso por particulares, promovendo, portanto, o seu controle na sociedade. Assim, ainda conforme esse último autor, Weber ao falar de monopolização legítima do uso da força física, não estaria sustentando

qualquer e todo uso em nome do Estado. Caso fosse assim, não haveria como identificar o uso arbitrário e abusivo da força. Haveria limites nesse uso, os quais repousariam, na sociedade moderna, na lei e em estatutos legais (Adorno, 2002).

Na sociedade moderna, não há, por conseguinte, qualquer outro grupo particular ou comunidade humana com "direito" ao recurso à violência como forma de resolução de conflitos nas relações interpessoais ou intersubjetivas, ou ainda nas relações entre os cidadãos e o estado. Sob esta perspectiva, é preciso considerar que, quando Max Weber está falando em violência física legítima, ele não está sob qualquer hipótese sustentando que toda e qualquer violência é justificável sempre que em nome do estado. Fosse assim, não haveria como diferenciar o estado de direito do poder estatal que se vale do uso abusivo e arbitrário da força. Justamente, por legitimidade, Weber está identificando limites ao emprego da força. (...) Na sociedade moderna, a violência legítima é justamente aquela cujos fins - assegurar a soberania de um Estado-nação ou a unidade ameaçada de uma sociedade - obedece aos ditames legais. Portanto, o fundamento da legitimidade da violência, na sociedade moderna, repousa na lei e em estatutos legais. (Adorno, 2002, p.276)

Limites que, no entanto, como defendido nesse trabalho, extrapolam esses parâmetros legais, quando consideradas as práticas de poder cotidianas. Dessa maneira, essas práticas expandem a consideração de legitimidade para além da legalidade, a depender dos conflitos em disputa e dos sujeitos (ou grupos sociais) envolvidos.

Para dar conta do processo de “pacificação social” nos países ocidentais, Elias (1993, 1994a) traça a constituição de um longo processo histórico (marcado por distintas tensões) que vai desde a dissolução das sociedades feudais até a posterior centralização do poder em torno de um monarca, por meio da monopolização dos tributos fiscais e da força física em vastos territórios. O autor demonstra a forma gradual e lenta na qual decorre a transição de uma vida cavaleiresca “na qual a violência era um fato inescapável e de ocorrência diária” (Elias, 1993, p.198-199), ou seja, onde a ameaça física encontrava-se mais presente e, por conseguinte, havia uma maior liberação das emoções como forma de sobreviver às adversidades existentes, para uma situação, sob um poder estatal centralizado, em que há uma redução dos riscos externos e, conseqüentemente, uma maior moderação das emoções espontâneas e uma ampliação do espaço mental para além do momento presente (Elias, 1993, p.198). Nesse percurso, o autor procura sinalizar a constituição de uma transformação gradual dos próprios controles externos em autocontroles. Como pontua Elias, haveria uma complementaridade entre “a maior espontaneidade das pulsões e o grau mais alto de ameaça física que se encontram em todas as situações em que ainda inexistente um monopólio central forte e estável” (Elias, 1993, p.199)³⁵. Por sua

³⁵ Como conclui Elias: “A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços

vez, essa mudança "civilizadora" ocidental teria promovido uma despersonalização gradual da ameaça física, não estando mais tão dependente de afetos momentâneos e sim cada vez mais submetida a regras e leis cada vez mais rigorosas com efeitos na subjetividade dos sujeitos. Mesmo as punições físicas, nesse processo, tenderiam dentro de certos limites, a se tornarem menos severas. Ao adotar essa trajetória (não linear e não distante de recuos e incompletudes), onde se entrecruzam um processo "sociogenético" (de formação dos grupos) e um processo "psicogenético" (de formação dos indivíduos), o autor postula as bases sociais que teriam sido imprescindíveis para o entendimento das mudanças que se sucederam nas condutas individuais ao longo do que denomina "processo civilizador"³⁶.

Entretanto, mesmo assumindo *a priori* esse percurso histórico, tal qual teria se conformado em alguns países ocidentais e sua posterior "disseminação" (não sem o uso da força física) para outras sociedades (o que não apaga, mas ressalta a importância das clivagens sociais e culturais na conformação dos Estados nacionais)³⁷, é possível problematizar o significado dessa "pacificação" societária. Isso especialmente destacando o seu caráter de processo sempre em construção e, por conseguinte, contendo possibilidades de alteração, resistências ou "reversão". Esse questionamento está presente no próprio arcabouço analítico de Elias, ou seja, na sua concepção de poder como algo estruturante das relações sociais, o que torna qualquer sistema de poder dependente dos equilíbrios que vigoram em um determinado período entre diferentes grupos sociais, bem como das especificidades culturais que constituem o *habitus* de uma nação. Discussão demonstrada empiricamente no estudo que faz sobre a sociedade alemã e a ascensão do nazismo (Elias, 1997). Assim, é possível presumir que, sob certas circunstâncias (e sob certos interesses dos distintos grupos sociais e suas disputas), o controle das emoções pode ser afetado, propiciando estímulos (ou menos contenções) a ações ou reações "violentas" (nos âmbitos estatais ou não-estatais).

Essa questão pode ser igualmente problematizada levando-se em consideração os apontamentos de Foucault (2005), o qual igualmente descreve o estatuto dinâmico da sociedade, condicionado aos diferentes poderes que a atravessam. Isso fica explicitamente evidenciado inclusive quando o autor

sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole" (Elias, 1993, p.201). Ou ainda: *"a estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano 'civilizado', mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade"* (Elias, 1993, p.197).

³⁶ Nesse ponto, observa-se a conexão necessária, que o autor procurou demonstrar em toda a sua obra, entre as mudanças nas estruturas sociais e as alterações nas estruturas de personalidade: "(...) uma mudança na estrutura das funções sociais obriga a uma mudança de conduta" (Elias, 1993, p.232). Ou ainda, como formula em seu primeiro volume sobre o processo civilizador: *"A questão por que o comportamento e as emoções dos homens mudam, é na realidade, a mesma pergunta por que mudam suas formas de vida"* (Elias, 1994a, p.202).

³⁷ Evidenciados pelos diferentes processos históricos de colonização.

destaca o estatuto das relações políticas enquanto “guerra perpétua”, ou seja, dependente da disputa incessante dos grupos sociais em torno de suas estratégias de poder. Nessa perspectiva, como já assinalado por Weber (2004b), a própria “pacificação” pode ser entendida como resultado de grupos com interesses econômicos específicos, para os quais a monopolização legítima do uso da força seria condição essencial para o desenvolvimento de suas atividades econômicas³⁸. Como afirma esse último, o processo de monopolização legítima da aplicação da força encontrou apoio decisivo e poderoso em todos os grupos com interesses econômicos na ampliação dos mercados (além dos grupos com poderes religiosos). Contudo, em nome desses próprios interesses é possível pensar as possíveis instabilidades nessa monopolização (tanto no que se refere ao uso da força como no seu controle) e, conseqüentemente, desequilíbrios na “pacificação social”. Assim, mesmo diante de uma possível centralização do poder e monopolização dos recursos armados, isso não significaria um cessar das lutas sociais. Especialmente considerando-se as fragmentações societárias que conformam as distintas formações político comunitárias, com força ainda maior na contemporaneidade, apontando para diferentes interesses e posicionamentos sociais e culturais.

Lutas que ademais, ainda em consonância com o pensamento de Foucault, não se dariam apenas por meio do uso da força física, mas também de outros mecanismos de poder e produção de sujeições e dissimetrias sociais. Conforme o autor: *“(...) se é verdade que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifesta na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros”* (Foucault, 2005, p.23). Nesse sentido, é possível apreciar a sugestão de Krieken (1996) em não apenas considerar o “processo civilizador”, mas as “ofensivas civilizatórias”, com vistas a vislumbrar as disputas sociais que não cessam com o processo de “pacificação”³⁹.

Os limites atrelados à monopolização do uso da força física no país

Se as disputas e enfrentamentos mencionados podem ser vislumbrados mesmo naquelas sociedades que passaram por esses processos históricos de monopolização legítima do uso da força pelo Estado,

³⁸ Interesses econômicos, entretanto, que não encerram outros aspectos relacionados aos processos de “pacificação social”, do qual a mais fundamental a própria possibilidade de previsibilidade da vida.

³⁹ Ademais, como salienta Krieken (1996), as análises de Foucault possibilitariam pensar mais em termos de mudança moderna na conformação do poder externo do que em autocontrole (como defendido por Elias). Controle externo que, por sua vez, não só reprime ou inibe pulsões, mas “liberta” essas pulsões para sua confluência com os interesses que estabelecem a conformação desses Estados.

o que pensar de sociedades que estão nos limiares desses processos e nos quais o uso da força física manteve-se como recurso privado na resolução de conflitos e mesmo como recurso valorado? É, nesse último cenário, que a sociedade brasileira perfaz os seus contornos, colocando em questionamento os significados da estatização do poder armado e do alcance da lei formalmente instituída na judicialização dos conflitos e na conformação de subjetividades. Como indica Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), por meio de sua análise sobre a constituição da sociedade brasileira, a “violência” estabeleceu-se como mecanismo ao mesmo tempo costumeiro e prestigiado: *“(...) a violência é incorporada não apenas como um comportamento regular, mas positivamente valorado”* (Franco, 1997, p.53).

Essas indagações ajustam-se às análises de alguns autores, os quais interrogam se o monopólio da força física chegou um dia realmente a se realizar na sociedade brasileira face às diferentes formas de “violência” que estão na base de sua estrutura social e, mais especificamente, diante do crescimento da criminalidade urbana verificada nas últimas décadas (Adorno, 2002; Misse, 2008). Apesar da acentuada modernização que a sociedade brasileira logrou em suas estruturas sociais, econômicas e políticas, no contexto do longo processo civilizador ocidental, como a formação de um mercado livre de trabalho, do processo de industrialização e urbanização, bem como alterações no poder político, com a instauração mais recente de governos democráticos, Adorno (2002) ressalta que as mudanças observadas não foram capazes de transformar realmente as práticas políticas da sociedade em geral. Isto porque, há um hiato entre as garantias constitucionais estabelecidas nessa nova conjuntura e a concretização dessas garantias, especialmente no que diz respeito aos direitos civis, os quais permanecem restritos à órbita de algumas parcelas da sociedade (inclusive o direito à vida). De acordo com Misse (2008), o Estado brasileiro nunca conseguiu ter completamente o monopólio legítimo do uso da força física em todo o território, bem como não conseguiu oferecer a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. Daí a proliferação e apoio a ações de resolução privadas de conflitos, aumentando a espiral da “violência”:

O problema é que, no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje. (Misse, 2008, p.374)

Essas singularidades históricas somam-se ainda às configurações societárias contemporâneas, as quais, como ressalta Wieviorka (1997), têm posto em suspenso os processos de monopolização do uso da força física de maneira global. Segundo o autor, frente às diferentes modalidades de “violência” que têm atravessado as sociedades atuais, torna-se progressivamente mais complicado assumir como válido o monopólio legítimo do uso da força física tal como referido por Weber: *“É cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas. O monopólio legítimo da violência física parece atomizada e, na prática, a célebre fórmula weberiana parece cada vez menos adaptada às realidades contemporâneas”* (Wieviorka, 1997, p.19). Isto principalmente devido ao enfraquecimento de alguns Estados frente à mundialização econômica, a qual se conforma inclusive sob formas ilegais, como no caso do comércio de drogas. Assim, ao mesmo tempo em que se verifica uma diminuição da capacidade dos Estados em controlar a economia, vê-se uma privatização de suas funções: privatiza-se a economia, bem como a violência. Situação à qual se adiciona uma forte fragmentação cultural, tensionando as sociedades frente às diferentes reivindicações por reconhecimento identitário. Ademais, ainda de acordo com o autor, o próprio Estado estaria, em diferentes países, atravessado por uma “violência ilegítima” encoberta ou mesmo promovida pelos seus agentes em ações de torturas e abusos policiais em geral ou ainda pela delegação do uso da força a atores privados que agiriam em proveito próprio.

Dois aspectos principais são assinalados por Adorno (2002) na quebra ou impossibilidade desse monopólio estatal da violência física na sociedade brasileira atual: i) a expansão e consolidação do crime organizado, inclusive em torno da comercialização de drogas ilegais e armas, com forte territorialização em áreas com precárias condições sociais e econômicas, promovendo, não obstante, o recrutamento cada vez mais prematuro de jovens para atuarem em suas atividades, conflitos armados pela disputa de pontos de venda de drogas ou com as instituições de repressão estatal, com elevado número de mortes, além da imposição de regras despóticas. Como pontua Adorno (2002): *“o tráfico de drogas substitui a autoridade moral das instituições sociais regulares pelo caráter despótico e/ou tirânico das regras ditadas pelos criminosos. Ao fazê-lo impõe sérios obstáculos ao monopólio estatal da violência”* (Adorno, 2002, p.27); ii) o caráter abusivo e arbitrário da atuação das instituições policiais, mesmo após a transição democrática, inclusive por meio de execuções e conexão de seus agentes a grupos de extermínio. Conforme Pinheiro e Mesquita Neto (1998), o crescimento da criminalidade serviu de estímulo, nas áreas mais desfavorecidas, à formação desses grupos com a participação de policiais ou mesmo ex-policiais voltados para a prática sistemática de uma violência extralegal, especialmente sob a égide do discurso de controle do crime. Ademais, esse monopólio vê-se ameaçado pelas “ligações perigosas” dessas agências policiais com a criminalidade local através de alianças, disputas, compra de proteção e troca de favores (Misse, 1999, 2007; Telles e Hirata, 2010).

Essas considerações são, de tal modo, essenciais ao permitir uma problematização no que concerne ao uso da força física nas conformações sociais atuais. Isto sob uma dupla perspectiva, ao enfatizar tanto um processo de privatização da “violência”, o que sugere identificar sujeitos ou grupos que entram em disputa pelo seu uso da força física fora do âmbito estatal (inclusive como forma de controle social extralegal, mas com pretensões de legitimidade); e ao indicar o exercício do uso da força física pelas próprias instituições do Estado para além dos regimentos legais, mas nem por isso fora das disputas por legitimidade. Ambos os processos retroalimentando um ciclo de “violência” no interior das relações e interações sociais. É no interior dessa configuração, que especialmente os grupos criminosos passam a competir com o próprio Estado *“no controle do território como espaço físico e social de realização da dominação sob fundamentos outros que não a legalidade pública e oficial”* (Adorno, 2002, p.11), mas nem por isso alguém de reivindicar pretensões de legitimidade no controle e uso da força física.

Legitimidade estatal e privatização do uso da força física

É possível retomar nesse ponto a discussão já introduzida sobre o uso da força física e sua centralidade na discussão sobre a legitimidade no interior de relações de poder. Em outros termos, pauta-se aqui o próprio uso da força física e as considerações em torno dos seus limites, ou seja, as ponderações sociais sobre sua aceitabilidade nas relações sociais, incluindo o *quanto de força*, suas *finalidades*, *circunstâncias*, *acionada por quem* e *contra quem*. Essa problematização compreende tanto o uso da força física pelo Estado quanto por agentes privados. No interior dessa problematização, considerando o que foi pontuado em relação ao processo de monopolização estatal da “violência”, inserem-se os questionamentos sobre a possível vinculação ou mediação entre a disposição em usar a força física de forma privada pelos sujeitos e grupos sociais e as ponderações em relação ao exercício legítimo ou não do Estado em cumprir suas prerrogativas modernas de controle social.

É, nesse sentido, que diferentes trabalhos têm apontado para a disseminação de resoluções privadas de conflitos em associação à própria forma de atuação do Estado, inclusive no que se refere à contenção da “violência” e resolução judicial dos conflitos (Misse, 2008; Sinhoretto, 2009; Jackson *et al.*, 2013; Dias, 2009, 2013; Feltran, 2008, 2010, 2012). Nesse âmbito, encontram-se os estudos dedicados a estudar fenômenos como linchamentos, ações de justiceiros, grupos de vigilantismo, execuções sumárias e também, mais recentemente, as práticas de atuação do PCC, ou outras formas de violência privada, especialmente como forma de controle social (e o apoio popular a essas práticas). Muitos desses estudos vêm ressaltando os alcances estatais na aplicação da lei, na contenção da criminalidade, na administração de suas instituições de segurança, nas formas de atuação de seus

agentes, como prováveis fatores atrelados à produção desses fenômenos. Alcances que podem ser lidos não somente na chave de uma ausência estatal, mas igualmente no sentido de interrogar sobre os contornos de atuação desse Estado (e suas formas de controle social), inclusive em sociedades desiguais como a brasileira (Misse, 2008; Feltran, 2008, 2010; Telles, 2010; Dias, 2009, 2013). Como indica Misse (2008), em relação à atuação dos agentes do Estado nas comunidades do Rio de Janeiro, o que não está distante das práticas observadas em outras áreas do país:

“(...) é o tipo de ‘presença’ do Estado (sob a forma do poder discricionário da polícia e de seus braços, os delatores, os alcaguetes, bem como das transações entre policiais e bandidos), e não sua ‘ausência’ que constitui um dos principais focos de enfrentamentos, violência e revolta nas favelas, conjuntos habitacionais e bairros pobres do Rio de Janeiro” (Misse, 2008, p.67).

Ademais, concepções disseminadas entre a população sobre uma possível brandura (ou inadequação) das próprias leis ou ainda ineficácia da prisão como forma de punição (ou de “recuperação” dos sujeitos) também prosperam no interior dos conflitos contemporâneos em relação às formas de controle social no país (Caldeira, 2000; Misse, 2008). Concepções que, ainda conforme Misse (1999, 2008), levam muito tempo para se acumularem (e, portanto, não podem ser lidas fora contextos sócio históricos específicos, especialmente no que concerne às configurações das práticas estatais), recompondo-se ciclicamente e dando espaço para que demandas e práticas privadas de “violência” também se reproduzam.

As práticas dos agentes de segurança pública, especialmente da polícia, são elencadas com destaque entre aquelas com efeitos no reforço aos usos privados da força física. Assim, a atuação diferencial e discriminatória a depender da parcela da população atendida, práticas de corrupção, falta de eficácia no controle à criminalidade, “ligações perigosas” com grupos criminosos (Misse, 1999; 2007; 2008; Telles, 2010; Telles e Hirata, 2010) são alguns dos principais aspectos que colocam suas instituições em descrédito perante parte da população, sendo entendidos como possíveis potencializadores no apoio a práticas de resolução de conflitos fora do âmbito estatal-legal.

É nessa perspectiva, por exemplo, que se inserem as análises de Sinhoretto (2009) sobre a ocorrência de linchamentos no contexto brasileiro da década de 1980, tendo como referência municípios do estado de São Paulo. Conforme a autora, as situações de mudanças sociais no período, com forte impacto nas condições de vida da população, inclusive conformando áreas de grande precariedade social e atuação diferencial do Estado nos centros urbanos, inclusive na área de segurança pública, atreladas a aumentos nas taxas de criminalidade, compunham àquela época um contexto de difícil acesso às resoluções de litígio por via estatais-legais. Situação que recolocava continuamente no centro das considerações os significados em torno do que é considerado “justiça” e a forma de

concretizá-la. De tal modo, alguns dos casos de linchamento considerados por Sinhoretto demonstram a forte tensão na esfera de segurança, presente nos bairros onde estes foram perpetrados, conectada a demandas por resolução formal-legal não concretizadas junto às instituições policiais. Nesses casos específicos, mais do que falta de legitimidade atribuída pelos moradores desses locais aos sistemas formais, é ao nível da eficácia cotidiana, onde esses sistemas deixam de cumprir suas prerrogativas, que se conformam brechas para que resoluções privadas de conflitos tenham espaço. De tal modo, a autora evidencia a importância de considerar os contextos onde essas práticas de uso privado de “violência” ocorrem, a fim de entender porque essas práticas são consideradas “aceitáveis” ou “justas” e acabam se configurando como possibilidade.

Na recente literatura internacional sobre legitimidade no âmbito da justiça criminal, essa questão também é abordada. Nessa linha, encontra-se o trabalho de Jackson et al. (2013), no qual os autores examinam a relação entre as práticas do Estado e os níveis de legitimidade atribuídos às suas instituições pela população e a disposição ou aceitação dos sujeitos em utilizar a “violência” fora dos canais formais legais ou institucionais. Insere-se na linha de estudos sobre “justiça procedimental”, tendo como hipótese que a conformidade das pessoas com a lei é moldada por considerações sobre a qualidade da conduta dos agentes estatais, principalmente a polícia. Nesse estudo⁴⁰, para além da “justiça procedimental”, a efetividade da polícia e os níveis de medo e insegurança social frente à criminalidade foram elegidas como variáveis a fim de avaliar a legitimidade policial e os níveis aceitabilidade da “violência” privada (tanto para controle social como mudança social). Como resultado central, os autores evidenciam a relação entre a maior atribuição de legitimidade à polícia, mediada pelas considerações em relação à “justeza” dos procedimentos policiais, e a menor aceitabilidade das pessoas quanto a este uso. Assim, à medida que o Estado é visto como legítimo, a violência privada é avaliada negativamente. A partir desse achado, os autores discutem a importância em entender a atribuição de legitimidade à polícia para além da representatividade de seus agentes (perante o sistema de justiça criminal) enquanto responsáveis em prescrever comportamentos adequados aos padrões normativos, sendo preciso reconhecer essa legitimidade como igualmente referida ao direito exclusivo ao uso da força física por parte do Estado. De tal modo, as considerações sobre as práticas policiais pela população, ou seja, se são vivenciadas e reconhecidas como “justas” ou “justificadas”, seriam fundamentais para a monopolização estatal do uso da força (e, conseqüentemente, inibição de práticas de “violência” privadas). Nesse processo, a forma de atuação

⁴⁰ Trata-se de um estudo quantitativo que elegeu como recorte homens jovens de diferentes minorias étnicas em Londres. Conforme os autores, essa seleção da amostra foi definida levando-se em consideração que essas minorias são mais fortemente policiadas, além de possuírem visões heterogêneas no que concerne à aplicação da lei.

policial, o uso adequado de suas atribuições legais, seria um dos aspectos fundamentais para a constituição e estabelecimento deste monopólio. Discussão pertinente é desenvolvida por Amy Nivette (2014), que questiona como a legitimidade das instituições estatais (e sua “quebra”) pode estar vinculada a diferentes formas de “violência” e ações criminosas no interior das comunidades políticas. De forma geral, a autora sinaliza para a responsabilidade do próprio Estado no estabelecimento do monopólio legítimo no uso da força física. Nesse sentido, o Estado, mais do que uma unidade que agrega características específicas, deve ser considerado como algo em funcionamento e, portanto, responsável por promover a estabilidade social. Assim, caso não logre “cultivar” o reconhecimento em sua legitimidade, o que pode ocorrer especialmente quando é considerado “injusto”, pode ser considerado como um possível fator de risco para essa mesma estabilidade, favorecendo ações de “violência” privadas.

Legitimidade e monopolização do uso da força física pelo PCC

Perspectiva analítica consonante também está presente nos estudos dedicados à compreensão da própria conformação do PCC, dentro e fora dos presídios (Teixeira, 2009, 2012; Dias, 2009, 2013; Adorno e Salla, 2007). Nesse sentido, as práticas estatais são igualmente mobilizadas na discussão sobre os fatores que teriam favorecido a ascensão desse agrupamento de presos, principalmente em referência a um processo de intenso encarceramento no país (com mais proeminência no estado de São Paulo)⁴¹ atrelado a precárias condições do sistema penitenciário na gestão dessa população carcerária. Nesses universos prisionais, marcados por situações de superlotação, falta de acesso a direitos legalmente garantidos, de gestão prisional “omissa” na regulação de conflitos entre os presos, de desproporcionalidade entre o número de presos e o de funcionários, de uso da força fora dos parâmetros legais, debilita-se ainda mais a legitimidade do Estado diante dessa parcela da população. Produz-se como efeitos uma sorte de tensões nessas instituições, incluindo demonstrações excessivas no uso da força física, bem como a assunção da gestão cotidiana das prisões pelos próprios presos. Como assinala Dias (2013):

O problema apontado não se refere exatamente à ausência do Estado no universo prisional, o que seria um total contrassenso, visto que essas instituições são estatais e o Estado está lá dentro necessariamente, de alguma forma. O problema é a forma pela qual o Estado se insere nesse sistema, o que

⁴¹ No país, a variação da população encarcerada, entre 1993 e 2000, foi da ordem de 84,5%. Na década de 2000, essa tendência foi ainda mais proeminente, crescendo 113,2% entre 2000 e 2010 (Salla, 2012). A mesma tendência é observada no Estado de São Paulo com valores ainda maiores. A taxa de encarceramento sobe de 94,4 em 1992 para 149,9 em 2000, passando para 219,6 em 2003 e alcançando o valor de 413 presos por 100 mil habitantes em 2010 (Dias, 2012). Isso significa um incremento de 175,5% entre os anos de 2000 e 2010.

acaba por minar sua credibilidade e sua legitimidade para atuar como autoridade central, acima das partes, capaz de regular e mediar os conflitos ali existentes. A sua atuação distorcida, seja por meio da corrupção de diretores e funcionários, seja pela truculência e a violência, deslegitima a sua autoridade moral diante da população carcerária, o que incide diretamente sobre a ordem social das prisões. (Dias, 2013, p.246)

Esse processo de ascensão de presos na gestão das condutas no âmbito prisional não é recente, mas ganhou contornos específicos no interior de alterações significativas nos próprios padrões da criminalidade urbana, inclusive pelo desenvolvimento de atividades com demandas de maior organização. No rol dessas atividades destacam-se especialmente os assaltos a bancos e o tráfico de drogas, fazendo com que os presos envolvidos na sua execução lograssem maior prestígio entre a massa carcerária, tendo maior capacidade para mobilizar recursos dentro e fora dos presídios⁴² (Paixão, 1987; Adorno e Salla, 2007; Dias, 2013). Fenômeno descrito em relação a diferentes estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, onde a conformação de grupos criminosos é assinalada desde a década de 1970 (Paixão, 1987; Campos Coelho, 2005; Adorno e Salla, 2007). Como indicam Adorno e Salla:

“Essa capacidade de organização foi resultando não apenas em ganhos econômicos, mas igualmente em prestígio de alguns no mundo do crime, os quais passam a ter ascendência sobre a massa de presos. Essa foi uma das bases para a constituição de lideranças no meio prisional e mesmo para a constituição de grupos que começaram a reclamar identidade própria no mundo da criminalidade urbana. Essas lideranças, em boa medida, se fortaleceram porque souberam manipular e monopolizar os recursos disponíveis na prisão (...)” (Adorno e Salla, 2007, p.16).

Em relação aos presídios paulistas, essas mudanças, somadas às formas de gestão estatal do sistema prisional, são igualmente assinaladas como aspectos essenciais para a constituição de lideranças e de agrupamentos entre os presos. É, nessa perspectiva, que o processo de formação e consolidação do PCC também vem sendo compreendido. Verifica-se, assim, um conjunto de condições que permitiram a conformação de uma rede de interdependência maior e mais complexa entre os presos, que culminou (após um processo de disputas e demonstrações de força entre diferentes “lideranças” e grupos de presos) na hegemonia do PCC em grande parte dos presídios (Adorno e Salla, 2007; Dias, 2013). Assim, a conexão inicial de alguns presos (com capacidade de mobilização de recursos e pessoas), unidos em nome das injustiças que acometem o sistema prisional, aos poucos foi se estabelecendo como agrupamento cada vez mais articulado e com ascendência entre a massa carcerária, propagando-se pelo sistema prisional paulista.

⁴² Assim, como assinala Dias (2013), não é de se estranhar a própria composição da cúpula do PCC (desde sua formação), cujos integrantes teriam sido enquadrados legalmente por assalto a bancos.

Processo que abrange, em sua especificidade, conforme diferentes autores vêm assinalando, o estabelecimento da monopolização do uso da força física pelo PCC no interior dos presídios sob seu “comando” (Marques, 2010; Dias, 2013). Como já indicado, essa monopolização teria sido resultado de disputas e enfrentamentos (com grande número de mortes) entre os seus membros e opositores, bem como pelo estabelecimento gradual de um conjunto de normas de conduta entre os presos, incluindo a restrição de objetos cortantes, o uso de crack e a interdição de estupros (práticas até então recorrentes). Monopolização caracterizada ainda pela interdição geral do uso da força física entre presos (sem autorização do PCC) e pela centralização coletiva das decisões sobre a resolução dos conflitos. Nessa perspectiva, ganha ascendência a própria proibição em matar (sem um aval desse agrupamento) e, conseqüentemente, a monopolização da própria punição (inclusive com a morte) diante do descumprimento desses códigos. Conforme Dias, a eliminação dos rivais (no interior do sistema carcerário) permitiu ao PCC monopolizar o uso privado do exercício da violência e também da execução da vingança (Dias, 2013, p.226). Assim, segundo a autora, a figuração social existente antes da conformação do PCC era caracterizada pela descentralização do poder, no qual o confronto físico e os derramamentos de sangue constituíam a regra. Nesse período, perante a inexistência de mecanismos reguladores (estatais e não-estatais), as disputas interpessoais eram conformadas pela lei do mais forte. As fases iniciais do PCC também são marcadas por esses confrontos, contudo, transformações contínuas tornaram as relações menos dependentes de demonstrações constantes de força física, bem como paulatinamente ocorre uma centralização desse uso, que passa a ser prerrogativa coletiva do agrupamento. Como resultado, observa-se uma certa “pacificação”⁴³ das relações entre os presos (Marques, 2010; Biondi, 2010; Dias, 2013), inclusive com a diminuição de assassinatos. De tal modo, as disputas não são mais resolvidas individualmente, mas passam a ser regidas por princípios e decisões coletivas estabelecidas no interior do agrupamento. É nessa conformação que ganha papel fundamental o dispositivo dos “debates” (ou “tribunais”). Assim, o próprio uso da força física, inclusive o “direito” de matar, é interditado às decisões particulares, sob pena de sanções ou “consequências” (Biondi, 2010), sendo monopolizado pelo agrupamento. Observa-se assim um processo de ascendência dos presos na regulação e monopolização do uso da força física entre os próprios presos. Tudo isso no interior de uma instituição estatal que, como tal, teria essa função como prerrogativa. A legitimidade do Estado vê-se, de tal modo, tensionada, ao mesmo tempo que o PCC ascende como força com pretensões de legitimidade entre os presos.

Fora dos presídios, nas comunidades em que estes agrupamentos criminosos adquirem forte territorialização, a problematização sobre sua legitimidade também é pautada no interior das

⁴³ “Pacificação” que não significa a abolição de diferentes conflitos, tensionamentos e processos de exclusão entre os presos (Dias, 2013).

conexões com a própria ordem estatal. Nessa perspectiva, portanto, igualmente ganha relevância sobretudo a forma de funcionamento das instâncias formais de segurança e justiça. É a partir da discussão dos limites e deficiências destas instituições e de seus agentes que é contraposto o processo de legitimação desses agrupamentos. Nessas análises sobressaem-se principalmente os efeitos acumulativos da violência e corrupção policial e os limites da justiça estatal, não só na reprodução da própria violência em diferentes modalidades, mas também no apoio às práticas desses agrupamentos e seus mecanismos de “justiça” privada.

No que concerne a esses efeitos, destaca-se o padrão histórico de violência policial no país, especialmente contra grupos sociais específicos, dentre estes os moradores dessas “comunidades urbanas pobres”, “favelas”, “bairros periféricos”, estigmatizados e criminalizados por sua condição social. Assim, é diante da própria ineficácia policial em assegurar a proteção da população e da violência abusiva e ilegal dos seus agentes, inclusive com um alto número de vítimas fatais, que os “bandidos” passariam a ser reconhecidos como protetores dessas comunidades (Zaluar, 2000) e ganhariam certa legitimidade, ainda que entre uma parte dos seus moradores (Feltran, 2008, 2010). A visão negativa no que diz respeito à polícia também teria suas raízes no desenvolvimento de mercados políticos ilícitos (Misse, 1999), ou seja, na privatização dos poderes estatais pelos policiais e na sua troca por dividendos econômicos. É nesse campo que se inserem as práticas de conexão desses policiais com os próprios “bandidos”, numa rede de compra de proteção, extorsões, chantagens, estimulando arbitrariedades de toda sorte. Assim, o padrão de desconfiança, alimentado por este conjunto de práticas policiais, constituiria um dos aspectos que fundamentariam esse processo de apoio aos “bandidos” pelos moradores desses locais, ainda que de forma ambígua e limitada.

Nesse sentido, como indica Feltran (2008, 2010), referindo-se especificamente à presença do PCC nas periferias do MSP, é na conjunção entre uma justiça estatal percebida como ineficiente e discriminatória (voltada fortemente para o encarceramento dos seus habitantes) e práticas de violência ilegal por parte dos policiais que o repertório de justiça exercido por esse agrupamento vem sendo considerado legítimo perante parcela dos moradores desses territórios (ainda que amparado no uso da força física): *"No caso em questão aqui, o monopólio da violência já é ficção; os traficantes (...) pouco a pouco assumem o papel da força armada que normatiza as regras de convivência (permitidos e interditos) e faz a justiça no varejo, pelo uso de uma violência sumária, porém 'legítima' no plano local, porque amparada na regra coletivamente aceita, ainda que por falta de opção"* (Feltran, 2008, p.152).

De forma semelhante, Dias (2009) ressalta o poder de influência que o PCC vem adquirindo fora das prisões, o que demonstraria sua capacidade em estabelecer parâmetros de ordenamento social,

embora tenha o uso da força física como um dos pilares de sua dominação. A autora ressalta a legitimidade adquirida pela facção perante a população nas áreas onde exerce sua influência. Prova dessa legitimação seria a procura crescente dessa população por seus mecanismos: *"(...) mesmo sendo ilegal, arbitrária, severa, e não raramente condene seus membros ou rivais à morte, ela detém reconhecimento social e legitimidade diante dos olhos das populações que estão sob seu domínio, haja vista o número cada vez maior de pessoas que a ela recorrem"* (Dias, 2009, p.102). Como ela indica, os moradores têm considerado a ação da facção muito mais "justa" que a própria ação do Estado via agências policiais, as quais têm um histórico de violações e ações arbitrárias nesses locais.

É no interior da disseminação do PCC (e de suas formas de controle social) para fora das prisões, que parte da discussão sobre o recente processo de queda dos homicídios no município de São Paulo também tem sido pautada (Telles, 2010; Telles e Hirata, 2010; Feltran, 2008, 2010, 2012; Dias, 2013). Igualmente como destacado em relação aos presídios, uma das hipóteses, sustentada por distintos autores, diz respeito aos efeitos da presença desse agrupamento em processos de "pacificação" social, (Feltran, 2008, 2010, 2012; Dias, 2013; Telles, 2010) ainda que de forma instrumental e instável. Agrupamento que, embora nas franjas da ilegalidade, vem sendo entendido, não só como constituindo-se nas brechas de legitimidade do Estado, mas também como agrupamento que vem influenciando na gestão local de conflitos nas periferias do MSP, reivindicando pretensões de legitimidade e, com níveis diferenciados, logrando certo reconhecimento dos moradores dos locais onde apresentam forte territorialização. Essa própria "pacificação" pode ser vislumbrada como um dos fatores que influenciam esse reconhecimento.

É necessário pontuar que a questão da "pacificação" societária (e seus limites), ou seja, as implicações referidas ao que pode ser considerado "pacificação" serão pautadas adiante, uma vez que obtêm centralidade para pensar os processos produzidos pelo PCC no interior e fora das prisões (Telles, 2010; Dias, 2013). Por hora, pretende-se sinalizar, de um lado, para o surgimento do PCC em conexão com as práticas do Estado, ou seja, atrelado às formas como este último, em seus diferentes braços, especialmente na esfera da segurança pública e justiça criminal, vem se constituindo na sociedade brasileira e, por outro, os efeitos da consolidação do PCC em termos de entraves ou tensionamentos para a monopolização legítima da força física por esse mesmo Estado.

Ademais, é essencial indicar que, embora os estudos citados focalizem sobretudo na figura do "bandido" ou dos agrupamentos criminosos associados à moderna economia do crime, especialmente o mercado de drogas e sua relação com os moradores dos territórios onde engendram suas atividades ilícitas e a gestão da ordem (incluindo o PCC), tantos outros são os personagens urbanos que, ao transitarem entre o legal e ilegal, também fazem parte da história urbana e, como àqueles, também

estabeleceram relações ambíguas como os moradores locais (Ferreira, 2006; Telles e Hirata, 2010; Manso, 2012). Como ressaltam, Telles e Hirata (2010), este seria o caso dos justiceiros que ganharam força na década de 1980 contra os pequenos criminosos locais ou os homens que nos anos de 1990 “(...) ‘tomavam conta da área’ (...), figuras ambivalentes que transitavam entre trabalho e família, ‘como todo mundo’, mas que também estavam envolvidos no ‘negócio do crime’” (Telles e Hirata, 2010, p.49), os quais também agenciavam as condições da ordem local (tal como os traficantes hoje), inclusive mediando conflitos. Poder-se-ia supor, nesse sentido, a existência de um fio condutor que liga esses diferentes momentos e esses diferentes personagens. Assim, segundo os autores, se há algo de inovação com a presença do PCC, esta deve ser circunscrita dentro dessa configuração histórica.

Em suma, essas análises assinalam, ainda que de diferentes modos, para os limites do Estado em estabelecer um monopólio legítimo do uso da força física, favorecendo a manutenção e produção de distintas formas de uso privado da força física. Ou seja, apontam para um processo que, em grande medida e de distintas maneiras, tensiona (ou mesmo impossibilita) o controle social do uso da força física pelo Estado (conforme os moldes legais). Por sua vez, esse movimento beneficia a conformação de zonas de indefinição que põem em aberto (e conseqüente disputa) as possibilidades de justificativa e reconhecimento em relação ao uso da força física dentro e fora do âmbito estatal. Cria-se, assim, zonas de indefinição (e disputa) em relação ao próprio estatuto do que é estimado como *legítimo*, *ilegítimo*, *legal* ou *ilegal*. A problemática desse trabalho insere-se entre essas zonas de indefinição, colocando em destaque o próprio “direito” sobre a vida ou a morte dos sujeitos, que se conforma tanto nas práticas estatais como naquelas do PCC.

A seguir, essa problematização é empiricamente abordada por meio da reconstituição das trajetórias de dois jovens – Gabriel e Rafael⁴⁴ – e das circunstâncias envolvidas em seus assassinatos, os quais marcam pontos de convergência em relação a diferentes aspectos envolvidos na configuração das relações de poder, uso da força física e punição no município de São Paulo. Nesse sentido, é possível destacar, primeiramente, tanto a confluência temporal dos assassinatos dos dois jovens (em 2006) como a similitude territorial onde ocorreram (áreas periféricas da cidade), aspectos que longe de mera coincidência evidenciam processos sociais específicos em conformação.

O ano de 2006 constitui-se como momento emblemático de consolidação do poder do PCC para fora dos muros das prisões. Nesse período, o poder de articulação e força armada desse agrupamento (dentro e fora dos presídios), já em conformação, apresenta-se de forma incontestável nos eventos

⁴⁴ Todos os nomes utilizados são fictícios.

que ficaram conhecidos como “Ataques do PCC” ou “Crimes de maio” (Adorno e Salla, 2007; Cano e Alvadia, 2008; Feltran, 2008). O assassinato de Gabriel situa-se exatamente no interior desses acontecimentos que evidenciam não só a exposição pública em grande abrangência do poder armado do PCC, mas concomitantemente, um forte tensionamento entre esse agrupamento e o Estado (representado por suas forças armadas, no caso, a polícia e outros agentes de segurança pública, como os agentes penitenciários). A partir desse evento, não só o monopólio legítimo da violência do Estado é abertamente tensionado pelos membros do PCC, por meio das rebeliões articuladas em diferentes presídios e ataques perpetrados contra policiais e outros agentes de segurança em diferentes localidades do estado de São Paulo, como esse monopólio é tensionado por meio dos próprios agentes estatais em práticas “ilegais” de extermínio, com efeitos diversos na vida cotidiana da população. É em uma dessas ações que ocorre o assassinato de Gabriel. Assim, como pretensa forma de coibir os ataques que estavam sendo ocasionados pelo PCC, um conjunto de assassinatos foram praticados tendo como alvo as populações, prioritariamente jovens, do sexo masculino, das áreas periféricas do MSP (e dos municípios adjacentes).

Já o assassinato de Rafael é perpetrado poucos meses depois, nesse caso não por agentes do Estado, mas por membros do PCC. Aqui as relações de poder travam-se não diretamente entre o PCC e o Estado, mas entre o primeiro e as populações dos bairros onde tem logrado forte territorialização por meio de suas atividades comerciais. Desse modo, as relações de poder que se conformam na morte de Rafael se sobrepõem ao direito estatal de fazer justiça e aplicar sanções, evidenciando as pretensões do PCC em também ser um agente na regulação social, por meio de aplicação de punições (inclusive, a morte). Contudo, a atuação policial também é aspecto central a ser considerado no seu assassinato.

Nessa perspectiva, há de se indicar que a prática da polícia se apresenta de forma diferenciada nos dois casos. Contudo, quando avaliada conjuntamente aponta para a constituição de um mesmo processo. De um lado, tem-se o uso da força física direta na perpetração do assassinato de Gabriel, indicando que a polícia também advoga para si o “direito” de matar (ainda que “ilegalmente”); de outro, tem-se uma situação onde a polícia aparece na sua “ausência” (não fazendo cumprir suas prerrogativas legais), ainda que fisicamente presente, já que, como será melhor descrito, não age para evitar a morte de Rafael e ainda, por meio de práticas corruptas, corrobora para dificultar a punição dos responsáveis. Nos dois casos, é o “direito” de provocar a morte (direta ou indiretamente), a morte do corpo e também da vítima (enquanto cidadão) e, portanto, do seu reconhecimento público, que está atuante.

Assim, como destacado, é em confluência com a configuração histórica do Estado nessas mesmas periferias urbanas, especialmente na área de segurança, que a pretensão de ordenamento social e

aplicação de sanções pelo PCC também pode (e deve) ser problematizada. Ou seja, é em meio a sentimentos de desconfiança em relação à polícia, a suas práticas ilegais, que as estratégias de justificação e busca por reconhecimento do PCC frente à população também se constitui, inclusive em relação ao poder de punir (ainda que com efeitos variados a depender das experiências e relações de proximidade ou maior distanciamento no que concerne a suas práticas). Conforma-se assim uma miríade de poderes com efeitos diretos (e indiretos) na vida dos moradores desses locais. Verifica-se, centralmente um processo em disputa que coloca em jogo a própria legitimidade do uso da força física (com seus limites e seletividades), ou seja, uma disputa pela definição das *circunstâncias*, dos *sujeitos que podem ser punidos*, *daqueles que têm o direito de punir* e, ainda, dos *tipos e estratégias de punição* a serem aplicadas.

Capítulo 4 – A trajetória de Gabriel: a morte pela polícia

O primeiro contato para a reconstrução da trajetória de Gabriel⁴⁵ foi realizado com a mãe, a qual exerceu papel fundamental na composição da rede de entrevistados. A sua tentativa em obter por meio de todas as instâncias possíveis o reconhecimento público para o crime que o vitimou e, consequentemente, a punição legal para os culpados, traduziu-se também em seu esforço para mobilizar uma rede de familiares e amigos para as entrevistas. Além dela, foram entrevistados uma amiga da família de longa data, cujos filhos tinham a mesma faixa de idade de Gabriel, seu tio paterno mais novo, sua avó paterna, seu padrasto e uma amiga (dois anos mais nova que ele). Esse conjunto de narrativas permitiu identificar um conjunto de “fatos” semelhantes que envolvem a trajetória e o assassinato de Gabriel, interpretados, por sua vez, não só acordo com as interações individuais que evidenciam experiências de proximidade diferenciadas, mas conforme representações sociais que tensionam as possibilidades narrativas.

Assim, apesar dos benefícios atrelados à mobilização da mãe na composição da rede de entrevistados, reatualiza-se questões pertinentes à própria configuração metodológica da pesquisa, especificamente no que diz respeito à maneira como os entrevistados percebem os pesquisadores e, consequentemente, como a interação e as narrativas são construídas. Não raro, as narrativas trouxeram termos como “dar depoimento”, referindo-se ao momento da entrevista. Desse modo, identifica-se a proximidade, na perspectiva dos entrevistados, mesmo diante dos cuidados dos pesquisadores, entre a pesquisa e os mecanismos de esclarecimentos policial ou judicial.

Nesse sentido, observa-se, em grande parte das narrativas, uma tentativa frequente em promover uma “limpeza moral” (Machado da Silva e Leite, 2008) em relação à imagem de Gabriel, ou seja, nesse caso, de afastá-lo de estereótipos que o incriminariam e que poderiam “justificar”, conforme representações sociais vigentes, o seu assassinato. Contudo, como será discutido, para além do momento da entrevista, as narrativas assim construídas, quando analiticamente consideradas, evidenciam tensões e posicionamentos sociais específicos, que refletem segregações sociais atuantes na definição dos sujeitos, especialmente por meio de processos sociais acusatórios. Essa questão torna-se, assim, crucial para entender os mecanismos sociais que envolvem o próprio assassinato de Gabriel (assim como de outros jovens) e a forma como este é (ou não) repercutido social e criminalmente.

⁴⁵ A trajetória de Gabriel foi utilizada como fonte em análise anterior, que teve como resultado artigo coletivo, ver: (Ruotti et al., 2014).

Antes de iniciar a reconstrução propriamente dita da trajetória de Gabriel, seguem breves apontamentos em relação a sua família, a fim de situar o cruzamento de trajetórias que compõem a trama de relações e contextos onde seu próprio percurso pode ser situado.

A mãe de Gabriel nasceu em São Paulo e foi criada pelos padrinhos, o que possivelmente deveu-se à insuficiência financeira dos pais, os quais tiveram muitos filhos. Seus relatos apontam uma criação muito rígida, advinda principalmente de sua madrinha (o que posteriormente acabou reproduzindo-se na educação de seus próprios filhos). Por volta dos 15 anos conheceu o pai de Gabriel mas, por conta da proibição da madrinha em relação ao namoro, decidiu ir morar com alguns amigos. Aos 17 anos casou-se e pouco tempo depois deu à luz ao primeiro filho, irmão de Gabriel (quatro anos mais velho). Nesse período, o pai começou a ter problemas com o consumo de drogas e bebida, o que persistiu durante a gravidez e nascimento de Gabriel. Essa situação, por sua vez, acabou provocando desentendimentos e mesmo agressões físicas contra ela, motivando uma primeira separação, quando Gabriel tinha por volta de 5 anos (e depois, de algumas idas e vindas, a separação definitiva). Ela que nunca tinha trabalhado, assumiu mais diretamente a função de prover o sustento dos filhos. O pai desde então nunca conseguiu livrar-se totalmente da dependência química, situação que só se agravou com os anos, ainda mais por conta de um derrame que lhe tirou parte dos movimentos e também acarretou problemas na fala. Fora esse consumo, a mãe relata que ele sempre foi um bom pai para os filhos, contudo, a persistência do problema acabou culminando num afastamento progressivo. A mãe de Gabriel, embora tenha continuado a amizade com ele e com a família paterna como um todo, constitui um novo relacionamento e quando Gabriel estava com 15 anos foi morar com o novo companheiro e os filhos.

Já a família paterna de Gabriel pode ser considerada uma “família de policiais”. Essa característica começou com seu avô, que faleceu quando Gabriel ainda era bem pequeno (em decorrência de problemas de saúde), expandindo-se com seus tios. Seu avô entrou para a Guarda Civil⁴⁶, no ano de 1964, na qual ficou até sua aposentadoria, e seus três tios tiveram algum tipo de percurso no interior da Polícia Militar. Um deles estava fazendo escola de cabo quando o avô de Gabriel morreu, e acabou falecendo após cinco meses de formado, em um acidente de carro. O tio mais velho também já era policial militar nessa época e continuava na profissão. O tio mais novo, o qual relatou ser muito apegado ao sobrinho, ficou dois anos como temporário e desistiu em retornar, devido à decepção em relação à polícia motivada pelo assassinato de Gabriel.

⁴⁶ Em 1969, a Guarda Civil fundiu-se à Força Pública dando surgimento à Polícia Militar do Estado de São Paulo, em decorrência do Decreto-lei nº 667.

Entre expectativas sociais de conduta e processos de incriminação

Gabriel nasceu em julho de 1986 e, frente aos problemas apresentados pelo pai, foi educado quase que integralmente pela mãe (com a ajuda de outros familiares). Em princípio, isso não afetou a proximidade entre eles e, apesar das dificuldades, sempre foi muito apegado ao pai. Este, por sua vez, embora tivesse tido comportamentos violentos com a mãe, nunca agrediu fisicamente os filhos. Excetuando-se uma vez que teria dado um “tapinha” no filho mais velho, quando este ainda era criança, mas que devido à intervenção da própria mãe não teria voltado a se repetir. A própria mãe definiu-se com mais rígida, assumindo para si a função de corrigir os filhos, utilizando-se mesmo do castigo físico. Essa postura é justificada por ela como decorrência da criação que teve.

Ele [o pai] deu um tapinha na bunda do mais velho acho que quando tinha uns 2 aninhos, 3, mas o tapa de um homem né e ficou marquinha na bundinha dele, eu falei “nunca mais encosta a mão no meu filho” né, que só tinha ele. E daí que ele foi com o Gabriel também nunca encostou a mão. Quando tinha que dar uns tapas era eu. Porque eu ele respeitava, agora o pai de tão bobo que era podia falar dez vezes que ia lá e fazia, eu sempre fui mais rígida né não sei se é porque os meus pais, eu sempre fui mais... [mãe]

Como o pai não conseguiu largar o vício, com tempo isso parece ter prejudicado o relacionamento com o filho. Gabriel passou a recusar socorrer o pai quando este aparecia jogado na rua, sem condições de voltar sozinho para casa, após o consumo de álcool. Nos relatos evidencia-se que, por vezes, ele auxiliou a mãe e o padrasto no socorro ao pai, mas diante da recorrência dessa situação acabou desistindo de ajudá-lo: “*E aí das últimas vezes ‘vamos lá Gabriel que não sei o que...’, ‘não, cansei, não adianta a gente vai lá e pega agora e amanhã ele está de novo, não vou mais’. E não foi mesmo, daí ia o meu mais velho, eu e o meu marido*” [mãe].

Com a distância do pai e com a necessidade da mãe em trabalhar, o irmão mais velho também ficou responsável por alguns cuidados em relação a Gabriel, incluindo levá-lo à escola. Contudo, segundo as diferentes narrativas, Gabriel não gostava muito de estudar. Assim, embora a mãe tivesse se esforçado para que ele continuasse indo à escola, por meio de “repreensões” (inclusive punições físicas), ele não concluiu o ensino fundamental. A partir da terceira ou quarta série, já teria começado a apresentar alguns desentendimentos, alguns conflitos com os colegas ou mesmo indisciplina nas aulas, o que demandava a presença constante da mãe na escola. Conforme sua amiga, ele estava “*(...) sempre na banquinha dos bagunceiros, dos alunos que iam para a diretoria*”.

A desistência de Gabriel em estudar parece ter decorrido de dois fatores principais. Por um lado, ressalta-se a experiência de ter repetido algumas vezes. Começou então a preferir ficar na rua a frequentar a escola. E a mãe, por conta do trabalho, indica que nem sempre tinha tempo para

supervisioná-lo. Por outro, há ocorrência de um evento que parece ter sido determinante: sua prisão por alguns dias, devido ao seu envolvimento com um furto de fios de cobre, quando estava com 17 ou 18 anos. Esse fato teria sido mobilizado pelos outros alunos como fator de diferenciação e estigma em relação a Gabriel, o qual optou por largar a escola. A amiga ressalta, no entanto, que além desse evento, ele nunca teria se envolvido em nenhuma outra situação de maior gravidade, por mais que fosse chamado por outros amigos.

Porque daí repetiu acho que 5ª série depois a 6ª e depois não ia, aí começou a não gostar de escola, queria ir para a rua, ficar na rua. E eu trabalhando era difícil (...). E assim, aí ele com 17 anos teve um problema com a justiça e ficou na delegacia né acho que uns 4 ou 5 dias, coisa que ele não tinha nem que ter ficado, depois procuramos um advogado aí no fórum e o advogado falou “mas ele não tinha nem que ter ficado”. (...). E daí ele voltou para a escola, mas daí já não conseguiu mais, porque ele falou “puxa mãe, todo mundo na escola eu entro e todo mundo fala que eu já fui preso”. (...). E aí ele me falava isso e ele chorava “não dá, não vou, porque todo mundo me fala que eu já fui preso”. [mãe]

Quando ele era moleque assim teve uma vez que ele foi preso roubando fio de cobre, mas é bem coisa de moleque mesmo, não tinha arma e nada, roubando os fios do poste para (...) uns trocados. Inclusive ele assinou 155 por causa disso, sujou o nome por causa do roubo de fio de cobre (risos). Eu lembro como se fosse hoje, eu fiquei desesperada também quando ele foi preso, eu chorava, aí eu liguei para a mãe dele, eu vim aqui na Liberdade também que tem negócio de Defensoria Pública e tudo, aí a mãe veio também e fizemos o maior corre para tirar ele. Ele ficou acho que foi três ou quatro dias preso por causa dos fios de cobre (risos). (...) bem coisa de menino mesmo, bem besteira, acho que não foi nada muito sério assim, nunca soube dele fazer nada de errado assim de ir no corre como tinham vários meninos que andavam com ele que iam que às vezes quando estava lá com ele e tudo eu vivia passando lá então eu via “vamos lá naquela fita, não sei o que, não sei o que lá” e ele “não, não moleque estou suave, vai lá você no seu corre, boa sorte lá no corre”. Já vi ele falando entendeu, nunca fiquei sabendo dele fazer alguma coisa errada assim de roubar ou de... a não ser os fios de cobre né da Eletropaulo (risos). [amiga]

Como forma de tentar evitar que Gabriel, após a desistência da escola, conjuntamente com a tentativa de furto e consequente prisão, permanecesse mais tempo na rua (espaço largamente representado nos dias atuais como trazendo riscos diversos), a mãe procurou empregá-lo na mesma loja de consertos de máquinas na qual trabalhava: “(...) para evitar dele ficar na rua o dia inteiro ela falou para o dono da firma onde ela trabalhava ‘dá qualquer coisinha pra ele, um agradinho pra ele que está bom, só pra ele ficar aqui o dia inteiro para evitar de ficar na rua’” [amiga da família]. Maneira igualmente de conseguir reinseri-lo em alguma instância socialmente “legitimada”, já que o trabalho ainda mantém um estatuto de positividade social, especialmente para as gerações mais antigas pertencentes às “classes trabalhadoras” das localidades periféricas da cidade. No entanto, Gabriel ficou pouco tempo. Segundo a própria mãe, ele não se acostumou à rotina de trabalho, sendo resistente e “boca

dura”. Contudo, os relatos indicam uma disposição para trabalhos mais esporádicos, que não acarretavam em uma exigência diária. Assim, desde os 15 anos auxiliava o marido da amiga da família, o qual tinha um caminhão de mudanças, como ajudante de carreto. Além disso, já teria trabalhado entregando panfletos e como servente de pedreiro. Conforme o tio, a baixa escolaridade não lhe permitia conseguir bons empregos. Próximo ao seu assassinato, estava trabalhando em um lava-rápido (onde também funcionava um estacionamento). Isso lhe proporcionava certa flexibilidade de horário e na pausa entre uma lavagem e outra conseguia se reunir com seus amigos e se divertir. Lava-rápido que era igualmente um ponto de encontro para seus amigos.

Como evidenciam os relatos, Gabriel era um rapaz muito brincalhão, espontâneo, alegre, que sempre estava na presença de muitos amigos. Embora tivesse alguns amigos mais próximos, era muito conhecido por todos na vizinhança, especialmente na “ruinha” em que ficava o lava-rápido. De acordo com mãe, ele era o responsável pela animação do grupo de amigos: *“o Gabriel mexia com todo mundo, arrumava apelido para todo mundo, ele estava na ruinha estava tudo alegre, tudo contente, mas se ele não tivesse na ruinha estava tudo meio chocho”* [mãe]. Além disso, gostava de se divertir ali mesmo: jogava bola, empinava pipa, andava de bicicleta, de skate, bem como fazia campeonatos de videogame na casa de alguns amigos. Não era de frequentar locais distantes, nem baladas, apenas uma pracinha próxima de alguns bares. Contudo, ele e seus amigos geralmente não entravam, ficavam mais do lado de fora, conversando, tocando violão e ouvindo reggae.

Gabriel não era de beber, conforme sua amiga apenas esporadicamente. Na única ocasião que chegou bêbado em casa, quando tinha por volta de 12 anos, foi repreendido e apanhou da mãe. Entretanto, fazia uso de maconha, o que era de conhecimento da mãe. Esse uso teria começado com 13 ou 14 anos, por meio de outro rapaz conhecido por fazer uso e vender drogas no bairro. Embora a mãe pedisse para que ele abandonasse o uso da maconha, isso nunca aconteceu. A própria “ruinha” era o local escolhido para o uso. Ademais, Gabriel parece não ter tido contato com drogas mais “pesadas”, embora sua amiga já tenha ouvido falar que ele tivesse experimentado cocaína. No entanto, ela indica que, se isso ocorreu, não foi na sua presença. Ainda de acordo com ela, a qual chegou a ser internada por conta da dependência de drogas, Gabriel apresentava certa proximidade com o “mundo do crime”, especialmente por conta desse consumo. Foi por intermédio desse “mundo”, quando começou a fazer uso das drogas, que ela o conheceu. Segundo seus relatos, muitas vezes, era ele que ia atrás da droga para eles consumirem juntos, embora sempre aconselhasse a amiga a se cuidar e largar a dependência. Entretanto, ele nunca teria se envolvido diretamente com a venda de drogas. Com intuito de evitar que Gabriel se envolvesse ativamente com esse “mundo” e pudesse cometer algum delito, a própria mãe, algumas vezes, o teria ajudado com dinheiro para comprá-la.

(...) com 16 anos eu vim a... passei a conhecer o mundo das drogas, o mundo do crime, foi onde eu passei a conhecer também a fazer alguns amigos, inclusive o Gabriel eu conheci ele através desse mundo, e aí com 17 anos assim eu estava já muito desandada nas drogas, muito perdida, eu passei por clínica fui internada e tudo, depois eu saí também e voltei... e aí o Gabriel assim ele era sempre aquele amigo que falava “para, você é uma moça bonita, toma juízo”. Sabe, por mais que ele fosse ele foi envolvido nesse mundo, ele era aquele amigo que estava sempre falando (...). [amiga]

(...) ele fumava as maconhas dele, que nem às vezes eu ia lá “ô faz um corre para mim?”. Ele ia lá na biqueira davam os cigarros para ele, ele pegava e voltava e a gente fumava juntos (...). Então pelo menos pelo que eu sei desde quando eu conheço ele, ele não vendia nada, não traficava e nem nada. Ele era simplesmente o doidinho, um dos doidinhos lá da banca. [amiga]

Embora não diretamente envolvido com a venda de drogas, sua inserção no limiar do “mundo do crime” implicou em outro encaminhamento à delegacia. Como relata a mãe, nessa ocasião ele estava em uma casa, em companhia do rapaz que teria o aproximado do consumo de drogas. Este local teria sido alvo de investida policial, onde foram encontradas drogas.

Uma vez ele foi com esse rapaz [que o aproximou das drogas], porque eles estavam numa casa e nessa casa tinham umas drogas lá, acho que era cocaína não sei se maconha também, aí eu fui na delegacia para buscar ele. Aí até a mãe desse menino porque era um menino, aí ela pegou e falou: “ah você já arrumou advogado?”, eu peguei e falei: “por que eu vou arrumar advogado? Meu filho não fez nada de errado”. Aí ela pegou e falou: “não, tem que arrumar, que não sei o que, que não sei o que lá”, eu peguei e falei “não, ele não fez nada de errado, ele não faz nada de errado, eu vou conversar aí e ver o que está acontecendo primeiro”. Aí realmente eu fui lá, mas saiu e o menino precisava porque já não era a primeira vez, já várias vezes que ele vendia droga, até hoje é o que dizem eu nunca vi, então não posso dizer nada. [mãe]

Ressalta-se, desse modo, que o limiar de Gabriel com o “mundo do crime”, por meio do uso de drogas e pela proximidade com aqueles responsáveis pela venda, o posicionava constantemente no limiar de processos de suspeição social e incriminação. Isso também é verificado em outras situações, as quais indicam os problemas que esse posicionamento provocou na trajetória de Gabriel, tanto no âmbito privado quanto público.

Nesse sentido, é possível identificar a construção de uma imagem ou identidade social “negativada” em relação a Gabriel, em decorrência do consumo de maconha. Observa-se, assim, um processo de apreciação social que o situa fora dos padrões esperados de conduta social, produzindo sua estigmatização social. Ou seja, a conformação da figura do “desviante”, que conforme Becker (2008) “tem importantes consequências para a participação social mais ampla e a autoimagem do indivíduo. A mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública” (Becker, 2008, p. 42). Imagem que gerou, de um lado, dificuldades na esfera afetiva e, de outro, diferentes conflitos com as

instituições policiais. Assim, conquanto em esferas diferenciadas da vida e com efeitos sociais distintos, observa-se o mesmo princípio de demarcação da imagem social de Gabriel. Na esfera afetiva, isso traduziu-se na proibição em relação a seu namoro. A mãe da menina que ele gostava não queria sua filha com um usuário de maconha. Em relação à polícia, são as “batidas” policiais constantes, por meio de abordagens com o uso excessivo da força (física e simbólica) que também constituem a experiência de Gabriel. Isso o posicionava, dessa maneira, no centro de tensões sociais, onde o uso da força constitui-se como possibilidade. Tanto por parte do “mundo do crime”, como das agências policiais.

No que concerne aos efeitos desse posicionamento no espaço mais público, é importante um desvio a fim de considerar a localização do bairro de moradia de Gabriel e as implicações territoriais envolvidas na conformação da “violência urbana”⁴⁷, incluindo uma atuação policial diferencial. Gabriel sempre morou em uma região periférica da zona norte da cidade. Primeiramente em uma casa (cômodo e cozinha) construída por seu avô paterno, no próprio quintal, junto às demais casas da família. E, posteriormente, na adolescência, por conta do novo relacionamento afetivo da mãe, mudou-se para um bairro próximo, mas continuou convivendo no antigo local, já que além da família paterna, grande parte de seus amigos eram de lá, assim como o emprego no lava-rápido. As narrativas em relação à região como um todo dão conta da condição de precariedade socioeconômica, bem como da forte presença da venda de drogas. A situação em relação à criminalidade, embora presente nos dois locais, seria ainda pior no bairro para o qual se mudaram, o qual teria fama de ser “barra pesada” (como menciona o padasto), sinalizando para uma maior presença do “mundo do crime” por meio do comércio de drogas e maior insegurança da população, inclusive por conta de eventos como tiroteios e assassinatos.

(...) o bairro que a gente mora assim é bem periferia assim né, não é favela, favela, mas é um bairro bem de periferia assim, um bairro de pessoas de mais baixa renda, é um bairro onde você vê muita criminalidade, em cada esquina tem uma boca de droga, entendeu? [amiga]

Sempre foi ali é ruim assim porque tem muita droga, em cada esquina você vê uma turminha lá vendendo droga. Mas isso nunca afetou a gente não. Para onde eu mudei é um pouquinho mais ainda, é difícil essa questão, um pouquinho mais para o fundo (...). Quando a gente estava mudando para lá, porque mais para a frente a gente não ouvia tanto tiro, tanta coisa, era só as drogas mesmo, mas ali era muito tiro, logo que nós mudamos. E lá embaixo a

⁴⁷ Compreende-se a “violência urbana” como um conjunto de práticas e significados que, para além de indicar a ocorrência de diferentes crimes que passam a ter maior intensidade nos centros urbanos a partir da década de 1980 (como crimes contra o patrimônio e os homicídios) e alterações nos moldes da criminalidade (Adorno, 1996; Caldeira, 2000), constitui-se igualmente como: representação social (Machado da Silva, 2008); objeto de investigação de diferentes campos de saberes; e problema social, que vem adquirindo posição central como fonte de preocupação entre a população e diferentes instituições (governamentais ou não) (Peres e Ruotti, 2015). Conforma-se, dessa forma, como fenômeno que produz e reproduz intensos tensionamentos sociais.

gente dormia com porta e janela tudo aberto, o Gabriel principalmente, mas tudo aberto, daí eu peguei e falei “não aqui não vai dar né para viver desse jeito tem que trancar tudo”. E direto pessoas no outro dia você ficava sabendo morreu um, dois, três, era assim. [mãe]

É em consideração a essa situação de ampla presença do “mundo do crime” com suas atividades comerciais ilegais (com qualidade de forte territorialização) conjugada às formas como o Estado vem se constituindo nos locais periféricos dos centros urbanos, inclusive em suas ações de segurança pública, que as incursões policiais e suas ações contra Gabriel podem (e devem) ser situadas. Assim, mais do que o consumo de maconha por Gabriel, é a ressignificação social desse uso que está em questão, assinalando para o funcionamento de uma conjunção de tensões e demarcações de fronteiras sociais com efeitos diretos no emprego do uso da força, em conformidade com o que vem sendo assinalado por distintos trabalhos (Misse, 1999; Telles, 2010; Feltran, 2008; 2010).

De acordo com os relatos, eram constantes as abordagens policiais em relação a Gabriel e seus amigos. A “ruinha” onde ficavam, cuja referência era o lava-rápido, não só era ponto de reunião dos amigos de Gabriel, alguns dos quais consumindo drogas, mas também local onde havia um ponto de venda de drogas. Assim, conformava-se inevitavelmente certa proximidade entre os dois grupos. Tudo isso fazia das proximidades do lava-rápido um local visado pela polícia, sendo que ambos os grupos sofriam com incursões padronizadas por agressões (como chutes e golpes de cassetete). Mesmo quando os responsáveis pela comercialização da droga não estavam ali, a polícia abordava Gabriel e seus amigos. Entretanto, mais do que evitar esse comércio, esse tipo de ação policial parece sinalizar para um tipo de regulação, para uma forma de gestão que mantém em funcionamento interesses que se constituem nas bordas do legal e do ilegal (Telles, 2010). Nessa gestão, o uso da força física (mas não só) acaba sendo um mecanismo essencial, o qual aparece atrelado às diversas trocas, na forma de “mercadorias políticas” (Misse, 1999, 2007, 2008), que vigem entre os grupos que praticam ações consideradas criminosas e a polícia.

(...) polícia também tem muito também, os policiais chatos que gostam de bater na gente. [amiga]

Porque assim, eu sempre encontrava com o Gabriel que não era bem onde ele mora, eu encontrava com ele onde ele ficava, ele ficava lá no estacionamento, (...) e eu sempre encontrava com ele por lá né e assim, a gente sempre ficava lá também fumando um e tal e direto né, todo dia tomava uns dois ou três enquadros. [amiga]

(...) ele trabalhava no estacionamento no mesmo local onde ele morreu, até um pouco antes começou a frequentar ali a esquina um pessoal que até então eu não conhecia, porque a maioria dos meninos que ficavam ali eram esses amigos dele de infância. E, eu perguntava para ele: “não é amigo de fulano, amigo de fulano e tal”, passando um tempo eu fiquei sabendo que do outro

lado da rua (...) não necessariamente na esquina, que tinha um pessoal que fazia tráfico de drogas. Um dos que faziam esse tráfico era um amigo dele de infância que ele até já tinha se afastado, não sei afirmar se por conta disso ou não, mas já não fazia parte do grupinho. (...) até depois quando a gente mais ou menos ficou sabendo e começou a desconfiar ficava os caras traficando de um lado e eles do outro. Teve uma vez que a polícia bateu até deu um enquadro e foram os caras de lá e os caras de cá para a parede. E aí parece que pegaram coisa lá e ele entrou na ocorrência como testemunha. Teve uma outra eu não sei se jogaram coisa, aí já fica até confuso a gente dizer alguma coisa, porque pelo que eu ouvi dos cabos lá na região como tinha esse pessoal traficando aqui e esse pessoal aqui, ou seja, metros de distância, a polícia encostava muito ali, então os traficantes mesmo não estavam ali, pelo que a gente ouviu dizer, mas eles estavam ali sempre. Então às vezes a polícia vinha e enquadravam eles. Tanto que o meu outro sobrinho falou que já viu de enquadrarem, eles ajoelhados e os polícia chutando as costas deles, batendo com cassetete no ombro. Então quer dizer era uma situação complicada, mas alguma coisa que a gente possa afirmar que ele estava junto não existe. [tio]

Observa-se, até aqui, duas formas distintas (mas entrelaçadas) de aproximação de Gabriel com as fronteiras do “mundo do crime”, bem como seus consequentes efeitos. Primeiramente, pela tentativa de furto de fios de cobre, o que provocou um processo de incriminação e detenção por alguns dias, incriminação entendida no sentido que lhe atribui Misse, ou seja, processo pelo qual um agente é incluído em um item da pauta legal reconhecida (Misse, 2010, p.22). Concomitantemente, tem-se o consumo de drogas, que não só estabelece uma interação entre ele e aqueles responsáveis pelo comércio de drogas (também jovens, compartilhando as mesmas características socioeconômicas e de local de moradia), mas igualmente o deixa exposto às intervenções policiais constantes. Nesse ponto, o uso de drogas aparece como uma prática no limiar da criminalização, no qual o contexto de desigualdade social atua como elemento central de definição e de atuação diferencial da polícia. Ser um jovem morador de uma área periférica trará muito mais chances desse consumo ser criminalizado⁴⁸, produzindo os efeitos repressivos policiais que aparecem na trajetória de Gabriel. A suspeição que recai sobre esses jovens, os quais são representados como possíveis “bandidos”, os

⁴⁸ O porte de entorpecentes para uso pessoal é criminalizado pela Lei 11.343/2006, mas a pena prevista não consiste em privação de liberdade, mas em penas de advertência, medida de prestação de serviço à comunidade ou de comparecimento à programa ou curso educativo. Já em casos de tráfico de drogas a pena prevista é de privação de liberdade de 5 a 15 anos. Aqui é importante pontuar as seletividades (e arbitrariedades) policiais e judiciais que operam na incriminação dos agentes em relação ao porte e ao tráfico de drogas, a depender de seu posicionamento socioeconômico. Essas arbitrariedades perpassam as próprias indefinições da lei, especialmente no que diz respeito aos critérios estabelecidos para distinguir o usuário do traficante de drogas. Essas indefinições dificultam e dão margem para classificações pessoais dos agentes do sistema de justiça criminal no enquadramento e incriminação dos sujeitos, conforme aponta pesquisa referente à Lei de Drogas e Prisão Provisória em casos de tráfico de drogas (Jesus et al., 2011). Ainda segundo os resultados dessa pesquisa, a polícia prende preferencialmente o “pequeno traficante”, situado na ponta do tráfico, frequentemente jovem ou adolescente, com pouca escolaridade e desprovido de recursos financeiros, sendo que o “grande traficante” raramente é preso (Jesus et al., 2011, p.69).

envolve em processos de “incriminação preventiva” (Misse, 2010), para os quais intervenções violentas, que vão desde agressões (verbais e físicas) até a morte, podem ser justificadas. A própria morte de Gabriel e as repercussões que se seguiram, embora em um contexto de crise exacerbada entre o PCC e as forças de segurança, resultam do acionamento desses mesmos processos.

A “revanche” policial: o assassinato de Gabriel e os ataques de maio de 2006

O assassinato de Gabriel situa-se no interior dos conflitos armados que se sucederam em 2006 entre o PCC e as forças de segurança pública do estado de São Paulo, caracterizado tanto por um conjunto de megarrebeliões nos presídios paulistas somado a ofensivas armadas contra agentes estatais de segurança, que se encontravam fora ou em serviço (além de ataques contra agências bancárias e prédios públicos, queima de ônibus); como por ações de contenção armada pelas forças policiais, muitas das quais caracterizadas, posteriormente, como ações de “revanche” (Cano e Alvadia, 2008). Como já apontado, esse evento conforma-se em um momento no qual o PCC, que já se encontrava em processo de consolidação, confirma ainda mais seu poder dentro e fora das prisões (Adorno e Salla, 2007; Feltran, 2008; Dias, 2013). Poder em diferentes sentidos: na mobilização e articulação de pessoas e ações, na posse de armamentos, no uso da força física, na pressão em relação às instâncias estatais de poder (e, conseqüente, tensionamento em relação ao monopólio do uso da força). No que concerne às forças de segurança pública, esse evento, mais do que exceção, também pôs em relevo mecanismos já operantes de disputa pelo uso da força física (e pelo “direito” de matar) na resolução de conflitos e ordenamento social, que se perfazem nas fronteiras do *legal* e do *ilegal*, inclusive quando se trata de ações contra parcelas pobres da população e de áreas mais precárias da cidade. A população em geral, por sua vez, viu-se diretamente no meio desses conflitos.

As rebeliões e ataques do PCC tiveram início no fim de semana, no qual se comemorava o Dia das Mães. Entretanto, foi na segunda-feira, dia 15 de maio, que um sentimento de pânico se instalou na cidade, promovendo a suspensão de atividades de empresas, comércios e de instituições de educação. Assim, um dos maiores centros urbanos vivenciou a situação rara de torna-se vazio em pleno dia útil. Distintos estudos pontuam que as ações do PCC se deram quase totalmente no início do período dos ataques, no qual se concentraram as mortes dos agentes de segurança (Cano e Alvadia, 2008; Justiça Global e IHRC, 2011). Nos dias que se seguiram, um número elevado de morte de civis⁴⁹ põe em evidência um forte “contra-ataque” policial.

⁴⁹ Conforme estudo de Cano e Alvadia (2008), com base em laudos cadavéricos, foram registradas 564 mortes de civis por armas de fogo no período de 12 a 21 de maio de 2006, para todo o Estado de São Paulo, dos quais se estima que aproximadamente 400 estavam relacionadas ao evento.

Entretanto, se atualmente diferentes análises oferecem uma maior clareza (ainda que na forma de hipóteses) sobre esse evento, o sentimento de medo e insegurança social é o que predominava naquele momento, bem como as incertezas sobre o que estava acontecendo. A família de Gabriel era, de forma dupla, potencial “alvo” desses ataques. Isso porque, tinha tanto policiais entre seus membros, o que trazia o risco de agressões perpetradas diretamente pelo PCC; mas igualmente morava em uma área onde a atuação diferencial da polícia colocava seus membros, inclusive os mais jovens, como Gabriel, na mira das ofensivas policiais (inclusive fatais), que nesse momento estavam ainda mais proeminentes.

Para a família de Gabriel, entretanto, as ações do PCC eram as que traziam maior apreensão. A avó descreve o sentimento que se sucedeu naquele momento:

(...) foi um horror, foi um horror, Deus me livre. Foi um absurdo o que aconteceu naqueles dias, foi uma tortura, a gente foi torturado. Na noite antes o meu filho mais velho estava morando num conjunto que é só de PMs lá em Guarulhos e também já tinham atirado lá no conjunto, foi uma tortura mesmo, que a gente tinha muito medo do meu filho mais velho porque estava em serviço, mas foi muito triste muito terrível. [avó]

Na segunda-feira, diferentes precauções foram adotadas diante do medo de que os ataques se estendessem para todos os familiares. Cuidados que procuravam principalmente evitar a circulação pelas ruas: seu tio mais novo permaneceu no serviço (de porteiro na época), mesmo após o horário de trabalho, não queria correr o risco de andar à noite pela cidade; conseqüentemente, em decorrência da sua ausência em casa, pediu para que o irmão de Gabriel fosse dormir com a avó para que ela não ficasse sozinha, havia o medo que invadissem a casa na busca pelo tio de Gabriel que ainda era policial; já em relação a Gabriel as recomendações e preocupações vinham de várias pessoas da família, a fim de que fosse para casa o mais cedo possível e não ficasse muito tempo na rua como era de costume.

(...) segunda-feira foi uma correria, aquela bagunça, aí cheguei em casa e o Gabriel ainda não estava em casa e a minha sogra ligou porque o meu cunhado que mora na parte de cima não estava, e ela ligou apavorada, com medo de invadirem a casa para pegar o tio de Gabriel, porque estavam matando policiais, e ao mesmo tempo eu acho que ele estava no serviço, eu não sei. Aí eu peguei e falei para o irmão do Gabriel, ela ligou querendo que um deles fosse ficar lá com ela. Eu peguei e falei “então vai, passa na ruinha e fala para o Gabriel vim para casa, ele fica aqui com a gente”, porque esse meu marido também é aposentado da aeronáutica, era tenente. Aí eu fiquei com medo de ter problema para ele também (...). Eu falei “então você manda o Gabriel vir para cá ficar comigo e você vai lá ficar com a sua avó”. [mãe]

(...) na segunda-feira estava aquele rebu do PCC (...), estava aquele horror, aí eu conversei com o meu filho [tio mais novo de Gabriel] pelo telefone e eu falei “Filho do céu, o seu irmão [tio policial de Gabriel] veio aqui e falou pra eu não sair pra rua, é melhor você dormir aí”, “ah mãe, eu vou dormir aqui e a senhora

vai dormir aí sozinha?”, “não tem problema eu estou fechada dentro de casa”, mas ele tinha medo porque das pessoas falarem que aqui é casa de polícia, casa de polícia militar. E eu falei “não, eu estou aqui dentro de casa, eu estou fechada, eu não tenho medo, pode me deixar aqui que eu durmo sozinha não tem perigo”. (...) dali a pouco ele ligou “ah mãe eu liguei para o irmão do Gabriel e ele vai vir dormir aí com a senhora viu?”, eu falei “ai meu Deus do céu agora ele vai ficar andando também na rua?”, “não, ele vai dormir com a senhora”. Aí chegou à noite e o irmão do Gabriel veio, e acho que ele veio umas oito horas da noite, aí eu falei “e o Gabriel? Já foi para casa?”. Ele falou assim: “vó não foi”, eu falei “ai meu Deus do céu”, “mas a minha mãe já falou para ele que é para ir embora cedo”. Aí ele dormiu e manhã foi embora e eu peguei e falei assim “olha chega em casa e liga para mim” para saber se o Gabriel estava em casa né? Porque estava um pavor, não era para ninguém sair na rua. Aí o Danilo ligou e falou “ah vó o Gabriel ainda está dormindo, ele veio para casa cedo e ainda está dormindo”, aí eu “ah está bom então, eu estou sossegada”. [avó]

No dia seguinte, conforme a mãe indica, a sensação era de menos insegurança, sensação de que tudo estava voltando ao normal. Deste modo, saiu para trabalhar como sempre fazia. Gabriel, por sua vez, também seguiu sua rotina no lava-rápido. O tio, que tinha passado à noite no serviço, retornou cedo para casa e de tarde, como recomeçava seu turno, também voltou ao trabalho. Antes, contudo, como ainda estava preocupado com toda essa situação, passou para falar com Gabriel e pedir que ele continuasse tomando cuidado, voltando cedo para a casa.

(...) eu saía meio-dia para trabalhar porque eu entrava às duas horas do serviço e eu passei e o Gabriel estava no lava-rápido e eu falei para ele “olha, você trabalha”, porque eu sabia que ele ficava na rua entendeu? “Meu, terminou aí e vai embora porque o negócio está feio na rua”. “Tá”, eu até meio que dei bronca nele: “você ouviu moleque, eu não estou brincando. Não fica na rua!”, e ele falou “está bom eu vou para casa”. [tio]

Todavia, Gabriel não conseguiu voltar. Antes das dez horas da noite, ele e seus amigos foram vítimas de um ataque armado enquanto conversam em frente ao lava-rápido. Conforme os relatos, uma média de seis motos (grandes, novas e sem placa) cruzaram a rua. Os motoqueiros ao passarem por eles, em tom de ameaça, teriam dito que não era para fugir. A ameaça teria sido destinada ao rapaz que o aproximou das drogas, o qual acabou indo embora, aconselhando os outros a fazerem o mesmo. Gabriel permaneceu, ele e seus amigos teriam dito não deverem nada a ninguém. Foi então que três dessas motos fizeram o contorno no quarteirão e voltaram, com os motoqueiros já encapuzados. Assim que pararam, os disparos começaram. Alguns rapazes, assim como funcionários do lava-rápido, correram, alguns dos quais se esconderam dentro do estacionamento, inclusive no banheiro. Gabriel e dois amigos não conseguiram fazer o mesmo, uma vez que foram logo atingidos. Gabriel morreu ali, na calçada, mesmo diante de seu pedido para que não o matassem. Depois disso, entraram no estacionamento a fim de executarem outras pessoas, mas não conseguiram, apesar de terem

continuado os disparos. Assim, se em princípio os perpetradores do assassinato de Gabriel indicaram que tinham um alvo específico, a ação executada revelou, ao contrário, que qualquer um que estivesse ali poderia morrer, como indica a amiga da família que morava em frente ao local: “*Os caras chegaram neles para detonar não importava ali quem tivesse. (...) porque ali eles entraram para eliminar para não deixar um resquício sequer, como testemunha que eu falo, né? (...) eu sei que chegaram para matar* [amiga da família]. A intenção em matar também ficou explícita pelos tiros a queima roupa e pelo número de disparos efetuados contra cada um dos jovens, mesmos quando já estavam caídos. Em relação à execução de Gabriel, o primeiro disparo acertou seu rosto, o que fez com que ele caísse no chão, após isso os tiros continuaram.

E segundo o que dizem lá chegou umas seis ou oito motos passou por eles, eles estavam sentados tudo brincando e cantando, cantando e bagunçando e naquele dia estava calmo na terça-feira, eu lembro que eu pensei “daqui a pouco ele está aqui e aquilo foi ontem né, passou, passou”. (...). Aí falaram que passou eu não sei se eram seis ou oito motos com garupa e sem placa (...). A minha colega mora do lado de cá e eles estavam sentados lá e passou aquelas motos pra baixo e pegou e falou “não sai daí não que a gente volta”, falou para esse amigo [que o aproximou das drogas]. Esta falou para o Gabriel “Gabriel vamos, vamos, vamos”, daí ele “eu não devo nada, imagina eu não devo nada para os caras eu vou ficar aqui sim”. E aí continuaram lá brincando, tinha acho que uns dez ou doze molecadinhas lá, continuaram lá estavam sentados cantando e continuaram. Aí eles foram até o final da rua que tem um rio ali no final né pararam as motos lá colocaram aquela toca ninja, colocaram o capacete e voltaram atirando. Quem estava lá conta que tinha moleque correndo para tudo quanto é lado, se escondendo dentro de carro, subindo em telhado, sabe tentando pular aqueles portões de lança e nisso daí ficou os três lá caídos no chão, eles não conseguiram. Segundo o que falaram o Yuri que era amigo dele ele tinha acabado de... ou ainda estava com uma tala na perna acho que tinha caído de moto, então ele estava com o braço engessado e a perna, senão me engano ele tirou o gesso e jogou, mas ele não estava conseguindo correr e o Gabriel colocou pra ajudar né a correr, mas não deu, não deu tempo e o Gabriel foi na hora pelo que falou, diz que ele ajoelhou no chão né e “pelo amor de Deus não me mata”, ah não tiveram piedade não, os miolos dele lá no chão na rua. [mãe]

Foi dez horas da noite eu estava assistindo a novela do canal 5 quando eu vi as motos passar e da minha janela, assim a minha janela era grade, então eu fechei uma parte e a outra eu deixei aberta, então por uma parte da grade eu vi os caras correndo atrás dos que conseguiram fugir e atirando entendeu. Eu lembro assim, eu lembro até hoje um baixinho com as pernas grossas de capuz na cabeça, não deu para identificar, eu sei que tinha até mulher na garupa. Inclusive diz um dos meninos que se salvou que quem matou o Gabriel foi mulher, só que os outros que correram para atirar nos outros que estavam fugindo quando voltou deu o tiro de misericórdia ainda, ainda acabou de atirar mais nele, entendeu? [amiga da família]

Os meninos que conseguiu fugir teve uns que conseguiu fugir, teve uns que conseguiu se esconder no banheiro do estacionamento, uns conseguiram se

esconder embaixo de uma Kombi, e ele falou, ele ficou meio sabe naquele estado de choque? Ele levantou a mão né, os meninos falaram né, ele levantou a mão e falou assim “pelo amor de Deus não me mata”. E foi a segunda moto que estava parada, foi a mina de trás que deu o primeiro tiro nele e pegou aqui no olho dele e já no primeiro tiro os meninos contou que ele já caiu no chão, os miolos já estourou no chão que pegou no... eles deram mais uma par de tiros, depois viraram o corpo e deram mais uma par de tiros nas costas, entendeu? Fora ele foi mais dois meninos que faleceu e os outros meninos ficaram tudo em choque né, que nem eles meteram um monte de bala assim os meninos que estavam escondidos no banheiro eles meteram um monte de bala na porta do banheiro, por Deus que não acertou ninguém porque poderia ter passado pela porta e pegado em alguém né, foi na maldade [amiga]

Quando a família de Gabriel chegou ao local, toda a cena do assassinato já havia sido modificada. A mãe, que logo foi informada pela amiga que morava em frente, chegou pouco tempo depois. Contudo, nem Gabriel nem os dois rapazes mortos encontravam-se mais: a polícia os havia retirado dali. A rapidez com que a polícia chegou é enfatizada nos diferentes relatos. Em seguida às motos terem ido embora, vários carros policiais chegaram ao local e já levaram os rapazes. Conforme aqueles que viram o que aconteceu, apenas um dos rapazes feridos estava vivo (mas morreu a caminho do hospital, aparecendo com um ferimento, que também não existia quando foi removido do local). Este era o único, portanto, para o qual é reconhecida justificativa para ter sido socorrido. Gabriel e outro amigo já estavam mortos, não havia motivos para terem sido retirados de lá, antes de qualquer perícia. No hospital, como relata o padrasto de Gabriel, todos deram entrada mortos, todos com tiros na cabeça e no peito. Enquanto permanecia ali, outro jovem, também amigo deles, chegou morto, em outra ocorrência em uma rua próxima. Não só os rapazes não permaneceram ali, como os cartuchos de bala também foram retirados. Esses são elementos que, no conjunto, começaram a trazer estranheza e questionamentos para a família e amigos de Gabriel, bem como uma suspeita: a que tinham sido policiais os responsáveis pelas mortes.

Foi muito rápido, foi coisa de as motos saírem e a polícia chegar entendeu como é que é? E geralmente eu não sei se é verdade dizem que quando morre no lugar não pode tirar enquanto a perícia não chega. E não esperaram perícia, eles já tinham dois mortos, o único que estava um pouco estrebuchando era um dos rapazes. Ainda o meu marido falou assim “se eu tivesse um carro eu ia socorrer ele, mas eu não tenho carro”. Aí a polícia chegou e já tirou nós de cima “não ninguém põe a mão, ninguém põe a mão em nada”. Então já empurrou nós para fora, já pegou um jogou dentro da viatura, pegou outro e jogou dentro da viatura. Então eu fiquei cismada por causa disso porque eu acho que a perícia tinha que ter comparecido, ninguém mexer no corpo, já estava morto. [amiga da família]

(...) o Gabriel já estava morto, por que eles tiraram dali para levar para o hospital? (...) acabaram de matar não deu cinco minutos não deu para chamar uma viatura, a viatura já estava ali, já pegou eles. As cápsulas... sumiu tudo,

tudo, eles pegaram lá os policiais mesmos e já deu para uma tenente. Então tudo, tudo, tudo indicava que foi polícia. [mãe]

(...) um dos rapazes tinha tomado parece que um tiro na perna, um na barriga, se eu não me engano, depois conversando com as famílias, e parece que tomou um tiro de raspão na cabeça. (...) falaram que ele saiu vivo de lá terminaram antes de chegar no hospital. O Gabriel saiu morto de lá, que eu saiba o policial joga na viatura quem tem que socorrer, morto não precisa de socorro. O outro menino também parece que saiu morto, socorreram para que se ele morreu? Não vão ressuscitar. Então aí sabe essas migalhinhas de coisas que a gente começou a acreditar que está estranho isso. [tio]

Se aos poucos todos os indícios foram levando a essa suspeição, foi difícil para os tios, um dos quais ainda policial, aceitar e mesmo enxergar essa como uma hipótese inicial. Como indica o tio mais novo de Gabriel, a presença de policiais na família o fez aventar, em princípio, a possibilidade da morte do sobrinho ter sido praticada pelo PCC: “(...) morreu porque é sobrinho de polícia, porque meu irmão é, acho que os caras não estão pegando só polícia, tão pegando parente também” [tio]. Reconhecer que os responsáveis poderiam ser policiais suscitava grande decepção. Além disso, esse reconhecimento consistia em considerar que os responsáveis pela morte de Gabriel poderiam ser pessoas conhecidas, pessoas do mesmo batalhão do tio de Gabriel.

“(...) só que na hora eu não imaginei que podia ser a polícia, nunca. Até no dia seguinte foi um dos meninos foi lá em casa e ele não chegou a entrar em casa ele ficou no portão, eu nem vi isso eu estava para o IML, o meu irmão que ficou em casa, meu irmão falou “eu quase fui lá e dei uns tapas no moleque”. “Foi polícia, foi polícia, foi polícia”, meu irmão falou “não foi”. E na verdade eu também não queria acreditar, sabe foi muita decepção, que eu ainda tinha alguma intenção de entrar, eu queria entrar, só que... até agora mesmo está em aberto, só que eu pensei em entrar e eu falei “eu não vou não”, “não vou não”. [tio]

(...) esse meu cunhado [tio policial de Gabriel] também passou por psicólogo e tudo, porque ele acreditava na polícia, e depois ele viu que não era nada disso. [mãe]

Entretanto, não só as circunstâncias do assassinato, mas situações que ocorreram após, inclusive envolvendo amigos e familiares de Gabriel, vieram a corroborar ainda mais com a desconfiança em relação à responsabilidade policial. As narrativas indicam atitudes suspeitas, ameaças, intimidações e mesmo uma possível emboscada contra o tio policial de Gabriel, as quais ocorreram não só logo após as mortes, mas também durante o período que transcorreu, marcado pelo empenho da família em descobrir os responsáveis.

Já no dia seguinte, dia do velório de Gabriel, duas viaturas policiais teriam parado no lava-rápido, com a justificativa de que buscavam um carro roubado. Não acharam nada, mas fizeram os rapazes encostar e os agrediram fisicamente. Antes de ir, um deles teria dito: “(...) se eu ouvir um pio de qualquer um

falando sobre o que aconteceu aqui ontem à noite nós vamos voltar e vai ter revanche” [tio]. As ameaças e intimidações contra a família também não demoram a acontecer. O tio mais novo de Gabriel menciona diferentes ocasiões em que foi seguido por uma moto (com características semelhantes às daquelas do assassinato). A mãe relata a presença de policiais, possivelmente envolvidos na morte do filho, nas imediações de sua casa (em atitude suspeita e intimidadora), dentre estes um conhecido como “Lampião”, policial aposentado que atuava como “justiceiro” no bairro e cujo filho teria participado da execução de Gabriel. Em relação ao tio de Gabriel, que estava dentro da corporação, além de comentários estranhos, como insinuações sobre a moralidade do sobrinho, quase teria sido vítima de uma possível “cilada”, proveniente do medo dos policiais em serem descobertos.

Teve um caso que eles iam simular uma ocorrência. Óbvio que iam fazer mais um inocente morrer. Depois chegou no ouvido dele que uma outra policial que ele já trabalhava há muito tempo ficou sabendo, ele trabalhava interno na época e ele, porque será, vai saber, mandaram ele pra rua pra uma operação e não era comum ele sair com o pessoal que já trabalhava na rua fazer operação, às vezes tinha operação mas com o pessoal interno, normal. E ele ia pra viatura, aí de última hora ele estava namorando com uma policial também e tinha dado uma briga e ele tomou eu não sei se seria uma espécie de uma suspensão, alguma coisa assim, uma suspensão e ele não pode ir pra rua, aí ele ficou interno. Aí essa policial que ele conhecia parece que ouviu um zunzunzum e foi falar “que bom que você não foi viu?”. “Por quê?”. “Depois eu te falo”. No dia seguinte ela foi e falou: “o negócio é o seguinte eles iam abordar alguém com uma arma fria dar um tiro na viatura e iam dar uns dois pelo menos em você e iam matar essa pessoa”, porque eles fazem isso. Então quer dizer, iam pegar o meu irmão, porque meu irmão estava indo atrás. [tio]

Busca pelo reconhecimento público: entre estratégias de incriminação e “limpeza moral”

“(…) na DHPP⁵⁰, porque antes eu estava direto lá, porque eu queria, porque eu queria saber, eu vou até o fim eu vou, vou, vou querer eles na cadeia, que eles paguem por isso”. [mãe]

Como indicado, após a morte de Gabriel, sua família mobilizou-se a fim de identificar os responsáveis pelo seu assassinato, bem como para obter uma punição legal, mesmo diante das distintas ameaças e do sentimento de medo (por alguma represália). No entanto, essa tarefa, para além dos entraves específicos atrelados à confirmação de que realmente tinham sido policiais e da descoberta de sua identidade, põe em funcionamento processos de definição em relação ao uso da força física e seus limites. Ou seja, está em questão o *quanto* de força pode ser usada, *quem* pode aplicar essa força, *em que circunstâncias* e *contra quem*. Assim, a própria legalidade e legitimidade das ações que vitimaram

⁵⁰ Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa do Estado de São Paulo.

Gabriel e tantas outras pessoas no mesmo período, em circunstâncias semelhantes, ao invés de estarem previamente definidas, entram em um jogo de disputas públicas pela sua definição. Consequentemente, o que está em jogo é a própria definição do seu assassinato como um “crime” ou não, para o qual compete ou não uma punição. Disputas, por sua vez, marcadas por posicionamentos sociais específicos, que evidenciam os potenciais de poder das pessoas pela definição da realidade, pela definição da “verdade” dos fatos. Assim, a própria possibilidade de incriminação dos responsáveis entra em processo de disputa.

Como alerta Misse (2010), a incriminação, não consiste em *“uma ação simples e direta de encaixamento, mas um complexo sistema de interpretação baseado também em poderes de definição da situação”* (Misse, 2010, p.23). Nesse processo, as categorizações, as identidades sociais que são atribuídas aos agentes ocupam espaço privilegiado. Assim, embora no interior de um sistema legal de justiça, que sustenta como prerrogativa a igualdade dos sujeitos (e a universalidade dos preceitos legais), na prática estão plenamente operantes mecanismos diacríticos, baseados em desigualdades sociais que marcam profundamente a sociedade brasileira, sustentando tanto privilégios de alguns como total destituição de direitos de outros. Como indica Honneth (2003), o princípio de igualdade institui a possibilidade de “luta por reconhecimento” dos agentes no âmbito jurídico. Contudo, a fragilidade operante nesse princípio, ainda que formalmente garantido na realidade brasileira, produz na prática inúmeros obstáculos para o reconhecimento daqueles situados nas parcelas mais empobrecidas da população.

Nessa perspectiva, é possível ressaltar os efeitos do processo de “incriminação preventiva” (Misse, 2010), que recai sobre Gabriel, nos entraves posteriores encontrados para a incriminação daqueles responsáveis por sua morte. Processo de incriminação preventiva que perpassa os diferentes momentos de sua trajetória. Isto é, está presente antes do seu assassinato, durante as diversas “batidas” policiais, mas igualmente está operante no momento da sua morte e também após, ou seja, atuando tanto como mobilizador das ofensivas policiais que provocaram seu assassinato como entrave no reconhecimento de sua morte enquanto crime a ser responsabilizado. Nesse sentido, seria possível falar em uma *“sujeição criminal post mortem”* (Misse et al., 2015), que pressupõe a periculosidade da vítima (legitimando sua morte), a qual perpassa as narrativas policiais com efeito em todo o processo oficial do caso.

De tal modo, em relação ao ataque que o vitimou, sua proximidade e a dos seus amigos com o “mundo do crime”, já os marcavam como potenciais alvo das ações policiais. Assim, o momento de exacerbação conflitiva que perpassou a ofensiva do PCC acionou não mecanismos de exceção, mas mecanismos já instaurados nas práticas policiais, que ganharam, no entanto, maior proporção em termos de número

de vítimas, em um curto período de tempo (Feltran, 2007, 2008). Vítimas preferencialmente situadas em bairros periféricos da cidade, evidenciando processos macrosociais para além das circunstâncias específicas daquele momento, ou seja, processos de estigmatização social e historicamente construídos, que produzem representações sobre os moradores desses locais como possíveis “bandidos”.

Após a morte de Gabriel, semelhante processo de incriminação é acionado como forma de colocá-lo como uma “vítima duvidosa” (Schillagi, 2009) e dificultar a criminalização do seu assassinato e a incriminação dos possíveis responsáveis. Embora toda a pessoa que sofreu algum tipo de dano possa ser considerada uma vítima, publicamente e nas esferas político-institucionais essa categoria também passa por uma discussão e por uma significação moral. Nessa consideração, o estatuto de vítima passa a ser um atributo seletivo, a depender dos valores morais mobilizados e das sensibilidades acionadas em relação à pessoa que sofreu o dano (Schillagi, 2009). Ao fazer essa análise Schillagi (2009) pontua que são constituídas publicamente tanto a “vítima inocente” como a “vítima duvidosa”, sendo a discussão moral sobre o bom proceder da pessoa que sofreu o dano um dos elementos principais utilizados nessa demarcação.

Diferentes relatos dos entrevistados indicam que, posteriormente ao assassinato, a imagem de Gabriel foi colocada em questão pela polícia, por meio da suspeição da sua conduta. Artifício provavelmente mobilizado para enquadrá-lo como “vítima duvidosa” e, assim, elencar justificativas para a sua morte. Artifício recorrentemente utilizado nas práticas policiais para justificar os assassinatos perpetrados pela própria corporação, evitando o seu reconhecimento público como um “crime” e, consequentemente, solapando a necessidade de uma punição. Desse modo, constitui-se um processo pelo qual nem todas as vítimas têm garantido seu direito ao reconhecimento público e nem a apreciação dos danos que lhe foram causados (e também aos familiares e amigos) como intoleráveis, uma vez que seu próprio estatuto de vítima é colocado em suspenso.

Aí começou tudo as investigações, foi para a delegacia, depois lá para o DHPP, lá até o investigador: ah, mas da maconha para o tráfico é um pulinho”, eu falei “então prova para mim que ele era traficante”. Eles foram e investigaram direitinho e realmente ele não tinha nada não [mãe]

Até esse polícia que falou “depois que morre vira anjo”, falou: “mas por que você quer saber?”. E ele [tio policial de Gabriel] falou: “porque mataram o meu sobrinho, eu quero saber quem foi e eu vou buscar e vou mandar para o inferno”. “Ah, mas por que, que não sei o que, deixa quieto já foi”, “não, não já foi, tem uma família que foi destruída por causa disso”. [tio]

Se, mesmo após a morte de Gabriel, verifica-se, por parte das instâncias policiais, uma tentativa de criminalização da sua conduta, a família, por sua vez, é impelida a operar um mecanismo contrário. Ou

seja, um mecanismo de “limpeza moral” (Machado da Silva e Leite, 2008), um afastamento da categoria “bandido”, como forma de poder estabelecer o seu reconhecimento público como vítima e, portanto, poder cobrar a punição pelo seu assassinato (Vianna e Farias, 2011). Logo, com o intuito de promover a “limpeza moral” de Gabriel, a família opera com a mesma representação social que nega a possibilidade de justiça legal-formal para aqueles considerados inculpatáveis. A própria narrativa da avó (assim, como dos outros familiares e amigos) é emblemática em caracterizar Gabriel como um bom menino, respeitador, que nunca fez mal a ninguém, a fim de possibilitar essa separação, essa limpeza. Não haveria, portanto, justificava para tirar sua vida. Contudo, no dia do seu assassinato, ela indica a forma indiscriminada dos disparos: *“Foi matando sem saber que merece, quem não merece”* [avó]. Assim, constituem-se categorias sociais para as quais se torna justificável e, portanto, previsível (e compreensível) a ocorrência de um assassinato, o que não seria o caso de Gabriel: *“(…) ele não fazia nada de errado, eu até compreenderia se tivesse feito, mas sabe não tinha pessoa melhor que ele, não tinha pessoa melhor”*.

É esse horizonte moral que conforma a impunidade legal legitimada para os casos em que as vítimas dos assassinatos são reconhecidas como “bandidos”. Na ocasião dos ataques, os discursos público-institucionais vinculados pela mídia também assinalam assertivamente para a vinculação que justifica a morte dos “bandidos”: *“Com marginal não se negocia. Bandido é bandido e estado é estado. Bandido se prende. Bandido se vai para o confronto, morre. Não tem o que discutir isso daí”* (comandante-geral da polícia militar na época)⁵¹. Assim, observa-se a dependência que se constitui entre a possibilidade de punição legal e o deslocamento em relação à imagem de “bandido”. A “limpeza moral” torna-se, assim, uma necessidade em uma sociedade que cria distinções sociais em relação ao direito à vida, cuja sensibilidade jurídica torna aceitável o uso da força e mesmo a morte para certas categorias sociais, incluindo aqueles considerados “bandidos”.

Ademais, a busca por esse reconhecimento esteve atrelada ao esforço privado da família em descobrir os responsáveis pela morte de Gabriel. Isto porque, o mesmo mecanismo que aciona a justificação da morte para certas pessoas, opera bloqueando os esforços das instituições estatais em esclarecer os assassinatos, ainda mais quando seus próprios agentes são os suspeitos. Assim, procurou-se levantar informações por meio de conversas com os moradores do bairro, inclusive com os meninos que também estavam no dia dos ataques; de buscas na internet (nos perfis dos possíveis envolvidos); mas principalmente no interior da própria corporação, através do tio de Gabriel, ainda na ativa. Entretanto, tudo não passavam de pistas. Concomitantemente, é evidenciado o medo de represálias, o medo em

⁵¹<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL566955-10406,00-CRONOLOGIA+DOS+ATENTADOS.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

repassar essas poucas informações para a própria instituição policial, diante da desconfiança em relação aos seus procedimentos.

Aí logo de início perguntou o que a gente achava, mas ali você pensa que está todo mundo junto, que se você falar que é polícia aqui, quando você chegar em casa vai ter polícia lá para te pegar. Aí enrolando, enrolando, aí acho que depois de uns dois ou três meses eu falei “não, foi polícia”, “por que vocês acham?”. Daí a gente começou a contar (...) [mãe]

E ao mesmo tempo ele [tio de Gabriel policial] me falava as coisas e eu não podia ir direto lá: “olha, foi meu cunhado que falou”. Porque você não tem fé, é policial, vai ligar lá para o outro e vai falar e vão pegar ele numa esquina qualquer. Então você fica assim num beco sem saída. Então eu falava: “não, eu fiquei sabendo, fiquei sabendo, fiquei sabendo”. [mãe]

No período das entrevistas, mais de três anos após o ocorrido, nenhum dos possíveis responsáveis tinha sido incriminado, apesar dos policiais do DHPP terem afirmado à família que reconheciam a autoria policial. De outra forma, alguns relatos apontam, ainda que de forma não muito clara, para o assassinato de alguns dos policiais envolvidos na morte de Gabriel. De um lado, perpetrados pela própria polícia, como forma de evitar uma possível “delação” e consequente descoberta da identidade e incriminação dos policiais envolvidos; de outro, como “vingança privada” acionada pelos membros do “mundo do crime”. Esses desfechos assinalam para a tensão que permanece depois dos eventos que vitimaram Gabriel, demonstrando que as disputas pelo poder de punir e pelo estabelecimento de suas distintas lógicas permanecem operantes, tanto no âmbito das instâncias estatais como dos grupos criminosos.

Em suma, a partir das circunstâncias presentes no assassinato de Gabriel é possível ressaltar um conjunto de aspectos que tensionam as relações do poder no âmbito da segurança pública em São Paulo, com efeitos nas trajetórias de muitos jovens, com destaque para: a força de articulação e poder armado que o PCC demonstrou dentro e fora das prisões; os equilíbrios instáveis nas relações de poder que vêm se estabelecendo entre o PCC e o próprio Estado⁵²; bem como as ações de extermínio

⁵² Uma das hipóteses para o estopim dessa crise teria sido a transferência de presos, sem motivações, dentre eles integrantes da “cúpula do PCC”, para o presídio de Presidente Venceslau II, em condições precárias e desumanas, o que teria gerado revolta entre esses presos e sua mobilização (dentro e fora dos presídios), por meio da utilização de telefones celulares em posse dos presos. Essa versão surge no depoimento de Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola), considerado pela administração policial como liderança máxima do PCC (Marques, 2010). Entretanto, Relatório da Justiça Global e International Human Rights Clinic (IHRC) (2011) põe em questionamento essa hipótese de transferências de presos como único desencadeador das rebeliões e ataques. Embora não descarte esse aspecto, põe em relevo o papel da corrupção no estopim da crise. De acordo com o Relatório, desde 2005, com autorização judicial, estavam sendo monitoradas ligações telefônicas dos

adotadas pelas instâncias de segurança público-estatais (na cidade e em outras localidades do país), enquanto dispositivo de gestão da ordem. Ambos os aspectos imbricados nos eventos de maio de 2006, tensionando a monopolização do uso da força física dentro dos parâmetros legal-formais.

Ações de extermínio que, por sua vez, se configuram como mecanismos sempre operantes quando se observa o histórico de atuação policial no país, tanto dos seus agentes durante o serviço, mas também fora, por meio da participação em diferentes grupos extraoficiais de extermínio, que sempre contaram com o respaldo direto ou indireto das autoridades estatais (Cruz-Neto e Minayo, 1994; Lemos-Nelson, 2006; Huggins, 2010; Meneghetti, 2011) e que, de alguma forma, continuam ativos quando se verificam os aspectos envolvidos na morte de Gabriel e de tantas outras vítimas no mesmo período. Assim, diante de um momento de crise de segurança pública, onde as forças armadas do PCC entraram em combate com o Estado, esse dispositivo foi intensamente ativado, contando com um modo de operação particular: sujeitos encapuzados, em motos, efetuando muitos disparos com armas de fogo sem chance de defesa das vítimas, provocando ferimentos principalmente nas regiões da cabeça e tórax e, subsequente, limpeza e descaracterização do local dos crimes. Como indicam as análises sobre esse evento, vários foram os assassinatos que apresentaram essas mesmas características (Cano e Alvadia, 2008; Justiça Global e IHRC, 2011).

Entretanto, apesar das especificidades que permeiam esse período, há de se notar que o dispositivo de execução como forma de controle social adotado pela polícia, estende-se para muito além. Isso pode ser observado por meio de diferentes aspectos, os quais, longe de serem apartados, possuem imbricações, conformando o mesmo dispositivo de controle: i) a alta letalidade policial (em serviço) como um padrão da atuação policial, inclusive nos últimos anos (como será demonstrado nos gráficos 1 e 2); ii) as ações de “revide” entre a polícia e o PCC que se estenderam após os ataques de 2006; iii) bem como as ocorrências de execução sumária com suspeita de serem cometidas por policiais (ou ex-policiais) vinculados a grupos extraoficiais (ainda que de forma esporádica e circunstancial). No que concerne aos dois últimos pontos, é possível indicar a permanência dos tensionamentos entre o PCC e as forças de segurança estatais, que resultaram em diferentes ações de execução perpetradas tanto pela polícia quanto pelo PCC, especialmente em 2012, momento em que uma nova crise é verificada (Feltran, 2012; Sinhoretto, 2014; Dias et al., 2015), o que assinala ainda mais para os equilíbrios instáveis entre esses dois atores sociais; além de um conjunto de chacinas que se sucederam nos

líderes presos do PCC, sendo que alguns agentes policiais teriam se apropriado de forma indevida das informações obtidas, utilizando-as para extorquir dinheiro e ameaçar seus familiares.

últimos anos no MSP e região metropolitana do estado de São Paulo⁵³, muitas das quais com indícios de participação policial.

Voltando-se especificamente para a letalidade policial (em ações de serviço), percebe-se o quanto a margem que a separa dos outros aspectos listados acima pode ser permeável, ou dito de outra forma, o quanto os atores policiais se misturam nessas diferentes ações de execução e quanto o próprio aparelho estatal (policial e judicial), do qual esses agentes fazem parte, pode acabar legalizando e legitimando várias dessas ações, muitas das quais resultantes do uso arbitrário e excessivo da força física.

Nessa perspectiva, encontra-se uma extensa discussão (acadêmica e política) em torno do próprio significado e mensuração da letalidade policial, o que comporta tanto uma avaliação sobre os limites legais (plausíveis e aceitáveis) do uso da força policial (e, consequentemente dos indícios e medidas que poderiam ser utilizadas para aferir abusos) como uma compreensão sobre a própria construção dos registros policiais e estatísticas oficiais, ou seja, a maneira como as ações policiais que decorrem em morte acabam sendo classificadas no interior do sistema legal e suas implicações para o posterior processo investigativo e responsabilização penal (Bueno et al., 2013; Misse et al., 2015; Sinhoretto et al., 2016; Souza et al., *no prelo*).

Em relação aos limites no uso da força física, diferentes estudos vêm demonstrando o quanto as ações policiais registradas pelos próprios policiais administrativamente como “mortes em confronto” acabam por mascarar ações de execução (Bueno et al., 2013; Misse et al., 2015; Sinhoretto et al., 2016; Souza et al., *no prelo*). Um dos fortes indicadores que corroboram para essa suspeita diz respeito, nas

⁵³ Entre as quais é possível citar a chacina ocorrida na sede do Pavilhão 9, torcida organizada do Corinthians, na zona norte do MSP, em 18/04/2015 (com um total de 8 mortos), com acusação de participação de policiais (<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ex-pm-vai-a-julgamento-por-chacina-na-sede-do-pavilhao-9,10000022523>) Além desse evento, outras chacinas ocorreram no mesmo ano em diferentes localidades do MSP, com um alto número de mortos e feridos, das quais: um ataque em Parelheiros, zona sul, com seis pessoas mortas e uma ferida (<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/80735/ataques-na-zona-sul-de-sp-deixam-sete-vitimas>); três diferentes ataques, com cerca de 3 km de distância um do outro, com quatro mortos e um ferido na região de Jaçanã, zona norte (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1614240-noite-violenta-tem-chacina-e-quatro-mortos-na-zona-norte-de-sp.shtml>); uma chacina que deixou dez pessoas mortas e mais cinco pessoas feridas no Jardim São Luís, zona sul (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1622123-pm-e-suspeito-de-atuar-em-chacina-com-10-mortos-na-zona-sul.shtml>); e uma chacina que deixou quatro mortos, entre eles um bebê de dez meses, em uma favela na Vila Jacuí, zona leste (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1583910-bebe-e-outros-tres-morrem-em-chacina-na-zona-leste-de-sp.shtml>). Todas as notícias citadas foram acessadas em 29 março de 2016.

próprias estatísticas oficiais, à desproporção entre os óbitos de policiais e o de suspeitos nesses supostos confrontos, preponderantemente mais altas para esses últimos⁵⁴.

Nesse sentido, é possível ressaltar as implicações sociais e legais que têm perpassado os registros oficiais das mortes provocadas por policiais enquanto “morte em confronto com a polícia”, mas também “auto de resistência”⁵⁵ ou “resistência seguida de morte”, todas estas classificações que por presumirem ações de “legítima defesa” dos policiais transferem (previamente e sem investigação) para a vítima assassinada a culpa pelo suposto confronto e por sua própria morte⁵⁶, inocentando previamente os policiais, justificativa que geralmente persiste em todo processo legal⁵⁷ (Misse et al., 2015). Por consequência, como indicam Misse et al. (2015), os inquéritos referentes a esses casos já se iniciam com uma versão que, supostamente, esclareceria as circunstâncias da morte, eliminando qualquer empenho em uma investigação que comprove sua veracidade (baseando-se, quase que exclusivamente, na versão policial dos fatos). Além disso, os autores esclarecem que essas ocorrências, que se tratam de homicídio, ao serem oficializadas administrativamente nesses outros termos, supondo “legítima defesa” dos policiais (e, portanto, dentro da legalidade), evitam que esses sejam presos em flagrante, o que têm efeitos durante as outras etapas que seguem o processo oficial-legal, resultando geralmente no arquivamento dos inquéritos instaurados (Misse et al., 2015, p.53-54)⁵⁸.

⁵⁴ Outras formas de mensuração que têm sido utilizadas para aferir o uso da força policial, a partir de parâmetros internacionais, são: a relação entre o número de mortos e feridos; e o número de civis mortos pela polícia em relação ao número de homicídios dolosos total (Bueno e Lima, 2012; Sinhoretto et al., 2016; Souza et al., *no prelo*).

⁵⁵ Os “autos de resistência” são crimes de homicídio – tipificados no artigo 121 do Código Penal - supostamente praticados com “exclusão de ilicitude”, já que não haveria crime quando o agente pratica o fato: I- em estado de necessidade; II- em legítima defesa; III- em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito (Bueno e Lima, 2012; Misse et al., 2015).

⁵⁶ Isso é corroborado pelo fato que nos registros policiais além da ocorrência que ocasionou a morte da vítima, sejam descritas suas condutas criminais anteriores, o que é utilizado nas diferentes fases do processo policial e judicial para legitimar a ação policial (Misse et al., 2015).

⁵⁷ Com a finalidade de incidir sobre essas classificações e seus efeitos tem-se recente resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil, publicada no Diário Oficial da União, em 4 de janeiro de 2016 (Resolução conjunta nº 2, de outubro de 2015), a qual estabelece que dirigentes dos órgãos de polícia judiciária registrem essas mortes como “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”. Ressalva-se, entretanto, que o próprio termo “oposição” já pressupõe certa responsabilização *a priori* da vítima. No Estado de São Paulo, resolução de 2013, da Secretaria de Segurança Pública (Resolução SSP/5, 2013) já institui a substituição das designações “auto de resistência”, “resistência seguida de morte” e expressões semelhantes por “morte decorrente de intervenção policial”, assim como estabelece que nas ocorrências policiais relativas a lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte, inclusive as decorrentes de intervenção policial, o SAMU seja imediatamente acionado, objetivando melhor prestar socorro à vítima, bem como preservar a cena do crime. Ver: <http://www.ssp.sp.gov.br/servicos/Resolucao5.aspx>; <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/resolucao%20conjunta%202013-out-2015%20-%20autos%20de%20resistencia.pdf>.

⁵⁸ Como ressaltam os autores, os inquéritos de “auto de resistência” são precários e as provas técnicas produzidas são frágeis, inclusive pela recorrente desconfiguração da cena do crime e pela insuficiência dos diferentes laudos

Os gráficos abaixo (gráficos 1 e 2) apresentam os dados oficiais sobre o total de homicídios perpetrados por policiais em pretensos confrontos (em serviço), para o estado e município de São Paulo, classificados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado como “pessoas mortas em confronto com a polícia” (civil ou militar), assim como o total de policiais mortos em serviço, no período de 2001 a 2015.

De forma geral, é possível observar, em todo o período considerado, apesar de variações, a persistência de uma alta letalidade policial tanto no MSP quanto no estado. Situação que é concomitante a uma diminuição no número dos policiais mortos ao longo do período (considerando-se os extremos da série, 2001 a 2015, a queda foi de 73,3%, no estado de São Paulo; e 80,8% no MSP). Esses dados evidenciam um persistente excesso no uso da força policial (tornando a morte uma constante em suas ações), corroborando, além disso, para as suspeitas quanto à veracidade das “situações de confronto”, uma vez que é extremamente desproporcional a relação entre civis e policiais mortos.

Mais especificamente, tanto para o MSP quanto para o estado de São Paulo, é possível visualizar um primeiro pico no número de mortos pela polícia em 2003 (o mais alto em todo o período), seguido de decréscimos até o ano de 2006, onde há novamente um aumento no número de mortes (diretamente relacionado aos “eventos de maio”). Após esse ano, os dados indicam patamares altos de letalidade (embora com variações entre os anos), bem como uma queda acentuada em 2013⁵⁹, seguida de um novo pico em 2014 (representando mais de 100% de incremento em relação ao ano anterior, representando o segundo valor mais alto no período considerado)⁶⁰. Ressalta-se ainda que a maior concentração da letalidade policial ocorrida no estado de São Paulo encontra-se na capital, ou seja, praticamente 50% dessas ocorrências, em todos os anos, foram perpetradas no MSP.

técnicos. Situação que somada à ausência de testemunhas do caso, para além dos próprios policiais, corroboram para as justificativas de “legítima defesa” e para o arquivamento da maior parte dos casos (Misse et al., 2015, p.64-67).

⁵⁹ A “crise de segurança pública” ocorrida em 2012 (Feltran, 2012; Sinhoretto, 2014; Dias et al., 2015) acarretou a troca de Secretário de Segurança Pública pelo governo do Estado, o que provavelmente influenciou na queda acentuada no número de civis mortos pela polícia em 2013. O então secretário Antônio Ferreira Pinto foi substituído por Fernando Grella Vieira. Essa variação nos números demonstra o quanto a letalidade policial é sensível à orientação do comando das polícias e pelas mensagens políticas e institucionais das instâncias superiores de governo. Assim, como assinalam Bueno e Lima (2012), a letalidade policial (e seu possível controle) deve ser entendida no interior das políticas públicas de segurança, ou seja, de quanto as diferentes representantes das instituições estatais (dos poderes Executivo e Judiciário e Ministério Público) corroboram (ou não) para legitimar essas mortes perpetradas por policiais através de suas ações e discursos.

⁶⁰ Para o estado de São Paulo o incremento na morte de civis pela polícia de 2013 para 2014 foi de 104,5%, enquanto para o MSP esse valor foi de 117,1%.

Gráfico 1: Pessoas mortas pelas polícias militar e civil (em serviço) em suposto confronto* e policiais mortos em serviço. Estado de São Paulo, 2001-2015.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP).

* Casos de morte em decorrência de intervenções policiais, excluindo homicídios doloso e culposos.

Gráfico 2: Pessoas mortas pelas polícias militar e civil (em serviço) em suposto confronto* e policiais mortos em serviço. Município de São Paulo, 2001-2015.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP).

* Casos de morte em decorrência de intervenções policiais, excluindo homicídios doloso e culposos.

Esse quadro de letalidade policial indica, no conjunto, uma política geral de segurança pública no estado de São Paulo que tem amplamente produzido um ciclo de mortes, seja de forma direta, ao perpetrar essas próprias mortes, ou indiretamente, ao agir (ou deixar de agir) favorecendo sua impunidade. Política que inclui, portanto, orientações para que seus agentes atuem de forma “rigorosa”, o que tem significado liberar o recurso ao uso da força física de maneira excessiva e,

consequentemente, fatal; justificativas públicas de autoridades estatais (civis e militares) com vistas a legitimar as execuções perpetradas; escassa investigação dos casos envolvendo policiais; ou ainda absolvição de policiais acusados de participação em ações de extermínio. Todos esses mecanismos que amparam o uso excessivo da força física, com efeitos diretos no aumento no número de assassinatos. Mortes, entretanto, que ao invés de produzir um amplo reconhecimento da ilegalidade e/ou ilegitimidade das práticas das instituições estatais de segurança e justiça, não raro, obtém respaldo de parcelas da população⁶¹. O uso da força física é, de tal modo, ainda que excessivo ou por conta dos próprios excessos, mobilizado para legitimar o poder estatal e suas formas de controle social. É contra essa corrente que as famílias que tiveram seus entes assassinados precisam lutar, especialmente (mas não só) quando se trata de mortes provocadas por agentes do Estado.

Mortes que, no entanto, não atingem todos os grupos sociais. A violência policial é seletiva, acompanhando os padrões de segregação urbana e social. São os mais jovens, do sexo masculino, majoritariamente negros, comumente moradores de áreas periféricas, aqueles que compreendem as principais vítimas (Neme, 2011; Sou da Paz, s/d; Sinhoretto et al., 2016). Segundo estudo do Instituto Sou da Paz (s/d), com base nas mortes categorizadas como resultantes de “intervenção legal”, pelo Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (ProAim) referentes ao MSP, no período de 2002 a 2011: 99,7% das vítimas eram do sexo masculino; 55% negros ou pardos; e 80% jovens (entre 15 e 29 anos). Além disso, a pesquisa evidencia que a letalidade policial está desigualmente distribuída pelo território, concentrando-se nos distritos periféricos do MSP⁶².

Assim, para os fins desse trabalho, é central retomar que essas práticas policiais de execução, incluindo àquela circunscrita ao assassinato de Gabriel e seus amigos, ativam uma disputa (desigual) pela definição dos parâmetros de aceitabilidade do uso da força física, colocando em disputa as próprias definições de legalidade e legitimidade desse uso. Desse modo, mais que um engessamento da lei e dos parâmetros legais e legítimos do uso da força física, na prática há uma mobilização constante dos limites de enquadramento desse uso, a depender das relações de poder entre diferentes sujeitos sociais e, portanto, condicionado às “retenções de poder” que influenciam essas definições. É possível

⁶¹ Cardia et al. (2012) indicam que, apesar da maior parte da população não concordar com o uso da força física pela polícia (de forma excessiva e fora dos parâmetros legais) contra “suspeitos” de terem cometido algum crime, o apoio a esse tipo de uso cresceu ao longo do tempo. Assim, em 1999, para o conjunto de capitais brasileiras consideradas pelo estudo, 87,9% dos entrevistados “discordavam totalmente” que a polícia podia “atirar em um suspeito”, valor que caiu para 68,9%, em 2010. Tendência similar foi verificada para “agredir um suspeito” (que passou de 88,7% para 67,9%) e “atirar em um suspeito armado” (que oscilou de 45,4% para 38%), considerando-se o mesmo período. Observa-se, além disso, que no caso de “suspeitos armados” a tolerância ao uso da força física com potencialidade letal é mais acentuada.

⁶² Os dez distritos identificados com maior número de pessoas mortas nessas ações de “intervenção legal” foram: Sapopemba (54 vítimas); Brasilândia (53); Cidade Tiradentes (39); Capão Redondo (36); Jaraguá (33); Cachoeirinha (31); Itaquera (31); Lajeado (30); Cidade Ademar (29); e Cangaíba (28) (Sou da Paz, s/d).

recuperar aqui as considerações de Foucault (2005) em relação à própria lei, ou seja, como algo que não cessa as disputas, mas as ativa continuamente. O próprio enquadramento do uso da força como legal e legítimo passa assim a estar dependente das múltiplas relações de força que atravessam o corpo social e das hierarquias entre os grupos sociais. Nesse jogo de relações de força desiguais, a justificação do possível “perigo” representado pelas vítimas executadas é amplamente utilizada com o objetivo de descaracterizá-las moralmente frente à população mais ampla e, assim, obter reconhecimento público na perpetração dessas mortes, tornando-as legítimas. Justificativa que historicamente tem recebido amplo respaldo frente às desigualdades sociais que perpassam os grandes centros urbanos e os sentimentos difusos de insegurança e medo do crime (Caldeira, 2000; Feltran, 2004).

Para as famílias que tiveram seus parentes assassinados, essa justificativa também faz parte do repertório de representações e significados com os quais é preciso lidar, uma vez que continuamente mobilizada socialmente e operante no interior dos sistemas de segurança e justiça. Como descrito, após a morte de Gabriel, a família deparou-se com narrativas da própria polícia que pretendiam relacioná-lo ao “mundo do crime”, enquanto traficante, a fim de justificar e culpabilizá-lo pela sua própria morte. Assim, a incriminação que recai sobre as vítimas é utilizada para legitimar os excessos no uso da força física e permitir que os responsáveis permaneçam impunes. Abre-se espaço, dessa maneira, segundo Feltran (2008), para a “legitimação oficial do ilegal”, ou seja, para a legitimação das práticas ilegais violentas da polícia, ao se traduzir o conflito social nos termos de uma luta contra “bandidos” (Feltran, 2008, p.328).

A busca de reconhecimento público do assassinato de Gabriel pela família demonstra, de tal modo, a ativação desse processo, onde os próprios limites no uso da força passam a ser motivo de disputa por legalidade e legitimidade, a depender a quem se destina e por quem foi perpetrada. Processo que leva as famílias a terem que provar a inocência das próprias vítimas a fim de entrar nessa disputa. Há famílias que desistem (sem mesmo tentar), aceitando tacitamente a culpa que recai sobre a vítima e a morte como um destino “esperado” (Feltran, 2004). Destarte, a “luta por reconhecimento” (Honneth, 2003) que trava a família de Gabriel, exige uma comprovação de que ele não era “bandido”, já que as agências estatais de segurança e justiça, longe de operarem conforme os estatutos legal-formais de igualdade, mobilizam continuamente critérios diacríticos nos processos de estabelecimento da “justiça”. Nessa perspectiva, ainda conforme Feltran (2004), é possível pensar a existência de um processo que anula politicamente parcelas da população, especialmente devido suas condições socioeconômicas, impedindo que as mortes possam ser reconhecidas como homicídios no mundo

público. Essa falta de reconhecimento dificulta, quando não extingue totalmente, as possibilidades de incriminação dos responsáveis⁶³.

Por fim, se o uso da força física se apresenta como um aspecto central na conformação das práticas do Estado, sendo mobilizado continuamente como forma de constituir sua própria legitimidade enquanto poder, processo semelhante pode ser observado em relação às práticas do PCC. Ambos colocando em questão os limites (e seletividades) no uso da força física e conformação de sua legitimidade (no interior de um processo contínuo de justificação e reconhecimento de seu poder). O capítulo que se segue é destinado a melhor pontuar essa questão, inserindo igualmente no centro da discussão as pretensões ao “direito” de matar, como forma de controle social, estabelecidas não pelo Estado, mas pelo PCC, por meio dos “debates” ou “tribunais do crime”, os quais se constituem tanto em símbolo como prática de poder do PCC.

⁶³ Como demonstram os próprios eventos de maio de 2006. Segundo Relatório da Justiça Global e International Human Rights (2011) vários inquéritos de assassinatos de civis ocorridos nesse período foram arquivados. Impunidade que está na base da conformação do movimento das Mães de Maio. Ver: <http://ponte.org/crimes-de-maio-completam-9-anos-564-pessoas-morreram/>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

Capítulo 5 – A trajetória de Rafael: a morte pelo “tribunal do crime”

Os relatos sobre a trajetória de Rafael foram obtidos por meio de entrevista com seus pais e com um de seus amigos. Para além das implicações emocionais que dificultam o acesso aos entrevistados nos casos de homicídio, o agendamento da conversa com os pais sofreu com a distância, uma vez que eles deixaram o município após o assassinato do filho, por conta do medo de represálias. Após algumas tentativas de agendamento por telefone, eles se dispuseram a vir a uma das unidades do CRAVI. Apesar de estarem juntos, as entrevistas foram realizadas separadamente, uma vez que o objetivo era permitir diferentes posicionamentos e maior liberdade aos entrevistados. Foi a partir da indicação dos próprios pais que foi possível o contato com um dos amigos de Rafael. Foram solicitados contatos de outras pessoas da família ou amigos, mas devido aos efeitos que o assassinato provocou, isso não foi possível, restringindo as possibilidades de entrevista.

O pai de Rafael nasceu em Recife e veio para São Paulo no ano de 1972. Trabalhou por dez anos no Serviço Nacional de Informações do Exército (SNI)⁶⁴ e depois fez carreira na área de loja de móveis, na qual trabalhou como vendedor e supervisor, ao longo de quase 25 anos. Conseguiu sua aposentadoria após o assassinato do filho e mudou-se junto com a esposa para uma cidade do litoral. A própria aposentadoria aparece como uma das consequências da morte de Rafael. Ele relata que não continuou a trabalhar por esse motivo, tanto pelos danos emocionais que o assassinato do filho provocou e também pela necessidade de tempo, já que continuar trabalhando não lhe daria condições de investigar o caso como ele investigou. Não só em relação à morte de Rafael, mas em outras trajetórias reconstruídas (como explicitado anteriormente em relação ao caso de Gabriel), identificou-se a atuação direta dos familiares na tentativa de elucidar o que aconteceu e identificar os responsáveis, uma vez que a polícia não cumpre as expectativas dos familiares e amigos nessa função. No caso do pai de Rafael, sua experiência de trabalho de investigação no SNI, parece ter sido um elemento acrescido em sua tentativa de não deixar a morte do filho impune.

A mãe de Rafael nasceu em 1956, já no município de São Paulo, e residiu grande parte de sua vida na região de Interlagos, onde seus familiares eram antigos moradores. É nesse local onde Rafael também foi predominantemente criado e onde construiu sua trajetória. Como seu pai sempre trabalhou muito, foi a mãe quem sempre esteve mais próxima no seu dia a dia e foi por sua influência, que ainda

⁶⁴ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, em pleno regime militar, como um órgão da Presidência da República. A referida lei estabelecia como finalidade do SNI: “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular, as que interessassem à Segurança Nacional”. Na prática, funcionou como órgão de auxílio à repressão durante o governo militar no país (Samways, 2013).

adolescente, tornou-se membro de uma igreja evangélica (a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD⁶⁵). É nessa igreja que conhece um dos seus melhores amigos, igualmente adolescente na época e morador da mesma região, o qual também foi entrevistado.

Como já destacado, as narrativas sobre os jovens assassinados mesclam lembranças do passado, a ocorrência do assassinato e o presente dos entrevistados. De tal modo, aquilo que é narrado, ou seja, como a trajetória é reconstruída não só apresenta fatos objetivos, mas interpretações diferenciadas sobre o que aconteceu. Em relação à trajetória de Rafael, conquanto existam diferentes especificidades naquilo que é narrado (e na forma como é narrado), sobressai-se o delineamento de alguns marcos que dividem o percurso de Rafael em dois momentos centrais. O operador dessa divisão é em grande medida a conversão religiosa e os elementos que lhe estão relacionados, bem como o subsequente abandono da igreja e as circunstâncias atreladas ao seu assassinato, pelas quais se identifica uma proximidade específica de Rafael com o “mundo do crime” (e com suas formas de punição, na qual a morte afigura-se como possibilidade).

Entre o “mundo do crime” e o “resgate” na igreja

Rafael nasceu em 1982, era o único filho homem de uma família de três irmãos. Essa situação lhe proporcionava certa predileção dos pais, que lhe dispensavam atenção e cuidados especiais. Mesmo porque, havia a perspectiva do pai que ele o sucedesse, que o substituísse no futuro, por isso, não poupava esforços para ajudá-lo: *“(...) era o filho homem que eu tinha, e eu queria que ele fosse eu amanhã, que ele me substituísse e eu sempre falava isso para ele”* [pai]. Situação que causava discordâncias com as filhas, que se sentiam preteridas diante dessa maior atenção. Assim, ao longo das falas sobre a trajetória de Rafael, observa-se uma valorização do masculino dentro do âmbito familiar atreladas às expectativas (e cobranças) em relação ao futuro no desempenho de funções ainda tradicionais, inclusive ligadas ao sustento da família. Conexo a essas expectativas, as narrativas evidenciam o suporte que a família teria proporcionado a Rafael, seja em cuidados afetivos, de educação ou mesmo financeiro. Em relação aos estudos, ainda na infância, frequentou escolas particulares, já que a empresa em que o pai trabalhava custeava essas despesas para todos os filhos. Sobressai-se, desse modo, especialmente na fala dos pais, a boa criação que teria sido dispendida a Rafael.

⁶⁵ Conforme Mariano (1996), a IURD faz parte da terceira onda do pentecostalismo no país, denominada neopentecostal. Essa onda surge ainda na década de 1970 e apresenta expansão nas décadas posteriores. A criação da IURD data de 1977, no Rio de Janeiro, e apresenta, com outras igrejas neopentecostais, características como a ênfase na prosperidade econômica e a guerra espiritual contra o Diabo (Mariano, 1996, p.26).

Em relação à localidade onde moravam, assinalam-se, por meio dos relatos, indicações sobre os processos de expansão e diferenciação que as periferias do município vão adquirindo por meio do crescimento populacional e das condições distintas de moradia e infraestrutura, resultando em divisões no interior dessas mesmas periferias (ou seja, a coexistência no interior das próprias periferias de áreas mais consolidadas com áreas de ocupação mais recente, desprovidas de recursos de infraestrutura e serviços sociais). Distinções que estão na base de sentimentos de insegurança, especialmente em relação ao crescimento da criminalidade. A mãe assinala a expansão que o bairro sofreu ainda quando Rafael e suas irmãs eram pequenas, o que era fonte de preocupação. Isso acabou por motivar uma mudança temporária até os filhos crescessem mais. *“É, lá na rua que eu moro, lá embaixo é uma área invadida eu não queria que eles ficassem ali, eu não gostava daquela região ali, hoje mudou bastante. Depois que eles ficaram grandinhos, a gente voltou a morar lá”* [mãe]. De acordo com seu amigo, a preocupação da mãe estava conectada aos problemas relacionados à criminalidade que essa área representava: *“essa favela (...) a gente soube que era bem perigosa e a rua da casa dele acabava terminando onde começava essa favela”* [amigo].

Apesar da mudança temporária referida pela mãe, isso não teria impedido os efeitos dessa configuração do bairro no percurso de Rafael. Conforme seu amigo, essa proximidade teria favorecido um primeiro contato com o “mundo do crime”, ainda quando Rafael era muito novo. Sua narrativa indica que o próprio Rafael contava que, desde os 11 anos, já teria se envolvido com o consumo de drogas, com “más companhias” e mesmo com porte de armas, o que estaria acarretando diferentes problemas e interferindo na relação com seus familiares: *“E quando eu conheci ele, ele era um rapaz que tinha problemas já com uso de drogas, era uma pessoa muito agressiva com os pais, violento, sumia de casa (...)”* [amigo]. A preocupação da mãe com essa situação teria feito com que ela se aproximasse da igreja, trazendo Rafael junto a fim de conseguir auxílio. A aproximação de Rafael com a igreja, dessa maneira, insere-se na tentativa de distanciamento em relação a esse “mundo do crime”, quando ele tinha por volta de 16, 17 anos. O envolvimento, nesse período, com o “mundo do crime” que, por conseguinte, teria se transformado em motivação para entrada na igreja, é referido, entretanto, somente na fala do amigo, que nesse período já era membro da IURD, não sendo mencionado em nenhum momento nos relatos dos pais.

Rafael e o amigo faziam parte de um mesmo grupo no interior da igreja, o qual tinha como objetivo a orientação e conversão de jovens, que apresentavam problemas relacionados às drogas e à “violência”, a um novo modo de vida. Grupo que desenvolvia várias atividades ligadas à igreja sob a orientação de seus coordenadores, os quais possuíam o mesmo perfil: jovens, alguns dos quais compartilhando das mesmas experiências (inclusive com o “mundo do crime”) e do mesmo processo de conversão. A estratégia utilizada por esse tipo de grupo consistia em afastar os jovens dos círculos de

sociabilidade mergulhados nos códigos da criminalidade e favorecer o vínculo com outros círculos socialmente “legitimados”, como a própria igreja, a família, a escola e o trabalho. Desse modo, para que o jovem possa ter sucesso nessa recuperação e conversão, é apregoado o abandono do modo de vida anterior, principalmente dos pares que apresentavam o mesmo comportamento (e mantinham o mesmo vício) e dos ambientes em que essas práticas ocorriam⁶⁶:

E querendo ou não às vezes a gente fala que o cara às vezes vai para a igreja e ele vira radical, ele para de fazer um monte de coisa, mas em situações como essa não tem outra questão, entendeu? A gente tem que fazer o cara mudar totalmente a vida dele, se ele continuar vivendo do jeito que ele vivia na noite, primeiro que ele não tem estrutura para viver na noite, na balada, nisso e naquilo, então se ele continuar vivendo daquela forma ele vai desandar de novo. [amigo]

Essa perspectiva de conversão na trajetória de Rafael põe em destaque duas referências sociais que têm balizado a experiência atual, especialmente em áreas periféricas: as igrejas evangélicas (pentecostais ou neopentecostais) e o “mundo do crime”, com suas diferentes maneiras de conexão (Feltran, 2010; Birman e Machado, 2012; Machado, 2013; Galdeano, 2014; Marques, 2013). Como destaca Galdeano (2014), uma das mediações entre esses dois universos consiste na incorporação da questão da “violência” por essas igrejas, no intuito de “(...) ‘salvar’ ou ‘disputar’ os jovens com o ‘crime’” (Galdeano, 2014, p.38), por meio de diferentes rituais e estratégias. É na fala do amigo de Rafael que essa “disputa” aparece de forma mais direta, já que sua atuação, enquanto obreiro da IURD, implica em uma narrativa fortemente referenciada por esse posicionamento⁶⁷. É, nesse sentido que, aliado ao abandono da vida anterior (ou seja, a uma ruptura radical com a experiência precedente), o amigo de Rafael enfatiza a importância das novas companhias que a igreja pretende trazer, ou seja, do que ele denomina de “boas influências” para auxiliar os jovens na sua recuperação ou “resgate”, bem como na sua (re)inserção em um outro modo de vida: “A gente sabe que têm muitos ali que a gente sabe que não vai conseguir resgatar, mas a grande maioria a gente tenta e através de influências mesmo, né? Trazendo boas influências para a pessoa” [amigo].

⁶⁶ O que pode ser entendido por meio do conceito de alternância, utilizado por Berger e Luckmann, que pressupõe uma transformação identitária drástica, na qual há uma desconstrução das anteriores estruturas simbólicas que davam sentido à experiência e a inserção em novas bases sociais e simbólicas. Consiste, desse modo, em um processo de ressocialização em outra base social, a qual se constitui como “laboratório de transformação”. Processo em relação ao qual as conversões religiosas configuram um caso exemplar (cf. Berger e Luckmann, 1985, p.208-211).

⁶⁷ É como representante das normas da igreja que ele procura descrever a trajetória de Rafael e os fatos que desencadearam seu assassinato, por isso, ele quase nunca fala em nome próprio, o pronome utilizado é geralmente coletivo: a “gente”. Suas concepções são comumente justificadas como sendo concepções do grupo, concepções mediadas pelo seu pertencimento à igreja. Assim, apesar da sua proximidade com Rafael enquanto amigo, é um olhar externo, fora da esfera da amizade, que parece regular seu discurso.

Rafael foi um caso exemplar de recuperação, de conversão. Em seis ou sete meses, largou a dependência e começou a ter interesse em trabalhar e estudar. Assim, em um curto período de tempo, conforme seu amigo, ele teria se transformado em outra pessoa: “(...) mudou o jeito de se vestir, mudou corte de cabelo, mudou jeito de falar, mudou tudo, era outra pessoa” [amigo]⁶⁸. Além disso, começou a engajar-se realmente nas atividades da igreja, sendo muito dedicado e responsável, o que levou a destacar-se e tornar-se uma liderança no grupo, passando também a orientar outros jovens, como obreiro da igreja: “(...) ele pregava para os adolescentes. E muitos meninos saíram da droga e tal, ele conseguiu, através dele muitos meninos foram para igreja” [mãe].

Foi nessa igreja que conheceu sua futura esposa. Começaram um relacionamento e logo ela engravidou. Diante dessa situação, e das doutrinas da religião que seguiam, o casamento constitui-se na opção escolhida. Dessa maneira, embora os dois se gostassem, o casamento transparece, por meio dos relatos, mais como uma necessidade, mediante a gravidez, do que propriamente uma vontade de ambos. Na época, ele estava com 18 anos e a esposa tinha no máximo um ano a mais do que ele. Após o casamento, nasce o primeiro filho e, em pouco tempo, o segundo.

Rafael estudou até o segundo grau, mas não chegou a concluí-lo. A desistência em estudar é justificada pelo pai em decorrência das responsabilidades que vieram junto com o casamento ainda na adolescência: “quando ele engravidou a menina, ele parou de estudar para poder trabalhar, né?” [pai]. Após o casamento, o pai conseguiu empregá-lo na mesma empresa em que trabalhava no ramo de vendas de móveis. Começou então a se dedicar ao trabalho de vendas seguindo o caminho do pai, que nesse período já ocupava uma função mais elevada, a de supervisor. Após um tempo saiu da primeira empresa de móveis e o pai voltou a empregá-lo em outra empresa na mesma área. Nesse percurso passou por mais uma loja de móveis e depois acabou saindo desse ramo. Sem o auxílio do pai conseguiu ainda outros empregos, ora como autônomo ora como funcionário registrado: trabalhou numa loja de atacado, depois em uma escola de idiomas e informática e no último emprego, o qual era mais precário e com salário mais baixo, trabalhava para uma revista nas imediações do bairro onde morava, a qual mantinha anúncios sobre os comércios locais. Nos poucos meses anteriores ao seu falecimento, estava desempregado.

⁶⁸ Marques (2013) demonstra, de outra forma, que nem sempre o ato de conversão no pentecostalismo é sinal de ruptura total com o modo de vida anterior. Na denominação pentecostal na qual centra sua análise, o autor indica um caso de não abandono da posição de “irmão” do PCC na conversão à “irmão” da igreja, assinalando para as diferentes imbricações entre a igreja e o “mundo do crime”, bem como para as diferenças no interior das denominações pentecostais.

O afastamento da igreja e a reaproximação com o “mundo do crime”

O tempo em que Rafael trabalhou na escola de idiomas e informática desponta nas falas do pai e do amigo como um período crítico, no qual ele começa a apresentar uma mudança de comportamento: *“(...) ele começou a desandar na última empresa que ele trabalhou”* [pai]. Apesar dos problemas terem se iniciado já nesse período, estes ganham maiores proporções meses antes da morte de Rafael, momento em que estava desempregado.

Esse “desandar” é significado nas narrativas pela conjunção entre o início de um afastamento da igreja e do grupo de amigos que mantinha atrelado às atividades religiosas e à aproximação com outro estilo de vida. Rafael passa a sair com maior frequência com os colegas de trabalho para festas, para “baladas”: *“ele estava saindo, ele estava curtindo a noite, como ele mesmo falava”* [amigo]. Ao frequentar esses ambientes, Rafael aproxima-se novamente do consumo de álcool e drogas, embora não seja um comportamento assumido perante a família. Na adoção desse outro estilo de vida, há ainda um afastamento não só da igreja, mas da esposa e dos filhos: *“Então se afastou da gente (amigos da igreja) como se afastou da família, e a esposa sempre reclamava ‘pô o Rafael está chegando muito tarde, o Rafael não está em casa e Rafael isso e Rafael aquilo’”* [amigo].

Além disso, começou a manter amizades no bairro onde morava com pessoas que estariam envolvidas no consumo e comércio ilegal de drogas. Um desses amigos, que era seu vizinho, Rafael conheceu na própria IURD. A mãe indica uma oposição no comportamento desses amigos enquanto frequentadores da igreja, tendo como objetivo deixar a dependência, e fora da igreja, no qual a conduta destes seria outra, já que estariam envolvidos diretamente em práticas consideradas violentas: *“Quando ele estava dentro da igreja, ele tinha contato com essas pessoas, mas era um contato diferente, era alguém que estava querendo sair dessa vida, alguém que estava procurando uma ajuda, né? Agora aqui fora não, aqui fora esses caras são sanguinários”* [mãe]. Assim, um dos elementos a serem estimados é a permanência da proximidade entre esses dois “mundos” após a conversão de Rafael, especialmente no trabalho que ele desenvolvia na igreja, na função de evangelização e “resgate” de outros jovens ainda conectados ao “mundo do crime”. Nesse sentido, os relatos demonstram como as fronteiras entre a igreja evangélica, na sua tentativa de “resgate”, tal qual se conforma na IURD (e em outras denominações pentecostais com configurações semelhantes), e o “mundo do crime” têm seus limites constantemente enredados em diferentes aspectos, o que tensiona esse próprio “resgate”, o qual pode não ser total e nem definitivo.

As dificuldades financeiras, concomitantemente, começam a exercer efeitos na trajetória de Rafael, tanto advindas da precariedade do seu último emprego, cujo o salário era muito baixo, seguido por um período de desemprego, situação que criava conflitos com a esposa, bem como cobranças do

próprio pai que, apesar da ajuda que sempre ofereceu ao filho, também estava preocupado com as mudanças no comportamento de Rafael e exigia uma atitude: *“Aí eu chegava para ele e: ‘mas Rafael, o que está acontecendo na sua vida? Você não está trabalhando! Você é um rapaz que todo mundo quer que você...’. ‘Ah, pai...’. ‘Porque você tem seu pai aqui’. Porque eu bancava ele com todo o prazer, entendeu? (...) E aí depois começou, ‘dinheiro pá, pá, não tenho dinheiro para isso, não tenho dinheiro para aquilo’”* [pai].

Apesar de Rafael não admitir para os pais o envolvimento com o consumo de drogas, várias são os relatos que indicam circunstâncias que essas suspeitas pareciam se comprovar: *“(...) conclusão da história, olha, ele negava para gente que estava usando droga, entendeu? Mas eu não sou bobo, porque eu fui militar, eu sei o que é droga, conheço o cara que usa droga de olhar para ele. Entende?”* [pai]. Essa desconfiança também vinha das amizades que Rafael estava cultivando, conforme a percepção de seu próprio pai: *“(...) se eu ando com quem usa droga, eu também uso”* [pai]. Segundo seu amigo, o pai de Rafael relatou ocasião em que essa situação parecia ainda mais evidente, quando acabou indo buscá-lo numa “boca”: *“Aí ele pegou e falou assim para mim: ‘esses dias eu fui buscar o Rafael numa boca, numa favela lá próxima, cheguei lá ele estava com um monte de bandido, um monte de traficante, eu mesmo falei para ele, falei para os traficantes, se eu pegasse ele lá de novo eu ia arrebentar ele na frente de todo mundo’”* [amigo]. Além do consumo de drogas, é relatado o envolvimento de Rafael com a venda de drogas. Prática que, semelhante a outros eventos, apenas é narrada pelo amigo. Rafael estaria traficando para consumir: *“(...) ele era usuário, traficava, mas era usuário, não traficava por dinheiro, traficava para usar”* [amigo].

Perante as suspeitas em relação ao uso de drogas, ao desemprego, ao afastamento da igreja e aos conflitos familiares, seu pai quis afastá-lo da cidade, quis levá-lo para o Rio de Janeiro, onde tinha parentes, mas Rafael não aceitou a proposta. Dizia que tinha planos para voltar a trabalhar. E realmente tinha. Segundo o pai, o amigo o havia ajudado a conseguir um emprego em um escritório na região central da cidade e Rafael estaria para ser chamado. Além disso, o próprio pai havia prometido comprar um lava-rápido para ele e para seu cunhado, com um dinheiro atrasado que viria a receber. Porém, não houve tempo.

O assassinato de Rafael e uma “nova economia de punição”: os “tribunais do crime”

Aí a bandidagem se reúne e fala: “vamos matar o cara”, porque lá onde ele foi morto tem o tribunal do crime, que seria estes três caras que cumpriu ordem de um tal (...) que está preso, que era dono não sei do quê... é uma bola de neve. [pai]

As diferentes narrativas sobre a morte de Rafael indicam sua vinculação indireta com a ocorrência de um assassinato, que teria sido perpetrado 15 dias antes. Nesse dia, Rafael estaria com dois amigos do bairro (os quais tinham envolvimento com o comércio de drogas, incluindo o que ele conheceu na IURD), os quais, de forma possivelmente premeditada, saíram para cometer o assassinato de outro traficante. Rafael estava junto. Contudo, conforme os relatos, sem saber o que iria acontecer. Nesse ponto, há controvérsias sobre a motivação que levou Rafael a acompanhar esses amigos no morro ou favela onde aconteceu esse assassinato. A mãe indica que esses amigos teriam oferecido pagar duas horas de jogo, uma vez que Rafael gostava muito de informática, atrelado ao fato que estava sem trabalhar. Na fala do amigo, a motivação teria sido a busca de drogas nesse local. Entretanto, o objetivo de seus amigos seria “acertar contas” com o “chefe” do tráfico daquela região, por meio do seu assassinato.

(...) porque ele era o tipo de pessoa assim, ele adorava computação, essas coisas, tudo o que mexia com informática e tipo essas máquinas de jogar. Eu sei que nesse dia, depois eu fiquei sabendo, no dia que aconteceu esse homicídio, que gerou a morte dele, chamaram ele, uma turma lá do bairro: “vamos lá num lugar chamado morro..., vamos lá, levar não sei o quê, que eu vou, eu te pago duas horas de jogo”, alguma coisa assim”. E ele como estava sem trabalhar de repente vai no embalo dos amigos, né? E foi. [mãe]

E o quê que tinha acontecido? Acho que uma noite ele saiu para buscar droga com outras... chamaram ele para buscar droga nessa outra favela próxima da onde ele morava e quando ele chegou lá acabou acontecendo um assassinato, né? [amigo]

Então, o que a gente sabe é que tinham chamado ele para buscar droga lá no morro. Só que quando chegou lá também, não era só para buscar droga, eles iam acabar acertando contas, então essa pessoa que mataram era o chefe daquela área, daquela região, né? [amigo]

Ainda em relação a essa ocasião, os relatos assinalam que o traficante assassinado estava acompanhado da namorada, que correu no momento dos disparos. Rafael estava esperando os amigos e acabou, por alguma razão, segurando-a. Ela também foi baleada, mas sobreviveu e foi “testemunha” do que aconteceu, já que viu todos os envolvidos. Embora a mãe e o pai não acreditem que Rafael tenha feito isso como forma de auxiliar seus amigos a feri-la (mas, ao contrário, teria tentado ajudá-la, protegendo-a ou socorrendo-a de alguma forma), assim foi interpretado pelos membros do “mundo do crime”.

Aí nesse dia, esses dois devem ter ido de caso premeditado para cometer esse assassinato e ele junto. Aí eu não sei se colocaram ele, ele era meio assim, não é um termo de falar assim, a gente fala assim bobão, porque ele era assim ingênuo, nesse ponto ele não tinha malandragem, era um muito ingênuo mesmo, sabe? Deve ter colocado ele para tomar conta: “oh, fica aí olhando”, no mínimo, eu penso assim. E eles foram fazer o que fizeram, né? Aí disse que

nisso que ele ficou lá, os rapazes acho que atiraram num outro e a menina que namorava o rapaz veio correndo. Nisso que ela veio correndo, disse que ela gritou o nome dos rapazes e ele segurou ela. (...) Ele jamais, eu tenho certeza, que ele jamais ele iria fazer algo assim mal para alguém, ele não faria, eu sei que ele não faria, só se... mas eu acho que não. Se ele segurou ela não foi pra... ele segurou ela para evitar que eles de repente atirassem nela ou acontecesse alguma coisa com ela. Só que no meu ponto de vista, ao meu ver isso aí foi entendido errado, de outra forma, entendeu? Acharam que ele segurou ela para atirarem. Como é que ele ia segurar ela para atirar, ele arriscando levar um tiro também, ele não ia segurar, que eu estou com você aqui, quem está vindo de lá virava para cá e atirava em mim também (...) [mãe]

(...) uma mulher que foi baleada junto com um cara, (...) que o amigo dele matou. Aí ele foi socorrer a menina aí balearam ela, o cara baleou. E nesse balar, sabe como é que é, hoje a droga ela está em primeiro lugar, o bandido, ele se acha bam, bam, bam. Entendeu? [O amigo dele que matou?] Estava ele, o amigo dele, e esse outro rapaz. E o amigo dele confessou que matou o cara e atirou na mulher, mas ele foi socorrer, sei lá, pegou a mulher para socorrer e tal... [pai]

As pessoas que estavam com ele acabaram assassinando uma outra pessoa e a namorada, eu não lembro, a noiva dessa pessoa tentou fugir e nisso que tentou fugir não sei se ele segurou, ele viu, ele falou e acabaram atirando nessa menina também para matar, só que ela não morreu, ela ficou viva. E nisso que ela ficou viva ela falou quem estava naquela noite, falou tudo. [amigo]

Em represália, um conjunto de ameaças foi feito contra ele e seus amigos. Nas ameaças falaram que era preciso que Rafael mudasse de lá, caso contrário, sua vida estaria em risco: “(...) *ele falou que estava sendo ameaçado, só que ele não falou para gente, ele falou para outras pessoas, (...) e inclusive mandaram ele sair do bairro, ‘oh, você vai embora’. Ele falou que não ia porque ele não tinha feito nada e ele não ia deixar a família dele, né?*” [mãe]. Desse modo, ele não se mudou e nem contou para os pais o que estava acontecendo: “*Mas ele nunca chegou para mim e disse: ‘oh pai, aconteceu isso, isso e isso’, foi rolando, rolando, rolando, até que um dia mataram, e os caras falaram para ele que iam matar e mataram*” [pai].

A família, mesmo não sabendo o que estava acontecendo ao certo, pressentia que Rafael estava passando por sérias dificuldades. Ele parecia nervoso, constrangido, com atitudes estranhas. Passou a falar para os filhos que os amava nos momentos de despedida: “*Ele tinha muito aquela... é ... ele tinha muito uma história, depois a esposa até falou para gente, que toda vez que ele saía de casa: ‘ah, se o pai não voltar o pai te ama’, essas coisas. Ele sabia que tinha se enrolado, que ele tinha feito coisa errada*” [mãe]. O pai também menciona que Rafael sabia que iria morrer. E não foi diferente no último dia de sua vida, quando se despediu dos filhos e pediu ajuda à esposa já chorando:

Quando ele saiu de casa, nesse dia que ele saiu, ele saiu chorando, que ela [a esposa] saiu assim na rua para... ela me contou isso, ela saiu na rua para levar

as crianças para perua da escola, aí disse que ele beijou o filho e falou: “acho que o único que me ama é você”, falou para o menino menor e falou que queria que ela ajudasse ele, ele falou: “eu quero que você me ajude”, só que não falou o porquê. Aí ela falou assim: “o que eu posso fazer por você é orar”, eu sei que ela estava meio magoada com ele então ela falou isso, mas ele não falou o quê que era. Ela falou assim: “eu fiquei esperando ele voltar para gente conversar melhor”, só que ele não voltou, entendeu? [mãe]

Segundo as narrativas, sua morte foi premeditada. Ele e mais outro amigo, o qual também estava no dia do primeiro assassinato, foram vítimas de uma emboscada. Nesse ponto os fatos são meio controversos. Relata-se que eles saíram para buscar uma receita, um remédio, mas esse era só um pretexto com o objetivo de levá-los para o local onde seriam assassinados. O único que se salvou foi o vizinho que realmente atirou no traficante e na namorada dele, portanto, o que teria maior responsabilidade. Este se recusou a ir buscar a tal receita e falou para Rafael não ir. No fundo, todos pareciam suspeitar que não fossem realmente buscar uma receita, pareciam saber que suas vidas estavam ameaçadas. Entretanto, Rafael e seu amigo não se negaram a ir e acabaram sendo levados para uma casa em um bairro próximo, onde foram amarrados, torturados e depois mortos por várias pessoas, mesmo diante da tentativa dos vizinhos de impedi-los e das súplicas de Rafael:

(...) o crime foi tão premeditado que os caras deixaram a mãe, diz eles que a mãe deles foi trabalhar, e tinha uma casa no fundo. Amarrou ele, os vizinhos pediram para eles não fazerem aquilo, o rapaz: “não, vai morrer. Se você falar muito você morre também, você é velho morre também”. Aí trancaram ele num quatro paredes, seis, oito caras, (...) o cara me falou com... entendeu? Na hora que ele ia sair, se rastejando já (...) Os caras comentando no bar “Ah, o crente, se ajoelhou: ah Meu Deus, não deixa eles fazerem isso comigo”, os caras: “toma, toma, toma”... cruel. [pai]

Aí quando foi na quarta-feira, que eles foram nesse tal lugar, nessa cilada que armaram para eles, que era para ele ir levar, buscar a receita. Quando eles chegaram lá, levaram eles para uma casa, com um dos rapazes porque o outro não foi. Alguém levou eles lá, (...) e lá não sei quantas pessoas, por alto a gente sabe que seis pessoas. [mãe]

A morte do traficante 15 dias antes do assassinato de Rafael gerou, portanto, “consequências” (Biondi, 2010) frente à modulação atual do “mundo do crime” em São Paulo. Modulação em que a ocorrência de assassinatos (dentro e fora do “mundo do crime”) passa a ser controlada, ficando não sob o arbítrio individual, mas dependente de decisão coletiva (Dias, 2009, 2013). Assim, provavelmente não se tinha aval para matar esse traficante, conforme as novas “regras” do tráfico, o que acabou resultando na morte de Rafael, que foi “julgado” e “condenado” por um novo mecanismo de poder conformado para gerir condutas e aplicar sanções. Ainda que não seja possível identificar pelos relatos a autoria do PCC, os mecanismos utilizados são característicos desse grupo, como vêm sendo apontado por diferentes trabalhos (Biondi, 2010; Feltran, 2010; Hirata, 2010; Dias, 2009; 2013). A “reunião” para decidir sobre

a morte de Rafael e a participação de presos nessa decisão (como evidenciado pela narrativa do pai na epígrafe) denotam essa pretensão de punir como prática de um grupo, bem como a gravidade apresentada pelo caso, uma vez que envolvia uma resolução “de vida e morte” (Feltran, 2010).

Destoando de outros “debates” ou “tribunais do crime”, nos quais é indicada a chance de “defesa” dos acusados e a necessidade fundamental destes demonstrarem sua capacidade de argumentação e agir adequado (Feltran, 2010; Hirata, 2010, Biondi, 2010), não foi possível identificar algo semelhante sobre o assassinato de Rafael. Isso, principalmente, pela própria limitação dos relatos, uma vez que precariamente permitem entrever como transcorreram os procedimentos de decisão sobre a morte de Rafael. Do pouco que se consegue verificar, a inocência afirmada por Rafael diante daqueles que o acusavam não lhe favoreceu diante da decisão final sobre sua morte. No teor das ameaças que surgiram antes do seu assassinato transparece a “opção” para que ele se mudasse de região, mas Rafael não se mudou, seja por condições familiares, financeiras ou mesmo porque acreditasse em sua inocência.

De outra forma, a decisão sobre a morte de Rafael parece estar indicando igualmente a flexibilidade operante nesse mecanismo de punição a depender das circunstâncias, do tipo de conduta que está sendo julgada, dos sujeitos envolvidos, das disputas de poder em vigor. Nesse sentido, é possível colocar em contraposição o porquê do responsável pelos disparos que mataram o traficante não ter sido punido da mesma maneira. Coloca-se em questionamento, por conseguinte, os parâmetros utilizados pelo PCC na acusação e condenação daqueles que infringem suas regras e a finalidade de seus julgamentos, bem como os posicionamentos diferenciais dos acusados na escala de poder do agrupamento. Conforme os relatos, o responsável pelos disparos também era “chefe” de um ponto de venda de drogas, portanto, mantinha certa “ascendência” dentro do agrupamento. Pode-se supor, assim, que nem todos são julgados da mesma maneira no interior desse mecanismo e se era preciso responsabilizar alguém, a fim de se restituir tanto a ordem quebrada como a autoridade do PCC, aqueles que apresentavam um posicionamento mais “subalterno” ou com vínculos mais escassos em relação à facção foram os escolhidos. Situação que igualmente reinsere a discussão sobre quais os significados da *igualdade* no interior das práticas (discursivas e não discursivas) do PCC, como essa consegue se realizar, quais as tensões em torno dessa realização e que diferenças ou desigualdades sua prática está continuamente gerando no interior e fora do agrupamento, já que suas ações (incluindo a regulação de condutas e punições) têm alcance para além dos seus membros, criando uma escala de categorias sociais para os quais se constrói uma alteridade excludente. Como aponta Feltran (2010): *“Evidentemente, a rede de relações e de proteção do réu, além da controvérsia gerada pelo crime cometido, também interferem na condução e necessidade de sofisticação dos julgamentos, bem*

como nas sentenças proferidas. Não se julga, seguramente, o filho de um “irmão” do PCC da mesma forma que se julga um ‘noia’ (viciado em crack) ou um ‘Jack’ (estuprador)” (Feltran, 2010, p.68).

As narrativas dos pais assinalam ainda para a forma com que a morte foi executada. Para além da morte, a punição infligida visou provocar a dor e a desfiguração física do corpo de Rafael: amarrar, bater, desferir golpes de faca e machado e depois dispor e expor, seu corpo, já sem vida em um carrinho de mão em um terreno baldio. De tal modo, os pais assinalam para sentimentos de estarecimento e inconformismo, diante de uma morte que é descrita por eles como “cruel” e “desumana”:

(...) não foi um crime. Eu estou levando isso, não sei se eu vou aguentar, entendeu? Eu estou levando isso lá para Cristo, não foi um crime, foi uma barbaridade, foi à machadada, o corpo do meu filho eu vi o laudo, estava dentro de um carrinho de mão entre um e outro. (...) E... foi barra, foi barra, eu nem entrei no IML, quem entrou foi a minha mulher. Minha mulher viu, sabe? Era... e foi... pancada, foi facada. [pai]

(...) uma coisa horrível, se você vê assim as fotos, eu devia ter trazido o laudo que eu tenho em casa, para ver que é uma coisa assim que não se faz nem com um animal, com ninguém, acho que é uma coisa desumana o que fizeram. [mãe]

Conjugada à desfiguração física, outro elemento que se destaca na morte de Rafael, é a tentativa de desfiguração moral. Segundo o relato da mãe, cometeram esse crime afirmando que Rafael e seu amigo eram estupradores: *“(...) alegaram que ele, que eram estupradores que estavam no bairro, (...) tipo só tem uma saída. E acho que para justificar o que eles vão fazer, eles alegaram que eram estupradores, né?” [mãe]*. Nessa perspectiva, a desfiguração moral de Rafael é utilizada para justificar sua morte (perante a população), estabelecendo uma equivalência do assassinato em relação ao estupro, valendo-se da crença coletiva que condena amplamente essa prática e “apoia” a morte como forma de “reparação” (Zaluar, 1994; Cardia, 2003; Ferreira, 2006).

Por conseguinte, é possível supor que essa desfiguração moral somada à desfiguração física são mecanismos utilizados para estabelecer e justificar não só sua morte, mas um “direito” de regular os conflitos e de punir, a partir de uma lógica específica, que vem sendo pretendido e assumido pelo “mundo do crime”. A ritualização pública da morte, abordada por Foucault (2014) em relação à prática de punição por meio dos suplícios, ganha, de tal modo, relevância no caso de Rafael. A desfiguração do seu corpo foi seguida pela exposição do seu corpo em um carrinho de mão (em um terreno abandonado), tal procedimento parece estar diretamente relacionado a uma demonstração de força e das dissimetrias de poder que isso implica, ou seja, de um lado, o “menos poder” que o corpo do

supliciado implica e, de outro, o “mais poder” que o PCC pretende reafirmar (para seus membros e para a população) a partir desse mecanismo de punição.

Pretensão que é evidenciada pela recorrência de situações análogas. Os relatos apontam para a ocorrência de outras mortes em circunstâncias semelhantes, na mesma região que Rafael foi assassinado, mas que devido às ameaças, ao medo que se tem de maiores represálias, nada seria feito, não haveria denúncias à polícia. Seriam as “leis” do crime, estabelecendo um ordenamento social onde a ameaça do uso força física e, no extremo, a morte, constitui-se em possibilidade sempre atualizada na resolução de conflitos.

E o que eu soube que antes disso já aconteceu casos parecidos lá só que ninguém falou nada, porque parece que ameaçaram a família do menino, que não era para falar nada, diz que acabaram mudando de lá e ficou por isso mesmo, ninguém sabe onde está, o que aconteceu, entendeu? Isso por alto, e agora as coisas que a gente nem imagina que acontece, né? É a lei deles lá, é essa lei do silêncio, ninguém faz nada, porque se fizer morre e fica por isso mesmo, quer dizer... é revoltante uma coisa dessa, né? [mãe]

Após a morte de Rafael, a ameaça que configurou o “mundo do crime” em sua trajetória permanece, sendo estendida para seus familiares. Conforme o amigo, o velório de Rafael foi marcado por um “clima pesado”, não só pela sensação de perda, pelo tipo de morte que tinha sido e pelas circunstâncias envolvidas, mas também pelo comparecimento de algumas pessoas que, de alguma forma, poderiam estar envolvidas na sua morte. Isso teria criado um sentimento de maior revolta nos familiares, o que por pouco não provocou um ciclo de incidentes violentos.

E um fato que chamou a atenção no cemitério é que tinham umas pessoas, uns rapazes um pouco afastado, bem afastado assim, antes da hora do velório e eu conhecia alguns, já sabia que alguns andavam com ele ultimamente e aí foi quando chegou um rapaz e falou assim: “ali, daqueles ali, três ou quatro estava vindo aqui só para ver se encontra alguém que eles deixaram de matar, que eles vão ter que matar”. Então o pessoal vai no velório para ver se faltou alguém, entendeu? Para ver se está faltando alguma coisa. Ou seja, às vezes alguns dos mandantes, quem entregou ele estava no velório, estava no velório. O pai dele sabia, tinha um primo dele policial no velório, e aí o primo dele já queria fazer besteira, aí eles perceberam e acabaram indo embora. [amigo]

“Deixar morrer”: o Estado e seus mecanismos

Uma criança voltando da escola avistou o corpo de Rafael deixado num carrinho de mão. A polícia, que tinha uma base próxima ao local, parece não ter visto nada, somente apareceu depois de chamada pela população. A população, por sua vez, só teria avisado a polícia após o encontro do corpo:

Porque o lugar lá é tipo assim, eu não me conformo, é um lugar que tinha, um bairro que tinha assim uma base militar perto, não é longe, e ninguém fazer nada deixar chegar ao extremo que chegou. Isso não foi uma coisa que aconteceu em quinze minutos. Até trazer, que eles encontraram, foi combinado num bar numa boca lá, até chegar nesse bar dessa rua, se eles começaram a conversar lá, de lá eles trouxeram os meninos para casa dele, é um pouquinho longe, trouxeram para a casa dele, até deixarem eles lá dentro, eles devem ter gritado, eles devem ter... O que aconteceu: eles foram amarrados, né? Então alguém ia ver alguma coisa, eu não acredito que ninguém viu nada, né? Esperou acontecer tudo para depois alguém ligar para a polícia e falar o que estava acontecendo? [mãe]

Depois colocou ele num carrinho, num carrinho, esses carrinhos de mão e levaram para o mato para jogar. Alguém ver um braço caindo é uma coisa horripilante, é uma coisa assim... ver um braço e ligar para polícia. Disse que foi quando uma menina estava passando da escola e de repente começou a chorar e ligaram. Daí quando a polícia apareceu já tinha acontecido tudo. Eu acho um absurdo uma coisa dessa, são coisas que acontecem lá no meio do mato e ninguém vê nada. [mãe]

A narrativa da mãe denota, de um lado, o possível medo da população em denunciar o que vê e, de outro, a “ausência” da polícia em sua presença. Embora presente fisicamente, também nada teria feito para evitar a morte de Rafael, já que “nada é visto” nesses lugares. Ainda que de forma indireta, lança-se a partir da sua fala, a suspeita sobre uma atitude motivada nessa ausência, como se o próprio Estado, por meio da polícia, evitasse atuar nos conflitos internos ao “mundo do crime”. É como se a base policial estivesse ali, mas sem cumprir suas prerrogativas legais.

Essa ausência a despeito de sua presença, também é mencionada pelo pai em relação ao destino do corpo de Rafael e à falta de aviso à família. Conforme sua narrativa, a morte de Rafael ocorreu no dia do jogo da seleção, copa do mundo de 2006, ninguém demonstrava muita preocupação com os acontecimentos cotidianos: ninguém avisou à família onde o corpo de Rafael foi encaminhado após sua morte, foram dois dias para a família encontrar onde ele estava: “*Olha, eu passei dois dias para encontrar o corpo, tá? Eu não fiquei sabendo de nada no mesmo dia. (...) Ninguém avisou, nós que descobrimos. Entendeu? IML, tiveram que ir para o Jaguaré, a gente não sabia... e jogo da seleção brasileira você sabe como é que é, delegacia os caras ficam...: ‘É horário de jogo’. Chega no IML é a mesma coisa*” [pai].

Nas situações citadas, verificam-se mecanismos em que o Estado parece “*deixar morrer*”⁶⁹: não evitam a morte de Rafael, não a comunicam à família (produzindo a possibilidade de classifica-lo e enterrá-lo como “desconhecido”) e pouco fazem para elucidá-la. Dupla morte que se constitui então: física e no

⁶⁹ Em alusão aos processos de constituição do poder soberano em Foucault (2005) em sua conexão com o poder de regulamentação ou biopolítica.

âmbito do direito. Isso ocorre tanto quando, por meio de suas diferentes instituições, os membros do Estado eximem-se, por alguma razão, de atuar (deixando de ver ou de cumprir suas funções), mas também quando agem de forma ilegal.

As narrativas sobre a investigação do assassinato de Rafael indicam uma insatisfação da família com a atuação da polícia: *“Os caras não fizeram nada, a polícia não fez nada, porque não faz, se não correr atrás não faz”* [pai]. Não só os policiais não teriam investigado, como um dos delegados teria agido de maneira ilegal, soltando dois dos acusados. No dia do assassinato, dois dos envolvidos teriam sido presos ainda na casa onde tinham cometido o crime, enquanto lavavam o sangue no chão, na tentativa de apagar os sinais do crime. Esses dois foram presos em flagrante, sendo que os demais envolvidos estavam foragidos: *“Quem era o dono da casa, os dois jovens que eram donos da casa, eles tinham sido presos. E tinha mais um ou dois foragidos. (...) quando prenderam esses dois, eles ainda estavam lavando sangue, lá a casa onde eles tocaiaram”* [amigo]. Entretanto, foram liberados logo depois. De acordo com os relatos, o delegado responsável teria recebido dinheiro para soltá-los: *“Ele (o pai de Rafael) contou que o delegado recebeu propina para soltar os rapazes, né? Eles foram soltos e ele descobriu isso e falou isso para o promotor então abriram inquérito contra o delegado e o promotor pediu para ele mudar”* [amigo]. Esse e outros problemas que ocorrem na investigação e instauração do inquérito na delegacia acabaram provocando a transferência do caso para o DHPP. Transferência que apenas ocorreu diante da busca ativa da própria família por meio do promotor de justiça. É por isso que, como indicado, a morte de Rafael para além do seu estatuto físico é também jurídico, uma vez que pouco é feito para identificar os culpados como também ações ilegais foram adotadas como forma de favorecimento dos acusados.

Para evitar esse apagamento da morte de Rafael no âmbito do direito, as narrativas apontam para o esforço da família em fazer uma investigação privada, colocando em risco suas próprias vidas. Desse modo, foram os pais que buscaram esclarecer o crime, identificar todos os envolvidos e conseguir a sua punição. Essa busca começou logo após o enterro, quando tentaram encontrar o local onde Rafael tinha sido assassinado, e continuou desde então, mesmo diante das ameaças que foram se seguindo. Estes procuraram pistas no bairro onde Rafael foi assassinado, conversaram com os moradores (alguns dos quais contribuíram diretamente no auxílio aos pais), tiraram fotos, descobriram onde os envolvidos moravam e os denunciaram à polícia. A mãe do outro rapaz, que foi morto com Rafael, ajudou a reconhecer alguns dos envolvidos. Ela estava presente quando foram na sua casa, acordaram seu filho, puseram no carro e levaram até o local da morte, sem desconfiar, no entanto, no que estava acontecendo. Tudo isso acabou culminando na necessidade dos pais de Rafael irem morar em outra cidade:

Ah, sim eu mudei porque é... porque a gente... Tudo o que eu sei hoje, tudo esse pessoal preso, tudo porque a gente correu atrás, a gente arriscou muito. (...) Aí nós saímos, quando eu saí do cemitério, primeira coisa que eu fiz foi... o meu marido pegar o carro já para ir lá onde aconteceu. Inclusive quando a gente saiu rodando lá, andando, até veio um carro atrás da gente mandando parar, eu falei: “não, vamos embora, pelo amor de Deus vamos embora”. Só vê onde foi, a casa, aí a gente foi embora. Mas depois eu comecei a pesquisar, pesquisar e apareceu muita coisa, sabe assim? Através de pessoas, eu comecei a conhecer pessoas que moravam por lá, perguntar sobre o que aconteceu, né? E começaram a falar, entendeu? Pessoas que até falavam: “eu vou ajudar vocês porque eu sei que o seu filho era um menino direito”, foi essa pessoa que me deu muita informação e realmente bastante coisa que bateu, nome de pessoa que está presa, entendeu? Então a gente arriscou bastante, teve moto que cercou a gente, aconteceu muita coisa. Então a gente fica apreensiva até com medo, agora não, mas até um tempo atrás eu tinha, porque eu tinha duas filhas aí, né? Então eu me preocupava com elas, né? Eu falei, muita coisa a gente deixa até passar para não... pensando na vida delas, os filhos, os netos, a minha nora que mora no bairro também. [mãe]

(...) todos os caras que estão presos foi eu que identifiquei, eu e minha mulher, não foi polícia. Foi por isso que eu mudei, nós tivemos muita coragem. Identifiquei um por um, e está tudo preso. (...) Eu corri atrás entendeu? Da maneira que eu corri, era três anos de sofrimento, você já pensou você entrar dentro de favela atrás de bandido, fotografar o cara e tal, eu fiz tudo isso. Entendeu? [pai]

A mencionada ausência na presença, que denota esses mecanismos de “deixar morrer” operados pelo Estado, abrem brechas ou estimulam, como indicado acima, ações privadas de busca por “justiça”. Diante daquilo que é considerado insuficiente como atuação estatal, a família de Rafael atuou diretamente para descobrir quem estava envolvido na morte do filho. E por mais que isso tenha sido feito a fim de auxiliar para que uma justiça estatal legal fosse possível, como um complemento e não como algo contrário às suas finalidades, essa privatização da justiça poderia também desembocar em outros desfechos. Como alguns relatos indicam, o pai de Rafael foi armado em algumas incursões na localidade onde o filho morreu. Assim, a possibilidade de uma “justiça com as próprias mãos”, novamente pela ocorrência de outro(s) assassinato(s), abre-se como uma possibilidade diante dessas circunstâncias.

Então consegui identificar através de foto, aí quando foi um sábado eu fui trincado, me desculpa falar “armado”, eu mais uns dois amigos meu. Cada dia ia com um carro, de manhã com um Ford Ka, a tarde ia com Passat, outro dia ia com um carro maior, uma Van. E a gente ficava um longe do outro e eu fui num bar, os caras estavam jogando fliperama, eu pen pen pen, foto. Se fosse outro, eu estava armado. Entendeu? Chegava e... não é assim, os caras primeiro têm que pagar o que fez. Aí fui levantando, levantando, levantando... [pai]

[O pai de Rafael] e ele não estava muito bem também, ficou muito abalado, entendeu? Ele chorava dia e noite, direto, e eu acho que não fosse o pessoal do CRAVI eu nem sei se ele estaria aí ainda, porque ele ficou muito revoltado, ele queria sabe tomar (...) fazer justiça, dar um jeito. Mas não é assim que as coisas vão se resolver, né? Eu quero justiça também, eu quero, mas eu quero uma justiça, uma coisa direita, uma coisa legal. Não é fazer as coisas e depois complicar mais, né? [mãe]

No momento das entrevistas, no final de 2008, três pessoas estavam presas aguardando o julgamento: os dois que tinham sido liberados voltaram a ser presos, além de um dos homens que os levou ao local onde foram assassinados, mas que não teria participado diretamente do crime; outros continuavam soltos: (...) *eles sabem que vão a júri, mas quando a gente não sabe (...). Eles estão presos, vão ao júri, falta mais dois, falta mais três, falta mais cinco, eu só sei que falta bastante ainda, mas estes eram os perigosos, você me entende?* [pai].

Em semelhança ao assinalado em relação ao caso de Gabriel, a família de Rafael igualmente se mobilizou a fim de assegurar o reconhecimento da morte do filho e a punição dos responsáveis. Nesse percurso, observa-se um emaranhamento dos fios que ligam práticas ilegais da polícia e as práticas ilegais do PCC e suas formas de punição. Ou seja, um emaranhamento de fios que ligam práticas sociais formalmente distintas, mas conectadas na realidade das práticas cotidianas. Conexão que põe a descoberto diferentes formas de “fazer justiça” e que, ao mesmo tempo, pode desembocar em justiça alguma para os assassinatos perpetrados e estimular ainda mais a privatização do uso da força física. Assim se, como visto na morte de Gabriel, os agentes policiais são os responsáveis diretos pela perpetração do assassinato, demonstrando a assunção pelo “direito” em matar (mesmo que ilegalmente, mas com pretensões de legitimidade), em ambos os casos verifica-se que, para além do assassinio direto, o Estado reatualiza o “direito soberano” de matar por meio de formas indiretas, especialmente impossibilitando o reconhecimento público dos assassinatos por meio de práticas corruptas ou deixando de atuar (ou atuando seletivamente). Como assinala Foucault em relação ao direito soberano de matar e as formas indiretas que isso também implica: “(...) *por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.*” (Foucault, 2005, p.306).

Assim, os dois assassinatos, situados nos entrecruzamentos com os eventos de 2006, não só expõem os equilíbrios instáveis entre a polícia e o PCC, mas evidenciam as cadeias de “ligações perigosas” entre esses dois sujeitos sociais, a retroalimentação do próprio PCC dependente das formas de atuação do próprio Estado (dentro e fora dos presídios), bem como as formas de matar atualizadas por essas duas

instâncias, expondo a fragilidade da vida perante seus mecanismos de punição. Mais do que provocar a morte, essas instâncias advogam o “direito” de poder matar, por meio da ativação de processos de legitimação de seus poderes (ainda que ilegais). Nesse processo, a caracterização das vítimas, suas identidades sociais afiguram-se como componentes essenciais. As divisões morais e sociais entre “bandido” e “trabalhador” fortemente operantes ainda nos dias atuais, não só classificam e separam, mas operam no sentido de definir aqueles para os quais a morte passa a ser plausível e aceitável; ou de outra forma, divisões entre os próprios “bandidos”, isto é, daqueles que têm “proceder” até aqueles que não podem nem ser considerados na escala de moralmente humanos (a depender do seu posicionamento social, de suas práticas ou crimes), as quais igualmente funcionam no sentido de produzir punições e suas justificações.

Categorias com as quais os próprios familiares operam como forma de entender o assassinato e requerer a punição dos responsáveis. Nas falas do pai de Rafael é patente essa operacionalização (o que também foi visto em relação à morte de Gabriel), bem como a fluidez que essas categorias abarcam. Primeiramente, destacam-se os predicativos elencados em relação ao filho e a sua trajetória, como sendo um rapaz inteligente, trabalhador, querido por todos, que teria tido uma boa educação, bons empregos e suporte familiar. Todos esses aspectos são filtrados pela perspectiva do assassinato como argumentos mobilizados a fim de distanciar Rafael da figura de “bandido” e das possibilidades de uma morte violenta, como aquela que o acometeu. Essa desvinculação também é feita ao qualificar o rapaz que morreu juntamente com Rafael, como “tranqueira”, o que forneceria elementos para entender o seu assassinato: *“Só que o cara que morreu com ele, como diz os caras aí ‘era tranqueira’, e ele [Rafael] morreu no lugar do cara que morava perto da casa dele”* [pai]. Assim, por mais que não soubesse o quanto Rafael estava envolvido com as práticas vinculadas ao “mundo do crime”, o seu discurso procura construir uma separação entre Rafael e as pessoas que não teriam a mesma conduta que ele. Entretanto, durante outra passagem, na qual menciona que poderia ter ajudado o filho caso ele tivesse lhe contado o que estava acontecendo, chega a aproximar de certa forma Rafael dessa categoria: *“porque se ele tivesse falado para mim eu dava um jeito, ou ele preso, por que o bandido não tem o direito de fugir? Ou ele fugia, ou mandava ele para outro lugar e acabou, porque têm muitos pais que fazem assim. E sei que os pais desse cara que está preso [o qual cometeu o primeiro assassinato que culminou na morte de Rafael], eles estão vendo o filho deles lá vivo”* [pai]. Essa transição mostra a dificuldade do pai de Rafael em elaborar o que aconteceu dentro de critérios rígidos, indicando como as categorias sociais são muitas vezes circunstanciais e fluídas, dependendo daqueles que as utilizam e dos seus posicionamentos sociais.

Assim, os relatos dos familiares e amigos de jovens assassinados não podem ser considerados sem ater-se a diferentes elementos que os situam numa complexa rede de interações e configurações

sociais. Primeiramente, destacam-se os vínculos emocionais mantidos com os jovens, a proximidade que a experiência do homicídio passa a compor nas trajetórias desses familiares e amigos e, conseqüentemente, os traumas provocados por esse evento. Essa proximidade afetiva, mas também social, no sentido de compartilhamento de condições e referências sociais específicas, imprime certamente um olhar diferenciado sobre o assassinato. Nesse sentido, a perspectiva de um familiar pode se situar no extremo oposto da perspectiva daqueles que guardam um forte distanciamento social e emocional em relação a esse mesmo tipo de experiência e claro por aqueles responsáveis pelo assassinato. Distanciamento social marcadamente relevante em configurações extremamente desiguais e hierárquicas, promovendo processos de “desidentificação social”, como abordados por Judith Butler (2011).

Com base na autora, é possível defender que, na constituição desses extremos opostos e de suas gradações, estão operantes mecanismos sociais que dizem respeito à relação entre representação e humanização. Ou seja, às formas de “representação do Outro” e das possibilidades ou não de reconhecê-lo como igualmente humano. Nessa perspectiva, a imagem que se tem do “Outro” pode tanto favorecer o reconhecimento de um vínculo ético moral com este “Outro” quanto estabelecer justificativas para sua eliminação. Assim, produzir a desumanização do “Outro” contribui para um processo de não identificação social, que favorece a eliminação social desse “Outro”, o que é fortemente operado pela mídia, mas também por outras instâncias sociais: *“O processo de esvaziamento do humano feito pela mídia (...) deve ser entendido (...) nos termos mais amplos de que esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada”* (Butler, 2011, p.28). O que está em questão, portanto, é a própria possibilidade de usar a força física, inclusive a fim de perpetrar a morte de alguém, recorrendo-se a um quadro normativo de justificação e plausibilidade. Ademais, há de se considerar que na operacionalização desse reconhecimento em relação ao “Outro” ganha especial relevância os diferenciais de poder espraídos pelo corpo social que vão influenciar na definição daqueles que podem ou não ser considerados como humanos e, conseqüentemente, cuja morte pode ou não ser reconhecida publicamente como um homicídio.

Esse processo foi delineado anteriormente em relação à morte de Gabriel, ainda que em outros termos, sendo operacionalizado pelos próprios agentes estatais de segurança, que não só produzem sua morte física, mas o classificam como “vítima duvidosa”, a fim de apagar as possibilidades de ver sua humanidade reconhecida publicamente por meio de reparações legais-formais. Processo que pode ser igualmente observado nas circunstâncias da morte de Rafael, em um primeiro momento pelos procedimentos de punição do PCC e depois pelas práticas policiais. A sua desumanização é vislumbrada na própria forma como a morte é perpetrada e pela desfiguração do corpo, algo que, como salientado

pela mãe de Rafael, *“não se faz nem com um animal”*. Subsequente a essa desumanização, que também é atrelada ao fato de Rafael ter sido classificado como estuprador diante dos moradores, têm-se os entraves no âmbito estatal na elucidação e punição do crime.

Sem desconsiderar as circunstâncias específicas que esses dois casos envolvem, a fecundidade da análise está em apontar para processos mais gerais aos quais estes se vinculam. Como vários estudos têm demonstrado, há um viés social, econômico e etário nos assassinatos que ocorrem principalmente nos grandes centros urbanos (Minayo, 1990; Mello-Jorge, 1998; Cardia et al., 2003; Souza e Lima, 2006; Peres, 2007), revelando um processo de desigualdade e hierarquização social operante nesse tipo de vitimização. São os mais jovens, moradores de áreas com maiores privações sociais e econômicas as principais vítimas. Essa desigualdade e hierarquização, com efeitos na ocorrência direta dessas mortes, são constituídas não só por fatores objetivos, mas por representações sociais coletivas fortemente arraigadas que criam divisões morais entre a população, especialmente estabelecendo categorias sociais para as quais esse tipo de morte é mais aceitável (e mesmo desejada). Esse processo opera em diferentes níveis e pode envolver distintos sujeitos sociais, seja no interior das comunidades onde ocorrem ou de forma mais espalhada, revelando as possibilidades de justificação do uso da força física pelas diferentes instâncias de poder e reconhecimento por parcelas da população, mesmo que perpetrada de forma ilegal, a depender a quem se destina.

Destarte, as circunstâncias envolvidas no assassinato de Rafael expressam, pelo seu caráter exemplar, a força de um conjunto de processos sociais que vem se constituindo nos últimos anos, com efeitos diretos na conformação de muitas trajetórias de vida. É possível identificar, em primeiro lugar, algo que é de interesse crucial para esse trabalho de pesquisa e que se apresenta de forma estruturante nos fatos que implicaram na sua morte: a composição de uma instância de poder não estatal (e ilegal) que vem assumindo para si, dentre outras prerrogativas, a pretensão ao “direito” de punir. Mais especificamente, põe em questão os efeitos de poder do PCC, a partir do funcionamento dos chamados “debates” ou “tribunais do crime”, os quais podem ser entendidos como um dispositivo de ordenamento social gerido por integrantes de uma criminalidade articulada com a tarefa de resolver conflitos e fazer “justiça” (Feltran, 2010). Embora os relatos não nomeiem esse agrupamento, assinalam esse dispositivo que lhe está intrinsecamente relacionado. Instância de poder que tem a utilização da força como um dos seus princípios e que estabelece, dentre seus mecanismos punitivos, a possibilidade de sanções violentas, incluindo a tortura e a destruição do corpo daqueles considerados culpados por alguma infração a suas regras de conduta. Tem-se em relevo, dessa maneira, uma forma de “justiçamento” diversa dos procedimentos da justiça criminal, o que se contrapõe à pretensão ao

monopólio legítimo da violência pelo Estado e às formas de punição constituídas legal e oficialmente. Observa-se, assim, a partir de seu acionamento, um processo de desconcentração da violência (Machado da Silva, 2004) e de privatização da própria “justiça”.

É no interior dessa configuração que a trajetória de Rafael se circunscreve, indicando a operacionalização de mecanismos de punição específicos por uma criminalidade que vem se fortalecendo, não só em torno do mercado de negócios ilegais, mas da gestão da ordem local nos territórios onde se encontram, incluindo a prerrogativa sobre a vida e a morte (Feltran, 2010; Dias, 2009). Esse dispositivo, entretanto, embora opere, em última instância, no limiar da decisão sobre a vida e a morte, a depender do tipo de infração, insere-se num contexto de pretensa contenção das próprias mortes (dentro e fora dos presídios). Isto é, constitui um dispositivo que teria como um dos seus objetivos acabar com o ciclo de vinganças intermináveis existentes dentro dos negócios do crime (Feltran, 2010; Telles, 2010; Manso, 2012). Ciclo de mortes que está presente na história urbana recente em vários bairros da periferia paulista, o que impactou, até começo dos anos 2000, em altas taxas de mortalidade por homicídios, principalmente nos bairros periféricos.

Nessa perspectiva, o termo “nova economia da punição” é tomada de empréstimo da obra de Foucault (2014), cujo sentido tem um caráter muito mais amplo, relacionando-se a transformações mais gerais das sociedades e seus sistemas de punição e à conformação de subjetividades nas sociedades contemporâneas capitalistas⁷⁰. O uso aqui feito desse termo, ainda que de forma muito mais restrita, porém relacionada, tem como intuito assinalar para as transformações dentro do próprio “mundo do crime” e nas suas formas de punir, especificamente dentro das configurações atuais do PCC. A pertinência desse uso se sobressai pelas suas implicações em dois sentidos: i) pela nova forma de organização do PCC, que estabelece uma maior regulação em relação aos assassinatos (dentro e fora das prisões), relacionada, ainda que não somente, aos próprios interesses econômicos do agrupamento; ii) e pelos mecanismos específicos de punição adotados nessa nova configuração, ou seja, os “debates” ou “tribunais do crime”, pelos quais se evidenciam as pretensões do poder do agrupamento no controle das condutas e seu “direito” em punir. Assim, observa-se por meio da morte

⁷⁰ Mais especificamente, trata-se da constituição do poder disciplinar a partir do século XVIII, que assinala para o deslocamento no poder de punir soberano (baseado no suplício), para uma lógica mais calculada e “suave” de punição, que procura não mais incidir sobre os corpos (a partir de excessos de sofrimento), mas sim sobre a alma dos condenados: *“Sob a humanização das penas, o que se encontra são todas essas regras que autorizam, melhor, que exigem a ‘suavidade’, como uma economia calculada do poder de punir”* (Foucault, p.100, 2014). Trata-se ademais de um poder que tem como potencial se espalhar por todo corpo social: *“O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social”* (Foucault, p.80, 2014).

de Rafael, a constituição de um poder que vem disputando para si o “direito” de exercer o controle social e aplicar sanções (dentro e fora do “mundo do crime”), sendo o uso da força física e o estabelecimento de divisões morais (mobilizadas para justificar o uso dessa força) elementos centrais nessa disputa. Tem-se, nesse ponto, uma disputa por estabelecer a própria plausibilidade do mundo social, “naturalizando” distintas formas de punição e sujeitos sociais que teriam o “direito” de aplicá-las. Retomando Bourdieu (1998a), tem-se em questão uma luta pela definição legítima pela forma de conceber o mundo social. Nessa disputa, os diferenciais de poder, as distintas “retenções de poder” pelos sujeitos sociais constituem-se em aspecto central, inclusive nas concepções e justificações que estabelecem o “direito” pela utilização da força física.

Segundo Feltran (2010), ainda que de forma um tanto arbitrária, seria possível classificar esse dispositivo em três níveis: aqueles que tratam sobre desvios de pouca gravidade; os que envolvem desvios mais graves, porém reparáveis e os que tratam de casos de vida ou morte. Dessa maneira, esse dispositivo é utilizado para julgar e sentenciar diferentes tipos de conflitos como brigas familiares, dívidas de drogas, furtos, roubos, e também crimes como estupro, delação ou traição às normas da facção. Dependendo do grau de gravidade do delito, os conflitos são mediados pelos membros locais da facção. Em casos mais graves os “debates” tornam-se mais complexos, exigindo o envolvimento de líderes da facção (muitos arbitrando dentro dos presídios onde se encontram).

Embora o uso da força física seja controlado pelo próprio PCC, já que como salientado há um processo de monopolização da violência privada por esse grupo (dentro e fora dos presídios) (Dias, 2013), várias são as sanções, que vão desde humilhações até a morte por suplício corporal, aplicadas como forma de punir aqueles submetidos às cobranças realizadas pelos seus membros: *“(...) a regulação da conduta é exercida nos mais ínfimos detalhes e um deslize pode ensejar punição cruel e severa imposta por indivíduos que se encontram em determinada posição na estrutura informal de poder”* (Dias, 2008, p.5). Assim, é a partir de uma hegemonia conquistada pelo PCC (primeiramente nos presídios e também no “mundo do crime” fora das prisões) (Dias, 2008, 2009, 2013), onde o poder deixa de ser prerrogativa individual, que a facção vem instituindo esses “debates” ou “tribunais”, mecanismo por meio do qual os conflitos passam a ser arbitrados por um terceiro, tendo como base a aplicação de normas pré-estabelecidas.

Nessa modulação, conquanto o uso da força física passe a ser regulada e o seu uso restringido, ela não desaparece, permanecendo como fundamento último das ações da facção. Tanto ela não desaparece como nesses “tribunais” a decisão sobre a vida e a morte dos acusados constitui-se questão essencial (Feltran, 2010). A facção impõe, dessa forma, um ordenamento com sanções muito mais severas do que as instituídas pelo código oficial. De tal modo, embora esses tribunais mantenham um formato

que reproduz, pretensamente, o sistema de justiça formal, uma vez que promoveriam julgamentos com procedimentos de acusação e defesa, com testemunhas, “juízes” e “advogados” (Dias, 2009), instituem uma lógica distinta do direito democrático: “(...) *trata-se da instituição da exceção, regida por atores não reconhecidos publicamente, no arbítrio de vida e morte*” (Feltran, 2010, p.70). É, nesse sentido, que Dias (2008) chama a atenção para os processos de exclusão e horrores vividos por muitos que descumpriram as regras desse agrupamento.

No caso de Rafael, esse dispositivo vem operar na fronteira de uma resolução interna aos negócios do crime (o assassinato de um traficante) e uma resolução externa (um pretense estupro). Assim, embora os fatos narrados assinalem que a punição decorre da perpetração desse homicídio, a justificativa para tal punição frente à população é a ocorrência de um abuso sexual. Como descrito, acusaram Rafael de ser um estuproador, provavelmente porque a morte para este tipo de crime tem maior aceitação nas concepções populares sobre punição, uma vez que moralmente mais condenável (Zaluar, 1994; Cardia, 2003). Nas próprias prisões, os acusados desse tipo de crime são historicamente alvos de violência e homicídios. Essas concepções são reatualizadas dentro da própria facção, refletindo-se nos seus próprios mecanismos de justificação (Dias, 2013).

É nesse ponto que um segundo aspecto fundamental para esse trabalho pode ser localizado: a necessidade de justificativa desse poder de punir, a qual é operacionalizada, nessa situação, por meio da mobilização de representações de justiça e crenças punitivas da própria população. Em outras palavras, é possível observar uma tentativa de legitimação desse poder, que consiste em apresentar justificativas para suas ações e, por meio dessas, produzir seu reconhecimento. Dessa maneira, se, de um lado, observa-se que há pretensão de legitimidade pelo PCC, de outro, é presumível questionar-se sobre a obtenção dessa legitimidade, sobre o possível reconhecimento desse poder pela população, o que abrangeria suas normas, deliberações e o uso da força física. Assim, como assinala Foucault (2014), para além dos “efeitos repressivos” da punição é preciso verificar seus “efeitos positivos”. No caso em questão, a morte ou outros tipos de punição pelos “tribunais do crime” podem ser estimados não só como repressão àqueles que descumprem suas regras, mas como mecanismos de produção da própria legitimidade do PCC, ao passo que reproduz seu poder e procura estabelecer plausibilidade às suas práticas.

Se para os familiares, amigos ou pessoas mais próximas observa-se a impossibilidade de reconhecimento das práticas de punição operadas pelo PCC (e conseqüentemente, da impossibilidade de reconhecer esse poder como legítimo), ressaltando-se os sentimentos de medo e a força de coação que esta instância representa nos locais onde se territorializa; esse mesmo mecanismo de punição, especialmente atrelado às justificativas frente à população, ou seja, o de ter sido ativado diante de um

caso de estupro, constitui-se como aspecto essencial para o reconhecimento do seu “direito” em punir por parcela dos moradores onde esse mecanismo opera.

Ressalta-se, de tal modo, a pertinência em entender as pretensões de legitimidade do PCC e seu possível reconhecimento pela população em seu caráter instável e fragmentário, dependente das situações onde se constitui e dos sujeitos envolvidos, bem como das ponderações ou valores em relação ao uso da força física e seu caráter de legitimidade ou não como forma de controle social e punição, incluindo a morte. Assim, não é possível indicar se a presença desses grupos é vista como legítima ou ilegítima por todos que compartilham a experiência de morar nos territórios sobre sua influência. A maior proximidade ou distanciamento em relação aos membros desses agrupamentos, o conjunto de experiências vividas no local de moradia em relação às práticas desses grupos e de outros sujeitos (como a polícia), bem como os diferentes valores sustentados em relação ao uso da força (e quando esse uso é ou não considerado “justo”) são aspectos que precisam ser avaliados.

No interior desse processo, a seletividade na operacionalização do uso da força destaca-se como aspecto central, ou seja, seu uso regulado e restrito contra aqueles que são considerados desrespeitando as normas de conduta estabelecidas pelo PCC e, portanto, não atingindo todos os moradores; ou mesmo operando como forma de pretensamente “protegê-los”. Nessa perspectiva, como será melhor abordado a seguir, a atuação em ocorrências de suposto estupro conforma-se como uma das ocasiões mais elencadas pela população como ganhando aprovação e consentimento, uma vez que a morte aparece como a punição mais requerida para esses casos, sendo o PCC o sujeito social que tem assumido atualmente o papel em decidir e cumprir essa sentença. Ocorrências que, no entanto, como visto no caso de Rafael, podem estar encobrendo outros tipos de conflitos internos ao “mundo do crime”.

Parte III – O fortalecimento do “mundo do crime” nas periferias

As trajetórias de Rafael e Gabriel e as circunstâncias envolvidas nos seus assassinatos assinalam para processos que se conformam na esteira das divisões sociais e econômicas que caracterizam o território espacial e político do MSP e, conseqüentemente, para os efeitos que essas divisões têm para a conformação da criminalidade urbana e da gestão da ordem, seja por instâncias estatais ou não estatais. Assim, o lugar de moradia desses jovens, locais periféricos do MSP, evidencia para a constituição de processos sociais similares em vários sentidos, dos quais as precariedades socioeconômicas, as inserções diferenciais no acesso à renda (incluindo os circuitos de trabalhos formais, informais ou mesmo ilegais), a presença diferencial do Estado e de suas instituições de segurança e justiça e a territorialização de grupos criminosos, todos com seus efeitos na situação de “violência” vivenciada pela população moradora dessas localidades.

A história de constituição dessas periferias, que acompanham os ritmos diferenciais de ocupação urbana e dos fluxos econômicos, e sua relação com processos de criminalidade urbana vêm sendo foco de interesse de diferentes estudos (Caldeira, 2000; Cardia et al., 2003; Feltran, 2008; Telles, 2010, 2013). Por meio destes é possível identificar distintos padrões de ocupação e urbanização da cidade; desigualdades sociais e econômicas que constituem e revelam a conformação de espaços tão díspares dentro da mesma cidade; a presença diferencial do Estado pelo território, o que reflete na forma como o espaço urbano vai se constituindo e na forma como esse próprio Estado (por meio de suas diferentes instituições e agentes) vai igualmente se delineando; bem como mutações nos padrões de criminalidade e seus diferentes sujeitos sociais ao longo do tempo, nos quais se insere o próprio surgimento e consolidação do PCC. De tal modo, é a partir da identificação das relações e conflitos que vão se estabelecendo entre diferentes sujeitos sociais nesses espaços periféricos (não só atualmente, como no passado), que a presença e a pretensão de legitimidade do PCC podem ser melhor abordadas. Assim, como assinala Telles (2013), o advento do PCC, mais do que um assunto pertinente sobre o desenvolvimento sobre “mercados criminais”, mantém relação com a experiência urbana: como esta se configurou no passado e como vem se configurando atualmente.

Espaços periféricos conceitualmente entendidos aqui, em consonância com a compreensão de “margens” sugerida por Das e Poole (2008), não só pelas suas carências ou características de exclusão, mas como espaços constituídos por formas específicas de poder. Concepção que permite pensar os limites que (conectam e separam) realidades situadas no centro e periferia dos espaços urbanos e os diferentes poderes que se constituem nos limites da legalidade e ilegalidade na gestão desses territórios e da vida de seus moradores. Destarte, isso implica em considerar o Estado em suas práticas,

bem como as práticas de outras instâncias reguladoras de conduta e seus múltiplos efeitos nas relações e experiências que se estabelecem nesses locais. Telles (2013) também assinala para a produtividade contida nas concepções das autoras para a compreensão de nossa realidade social e dos sentidos que a atravessam, especialmente quando se tematiza a regulação da vida (e da morte) nessas “margens”:

“(...) trata-se aqui, seguindo as pistas de Das e Poole (...) nos termos de uma antropologia do Estado, de entender os modos como são fabricados os próprios sentidos de ordem, de lei e justiça, justamente nos nexos que articulam violência e ordem, lei e vida nua, em um campo de disputa no qual o Estado se faz e refaz em interação com outros modos de regulação ancorados nas formas de vida” (Telles, 2013, p.364).

São esses nexos e campos de disputa entre diferentes poderes na gestão da ordem que são aqui problematizados quando se busca entender as formas de interação dos moradores tanto com os agentes estatais como com os membros do PCC e os efeitos de suas práticas nas experiências e concepções desses moradores nos dois distritos periféricos do MSP aqui considerados - Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. Como será visto, as ponderações sobre o tipo de presença do Estado nesses lugares, ao longo do tempo, ocupam centralidade nas narrativas dos moradores para pensar as diferentes formas como a “violência” e seus diferentes personagens vão compondo esses cenários, bem como as concepções em relação do uso da força e as diferentes formas de fazer “justiça”. Experiências e concepções essenciais para problematizar as pretensões de legitimidade constituídas tanto pelo Estado como pelo PCC.

Capítulo 6 - Cidade Tiradentes e Jardim Ângela: história urbana e situação de “violência”

Os distritos⁷¹ de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela localizam-se geograficamente em extremos opostos do MSP, o primeiro situado na Zona Leste e o segundo na Zona Sul, guardando diferenças significativas quanto à conformação física dos seus territórios, ao histórico de ocupação e às paisagens urbanas que vão se produzindo ao longo do tempo. A despeito desse conjunto de distinções, é possível entrever processos similares que os atravessam, evidenciando como os conflitos sociais vão se territorializando na cidade (Feltran, 2010). A breve caracterização desses distritos procura

⁷¹ Há de se destacar que as divisões distritais são construções administrativas para fins de gestão da cidade, cujos limites muitas vezes não acompanham o dinamismo dos fluxos da cidade e dos seus entornos, nem a heterogeneidade desses lugares. Entretanto, essas divisões também criam efeitos a partir da mobilização de recursos humanos, sociais e financeiros diferenciados e das formas distintas de gestão estatal que estas implicam.

proporcionar a construção de um cenário (entre outros possíveis) onde esses conflitos se desenvolvem, bem como fornecer alguns indicadores que sugerem a fecundidade desses locais para o entendimento das questões aqui trabalhadas, com destaque para as taxas de mortalidade por homicídios.

Esse cenário é composto tanto por um conjunto de dados secundários, provindos dos órgãos de administração pública, mas também por meio das falas dos seus moradores ao relatarem suas trajetórias nessas localidades. Isso não só oferece concretude aos dados, mas os ultrapassam, ao permitir melhor entrever os desafios e conflitos compartilhados por aqueles que estão situados em condições sociais similares. Assim, as narrativas obtidas nesses dois distritos permitem reter um pouco da história social e urbana que se configura nos diferentes bairros que os compõem. História que condensa, de diferentes prismas: as situações que motivaram a vinda das diferentes famílias para essas localidades; a configuração gradativa desses lugares como espaços de moradia, com suas distintas temporalidades e situações de precariedade, que estimularam (e ainda estimulam, ainda que de forma diferenciada) a conformação de movimentos por melhorias estruturais e de acesso a serviços e demandas por políticas de “inclusão social”; a constituição dos espaços em suas conexões com o mercado de trabalho (formal e informal), seus fluxos e flutuações (como nas situações de desemprego); a composição diferencial do Estado por meio de suas práticas específicas e diferentes instâncias de gestão, controle social e uso da força física (legal ou ilegal); bem como as distintas faces de desenvolvimento do “mundo do crime”, suas atividades, regulações e igualmente uso da força física com efeitos na experiência cotidiana dos moradores; sem mencionar outros agentes sociais, como as igrejas e seus múltiplos agenciamentos nesses locais.

De forma geral, a constituição e a consolidação dos dois distritos, enquanto áreas periféricas (geográfica e socialmente), evidenciam a existência de um padrão centro-periferia⁷² que conformou (e conforma) fortemente a produção do espaço urbano na cidade de São Paulo, separando os espaços de moradia de distintos grupos sociais a depender de seus recursos socioeconômicos (Caldeira, 2000)⁷³,

⁷² Conforme Caldeira (2000), esse padrão teve início na década de 1940, contrapondo-se ao padrão de concentração verificado no início da industrialização na cidade (vigente de 1890 até cerca de 1940). Ainda segundo a autora, o padrão centro-periferia engloba quatro características centrais: a dispersão populacional; o distanciamento habitacional entre as classes sociais, sendo a periferia relegada às parcelas mais pobres; a expectativa de aquisição da casa própria como regra; e o uso de ônibus como sistema de transporte para as parcelas mais pobres e moradoras de áreas mais distantes (sistema desenvolvido inicialmente com base em interesses particulares, inclusive por meio de financiamento de empresários, muitos dos quais especuladores imobiliários) (Caldeira, 2000, p.218-219).

⁷³ Diferentes análises, porém, têm demonstrado que esse padrão já não é suficiente para explicar os padrões de segregação espacial e social na cidade, inclusive ao destacarem as próprias melhorias nessas periferias ao longo do tempo em termos de infraestrutura urbana e acesso a serviços, criando diferenciações dentro dessas próprias periferias. Ou seja, entre as áreas mais consolidadas (e, portanto, que tiveram um conjunto de melhorias) e as áreas que continuam em expansão, especialmente em suas bordas, criando espécie de *hiperperiferias*, onde as

mas igualmente expõe as transformações que incidem sobre as próprias periferias ao longo do tempo, produzindo distinções nos seus territórios em termos de condições de habitação, infraestrutura e acesso a serviços (Marques e Torres, 2001; Alves et al., 2010), presença e formas de atuação policial, bem como em relação à configuração do “mundo do crime” e seus efeitos para os moradores. Padrão centro-periferia que englobou na sua constituição a conjunção de vários fatores, como o crescimento populacional e migratório, o desenvolvimento industrial e econômico do MSP (e dos municípios circundantes), processos de valorização econômica dos terrenos e ocupações em áreas centrais, inclusive atreladas a intervenções estatais de investimento nessas regiões (produzindo na contramão a expulsão direta ou indireta das populações de mais baixa renda), interesses de especuladores imobiliários e paulatina ocupação das áreas periféricas, mesmo que de forma precária e predatória da paisagem natural desses lugares e sem oferta de condições iniciais de infraestrutura e de acesso a serviços para seus moradores.

Destarte, nessa ocupação territorial periférica o Estado aparece como figura central tanto quando interfere na valorização de uma área em detrimento das outras em termos de investimentos; ou quando não regula essa ocupação deixando-a, em grande medida, dependente de interesses particulares; ou mesmo quando age diretamente na constituição dessas periferias (Almeida et al., 2008; Lavos, 2009). Se a formação do distrito do Jardim Ângela tem consonância muito mais estreita com os dois primeiros processos, a constituição da Cidade Tiradentes também abarca o último aspecto, já que é fortemente constituída inicialmente pela intervenção estatal direta, por meio da construção de conjuntos habitacionais populares.

condições de vida são ainda mais precárias e de acumulação de riscos (Torres e Marques, 2001; Alves et al., 2010); bem como um movimento de maior espraiamento da pobreza e das favelas pelo território do MSP (Caldeira, 2000). Entretanto, mais do que superação, é possível entrever esses novos padrões como sobreposições e diferenciações, o que não exclui a divisão marcadamente centro-periférica verificada no MSP ainda nos dias atuais.

Mapa 1: Município de São Paulo e distritos.

O processo de urbanização de Cidade Tiradentes inicia-se na década de 1980, quando foram entregues as primeiras unidades habitacionais populares⁷⁴. O conjunto de terrenos adquiridos pelo Estado, por meio da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), no final dos anos 1970, fazia parte de uma antiga área rural que compreendia a Fazenda Santa Etelvina e seus arredores (em uma região de Mata Atlântica preservada). No total foram construídas, em todo seu processo de conformação, 40.000 unidades habitacionais, entre prédios de apartamentos (com dimensões em média de 37m²), casas embriões (pequenos terrenos com uma construção de 32m²) e algumas casas de quatro cômodos, tornando-se o maior complexo habitacional da América Latina (Hirao, 2008; Lavos, 2009; Diba, 2012). Como assinala uma das antigas moradoras:

⁷⁴ Os primeiros conjuntos foram construídos em 1983 e inaugurados em julho de 1984.

Aqui tinha muita chácara, depois, foram construídos os prédios e as casinhas da COHAB. Aqui, neste setor, foram construídas as casas de quatro cômodos, que é aqui onde... no bairro que eu moro né. Já tem outros lugares que foram construídos os “embriões” que a gente chama, que são as casinhas de dois cômodos e mesmo aqui na ... Metalúrgico, depois do Oswaldo Aranha, têm também os embriões que foram construídos. Ali para a frente, perto do “65”, dos “Bancários”, também tem uns “embriões” que foram construídos, e nos “Ferroviários” também alguns. Lá no Castro Alves, também foram construídos os “embriões” [1CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

A construção de um complexo dessa dimensão não esteve isenta de problemas, colocando sua concepção e viabilização em questionamento. Conforme Lavos (2009), o processo de construção dessas unidades esteve fortemente atrelado à gestão particular das empreiteiras, evidenciando como os interesses privados acabaram direcionando o uso dos recursos públicos, bem como foi marcado por uma série de obstáculos estruturais, especialmente devido ao solo arenoso, o que dificultou a terraplanagem da região e certamente encareceu as obras. Ambos os aspectos se refletindo em obras de qualidade questionável. Somam-se a esses aspectos as dificuldades na regularização da compra das unidades, provocando situações de instabilidade e colocando seus moradores nas fronteiras da legalidade e ilegalidade. Ao longo do tempo, para além dessas habitações, os espaços deixados entres essas construções e as bordas do território foram sendo ocupadas, muitas das quais de maneira clandestina, constituindo áreas ainda de maior ilegalidade e precariedade. Com uma extensão territorial de 15km², o distrito de Cidade Tiradentes apresentou um crescimento exponencial a partir dos anos 1980, momento no qual são entregues os primeiros conjuntos habitacionais, alcançado o valor de 24,5% no período de 1980 a 1981 (como observado na tabela 1). Crescimento que se mantém ao longo dos anos, embora em ritmo bem menor, contando atualmente com uma população de 211.501 habitantes (IBGE, Censo 2010). Desse total, uma média de 60 mil seriam moradores de loteamentos clandestinos, dos quais sete mil em favelas (Almeida et al., 2008; Hirao, 2008).

Já o início da conformação do distrito de Jardim Ângela é anterior, datando das décadas de 1950 e 1960, sendo resultado de processos um pouco distintos. Situado no entorno da Represa de Guarapiranga e, a princípio, composto por uma área rural, de chácaras e sítios (cujos proprietários eram em grande parte imigrantes estrangeiros), começa a ter sua paisagem modificada pelo desmembramento progressivo dessas propriedades, bem como pela vinda de um grande número de moradores, associada ao desenvolvimento industrial na região de Santo Amaro, constituindo-se inicialmente, portanto, como local de moradia de operários provindos de vários estados e do interior paulista para trabalhar nessas fábricas. Estas grandes propriedades rurais começam a ser desmembradas e vendidas principalmente para loteadores clandestinos por preços baixos, após a definição da região como área de proteção de mananciais, frustrando os interesses construtivos dos

antigos proprietários (Spink, 2014). Contudo, se em um primeiro momento é o desenvolvimento fabril que incentiva a ocupação do distrito, progressivamente, diante das impossibilidades de moradia para as camadas mais pobres em áreas mais valorizadas da cidade, bem como em decorrência de flutuações e crises econômicas, o distrito vai se expandindo e seu território ocupado, seguindo o modelo de autoconstrução, grande parte em áreas irregulares. De acordo com Spink (2014), as legislações iniciais não conseguiram conter a expansão urbana no distrito e nem proporcionar uma ocupação em respeito à preservação ambiental, o que aliado aos limites de políticas de habitação no MSP para a população de baixa renda, estimulou o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região. Destarte, um dos grandes problemas associados ao distrito diz respeito a sua localização em área de mananciais, o que não só traz riscos ambientais e de moradia (já que há uma maior suscetibilidade à instabilidade do solo), mas acarreta um conjunto de ilegalidades no seu uso, como efeitos diretos nas condições de vida da população, como riscos de desapropriação e entraves para benfeitorias públicas. A área do distrito de Jardim Ângela é bem mais extensa (37,4 km²), o que corresponde a 2,5% do total da área do MSP⁷⁵. Em termos habitacionais, é igualmente uma região extremamente populosa. No período de 1980 a 1981, já apresentava mais de 100 mil habitantes, número que sofreu aumentos progressivos ao longo do tempo, totalizando, conforme o último recenseamento, 295.434 moradores (Censo 2010).

Tabela 1: População Recenseada e Taxas de Crescimento
Município de São Paulo, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela
1980, 1991, 2000 e 2010

<i>Unidades Territoriais</i>	<i>1980</i>	<i>Taxa Cresc. 80/91</i>	<i>1991</i>	<i>Taxa Cresc. 91/2000</i>	<i>2000</i>	<i>Taxa Cresc. 2000/10</i>	<i>2010</i>
MSP	8.493.226	1,16	9.646.185	0,88	10.434.252	0,76	11.253.503
Cidade Tiradentes	8.603	24,55	96.281	7,89	190.657	1,04	211.501
Jardim Ângela	107.580	4,7	178.373	3,63	245.805	1,86	295.434

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010

Elaboração: SMDU/Deinfo

Várias foram as dificuldades enfrentadas para os moradores que inicialmente ocuparam esses dois distritos, ambos distantes das áreas centrais da cidade e sem os recursos necessários. Ocupação mobilizada fortemente pelas dificuldades da população de baixa renda no pagamento de aluguel, por situações de desemprego ou mesmo pelo despejo sofrido em outras áreas da cidade, atrelados à perspectiva de conseguir uma casa própria.

⁷⁵ A área do município de São Paulo é de 1.521,11 km².

A maioria das pessoas que foram para lá, foram pessoas despejadas de favela, que por ação do governo foram removidas para lá, ou no meu caso e no caso de algumas pessoas, pessoas que faliram com planos de governo, com uma série de coisas e que perderam todo o poder aquisitivo e foram para um lugar ...periferia (...), mas que dava condições de se comprar uma casinha baratinha (...) numa hora dessa eu fui pra Cidade Tiradentes onde eu consegui comprar uma minúscula casinha chamada de embrião e disso com muito esforço, com muito trabalho. [26CT, moradora, Cidade Tiradentes]

Então essa região que nós chamamos muitas vezes de ilha né que é da ponte do outro lado da ponte, vocês passaram por uma ponte né? Então a gente costuma chamar de ilha porque até a bem pouco tempo atrás inclusive (...) não tinha acesso a outra avenida então era meio que fechado por aqui, porque o acesso era muito difícil a outro local, só tínhamos como saída a ponte, então alguns anos atrás aquela ponte era fundamental, então vivíamos numa espécie de ilha mesmo, hoje não, o acesso via Vera Cruz por aqui pela mesma rua que vocês vieram a Chácara Bandeirante já é bem mais fácil bem mais acessível, então descaracterizou um pouco isso e dentro dessa ilha eram características urbanas e rurais desde que eu cheguei. (...) E aí a gente chegou bem naquele momento em que estavam loteando as áreas e tal e eu também era uma das pessoas que estavam em busca de um imóvel próprio então por isso que saí da Vila Santa Catarina para vir para tão longe. Saímos da onde tinha tudo, mas o imóvel não era meu e a gente queria um imóvel próprio, então viemos para essa região. [7JAa, moradora e profissional, Jardim Ângela]

Há quarenta e tantos anos atrás era assim muito verde, uma área muito bonita, que aqui é uma área de mananciais. E aí houve, foi bem na época que começou a evolução da informatização e muitos maquinários novos chegando nas fábricas, e ficou muita gente desempregada, muita gente desempregada! Aí eles começaram a entrar por essas áreas daqui, com alguns comprando e outros, é... não é invasão que fala, é outro nome... [Ocupação?] E outros ocupando áreas enormes assim. [3JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

De tal modo, seja pela autoconstrução ou por meio de habitações populares (em áreas regulares ou não), esse processo de ocupação não foi acompanhado pela estruturação dos bairros e pelo acesso a serviços e equipamentos públicos locais, sem contar a ausência de comércios para necessidades básicas e a quase inexistência de linhas de ônibus que interligassem essas áreas às regiões centrais do MSP (dificultando sua locomoção e segregando social e espacialmente ainda mais essa parcela da população). Situação que motivou fortemente a mobilização popular nessas áreas e em outras regiões periféricas da cidade. Assim, muitas das melhorias hoje existentes, ressaltadas nas entrevistas, estiveram diretamente atreladas à mobilização desses próprios moradores, por meio de movimentos de moradia, educação, saúde, entre outros, onde as igrejas católicas tiveram uma importância fundamental. Atualmente, a mobilização social também é assinalada como de grande relevância no desenvolvimento local. Entretanto, os relatos apontam para a mutação que esses movimentos sofreram ao longo do tempo, passando fortemente a estar atrelada ao funcionamento de organizações não governamentais (ONGs) que, embora tenham diferentes origens (muitas das quais provenientes

dos primeiros movimentos), obtêm parte de sua manutenção de convênios firmados com as próprias instâncias governamentais⁷⁶.

Nossa, eu cheguei aqui num lugar assim que não tinha nada (...) o pão vinha numa perua, vinha lá de Guaianazes, São Mateus. Escola a gente não tinha, depois é que improvisaram as salas para as crianças estudarem e começou a melhorar, abriu uma padaria ali no começo, tudo, aí começou umas vendinhas aqui, umas vendinhas ali, foi muito difícil, muito, muito, muito difícil, naquele tempo não tinha realmente nada. O ônibus a gente esperava bastante, o primeiro ônibus quando eu vim conhecer Tiradentes era um ônibus que saía lá do metrô Tatuapé, só quando depois quando eu vim morar, era um ônibus que ainda vinha lá do Glicério. Vinha lá pela Vila Prudente, nossa...era um trabalho para chegar aqui na Cidade Tiradentes, muita gente se perdesse esse ônibus dormia na rua porque naquela época não tinha ônibus. [21CT, moradora, Cidade Tiradentes]

(...) mas aos poucos a comunidade foi se unindo, foi se unindo tinha os movimentos populares, muita coisa que se conseguiu em Cidade Tiradentes foi através dos movimentos populares; tem uns padres...os Redentoristas aqui, que trabalhavam com esse movimento, que apoiavam a comunidade então nós (...) para que as pessoas tivessem, dignamente, né, a melhoria no bairro. [30CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) a gente conheceu isto aqui era tudo...era pasto, nós não tínhamos nada. O ponto final do ônibus, o Vila Remo, antigamente o ônibus que vinha pela Praça das Bandeiras, só vinha até Vila Remo, essa parte pra cá de Vila Remo, dá uns 3...2 quilômetros aqui nós tínhamos que fazer tudo a pé, não tinha luz também nessa época, sistema de água era poços, era poço, e sistema de esgoto era fossa; aí começou depois as reivindicações de movimentos populares, (...) o Movimento da Panela Vazia, havia muito desemprego, daí começou os movimentos populares, a luta por creche, a luta por água, a luta por escola, a luta por transporte, que ainda continua precário (...). [17JAa, morador e líder comunitário, Jardim Ângela]

(...) porque aqui não tinha escola, nossas crianças saíam daqui para estudar em Moema, para estudar em Santo Amaro, para estudar no centro. (...) O que que nós fizemos? Lutamos e conseguimos essa escola, entendeu? Fizemos protesto, fizemos abaixo assinado, aí conseguimos essa escolinha (...) que é do Estado, e através dessa escola, a gente foi se mobilizando para trazer água, para trazer luz, para trazer transporte, que aqui também não tinha transporte (...). Tudo isso nós trouxemos através da luta. [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

Ao longo do tempo, várias transformações e avanços foram sendo logrados em termos da configuração estrutural desses distritos e mesmo nas condições de vida de parcela de sua população. Dentre as

⁷⁶ Segundo Feltran (2008), essa transformação inicia-se nos anos 1990, a qual se, por um lado, teria favorecido uma maior capilaridade social das políticas públicas e, conseqüentemente, um maior acesso a direitos sociais, por outro, teria tornado a “sociedade civil movimentista menos reivindicativa e mais profissionalizada” (Feltran, 2008, p.40). Isto porque a inserção institucional, firmada por meio de convênios com o poder estatal, obrigaria a uma adequação ao jogo político instituído.

melhorias é possível destacar o aumento no número de serviços e equipamentos públicos, o desenvolvimento do próprio comércio local, bem como a constituição de várias entidades e organizações não governamentais com serviços e programas voltados para a população (inclusive crianças e jovens), os quais, para além de suas funções específicas, têm contribuído para as possibilidades de inserção profissional no interior dos próprios distritos⁷⁷. Entretanto, a despeito dessas transformações, hoje o cenário que se configura nesses distritos ainda é muito desigual quando comparada à média do MSP, bem como desigual no interior do seu próprio território. Isso evidencia as amplas diferenciações que dividem socialmente (hoje e no passado) a população residente na cidade, com efeitos nas próprias formas de gestão estatal e diferentes configurações em relação ao espraiamento da criminalidade (como será explorado adiante). Nos dois distritos, a existência de favelas ou as áreas de ocupação mais recente ou irregular, situadas geralmente em áreas mais limítrofes dos distritos e, portanto, mais distantes, compõem fortemente esse cenário de desigualdades. Assim, o desenvolvimento das áreas mais centrais desses distritos, onde inclusive equipamentos públicos de ampla dimensão estão localizados (como hospitais, escolas técnicas ou Centros de Educação Unificados) e onde o comércio é muito expandindo (inclusive com a presença de lojas ou mercados de grandes redes) não condiz com a realidade total desses distritos ao se adentrar para as áreas mais incrustadas ou distantes desses distritos, o que se reflete nas próprias possibilidades diferenciais de acesso a direitos sociais pela população.

Em termos de escolarização da população, observa-se uma evolução nos indicadores dos dois distritos, no período de 2000 a 2010, acompanhando a tendência geral do MSP. As tabelas 2 e 3, que descrevem as taxas de alfabetização e analfabetismo, evidenciam essas melhorias no acesso à educação (o que não põe em pauta a qualidade desse mesmo ensino). Entretanto, salienta-se que os valores para os dois distritos apresentam situação mais desfavorável em relação à média da cidade (a qual, por sua vez, já encobre as grandes disparidades encontradas pelo território do MSP). Assim, em 2010, enquanto a taxa de analfabetismo foi de 3,2% no MSP, esse valor foi de 4,2% em Cidade Tiradentes e 5,6% no Jardim Ângela.

⁷⁷ Informações sobre a evolução no número de equipamentos e serviços públicos por distrito no MSP (em diferentes esferas como educação, assistência social, saúde, cultura) podem ser encontradas no site Infocid@ade da Prefeitura do município de São Paulo: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php>. Especificamente em relação à Rede de Proteção Social Básica para Crianças, Adolescentes e Jovens, pode-se destacar que Cidade Tiradentes contava com 2 unidades e 220 vagas (em 2000), valor que sobe para 13 unidades e 1440 vagas (em 2012). Para o Jardim Ângela esse número passa de 11 unidades (com 944 vagas) para 27 (com 3395 vagas) no mesmo período. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/5_rede_de_protecao_social_basica_para_cria_2000_10558.html. Acesso em: 25 de maio de 2016.

Tabela 2: População Total e Alfabetizada de 10 Anos e Mais e Taxa de Alfabetização
Município de São Paulo, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela
2000 e 2010

(em %)

Unidades Territoriais	Total		Alfabetizadas		Taxa de Alfabetização	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
MSP	8.727.411	9.783.868	8.327.045	9.489.002	95,4	97,0
Cidade Tiradentes	148.003	174.597	140.067	167.610	94,6	96,0
Jardim Ângela	192.755	244.948	177.407	232.081	92,0	94,8

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010

Tabela 3: População Total e Analfabeta de 15 Anos e Mais e Taxa de Analfabetismo
Município de São Paulo, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela
2000 e 2010

(em %)

Unidades Territoriais	Total		Analfabetos		Taxa de Analfabetismo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
MSP	7.841.865	8.916.518	354049	281847	4,5	3,2
Cidade Tiradentes	127.577	152.589	6.593	6.485	5,2	4,2
Jardim Ângela	168.235	215.201	13.545	12.022	8,1	5,6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010

Elaboração: SMDU/Dipro

Os avanços nessa escolarização também podem ser verificados por meio da tabela 4, a qual indica um aumento nos anos de estudos da população do MSP. A tendência observada, tanto para a cidade como um todo quanto para os dois distritos, é uma diminuição no número das pessoas “sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto” e um aumento significativo na proporção daqueles com “ensino médio completo ou superior incompleto”. Contudo, em Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, conforme o último recenseamento (em 2010), ainda é muito expressivo o percentual daqueles “sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto”, respectivamente 46,9% e 54,5% (enquanto a média para o MSP foi de 37,6%). Outra desigualdade é verificada em relação à parcela da população com “ensino superior completo”, chegando a 16,1% no MSP e apenas 3% em Cidade Tiradentes e 2,9% no Jardim Ângela. Ademais, outro fator a estimar, para além do acesso à escola, diz respeito à qualidade de ensino nas escolas públicas situadas nessas regiões. Nesse sentido, destaca-se a fala de um adolescente, ao referir-se ao desempenho de sua escola provavelmente em uma das avaliações externas que vem sendo realizadas pela administração educacional⁷⁸: “(...) *também a educação não é*

⁷⁸ A avaliação educacional externa em larga escala no Brasil foi iniciada nos anos 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Posteriormente, os próprios estados começaram a desenvolver avaliações específicas, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Avaliações voltadas para monitorar a qualidade de ensino e orientar políticas educacionais, mas que, no caso do

lá essas coisas... eu estudo na pior escola de São Paulo... [Qual o nome da sua escola?] Boa Esperança... [É ruim a avaliação que tem?] É muito ruim. Acho que era 1,2... em um negócio que eles fazem lá”
[2JAd, grupo de jovens, Jardim Ângela].

Tabela 4: Proporção da população de 10 Anos ou Mais de Idade, por Nível de Instrução
Município de São Paulo, Cidade Tiradentes Jardim Ângela
2000 e 2010

Unidades Territoriais	Ano	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	N/D ⁽¹⁾
MSP	2000	48,7	19,6	21,7	9,9	0,1
	2010	37,6	18,4	26,7	16,1	1,2
Cidade Tiradentes	2000	60,3	24,4	14,2	0,9	0,1
	2010	46,9	24,4	24,4	3,0	1,3
Jardim Ângela	2000	67,2	19,6	12,2	0,8	0,1
	2010	54,5	20,0	20,5	2,9	2,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

Nota: Não determinado

Elaboração: SMDU/Dipro

Outro fator importante na avaliação das condições de vida da população diz respeito às condições de saúde e, conseqüentemente, aos aspectos interligados a sua promoção. Nessa perspectiva, é possível ressaltar a própria carência inicial vivenciada pelos moradores de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela em relação ao acesso a equipamentos de saúde. Mesmo diante do grande número de habitantes, o que evidencia uma grande demanda por esses serviços, apenas nos anos de 2007 e 2008⁷⁹ foram inaugurados os primeiros hospitais nesses distritos. Em relação à presença de unidades básicas de saúde (UBS), verifica-se um aumento no decorrer no período considerado⁸⁰. Apesar dessas melhorias, são várias as deficiências que perpassam o funcionamento desses equipamentos, como evidenciam os moradores, especialmente o déficit de profissionais, que evitam ir para esses locais seja pela distância ou mesmo pela imagem de “violência” atrelada aos dois distritos.

Os médicos não querem vir aqui... vocês já conhecem o Hospital da Cidade Tiradentes? A estrutura do hospital Cidade Tiradentes é (...) uma estrutura maravilhosa! Mas, cadê os profissionais? Quem quer vir aqui? Não quer vir... as UBS, os AMA, a gente vai procurar e qual é a maior dificuldade? Médicos e

adolescente citado, também podem produzir efeitos (reversos), como a maior estigmatização e baixa-autoestima desses alunos.

⁷⁹ Em 1º de julho de 2007 foi inaugurado o primeiro hospital em Cidade Tiradentes, administrado pelo Hospital Santa Marcelina por meio de contrato de Organização Social de Saúde, recendo o nome de “OSS Santa Marcelina Cidade Tiradentes” (com um total de 228 leitos). Já em 8 de maio de 2008 foi inaugurado o hospital no distrito de Jardim Ângela: “Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch - M’Boi Mirim” (com 297 leitos).

⁸⁰ Cidade Tiradentes contava com um total de 5 UBS em 2000, número que aumento para 11 em 2010. Já no Jardim Ângela esse número passou de 7 para 19 UBS.

profissionais. Tem lá toda a estruturação, tem tudo bonitinho no espaço, tudo bonitinho! Mas, não tem médico; não tem médico. E o que eles falam para gente? Os médicos não querem vir trabalhar aqui; não querem vir porque é muita violência [17CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

O hospital, nós lutamos pelo hospital M'Boi Mirim, a comunidade lutou 30 anos, mas hoje os médicos...não tem médico. No Hospital M'Boi Mirim não tem assim, se você precisar fazer um exame...essa semana ontem, nós estávamos com um problema sério com um senhor que enfartou duas vezes e não podia fazer, é... colocar uma ponte de safena, teve que levar para o centro, ficar esperando uma vaga, então, os especialistas, eles não querem vir trabalhar na região por tudo isso, a questão da demora, o trânsito infernal, né, então eles não querem. [17JAb, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

Considerando-se como um indicador dessas condições de saúde a mortalidade infantil, observa-se uma melhoria ao longo do período, igualmente acompanhando a tendência para o MSP (tabela 5). Cidade Tiradentes, porém, apresenta uma situação pior, com uma taxa de mortalidade infantil (de menores de um ano) de 16/ 1.000 nascidos vivos (em 2010), enquanto esse valor foi de 11,5 para o MSP e 10,9 para o distrito de Jardim Ângela.

Tabela 5: Mortalidade Infantil e Neonatal

Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais
2000 e 2010

Unidades Territoriais	Ano	Nascidos Vivos	Menores de um ano		Menores de 28 dias	
			Óbitos	Taxa ⁽¹⁾	Óbitos Neonatais	Taxa ⁽¹⁾
MSP	2000	207.462	3.277	15,8	2.137	10,3
	2010	173.844	2.001	11,5	1.342	7,7
Cidade Tiradentes	2000	3.943	72	18,3	47	11,9
	2010	3.753	60	16,0	37	9,9
Jardim Ângela	2000	6.417	121	18,9	79	12,3
	2010	5.686	62	10,9	45	7,9

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/ Seade.

Elaboração: Sempla/Dipro

⁽¹⁾ Por mil nascidos vivos

Em relação à distribuição de rendimentos mensais por domicílio, em 2010, verifica-se nos distritos de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela uma maior concentração nos níveis de renda mais baixos e intermediários, ou seja, a maior parte dos moradores dessas localidades tem rendimentos entre “mais de 2 a 5 salários mínimos” (42,9% e 40,9%, respectivamente) e outra parcela significativa tem rendimentos de “até 2 salários mínimos” (aproximadamente 38% em ambos os distritos, enquanto esse valor é de 24,2% para o MSP).

Não só a renda em si é um fator importante a ser considerado, já que incide nas possibilidades de subsistência diária, mas também os padrões desiguais de sua distribuição pelo MSP, criando grandes disparidades no seu interior como um todo e no interior desses próprios distritos e suas áreas mais desenvolvidas e aquelas que acabam sendo ocupadas pela população como menores possibilidades financeiras. Essas desigualdades influenciam no desenvolvimento de economias informais e mesmo ilícitas, bem como, nas possibilidades de diferenciação de sua criminalização, com efeitos na vida da população, inclusive de suas parcelas mais jovens que se deparam fortemente com os desafios que as flutuações econômicas e as reestruturações produtivas atuais vêm criando nas possibilidades de inserção social via trabalho formal.

Tabela 6: Proporção de domicílios por faixa de rendimento ⁽¹⁾, em salários mínimos
Município de São Paulo, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela
2010

Unidades Territoriais	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar (salário mínimo) ⁽²⁾							
	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	S/R⁽³⁾
MSP	0,6	7,1	16,5	33,9	20,0	10,7	6,3	5,7
Cidade Tiradentes	1,1	10,6	26,7	42,9	10,7	0,9	0,1	7,1
Jardim Ângela	1,1	10,2	27,3	40,9	10,8	1,6	0,2	8,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Nota: Os dados de rendimento são preliminares

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Sem rendimento, inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios

Elaboração: SMDU/Disparo

A composição etária desses distritos (tabela 7) indica uma forte concentração populacional nas faixas-etárias mais jovens, apesar da tendência de decréscimo no período considerado. Em 2010, observa-se que 46,3% dos moradores de Cidade Tiradentes e 45,6% do Jardim Ângela tinham até 24 anos (valor que foi de 37% para o MSP). A importância em se considerar essa distribuição relaciona-se especialmente às situações de precariedade e maior vulnerabilidade que estão associadas a essa parcela da população nas áreas periféricas do MSP, inclusive em relação à mortalidade por homicídio. De acordo com o estudo *Índice de Vulnerabilidade Juvenil – IVJ* (Fundação SEADE, 2002)⁸¹ os jovens (entre 15 a 19 anos) de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela encontram-se nos níveis mais altos de

⁸¹ As variáveis que compõem esse índice são: taxa anual de crescimento populacional; percentual de jovens, de 15 a 19 anos, no total da população dos distritos; taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos; percentual de mães adolescentes, de 14 a 17 anos, no total de nascidos vivos; valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes; percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola.

vulnerabilidade. Na atualização desse estudo (Fundação SEADE, 2007)⁸² essa situação permanece, embora haja uma redução generalizada dos níveis de vulnerabilidade dos jovens no MSP, com destaque para as áreas consideradas mais pobres. Nessa melhoria, duas variáveis têm maior peso, ou seja, o aumento da escolarização e a diminuição dos homicídios ao longo dos anos 2000.

Tabela 7: Percentual populacional por faixa etária
Município de São Paulo, Cambuci, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela
2000 e 2010

<i>Idade</i>	<i>São Paulo</i>		<i>Cidade Tiradentes</i>		<i>Jardim Ângela</i>	
	<i>2000</i>	<i>2010</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
0 a 4 anos	8,4	6,3	11,7	8,0	11,4	8,2
5 a 14 anos	16,4	14,4	21,4	19,6	20,2	18,8
15 a 24 anos	19,3	16,3	20,6	18,7	21,4	18,6
25 a 34 anos	17,4	18,5	17,4	18,4	19,6	19,3
35 a 44 anos	14,9	15,1	14,5	14,2	13,5	15,5
45 a 54 anos	10,6	12,5	9,1	10,9	8,2	9,9
55 a 64 anos	6,3	8,6	3,4	6,6	3,6	5,9
65 a 74 anos	4,1	4,8	1,4	2,4	1,5	2,5
75 anos ou mais	2,3	3,3	0,5	0,9	0,6	1,0

Fonte: Censo 2000 e 2010

No município de São Paulo, o crescimento na mortalidade por homicídio inicia-se ainda na década de 1980, alcançando no final dos anos 1990 e início de 2000 suas mais elevadas taxas, sendo os jovens a parcela da população mais vitimada. Os homicídios se estabeleceram como a primeira causa de morte entre os jovens, de 15 a 24 anos, já na década de 1990 (quando supera a mortalidade por acidentes de transporte), condição que permanece até os dias atuais, apesar da queda verificada nos últimos anos. Mortalidade que atinge desigualmente esses jovens a depender do seu local de moradia, concentrando-se sobremaneira nas áreas mais periféricas do MSP, dentre os quais os distritos aqui considerados.

Os gráficos 1 e 2 permitem observar essa distribuição desigual. Assim, no período de ascensão dos homicídios, esse tipo de mortalidade chega a ser muito maior em Cidade Tiradentes e Jardim Ângela quando comparada à média da cidade, alcançando, em ambos, patamares de mais de 100 homicídios por 100.000 habitantes (quando o maior valor para o MSP foi de 57,3 por 100.000 hab.). Pelo gráfico

⁸² Nessa atualização, a fim de manter a representatividade estatística, os distritos foram agregados em quatro tipos de área de acordo com sua vulnerabilidade à pobreza: áreas pobres, de classe média baixa, de classe média e ricas. Conforme esse agrupamento, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela foram classificados como áreas pobres. A partir dessa reorganização o índice de vulnerabilidade juvenil foi calculado a partir das seguintes variáveis: taxa de fecundidade na faixa-etária de 14 a 17 anos; taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos; percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola; percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam o ensino médio.

2, pode-se verificar a gravidade que essa situação representou para os jovens 15 a 24 anos, para os quais as taxas de mortalidade por homicídio chegaram a ultrapassar, nos dois distritos, o valor de 200 por 100.000 hab. Ao longo dos anos 2000, entretanto, observa-se uma reversão nessa tendência e os homicídios sofrem decréscimos superiores a 70%, inclusive nesses dois distritos (com valores ainda mais acentuados). Como assinalam Peres et al. (2011), essa queda foi maior entre pessoas do sexo masculino, jovens (de 15 a 24 anos) e moradores de áreas de exclusão extrema, o que não significou, porém, uma alteração nos padrões de distribuição desigual das taxas de mortalidade por homicídios, permanecendo mais acentuadas nos distritos que apresentam condições socioeconômicas mais desfavoráveis, bem como entre os jovens.

Perante essas altas taxas é possível entrever a centralidade que a ocorrência de homicídios representou (e ainda representa) nesses distritos, ou seja, sua centralidade na história de constituição desses lugares e na experiência da população. Homicídios que, com base na narrativa dos moradores, mantêm estreita relação com diferentes práticas criminais e de gestão do território que vão se perfazendo e se transformando ao longo tempo nesses lugares.

A centralidade dos homicídios na conformação da “violência” local

Verifica-se que a recordação dos moradores em relação ao passado nesses locais, especialmente às décadas de 1980 e 1990, remete fortemente à imagem de uma “violência” que atingia sobremaneira a todos. Representação relacionada a uma variedade de manifestações que produziam medo e insegurança, no interior da qual a alta incidência de homicídios se insere. De tal modo, essa “violência” é algo comum que atravessa as narrativas dos moradores e muitas vezes o fio condutor na sua construção, seja a fim de rememorar eventos e sujeitos sociais responsáveis por essa “violência” (assim como seus efeitos na experiência cotidiana e mutações percebidas no decorrer do tempo) ou, de outra forma, traçar um distanciamento desses lugares e de seus moradores dos estereótipos que lhes recaem continuamente (ou seja, dos juízos negativos que lhe estão associados, alimentados por um

histórico de “violência” amplamente mediatizado pela imprensa). Embora não seja possível desprezar a especificidade com que esses processos vão se constituindo em cada um dos dois distritos considerados, muitos são os pontos que igualmente atravessam e conectam essas realidades.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar primeiramente a rotinização que os homicídios adquirem nessas localidades e a sua importância nas representações e eventos associados a essa “violência”. Se as taxas de homicídios apresentadas anteriormente permitem vislumbrar a gravidade deste tipo de ocorrência nos distritos considerados, é por meio das narrativas dos moradores que essa se substancializa. Assim, a recordação desses moradores é permeada por um contexto de amigos ou conhecidos assassinados, de corpos constantemente encontrados e vistos pelas ruas, vielas, pontes e terrenos baldios nos diferentes bairros que compõem esses distritos, de ocasiões de tiroteios entre grupos em disputa, de “toques de recolher” determinados nas ocasiões onde esses confrontos estavam previstos, assim como dos inúmeros enterros de jovens nos cemitérios locais. De tal modo, observa-se pelas falas dos moradores a percepção de que qualquer conflito era motivo para desavenças maiores que podiam incorrer em um incidente fatal, principalmente pela disseminação progressiva de armas de fogo.

(...) cheguei em uma época boa, meu bem, e vi coisas que eu pensei que só visse pela televisão. (...) de dia, de tarde, de noite, não tinha horário para tiros, para execução, não era homicídio não, era execução. (...) você imagina sempre que a violência vem com a noite, e não era por aí, era durante o dia, durante a noite. Tinha dias, por exemplo, que ninguém saía de casa, porque tinha ordem para não sair, porque ia ter banzé no meio da rua, tiroteio, etc. e tal. Tiroteio de ter no meio da calçada e você procura se encolher dentro da sua própria casa e ir para o banheiro, para onde tivesse muita parede, porque se você ficasse numa parede fronteira era possível que a bala passasse. [27JA, moradora, Cidade Tiradentes]

(...) na época que eu mudei para cá, tinha muita morte, muita violência. E o que que acontecia? O cadáver ficava o dia todo no sol. Descobria, aí ficava uma viatura olhando para o cadáver o tempo todo até que viesse buscar. Às vezes era seis, sete horas da noite! (...) Nós até sofremos, lá em cima, um... não sei se foi briga de gangue, o que que foi, dentro do condomínio! Tiroteio, o pessoal correndo desesperado e sete horas da noite! Estava claro, estava assim no horário de verão, sete horas da noite ainda estava claro! E o pessoal chegando do trabalho não consegui entrar e aquela violência toda. [18CT, moradora, Cidade Tiradentes]

[Entrevistada a] Meu Deus quando eu vim para cá era assustador. A ponte que vocês atravessaram gente ali era uma desova de corpos, era direto, você passava pela ponte, gente... [Entrevistado b] Não só da região. [Entrevistada a] É porque eles vinham trazer para cá. Como aqui não tinha segurança então traziam para cá. [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela]

(...) naquela época era difícil sair na rua e não encontrar um assassinado em alguma esquina, chegando ao ponto até de eu ver um corpo diante de um bar

com jornais em cima e o povo passando por cima do corpo e tomando cerveja no bar. [20JA, morador e líder religioso, Jardim Ângela]

A escalada dessas mortes, especialmente na década de 1990, por meio de execuções constantes e por vezes múltiplas (no que se convencionou chamar de chacinas), fez com que a região do Jardim Ângela, conjuntamente com os distritos de Jardim São Luís e Capão Redondo (igualmente com taxas de homicídios muito altas) passasse a ser referido localmente como o “triângulo da morte”. Internacionalmente, o distrito de Jardim Ângela também ganhou proeminência devido essa situação, chegando a figurar como uma das localidades mais violentas do mundo, conforme relatório da Organização das Nações Unidas, no ano de 1996. Cidade Tiradentes apresentou processos de reconhecimento público semelhante em relação aos homicídios, como evidencia um dos entrevistados em relação à “Rua da Sorte”, a qual teria figurado como uma das ruas mais violentas: *“(…) teve uma rua aqui aquela Rua da Sorte, até saiu no programa Serginho Groisman que era a rua mais violenta do mundo, entendeu?”* [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes].

Os assassinatos constituem-se, de tal modo, em evento central na representação da “violência” nesses locais, sobretudo até o começo dos anos 2000, sendo que diferentes sujeitos e distintas motivações são apontados pelos moradores na sua configuração. Eventos e personagens que se misturam nas falas, nem sempre muito bem localizados no tempo, mas que compõem uma sensação de que morar nesses locais era uma experiência muito difícil e arriscada. Na explicação sobre as motivações para essas mortes, destaca-se a ocorrência de diferentes práticas criminais que vão se desenvolvendo e transformando ao longo do tempo, principalmente os crimes contra a propriedade (como furtos e roubos) e a disseminação progressiva do comércio de ilegal de drogas. Assim, é a partir de diferentes conflitos que essas práticas engendram, que a morte se conforma como mecanismo central de punição e resolução de conflitos nesses distritos, envolvendo tanto sujeitos privados como públicos.

Em relação aos furtos e roubos, constituíam-se como os alvos centrais as residências e os comércios, que gradativamente vão se instalando nesses territórios. Nas falas dos moradores de Cidade Tiradentes os furtos às residências são mais frequentes, já os assaltos aos comércios são referidos nos dois distritos. Ocorrências que vão se enredando aos assassinatos, principalmente devido às ações de repressão. Assim, nesse contexto, não só os moradores vão adotando estratégias de “sobrevivência”, a fim de evitarem maiores ameaças inclusive deixando de prestar queixa à polícia, como assinala uma das moradoras que teve a casa assaltada ao mudar-se para Cidade Tiradentes, nos anos de 1980: *“você ter-se que manter calada e nunca comentar a respeito é coisas que se aprende perfeitamente em um lugar violento. Você fica igual àquela história dos três macaquinhos: que não vê, o outro não ouve e o outro não fala, numa posição bem descritiva da coisa, porque é uma questão de lei da sobrevivência, comentar para quê? Para levar um tiro perdido? Ou será que não é tão perdido assim?”* [26CT,

moradora, Cidade Tiradentes]; como igualmente vão se conformando ações diretas de “justiça” privada (principalmente assassinatos), com a pretensa finalidade de contenção dessa criminalidade.

Assim, a morte como punição e controle do crime (Manso, 2012) começa a se estabelecer como um fenômeno central na história desses distritos e de outras periferias da cidade, sendo perpetradas por diferentes sujeitos sociais, entre os quais a própria polícia em ações pretensamente legais (durante o período de serviço) ou através de práticas extraleais (inclusive por meio da formação de grupos de extermínio) ou ainda pela figura dos “justiceiros” (contando com a presença de policiais), os quais compõem um dos personagens específicos nas décadas de 1970 e 1980 que assumem essa prerrogativa de matar.

“(...) porque quando começou Cidade Tiradentes tinha muito assalto de fundo de quintal, da pessoa pular muro, roubar roupa do varal, roubar essas coisas, entrar dentro de casa, que hoje não existe mais isso” [30CT, moradora, Cidade Tiradentes]

“(...) antigamente, para te falar, tinha ruas que quase todas as casas eram assaltadas, hoje a gente não vê mais isso aqui, entendeu?” [21CT, morador, Cidade Tiradentes]

Antigamente, quando nós mudamos aqui, era assim: o pessoal que usava, fumava maconha, eles passavam na rua, fumando, e jogando pedrinha. A casa que tinha gente, lógico, ia abrir a janela, ou a porta, e eles sabiam que tinha gente; aquelas que não abriam, que eram pessoas que tinham outro local para morar, estava arrumando, construindo, reformando, então não tinha ninguém. Estava vazia. E eles tiravam as coisas. [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) quando eu mudei (...) porque minha casa virou uma referência de bonitinha, de arrumadinha, tinha muita coisa, (...) todo mundo querendo ver a minha casa como estava decorada e etc. e tal, veio roubo. Dois dias me roubaram tudo até lata de óleo aberta, roubaram trabalho é...roubaram a partir de roupa de banho, fora geladeira, fora TV, roubaram a casa, abriram e levaram de caminhão. Dois dias que eu fui passar o final de semana na casa da minha filha quando eu voltei minha casa estava arregaçada e aí que eu vi que eu tinha ficado na pior. Então, até numa situação dessa eu fui aconselhada a não dar queixa policial. [Quando foi isso?] Logo no início. [E aí você foi aconselhada a não dar queixa?] A não dar queixa policial, mas como levaram de remédio a documentos eu tinha que fazer isso como cidadão para me precaver de alguma coisa que pudessem fazer com os meus documentos. E fui numa delegacia vizinha, de um bairro vizinho e fiz uma ocorrência policial só dos meus documentos e mais nada, porque era a única coisa que eu me preocupava. O fato de terem levado TV, quatro malas de trabalho aí... vídeo cassete, geladeira, botijão, sabe? Tudo isso (...) Nós estamos falando de violência, quando nessa época me disseram “é melhor que você não faça queixa”, eu estranhei o fato, eu falei, como assim? (...) Como, que história é essa? É “melhor não”. “Nos te aconselhamos não fazer isso não”, eles podem voltar”. E eu fiquei realmente mãos atadas, fazia e não fazia? [Quem

aconselhou?] Moradores vizinhos. Nessa época eu morava num corredor com quatro casas e ninguém viu nada? (...). Então veja: o ser humano sendo oprimido por morar no lugar errado (...) [26CT, moradora, Cidade Tiradentes]

Mas, antes era terrível, ninguém respeitava. O tanto que assaltaram a padaria! [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

Então, porque antigamente, quando se fazia, no caso aqui periferia, quando você fazia, montava um mercadinho, você montava um mercadinho pra sobreviver, ali pra nós era...nós ficávamos feliz em ter aquele mercadinho que chegou ali porque nós íamos comprar o pão mais perto, mais próximo, o leite mais próximo, o óleo que se faltasse na sua casa você ia ali e pegava, não precisava ir num mercado tão longe para comprar as coisas, só que aquele coitado para sobreviver ali era difícil, porque ele era roubado de manhã, de meio dia, a tarde e à noite porque não tinha ninguém pra ajudar ele ali. Então o traste que estava ali do lado, o vagabundo, estava de olho no dinheiro que entrava ali que era o nosso dinheiro, para roubar essa pessoa (...). [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

Destarte, no interior da formação desses distritos, os justiceiros ou “pés-de-pato”⁸³ conformam-se como um dos primeiros sujeitos sociais responsáveis pela elevação no número dos homicídios. Em nome de uma duvidosa proteção à comunidade e adotando como forma de atuação a morte de supostos “bandidos”, diferentes justiceiros ganham destaque na composição da história desses distritos e de tantos outros bairros onde a disseminação de práticas criminosas, principalmente furtos e roubos, produziam sentimento de insegurança e sensação de desordem social (Telles, 2010; Manso, 2012). Pagos principalmente pelos comerciantes e sendo compostos por moradores ou mesmo por policiais (ou ex-policiais), a constituição desses sujeitos indica um espraiamento de uma “violência” privada e de uma ambiguidade da relação da população com suas práticas e em relação ao uso da força física (incluindo a morte). Conforme uma das moradoras, esses justiceiros não eram “bandidos” e sim pessoas violentas que acreditam que podiam fazer “justiça” com as próprias mãos. Várias são as menções em relação à atuação do Cabo Bruno⁸⁴ (ex-policial militar) que, na década de 1980, na região do Jardim Ângela, foi responsável por vários assassinatos, especialmente de jovens (negros e pobres), provavelmente em associação a moradores ou comerciantes (que financiavam essas ações) por se sentirem ameaçados por essa “violência” local. Situação, porém, que acabava por reproduzir ainda mais essa “violência”, ao estimular o apoio ao uso da força física na resolução de conflitos e favorecer uma escalada no número de homicídios.

⁸³ Em referência a Francisco Vital da Silva, conhecido como Chico Pé de Pato, que participou de um dos programas do então radialista Afanásio Jazadji, assumindo-se como justiceiro do Jardim das Oliveiras, Zona Leste do MSP. Pé-de-pato passou, desse modo, a ser utilizado como sinônimo de justiceiro (Manso, 2012, p.159). Ademais, conforme assinala Manso (2012), esses programas populares tiveram um papel importante no reconhecimento ou legitimidade dos homicídios praticados por esses justiceiros frente à população.

⁸⁴ Florisvaldo de Oliveira, soldado da polícia militar que foi expulso após acusações sobre os assassinatos.

(...) lá para o fundo, Vila Iolanda, já tinha gente, Barro Branco, já tinha gente. E chegaram os justiceiros. E os justiceiros, dependendo se a família conhecia, se a família conhecia alguém, ou que é amigo, não sei do quê, reclamava, não sei o quê, eles iam e matavam. Então assim... Eu moro próximo a uma viela, aparecia gente morta, sabe? Nessas valas aqui, onde tem agora esses prédios, da Caixa Econômica Federal, conforme eles foram passando o trator, encontraram vários esqueletos lá, vários corpos, porque eles jogavam mesmo, eles jogavam aonde dava! [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) aí esse pessoal que montava, dois ou três mercados se organizava, pegava essas pessoas, que já tinha um lado ruim também e mantinha...fazia aquela quadrilha ali para combater esse tipo de assalto. Só que aquelas pessoas quando elas iam combater esse tipo de assalto, essa violência com esses vagabundos que estavam roubando aqueles mercadinhos que servia aquela população eles iam ali de qualquer maneira, atingia quem estava passando na rua, atingia criança, entendeu? Então isso acabou, isso acabou, hoje não tem mais os famoso pé-de-pato não existe mais, quer dizer se existe eu não sei, pode estar disfarçado por aí (...). [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

(...) os próprios donos daqueles mercadinhos pagavam para não se ver sendo roubado todo dia, até a vida deles, muitos foram mortos, coitados, servindo a população, então eles pagavam a própria polícia, pagavam os pé-de-pato, não é que eles eram bandidos, eles eram violentos, pessoas ignorantes achando que podia fazer justiça com as próprias mãos, e fazia do jeito deles, para manter aquilo ali. [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

É eu acho que então no 80 eu acho que tinha muita coisa de ter (...) os caras que se intitulavam os caras para defender a quebrada, às vezes era policial e tal e aí os caras sei lá tinham os mercadinhos e aí um moleque um cara roubava e não sei o que e os caras matavam. E aí isso em 80 era muito assim, o cabo Bruno conhecido pra caramba e tal que matou um monte de gente o cara ficou conhecido porque matou um monte de gente (...) e era a polícia, tinha acho que cidadão comum no meio, mas muito envolvido com policial, era meio que esse gueto aí da polícia. E aí assim, sei lá, não sei por que quem ficou na juventude perdeu alguns perderam pares que morreram nessa década de 80 e aí a molecada já fica mais louca, aí acho que teve umas de todo mundo querer se armar também. [6JAb, morador, Jardim Ângela]

(...) há uns quinze, vinte anos atrás na época do Cabo Bruno que era famoso nessa região, que compactuava aí com os moradores que se sentiam ameaçados, ou eram assaltados e roubados, com o próprio comércio. Então, esse Cabo Bruno matou uma quantidade imensa! E, geralmente, eram jovens, adolescentes, negros, pobres, que eram mortos. [3JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

Especificamente em relação à atuação da polícia no período inicial de conformação desses distritos, as lembranças dos moradores remetem a uma dupla perspectiva. De um lado, à sua “ausência”, tanto pela falta de equipamentos (delegacias ou bases da polícia militar) como pela escassez de agentes policiais na função de patrulhamento cotidiano. E, por outro, pelo envolvimento de seus agentes em

práticas ilegais, como assinalado no caso dos justiceiros, ou ainda em ações também “violentas” contra os moradores por meio de atuações pretensamente legais, nas quais igualmente em nome do combate ao crime, uma sorte de excessos e arbitrariedades era cometida⁸⁵. Nesse sentido, há referência nomeadamente à atuação da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar)⁸⁶ enquanto repressão policial violenta e instância de execução de várias pessoas.

Para além dessas ações policiais violentas ou da atuação de justiceiros, ganham destaque, na perpetração desses assassinatos, as brigas entre diferentes grupos nos bairros, compostos prioritariamente por homens jovens, muitos dos quais envolvidos em atividades ilícitas. Assim, é em torno das relações entre esses grupos, seus conflitos e disputas que um grande número de mortes também é referido pelos moradores. Disputas que dividiam o território desses distritos, colocando restrições à livre circulação, tornando iminentes os riscos de um confronto violento, bem como produzindo uma cadeia de vinganças. Grupos que se compunham pela identificação local dos bairros, ruas ou setores onde moravam, mas principalmente pelo progressivo desenvolvimento do mercado varejista de drogas. Especificamente em relação ao distrito de Jardim Ângela, ganham destaque os grupos autodenominados Bronx e Ninjas, cujo enfrentamento violento foi motivador de um ciclo de mortes nessa localidade (Manso, 2012).

(...) o pontual era violência física até em função... com os jovens a gente percebia que era muito a questão da rivalidade entre eles por questão de droga... é... por questão até de território mesmo. Eles costumavam fazer alguns guetos (...) não podia, por exemplo, um que era do lado do “Barro Branco” não podia vir aqui para o “65” ou um do “Setor G” ir para o outro setor. Eles acabavam não se reconhecendo no território. [1CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

Então era assim mais briga mesmo por território agora não vejo mais (...). Quando eu falo briga por território, por exemplo, essa é minha rua, as pessoas que vinham de outro bairro não podiam chegar aqui nessa rua aí tinha essa briga por território e aconteciam as mortes. [9JA, moradora, Jardim Ângela]

Então nós tínhamos aqui duas grandes quadrilhas nos anos 90 e no início do ano 2000 ainda, os Bronx e os Ninjas, eram conhecidos. E vira e mexe tinha

⁸⁵ Arbitrariedades e ações violentas diretamente conectadas ao direcionamento político dos governos estaduais. Como indica Caldeira (2000), se o governo de Franco Montoro (1983-1986) foi destinado a uma política de contenção da violência policial e respeito aos direitos humanos, os governos subsequentes (de Orestes Quécia, 1988-1991, e Luís Antônio Fleury, 1992-1995), diante do aumento da criminalidade (e em nome de seu combate), apoiaram o modelo de uma polícia mais dura e violenta, com efeitos diretos no aumento da letalidade policial. Especificamente nos anos de 1991 e 1992, essa letalidade chegou a níveis nunca antes verificados, respectivamente 1.140 e 1.470 mortes de civis por policiais militares (Caldeira, 2000, p.161).

⁸⁶ Divisão especial da polícia militar no estado de São Paulo, criada em 1969, durante o período militar, para atuar contra opositores do regime (especialmente em práticas de assaltos a bancos), sendo posteriormente destinada ao combate da criminalidade comum. Grupo historicamente marcado pela alta letalidade em suas ações (Caldeira, 2000, p.168-169).

tiroteio entre os dois grupos pelo controle do tráfico. [20JA, morador e líder religioso, Jardim Ângela]

(...) nessa região, onde os Ninjas, os Bronx, tinham até grupos que chamavam Castelo de Grayskull, tinha essas coisas bem infantis, mas trazidas pelo tráfico, que eles se mataram, (...) “porque vamos acabar, porque nós temos que dominar”. Isso ocorria com bastante... [Isso era década de 1990?] Meados da década de 80 para início da década de 90 isso ocorreu. Até quando explodiu aquele boom de violência ainda tinha algumas coisas. [19JA, profissional, Jardim Ângela]

De tal modo, grande parcela dos assassinatos ocorridos no passado nesses distritos é estimada pela população como efeito da territorialização desses diferentes grupos (e de suas rivalidades), inclusive em torno da venda de drogas ilícitas. Momento no qual os homicídios aparecem conectados notadamente aos confrontos armados pela disputa de pontos de venda de drogas nessas áreas, aos diferentes conflitos internos entre os membros desses grupos (como disputas por lideranças e traições), bem como às cobranças pelos endividamentos dos usuários de drogas (que sem dinheiro acabavam pagando com a própria vida). É, portanto, em torno da dinâmica específica de funcionamento dessa “nova economia criminal”, nos termos utilizado por Teixeira (2012), estabelecida inicialmente de forma desregulada nas periferias do MSP (tanto internamente quanto em relação aos demais sujeitos implicados nessa economia, como as forças de segurança estatais), que uma ascendência no número de homicídios é verificada.

[Por que aconteciam essas mortes?] Seria a guerra das gangues que a gente chamava, acabava que o tráfico gerava assim essas gangues e acabava culminando no quê? Em mortes é onde tinha tal fulano que era de tal que era de tal biqueira, então quando se encontravam ou porque fulano vendeu mais e não pagou para o outro. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

A troca de lideranças também acontecia, então, por exemplo, teve uma hora que... faz vinte anos, então assim a troca de lideranças também era um fator da violência então eu só conseguia derrubar alguém se eu a matasse, e aí então eu tinha a sucessão do cargo. [7JAb, morador e profissional, Jardim Ângela]

Olha, sempre teve um envolvimento forte com o tráfico e com drogas e o motivo mais forte era eles eram usuários de droga, deviam na boca e morriam, eram assassinados porque não tinham como pagar. [3JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

Diante desse quadro, permeado por riscos contínuos advindos de conflitos armados e do grande número de assassinatos, explicitam-se nas narrativas a menção a adjetivos como “terra sem lei”, “terra de ninguém”, “terra do velho oeste” ou lugares onde imperava a “lei da selva” para caracterizar esses territórios. Adjetivos que sugerem tanto certa desregulação social ou ausência de uma instância regulatória central como uma disputa violenta pelo domínio dessas localidades (tanto no sentido de

controle das condutas como de gestão de atividades econômicas ilícitas). Nesse contexto, a morte era o equivalente mais frequente frente aos desequilíbrios constantes nas relações de poder. Situação indicativa de que a monopolização legítima da violência pelo Estado não se constituía, tanto devido à sua escassa capacidade em controlar o espraio dessa violência privatizada como pela prática de uma “violência ilegítima” por seus próprios agentes (no sentido de desrespeito às prerrogativas legais, por meio do excesso no uso da força e ações de execução extralegais) (Wiewiorka, 1997, p.19). A fala de um dos moradores entrevistados é elucidativa no que concerne a essa desregulação no passado desses distritos, onde nem a polícia nem o “crime” instituíam-se como instâncias “organizadas”. Adjetivo que, como será visto adiante, é central para entender o sentido das alterações que vão se constituindo *a posteriori* nessas localidades.

(...) antigamente, quando eu era pequeno, tem história que a minha mãe conta que há uns dez, vinte anos atrás, o pessoal não estava nem aí. Porque não tinha organização nem de crime, nem de polícia, nenhum dos dois eram organizados. Então, era uma lei de selva: cada um por si aqui em Tiradentes. Então, se eu tenho alguma coisa contra você, eu te mato aqui mesmo, pá! Acabou! Fica caído o corpo lá até alguém se interessar em enterrar, entendeu? [2CTa, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Duplo movimento: a percepção sobre a queda dos homicídios e a “organização” dos grupos criminosos

Em contraposição à imagem de extrema “violência” que perpassa as falas sobre o passado nesses distritos, qualificada pela centralidade dos homicídios, os relatos sobre os anos mais recentes dão conta de diferentes transformações. Transformações estas que deslocam o que é vivenciado e percebido como “violência” na atualidade, apontando para fenômenos novos ou fenômenos reatualizados com a presença de outros atores, novas práticas e distintas relações de poder.

De forma geral, predomina, nessa nova representação e eventos relacionados à “violência”, um duplo movimento: de um lado, a percepção de diminuição dos homicídios e, de outro, de crescimento da presença das drogas ilícitas (tanto de sua comercialização como de seu consumo), ambos associados a uma maior “organização” ou “articulação” dos grupos criminosos. Embora não exista uma precisão temporal, essas alterações são estimadas como tendo seu início por volta dos anos 2000, as quais foram se consolidando a partir de então. É no interior dessa configuração, que a presença do PCC e de suas práticas podem ser localizadas na experiência da população desses distritos.

Embora a percepção dos moradores sobre a presença desse agrupamento possua variações (sendo assinalada por alguns de maneira enfática e por outros de forma mais difusa ou permeada por dúvidas ou mesmo reticências em demonstrar maior conhecimento), é possível verificar uma percepção

difundida sobre um processo de reconfiguração do “mundo do crime”, com efeitos nas experiências cotidianas e nas relações de poder estabelecidas nessas localidades. Entre esses efeitos, um dos mais proeminentes é a referida queda no número de homicídios, o que está em consonância com o que vem sendo assinalado por outros pesquisadores (Feltran, 2010; 2012; Telles, 2010; Telles e Hirata, 2010), embora não haja consenso e outros fatores também sejam agregados pelos moradores no entendimento dessa diminuição⁸⁷. Como indicam Adorno et al. (2016), há uma variabilidade nas dinâmicas de homicídios no MSP, o que pressupõe fatores distintos relacionados às flutuações temporais e na incidência dos homicídios ao longo do território. Nessa perspectiva, a presença de grupos criminosos “organizados” pode ou não estar conexa à tendência de queda verificada na cidade como um todo, diante da própria oscilação no que concerne à presença desses grupos nas suas diferentes localidades.

(...) mas antes era tudo uma desorganização tremenda onde que surgiam essas violências, todo mundo falava que era cruel que a pessoa matava, você via um morto por dia, hoje não, hoje já não tem mais isso, hoje o crime se organizou e quem manda hoje assim, o meu ponto de vista, são os criminosos, é a organização, a facção, eu acho que é... que nem eu chego de fora todo mundo fala da Tiradentes como um mundo surreal assim sabe, como se diz? Coloca o crime no topo os criminosos aqui são os melhores, são... o que realmente são, pelo que eu vejo estão sempre andando de carro do ano e tudo o mais, não que nos outros bairros não existam, mas aqui é demais. [É bem forte?] Aqui é demais. [12CT, grupo de jovens 2, Cidade Tiradentes]

Eu acredito que tenha a organização do próprio crime, que eles sabem se organizar, até pela questão da melhora de não ter tanta morte hoje é porque eles se organizam eles sabem se estruturar sabe muito bem trabalhar, não sabem? Essa é a realidade. Quem vê no dia-a-dia sabe muito bem que é isso né? Não é verdade? [8JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

Distintos aspectos sobressaem-se no que concerne ao significado dessa “organização” para os moradores, dos quais aspectos estritamente econômicos de regulação dos mercados de bens ilícitos, mas igualmente aspectos referentes à regulação das condutas e gestão de conflitos. Nessa perspectiva, assinalam-se: i) a expansão das atividades ilícitas em moldes de empreendimentos empresariais; ii) a maior coesão dos grupos criminosos em torno dessas atividades ilícitas; iii) códigos de normatização

⁸⁷ Entre os quais se destacam: a participação popular em assuntos de interesse coletivo (inclusive na área de segurança pública); as melhorias socioeconômicas e de infraestrutura; o trabalho desenvolvido por serviços governamentais ou não-governamentais de cunho assistencial, educativo, cultural ou de proteção a diferentes públicos (especialmente aqueles voltados para crianças e jovens); a maior inserção no mercado de trabalho e incremento na renda da população (ainda que por programas oficiais de complementação de renda); a política de desarmamento; a atuação da polícia (embora de modo controverso, uma vez que as melhorias indicadas, como aumento no efetivo policial e implantação de bases comunitárias, são acompanhadas por relatos referentes à falta de eficácia, desconfiança, práticas abusivas e corrupção).

das condutas; iv) práticas de arbitragem de conflitos e estabelecimento de punições por meio dos “debates” ou “tribunais do crime”.

Acercando-se mais detidamente desses aspectos, primeiramente é possível indicar que os moradores sustentam uma percepção de que as próprias relações ou conexões entre os grupos envolvidos em práticas criminais no interior desses distritos sofreu modificações. Assim, se antes era referida uma multiplicidade de grupos em disputa nesses territórios, atualmente uma maior coesão é percebida, apesar de alguns moradores terem mencionado a persistência de rivalidades entre os grupos. Como menciona uma entrevistada: *“agora estão, por exemplo, como se fossem parentes próximos”* [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]. Nesse ponto, os relatos apresentam limites no sentido de melhor delinear o estatuto desses grupos, ou seja, de mensurar se todos os grupos têm filiação com o PCC ou, de outra forma, apenas mantêm relações comerciais e políticas de não oposição (ambas as situações não excluindo tensões, disputas ou conflitos esporádicos)⁸⁸.

Nesse sentido, observa-se que parte dos entrevistados mencionam de forma contundente que a criminalidade “organizada” nesses lugares é o PCC. Outros, embora não explicitem diretamente essa denominação, indicam que esta seria composta pelos “irmãos” (autodesignação dos membros filiados ao PCC). Outra parte, contudo, refere-se somente a termos como o “quarto setor”, a “facção”, o “poder paralelo”, o “comando” ou ainda à existência de diferentes pessoas ou traficantes “cuidando”, “comandando” ou “chefiando” uma rua ou uma área específica. Desta maneira, verifica-se que o conhecimento prático que os moradores têm sobre a constituição da “organização” do “mundo do crime” é variável, bem como esse conhecimento muitas vezes é muito mais pessoalizado (ou seja, conhece-se o “chefe” de uma região, sem possuir maiores informações sobre suas possíveis filiações). Ainda em relação a esse conhecimento prático, aparecem nas narrativas dos moradores menção a diferenciações hierárquicas entre os membros desses grupos. É, nesse sentido, que se nota designações como “pequenos” ou “grandes” traficantes, “comandantes” ou “os fortes”, estes últimos pouco vistos nos territórios, mas identificados sobretudo pelos símbolos de seu poder econômico e distinção social (bem vestidos, com carros novos).

[Entrevistada a] Os comandantes você não vê! (...) [Entrevistada b] Às vezes nem moram mais aqui... Você só vê quando chega de carro (...). [Entrevistada a] E muito bem vestido... [Entrevistada b] E muito bem arrumado. [Entrevistada a] Você vai falar o quê? Que aquele cara é alguma coisa? Não, é

⁸⁸ Hirata (2010), ao estudar a dinâmica de uma “biqueira”, em uma região periférica do MSP, relata esse tipo de convivência de não oposição entre quadrilhas que não são diretamente filiadas ao PCC, mas que de alguma forma *“correm junto com o Comando”*. Em relação à “biqueira”, esta vem sendo descrita como ponto central de estruturação da venda de drogas e de relações entre os membros do crime e entre estes e os “gestores de ilegalismos” (ou seja, as forças policiais) nos territórios periféricos (Hirata, 2010; Telles, 2010).

um morador... mas não é nem um morador, eles não têm nem cara, eles nem usuário é, a maioria deles... [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

Porque o mais organizado, ele não aparece muito: por ele ser mais organizado, eles ficam, acho que mais na coordenação, chamando de “irmãos”. Nem sei como é que é a facção certa, acho que são conhecidos como “quarto setor”, né? Então esses não aparecem muito, são mais os usuários mesmo. [3CT, morador e líder comunitário, Cidade Tiradentes]

De forma geral, todavia, destaca-se a forte percepção sobre uma maior coesão dos membros dessa criminalidade nos distritos analisados, a qual teria influenciado na diminuição dos enfrentamentos e assassinatos, tanto ao enfraquecer as disputas por territórios (ou pontos de venda de drogas) como ao regular a troca de lideranças. Coesão, portanto, que pode ser situada frente ao poder econômico que o PCC tem logrado, especialmente ao apresentar um papel importante na distribuição no varejo de drogas no estado de São Paulo (Telles, 2010; Manso, 2012; Dias, 2013). Conforme Dias (2013, p.216), essa relevância no mercado de droga não só fortaleceu o PCC financeiramente, como ajudou a reforçar suas possibilidades de controle político no interior das relações do “mundo do crime”. É nesse contexto, portanto, que é possível situar a atenuação ou mesmo eliminação das disputas violentas pelas sucessões de comando dos pontos de drogas, figurando como um fator visto como essencial na diminuição das mortes.

A partir de 2006... A gente tem que reconhecer também que o próprio crime organizado ajudou a diminuir a violência. Porque não houve mais... todo o tráfico, as quadrilhas, foram controlados pelo crime organizado. Então nós tínhamos aqui duas grandes quadrilhas nos anos 90 e no início do ano 2000 ainda, os Bronx e os Ninjas, eram conhecidos. E vira e mexe tinha tiroteio entre os dois grupos pelo controle do tráfico. Mas com a aplicação do crime organizado os dois agora estão no mesmo grupo, então juntos no Primeiro Comando da Capital, o PCC. Aí ficam todos juntos. Aí não tem mais a disputa de espaço e isso caiu bastante os índices de violência, por assassinatos, por causa disso [20JA, morador e líder religioso, Jardim Ângela]

Porque parece que assim eles são que nem um comércio, né? Hoje todo mundo está ganhando e está tranquilo, entendeu? Então acabou a rivalidade, acabou a rivalidade, infelizmente estou pondo até de maneira fria, mas isso me choca, mas é a realidade. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Hoje a maioria, a maioria é de um traficante só, e quando divide o setor ali, eles se conhecem, são trutas, assim, da mesma facção... da mesma facção. Então, um não toma a “boca”⁸⁹ do outro. Antigamente eles iam lá na “boca”, matavam o dono da “boca” e tomavam a “boca”. Hoje não acontece mais isso. Por quê? Porque eles são da mesma facção... ou então pelo código deles eles não fazem mais isso. Então por isso que diminuiu bastante o homicídio. [5CT, grupo focal de profissionais de segurança pública, Cidade Tiradentes]

⁸⁹ Nome igualmente atribuído aos pontos de venda de drogas.

Essa maior “organização” também é referida às atividades econômicas desenvolvidas por esses grupos. Diferentes são os relatos que assinalam especialmente para a evolução na gestão dessas atividades (incluindo o tráfico de drogas), ou seja, o seu caráter cada vez mais dinâmico e estruturado, nos moldes de uma empresa, o que demonstraria maior preparação, formação e inteligência dos seus integrantes. Nessa perspectiva, a coesão de seus membros, sua constituição enquanto um *Comando*, é vista como facilitador para a ampliação e estruturação de seus próprios negócios: *“(...) é muito mais fácil negociar quando tem um comando, (...) todo mundo cria uma instituição, e a instituição fala em nome, então eu não estou falando em meu nome, eu estou falando em nome da... (...) É uma maneira de se organizar mesmo, é como se fosse criar, como se fosse não, criou-se uma instituição não jurídica, mas jurídica no crime, um modelo de organização”* [19JA, profissional, Jardim Ângela]. Ademais, um conjunto de outras atividades ilícitas é aludido a essa criminalidade, como roubo a bancos e a caixas eletrônicos, clonagem de cartões⁹⁰, roubo de cargas, arrastões em condomínios de luxo (em consonância com o identificado por Dias, 2009). Há menção ainda à conexão dos membros dessa criminalidade com outros tipos de atividades econômicas, em princípio, não ilícitas, como participação em comércios locais ou em cooperativas de peruas ou vans (responsáveis pelo transporte local nessas regiões), enredando, porém, essas atividades em uma miríade de relações nas fronteiras da legalidade e ilegalidade (Hirata, 2010), o que também é reforçado por ligações com membros da política oficial municipal.

Só que hoje eles também se elitizaram um pouco mais. Eles são donos de padarias aqui da região, (...) eles têm vereador que representa eles na Câmara Municipal de São Paulo (“o negócio é feio”), inclusive, um desses vereadores é daqui da região de Guaianazes. É daqui... e assim, que todo mundo... ninguém prova, mas que todo mundo sabe, todo mundo... você vê assim que é dono de frota de cooperativa de transporte coletivo. [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Para além de suas atividades comerciais, há igualmente referência a uma maior “organização” em termos de poder político desempenhado nos territórios pesquisados. Ou seja, uma maior organização e centralização é atribuída à gestão local por esses agrupamentos, por meio da instituição de códigos normativos que regulariam as relações internas e externas ao “mundo do crime”, assim como pelo estabelecimento das práticas de arbitragem de conflitos, os “debates” ou “tribunais do crime” (e das consequentes punições para aqueles cujas práticas são consideradas em desacordo com esses códigos ou com o “proceder” adequado). Códigos que muitas vezes são referidos pelos moradores como “leis do crime” ou ainda como “leis da rua”. Apesar do caráter mais fluído, instável e de imprevisibilidade

⁹⁰ Essa é uma atividade ilícita que, segundo os entrevistados, estaria muito em voga. Alguns denominaram de “Raul” àqueles que clonam cartão e são assaltantes de banco.

(ou mesmo arbitrariedade) que esses códigos podem representar (para além de sua “ilegalidade” em referência às leis oficial-formais), a referência dos moradores a esses códigos como “leis” sugere uma maneira de conferir inteligibilidade a esses processos ao mesmo tempo em que sinaliza para os efeitos que esses códigos produzem na experiência cotidiana dessas localidades. Outros termos sublinhados pelos moradores ou profissionais a fim de fazer referência a esses códigos de ordenamento de conduta são “códigos de ética”, “estatuto da criminalidade” e mesmo “disciplina”, indicando igualmente como a linguagem produzida no interior do PCC vem sendo reconhecida (adquirindo plausibilidade) fora dos seus círculos de interação.

Entre os códigos mobilizados nas narrativas ganha centralidade a “proibição em matar”. Conforme esse código, a possibilidade de praticar um assassinato fica dependente da autorização prévia dos membros do PCC, enquanto “organização”, por meio de seus procedimentos específicos, cujo não cumprimento é provavelmente seguido por algum tipo de punição. Nesse ponto, verifica-se nitidamente a pretensão de monopolização ao uso da força física requerida pelos membros do PCC nesses territórios, ao ativar poderes de soberania em relação à decisão sobre a vida e a morte, cujo mecanismo central é o funcionamento dos “debates” ou “tribunais do crime”. Processo semelhante ao que vem sendo assinalado em relação à atuação do PCC no interior dos presídios sob seu comando (Biondi, 2010; Dias, 2013) e em outras áreas periféricas do município (Feltran, 2008, 2010; Telles, 2010). Regulação, por sua vez, que é indicada pelos moradores como auxiliando no controle no número de homicídios e, portanto, na transformação nos padrões de “violência” como vivenciados no passado.

(...) depois do crime organizado, com o PCC... houve um respeito, entendeu? Tanto é que para ir lá e matar alguém eles tinham que primeiro pedir a permissão... para ver se podia matar ou não. Cada pessoa que fizesse uma coisa que não era permitido pelo Comando, o que acontecia? Ia para o tal do debate, e lá definia a vida dele. Tinha debate, julgamento e... tanto é que se fala do tribunal do crime, porque eles mesmos julgam e matam. [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Porque o PCC, que é o crime organizado aqui, ele não permite que isso aconteça, você não mata ninguém (...), para brigar com alguém, você tem que ter a autorização deles, para fazer alguma coisa com alguém, tem que ter autorização; então, ninguém sai matando ninguém, ninguém sai batendo em ninguém, ninguém sai fazendo violência com ninguém, porque se não, depois, você é responsabilizado por isso. E aí, eles vão cobrar isso de você. [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Antes tinha dessa. Ah, o cara me xingou aí o cara pegava e matou pronto, não ligava se o cara tinha família. Hoje em dia não tem mais isso. É porque agora tem leis, né? Foi criado, vamos dizer, foi criado estatuto da criminalidade (risos), os direitos do criminoso e os deveres do criminoso, essa é a verdade, é brincadeira, mas assim na realidade assim em tempo real é o que se aplica é isso mesmo, hoje em dia o crime não mata mais por causa de qualquer coisa,

antigamente acontecia isso qualquer coisinha já era motivo de... qualquer um matava, agora já não tem mais essa assim, tem que analisar o cara, tipo um júri, rola um júri assim, um júri popular. Vê direitinho se o cara tinha um histórico de antecedentes. [11CT, grupo de jovens 1, Cidade Tiradentes]

(...) hoje o cara não vai dar um tiro porque hoje ele dá um tiro, amanhã ele morre. O crime organizado conseguiu tipo... como fala? Meio que dominar assim! Eles têm as leis deles! Tem o estatuto, não sei o que lá... eles conseguem meio que se organizar assim e já não tem mais isso de violência na rua, de um querer matar o outro. (...), o que a gente vê por aqui é assim: sempre eles vão tentar resolver entre eles o pessoal que mexe com o tráfico, o bandido e tal “ah, você está devendo, como que você vai poder pagar essa dívida? Você sabe que você está, não é de hoje e tal”, “oh, posso pagar de tal jeito, tal jeito, tal jeito”, não pagou? Vai ter outra situação: “vamos conversar, o quê que é?”. Por quê? Para eles, não é conveniente ficar matando todo mundo: quanto mais eles puderem aliar para eles, é melhor. Quanto mais eu puder puxar sardinha para o meu time, melhor, minha torcida vai ser maior, entendeu? Agora, é... por que diminuiu bastante? Porque agora, tem uma certa disciplina agora (...) [2CT, moradores e profissionais, Cidade Tiradentes]

Há de se destacar que certo caráter instrumental é apontado pelos entrevistados no que concerne a essa proibição. Isto porque, diante dos interesses econômicos vinculados às atividades criminosas, os homicídios trariam uma visibilidade prejudicial, principalmente demandando a presença policial e atrapalhando os seus negócios.

Qual a vantagem que tem de um traficante, de um bandido dele matar uma pessoa aqui nessa rua, saber que ali vai ficar a polícia? E quando ele comete isso, você saiba de uma coisa primeiro, já houve uma autorização do poder maior deles lá para matar uma pessoa. Não é assim a pessoa tem uma briga uma discussão e mata, não é assim não, tem toda uma logística do crime ali para poder acontecer. Isso é o que a gente ouve as pessoas falarem. (...) porque quando um policial está aqui fazendo uma ocorrência nessa rua ali a biqueira mais próxima ali deixa de faturar deixa de vender de ganhar o seu dinheiro, o dinheiro ilícito deles lá, (...) então eles não têm prazer algum em matar ninguém principalmente no local de trabalho deles. [15CT, moradora e liderança comunitária, Cidade Tiradentes].

(...) mas existe sim uma organização de não chamar atenção, então esse é o principal foco. (...) existe uma organização para que não ocorram as mortes para que não tragam pessoas para cá (...). [7JAb, morador e profissional, Jardim Ângela]

(...) se eu tenho uma ‘boca’, se eu controlo uma ‘boca’ e outra pessoa que controla outra ‘boca’ matar alguém aqui perto da minha boca vai chamar a atenção da polícia e tal... então...eles mesmos controlam quem vai morrer, a quantidade que vai morrer, esse tipo de coisa. [2JA, grupo de jovens, Jardim Ângela]

De outra forma, essa menor visibilidade igualmente é referida em relação aos assassinatos que ainda ocorrem no interior dessa nova modulação do crime. Nesse sentido, alguns dos entrevistados referem-se à maneira “camuflada” com que este tipo de morte ocorre nos dias atuais, tanto porque existiriam os “lugares certos para morrer”, já que geralmente as mortes não ocorrem mais nas ruas ou locais públicos (como presenciado no passado desses territórios, onde os corpos geralmente ficavam expostos); ou porque essas mortes acabariam não sendo inseridas nas estatísticas oficiais, devido ao sumiço dos corpos e às ameaças feitas aos familiares para que não haja denúncia em relação ao crime. Em relação aos sumiços dos corpos, há menção há existência de “aterros” ou “cemitérios clandestinos” nos dois distritos considerados⁹¹.

[Entrevistado a]: (...) a pessoa tipo, como posso dizer... não sai matando em qualquer lugar, porque antes você saía na rua e você via os caras matando na sua frente. [Entrevistado b]: Isso é verdade o que ele está falando. Agora têm os lugares certos para morrer. [Risos] Tipo você saía na rua e via os caras morrendo na sua frente. Hoje é mais organizado. É o crime organizado também evoluiu. [11CT, grupo de jovens 1, Cidade Tiradentes]

Eles têm aterro e aí manda para o aterro, nem a polícia... ficou um caso tipo assim nem a polícia soube desse homicídio e ninguém mais nem a mãe teve o corpo para enterrar. [A família não deu queixa, nada?] Não pode dar queixa. [E isso acontece?] O pessoal fica meio, como eu posso te dizer? Com medo. Com medo, medo e outra assim a polícia não está sabendo desses homicídios. Porque vai para um tal de um aterro enterra e ponto. [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Outro dia ele [delegado] estava falando sobre um caso ali que o cara estava enterrando as pessoas, descobriu um cemitério clandestino lá no finalzinho da Tiradentes depois daqueles eucaliptos ali que vocês estão vendo bem para lá, naquele morro lá, diz que descobriu um cemitério clandestino, até o Águia teve que ir lá para colocar o pessoal lá para poder achar os corpos das pessoas [15CT, moradora e liderança comunitária, Cidade Tiradentes]

Porque eu não sei se vocês chegaram a acompanhar acho que foi em 2010 descobriram até um cemitério clandestino aqui, lá em cima do topo (...). Um cemitério clandestino aí tinha mais de quinze corpos, foi divulgado na mídia tudo isso. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

A decisão sobre esses assassinatos também é referida como estando localizada fisicamente nesses territórios, alguns entrevistados indicam a existência de “torres”⁹² (loais estratégicos de poder dessa

⁹¹ Reportagens na mídia também assinalam para a existência desses “cemitérios clandestinos”. Ver: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/07/policia-encontra-cemiterio-clandestino-na-zona-leste-de-sp.html>; <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1743551-tribunal-do-crime-enterra-30-pessoas-de-cabeca-para-baixo-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

⁹² Referindo-se ao contexto prisional paulista, Biondi (2010) indica que as “torres” além de serem posições políticas de onde emanam diretrizes do PCC, também se constituem como territórios políticos (Biondi, 2010, p.123).

criminalidade articulada, onde os “debates” ou “tribunais” ocorreriam, constituindo-se, portanto, como lugares de decisão sobre “a vida ou a morte”), embora por conta do medo escolham não falar muito sobre esse assunto.

E aqui tem o que eles chamam de “torre” que é aqui no Etelvina que é... funciona como uma espécie de tribunal: tem lá o chefe, você fez alguma coisa errada, aí o cara vai e chama eles para intervir nessa situação. Aí eles levam você e a outra pessoa, vocês sentam lá e ele vai decidir qual que vai ser a sentença. [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Filha, tem um detalhe que eu não gostaria de tocar, é o tal da “torre”. Eu não gostaria de falar sobre isso... [Está certo]. Eu não sei... quer dizer, eu não sei como é que funciona lá, mas isso é muito comentado. Eu sei que muitos casos são levados para lá, não sei qual é o final dessa história. Mas é uma coisa que a gente não gosta muito de comentar não (...) [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

De forma geral, se atualmente os homicídios deixam de figurar no centro da representação sobre a “violência” nesses distritos, devido à diminuição na sua ocorrência, o que não significa que estes deixem inteiramente de acontecer (uma vez que distintos relatos questionam a proporção e o alcance de sua diminuição ou sua maneira “camuflada, como foi mencionado acima, bem como apontam para a ocorrência de vários conflitos que ainda resultam em assassinatos, o que será melhor explorado adiante), um outro elemento torna-se fulcral nessa representação: a disseminação das drogas, movimento igualmente concomitante à “organização” do tráfico e representado em algumas falas como nova “maldição” ou “mal do século”. Esse é um fenômeno percebido como crescente, vinculado tanto à multiplicação dos pontos onde essas drogas são comercializadas e consumidas (prioritariamente locais públicos: ruas, praças, vielas, campos de futebol, escolas ou em festas, como os bailes *funks*) como à ampliação no número de usuários e ao envolvimento cada vez maior das novas gerações nas suas atividades de comercialização e no seu consumo (vários são os relatos sobre a ampliação de crianças envolvidas). Destaca-se ainda a disseminação no uso do crack, algo verificado em relação à região central da cidade, mas que vem sendo percebido como espalhando-se no interior dessas localidades e favorecendo a constituição de “mini cracolândias”⁹³. Ademais, cabe assinalar que o fortalecimento desse comércio ilegal de drogas vem sendo referido pela sua importância local como fonte de renda para algumas famílias, movimentando uma parte da economia, mas igualmente como fonte de assassinato de usuários que não conseguem saldar suas dívidas⁹⁴ (embora não na proporção

⁹³ Em analogia à denominada “Cracolândia” no centro da cidade de São Paulo (nas imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a rua Mauá), onde há um intenso tráfico e consumo de drogas.

⁹⁴ Há relatos que sugerem que uma melhoria da condição financeira de algumas famílias nesses distritos, (refletindo melhorias gerais nos padrões de desenvolvimento no país nos anos 2000) teria contribuído na diminuição das mortes por dívidas, uma vez que possibilitaria o custeio dessas drogas ilícitas. Destarte, as

que ocorria no passado), de dependência química, além de várias mortes por overdose e da ocorrência de prostituição para obter acesso às drogas.

(...) o crescimento do tráfico, aumentou muito. A nossa maior dificuldade, a nossa maior luta hoje é luta contra o tráfico, não tem jeito, parece muitas vezes que a gente dá braçadas, mas é a luta contra o tráfico. (...) por exemplo, a Cracolândia, o complexo Pratis hoje no centro, que foi todo aquele auê, “ah! Grande mudança!”⁹⁵, empurrou para pequenas cracolândias na periferia. Hoje nós temos várias cracolândias, só entorno da onde estou têm duas. Então na realidade a maior dificuldade hoje é com o tráfico. [19JA, profissional, Jardim Ângela]

E a questão da drogadição, hoje, você tem, no mínimo, três mini cracolândias aqui no distrito, né? [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Em suma, têm-se que as mudanças verificadas em relação à “violência” nessas localidades estão fortemente relacionadas a uma maior articulação da criminalidade, evidenciando o poder econômico e político que o PCC vem adquirindo para além dos presídios. No entanto, embora essa maior articulação tenha efeitos aparentes de “pacificação”, ao contribuir para a queda nos homicídios, a situação de fortalecimento desse agrupamento não elimina as possibilidades das mortes violentas, uma vez que, como já mencionado, a morte constitui-se como punição sempre presente na arbitragem de conflitos no interior dos negócios do crime (Feltran, 2008, 2010; Telles, 2010). Além disso, as narrativas obtidas dão conta de uma sorte de tensões, que permanecem com a expansão do comércio varejista de drogas, interligada a diferentes relações de poder que essa situação estabelece nesses territórios, envolvendo tanto os membros dos grupos criminosos, os moradores em geral como também a polícia (responsável por controlar as práticas ilegais, mas que a estas se conectam de diferentes formas). Perfaz-se, desta maneira, uma imbricada rede de relações, com seus equilíbrios por vezes instáveis, que ainda adensam essas localidades de conflitos e possibilidades de ações violentas. Assim, o termo “pacificação” pode configurar-se como enganoso (Telles, 2010), com vistas a traduzir esse processo de queda de homicídios, perante essa miríade de conflitos que ainda se

famílias, a fim de evitarem consequências violentas ou impedirem o envolvimento de seus filhos nas atividades de venda de drogas, acabariam por fornecer, em alguns casos, dinheiro para essa compra (situação, contudo, que parece estar longe de ser a regra nessas localidades). Em relação às alterações estruturais no país ver Pochmann (2010), o qual destaca o processo conjunto de crescimento da renda nacional *per capita* e de diminuição na desigualdade pessoal da renda no período de 2004 a 2010.

⁹⁵ Em referência a diferentes ações estatais de controle e gestão nesses locais, muitas das quais violentas. Para maiores informações sobre a conformação dessa região ver Frúgoli Jr e Spaggiari (2010); Raupp e Adorno (2011); Rui (2014).

gestam, embora muitas vezes sob a aparência da tranquilidade. Como ressalva uma das moradoras entrevistadas:

Olha, o que eu observo assim é como uma correnteza de um rio: você olha, aquela água está tranquila, mas você sabe que embaixo, a correnteza passa. A sensação que eu tenho é essa: está tudo bem, mas você sabe que a correnteza embaixo está correndo. A sensação que eu tenho é essa. [23CT, moradora, Cidade Tiradentes]

Mais detidamente, como indica Telles (2010), o termo “pacificação” pode ser enganoso quando se aborda os processos atuais de queda de homicídio no MSP, especialmente ao considerar as relações que se estabelecem entre o PCC e a polícia. De modo geral, a crítica da autora vai além de simplesmente evidenciar que esse efeito de “pacificação” pode ser circunstancial e passageiro. Ou seja, para além da constatação que a hegemonia adquirida pelo PCC (nos negócios do crime) é circunscrita às condições atuais e, portanto, os efeitos produzidos pelo agrupamento no controle das condutas no interior do “mundo do crime” podem vir a se desfazer diante de outras configurações (inclusive pelo estabelecimento de outros grupos com poder de desestabilizar sua hegemonia). Seu interesse é mostrar os tensionamentos que continuam a ocorrer mesmo nesse momento de referida “pacificação”. Tensionamentos versados especialmente no concerne às relações do “mundo do crime” com a polícia e dos equilíbrios instáveis que perpassam essas relações, dando margem tanto para “acertos” (monetários) de diferentes ordens como para desequilíbrios “violentos” como os assistidos em maio de 2006 (quando esses “acertos” ou outros tipos de negociações se tornam inviáveis por diferentes razões).

Essa “pacificação” é igualmente problematizada por Dias (2013) ao abordar a relação do PCC com as forças de segurança estatais e as possibilidades de desestabilização nos equilíbrios de poder ou nas “acomodações tácitas” entre o PCC e a administração prisional e as instituições policiais. Contudo, a autora insere outros elementos a fim de pensar os limites dessa “pacificação” ao tratar das relações internas entre os próprios membros do PCC. É, nessa perspectiva, que baseada na teoria elisiana, questiona as possibilidades de transformação dos controles externos de conduta estabelecidos pela “disciplina” do PCC, na qual se insere a restrição ao uso da força física, em autocontrole por parte dos seus membros. Sua argumentação é desenvolvida no sentido de demonstrar o quanto a conduta dos presos, nos presídios sob o “comando” do PCC, é fortemente dependente desses controles externos, não sendo totalmente interiorizada como autocontrole ou “segunda natureza”. De tal modo, sugere as incompletudes inscritas nesse processo de “pacificação”. Além disso, o próprio estabelecimento dessa “disciplina” produziria uma sorte exclusões no interior da massa carcerária. Assim, aqueles que não se adequam ao estabelecido acabam por ser restritos a zonas de exclusão (como os “seguros”) ou punidos de diferentes formas, o que evidencia as tensões e embates que permanecem nessas relações

(embora nenhum outro grupo apareça com força para desestabilizar a hegemonia conquistada pelo PCC). Por fim, a autora ressalta que a diminuição dos assassinatos promovida pelas restrições instituídas pelo agrupamento, dentro e fora dos presídios, longe de significar alguma ponderação moral, como àquela sobre o “direito à vida”, é dependente de interesses instrumentais que parecem preponderar no controle do uso da força física, aspecto que também demonstraria certa limitação contida nessa “pacificação”.

É possível inserir no interior dessa discussão outro elemento que problematiza essa “pacificação” e seus efeitos na constituição dos sujeitos, ainda que relacionado aos aspectos já elencados pelas autoras mencionadas, ou seja, a própria pretensão ao “direito” sobre a vida e a morte que se estabelece pelas práticas desse agrupamento. Essa pretensão por si só evidencia um desequilíbrio de poder no interior das relações no “mundo do crime” que, longe de apontar para uma “pacificação”, deslinda as desigualdades e disputas existentes, que influenciam nas definições de “*quem pode morrer*” e “*quem pode matar*”. Ademais, como indica Elias (1993, 1994b), um prazer na destruição do outro estaria eliminado do cotidiano da vida civilizada. Contudo, os assassinatos, que ainda permanecem a ocorrer e as formas com que são perpetrados no interior dos mecanismos de punição do PCC, assinalam para um processo contrário a essa moderação nas pulsões (especialmente referente à agressividade). Assim, a punição pela morte, a qual permanece sempre como um horizonte possível, corrobora para tornar o termo “pacificação” ainda mais duvidoso, o que não significa, por sua vez, negar os possíveis efeitos da atuação do PCC na diminuição dos homicídios.

Por fim, é importante ressaltar que é em torno dessa pretensão ao “direito” sobre a vida e a morte que as ponderações sobre a legitimidade do PCC frente à população constituem-se como fundamentais. Como assinalado anteriormente, considera-se que as concepções sobre os *limites* no uso da força física são centrais no que concerne à justificação e ao reconhecimento implicados na legitimidade de um poder (abarcando o *quanto* de força, *em que situações* e *contra quem*). Nessa perspectiva, a morte como punição e prática de controle social operada no interior dos mecanismos de arbitragem de conflitos do PCC constitui-se como aspecto essencial a ser analisado em função das avaliações morais que engendram frente à população e dos efeitos na produção de reconhecimento do seu poder nesses territórios. O capítulo seguinte é dedicado a abordar mais detidamente a produção desse reconhecimento, inclusive diante da pretensão ao direito de punir do PCC, bem da constituição das práticas do Estado nesses territórios por meio das forças policiais (contraponto essencial para situar o próprio poder do PCC nesses territórios e suas pretensões de legitimidade).

Capítulo 7 - Relações entre a população e os grupos criminosos

As narrativas obtidas por meio das entrevistas com os moradores e profissionais de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela não apresentam consenso, pelo contrário, evidenciam a constituição de uma polissemia e de um conjunto de ambiguidades que atravessam a experiência cotidiana e as concepções sobre essa experiência, em estreita conexão com as distintas relações de poder que se estabelecem e se reconfiguram nesses territórios. Isso tem efeitos diretos no reconhecimento da população em relação às pretensões de legitimidade do PCC ou dos grupos criminosos mais articulados identificados pela população nesses territórios. É, nesse sentido, que mais do que a configuração de algo estático, esse reconhecimento é defendido em seu caráter de processo, dependente das disputas pela conformação e justificação desse poder. Ademais, essa polissemia sugere entender esse reconhecimento por meio de gradações ou gradientes verificados entre os diferentes moradores ou às vezes em um mesmo sujeito. Destarte, uma vez que nem todos compartilham os mesmos posicionamentos sociais, as mesmas experiências ou ainda não percebem essa experiência da mesma forma (o que pode igualmente variar no tempo ou diante de uma nova circunstância) e nem sustentam os mesmos valores (resultantes de processos socializadores e igualmente conformadores da realidade social), é preciso considerar essa pluralidade como atuante no reconhecimento ou não desse poder, de suas práticas e justificativas, incluindo o uso da força física. É com a finalidade de explorar essa pluralidade e evidenciar as diferentes gradações de reconhecimento em relação ao poder do PCC que o texto segue. Dividem-se essas gradações, para efeito de análise, em três possibilidades, as quais são entendidas de forma dinâmica e não estrita, ou seja, em suas fronteiras móveis e conectadas com as outras (e que, além disso, não excluem outras possibilidades): i) *ausência de reconhecimento*, atrelada às situações de coação e sentimentos de medo; ii) *reconhecimento ou legitimidade situacional*, relacionada aos efeitos mais instrumentais proporcionados e percebidos em relação ao poder do PCC no contraponto às formas de atuação do Estado; iii) *situação de reconhecimento*, inserida a fim de contemplar uma possibilidade onde se verifica maior consonância em relação aos valores e práticas desse poder, especialmente no que se refere ao uso da força física e suas *seletividades*.

Os termos *situação* ou *situacional* embora pretendam dar conta de algo mais circunstancial, específico ao nível das interações e dos efeitos dessas interações nas formas de significar e tornar plausível o mundo, tem-se como base dessas interações relações de força que as atravessam, revelando hierarquias e dissimetrias que entram no jogo de conformação desses significados (rotinizando socialmente esses próprios significados). De tal modo, considera-se nessa produção de reconhecimento do PCC conexões macro e micro sociais, a primeira que enfatiza o caráter

historicamente consolidado das condições que produzem certos conflitos sociais e certos “conteúdos de sentido ‘estabilizados’” (Misse, 2015)⁹⁶ (e, desse modo, estima as desigualdades de poder que vão se constituindo historicamente e seus processos de legitimação com efeitos nas possibilidades das próprias interações) e a segunda que sublinha o caráter construído e interacional ou situacional dos conflitos, ambas atuantes na produção de significados sociais (Misse e Werneck, 2012). É na conexão desses dois níveis que as pretensões de legitimação de visões de mundo específicas (e dos poderes que as representam) podem ser consideradas, incluindo, desse modo, as disputas que as produzem, as condições sociais que lhe dão base e os diferenciais de poder atuantes na sua conformação.

De tal modo, cabe frisar, com base na teoria foucaultiana, que essas possibilidades de *reconhecimento* não são entendidas como elemento cuja fonte última é o sujeito, mas sim compreendidas como resultado, como efeitos de relações de poder. Procura-se destacar, portanto, a localização do sujeito e de seus posicionamentos (discursivos) no interior das relações sociais que os constituem ou os engendram como possibilidade.

Medo e “respeito”: no limiar do não reconhecimento

Pelo que foi descrito até o momento, evidencia-se o quanto as alterações nos moldes da criminalidade, expressas em termos de mudanças que conectam os negócios criminais (sobretudo o tráfico de drogas), seu controle pelas instâncias de segurança estatais e a conformação do PCC no interior dos presídios e seu espraiamento (inclusive por meio de seus códigos de conduta) para extramuros, têm impactado nas experiências da população residente em áreas periféricas da cidade, especialmente no que se refere àquilo que é considerado e sentido como “violência”.

Se, de um lado, aquilo que é denominado pelos moradores como uma maior “organização” do crime tem sido estimada como um dos fatores para a diminuição da “violência”, como vivenciada no passado nesses territórios, inclusive pela diminuição dos homicídios, por outro, o fortalecimento desses grupos criminosos institui uma sorte de outros aspectos com os quais estes moradores precisam lidar. Entre estes, a intensificação do comércio (e consumo) de drogas e o estabelecimento de códigos de conduta (ou “leis” do crime) e, suas consequentes punições que, por vezes, resultam em um conjunto de “violências” (como os próprios assassinatos), embora por meio de outras lógicas (ou lógicas

⁹⁶ Conforme salienta Misse (2015), a abordagem estrutural e sua articulação com uma concepção interacionista lhe permitiu considerar a constituição do que ele denomina “conteúdos de sentido ‘estabilizados’”, ou seja, “referenciais institucionalizados, conteúdos de sentido de longa duração, como em sistemas de pensamento, estruturas de crença e ideologias” (Misse, 2015, p.82) que estão presentes e são mobilizados nas interações sociais.

revisitadas) no interior dessa reconfiguração do “mundo do crime”. De tal modo, o conjunto de tensões que a territorialização do PCC provoca ou revela nos distritos estudados corrobora com as suspeitas assinaladas em torno do termo “pacificação”.

Como diferentes autores têm indicado (Zaluar, 2000, 2004; Machado da Silva, 2004; Feltran, 2008, 2010; Telles, 2010; Telles e Hirata, 2010), a ampliação do “mundo do crime” nas comunidades pobres, favelas ou áreas periféricas dos centros urbanos tem aproximado suas fronteiras daquelas da convivência comunitária ou mesmo familiar, embora uma minoria de seus moradores aceda às atividades criminais. Essa proximidade promove a constituição de arranjos sociais múltiplos, uma vez que acaba por estabelecer referências e relações de poder específicas, das quais esses moradores não conseguem se furtar. Diante desse contexto, distintas são as ambiguidades que conformam as interações dos moradores com esses agrupamentos criminais. É no interior dessas ambiguidades e da constituição desses arranjos múltiplos (que igualmente perpassam as esferas de mercado e consumo e as relações travadas com as agências estatais de contenção do crime), que se inserem as considerações sobre o processo de conformação de legitimidade desses agrupamentos frente à população. Nessa perspectiva, este item dedica-se a explorar o primeiro tipo de gradação indicada acima, ou seja, a possibilidade de *não reconhecimento* dos moradores, atrelado ao medo e às situações de coação que essa proximidade tem conformado.

Distintas são as situações de coação indicadas pelos moradores e profissionais no interior das interações estabelecidas com os membros dos grupos criminosos, geralmente identificados como “traficantes”. Situações vivenciadas, presenciadas ou muitas vezes levadas ao conhecimento através de terceiros, de histórias que se ouve falar. Situações de coação que têm seu duplo ou contraponto o “respeito”, embaralhados no jogo de proximidades e distanciamentos que se estabelecem entre a população e esses agrupamentos (Zaluar, 2000). Isso se evidencia na fala de uma das moradoras, onde o “respeito” é assinalado como um dos códigos de convivência que se estabelece nessas fronteiras de contato, demarcando os distanciamentos necessários: *“É que a gente não tem envolvimento, entendeu? Tem conhecimento, mas não tem envolvimento. Então, o que acontece? A regra é respeito, humildade e respeito. Então, você trabalha, as pessoas te respeitam; você respeita as pessoas e as pessoas te respeitam”* [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes].

De tal modo, a contrapartida “respeitar e ser respeitado” marca esse jogo de distanciamentos e proximidades, aludindo, entretanto, a distintos aspectos. Entre estes, primeiramente é possível destacar a necessidade dos moradores e profissionais de não interferir ou comprometer os negócios do crime, especialmente diante dos riscos que isso pode ocasionar. Como indicado por Zaluar (2000), esse estado de coisas pode provocar um medo constante nos moradores, *“(...) medo sempre presente*

nos cuidados que tomam em não se imiscuir nos ‘negócios’ dos bandidos” (Zaluar, 2000, p.141). A necessidade de “respeito” encontra-se, assim, imbricado em uma teia de relações proeminentemente desigual, já que o desrespeito da população a algum padrão esperado de comportamento pode resultar em algum tipo de represália violenta.

Por esse prisma, observa-se que esse “respeito” reflete o cuidado dos moradores e profissionais em não cruzar certas barreiras, estando muitas vezes intimamente conectado a sentimentos de medo e a determinadas situações de coação. É, nesse sentido, que expressões como “não me envolvo”, “não vamos entrar na questão deles”, “a gente não vai se meter com eles”, “você não vai mexer com o que não te interessa”, transpassam algumas das narrativas. Assim, mesmo ao testemunhar ou ficar sabendo de determinadas situações (como roubos, venda de drogas ou depósito de armas), os moradores e profissionais apontam para a necessidade de fingir desconhecimento, inclusive por medo de ter que deixar seu local de moradia.

Você tem que fazer aquele papel de boa vizinhança: o que você vê, você não vê, você não escuta e você não fala. Se você falar “bom dia”, bom dia, se falar “boa tarde”, boa tarde. Você entendeu? Porque se você for começar a querer se envolver, tipo: “Oh, você roubou, você vai pagar por aquilo”, vai sobrar para você! Então é melhor que você fique na sua. É a lei dos macacos: cego, surdo e mudo. [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

E a gente sabe que ali naquela praça têm os usuários ali e acontece muitas coisas ali. Então, o pessoal até usa droga e guarda em sacos de lixo ou agora tem essas cuidadoras ou cuidadores de praça, então, também sabe da situação e fica na delas. Porque vai contra uma situação dessas, vai ter que fugir daqui e ir para algum lugar! [18CT, moradora, Cidade Tiradentes]

(...) olha a gente ouve assim os relatos das pessoas dizerem assim “fulano está guardando arma lá em cima no prédio, está guardando”, como é que fala? Está fazendo depósito de arma, “nossa eu vi eles com um monte de armas”, “olha tinha um morador lá no último prédio que no dia que eles estavam guardando arma ele botou a cabeça para fora e os caras botaram ele para correr”. A gente ouve esse tipo de comentário assim e o cara vai embora mesmo, e não pensa que não vai embora não, vai embora mesmo e sabe “dá linha, desocupa que eu tenho outra pessoa para botar aqui” e desocupa mesmo. [E são o que? São grupos?] São traficantes, são traficantes, ladrão de banco mesmo, são pessoas articuladas aí para o crime mesmo. A gente ouve essas coisas, mas assim eu vou ser sincera para você, quando a gente ouve esse tipo de comentário a gente não dá nem ouvido assim não dá retorno para a conversa, a pessoa está falando... não é igual a gente que está conversando aqui que vocês me perguntam uma resposta em cima da outra, as pessoas falam isso e calada você está e calada você fica porque você imagina que uma pessoa dessas possa vir a ser presa e a pessoa dizer assim: “mas eu só comentei com fulano isso”. (...) Então aí você fica sabe temeroso de não querer se envolver com essas coisas. [15CT, moradora e liderança comunitária, Cidade Tiradentes]

Especificamente em Cidade Tiradentes, o tipo de configuração habitacional, formado marcadamente por um conjunto de prédios, conjugado aos interesses desses grupos criminosos em utilizar esses espaços para suas atividades ilegais, parecem potencializar alguns riscos ou configurá-los de uma forma específica. Isto porque essa modulação habitacional acaba por favorecer uma grande proximidade espacial e, portanto, uma maior visibilidade dessas atividades, exigindo maiores esforços para manter os distanciamentos necessários. A importância dessa conformação na produção de maiores riscos é evidenciada no relato acima, em relação à ocupação desses espaços para depósito de armas e da provável expulsão de pessoas que possam ter visto demais. O tensionamento que permeia esses conjuntos habitacionais e a presença desses grupos também é indicado em torno da própria aquisição de apartamentos e dos possíveis “acordos” com essa criminalidade para resolver situações de invasão em unidades recém adquiridas ou de unidades não entregues, devido à agiotagem de terceiros (que vendem mais unidades do que realmente existem). Conforme o relato de uma entrevistada (envolvida em organizações sociais de acesso à moradia), uma moradora, após ter seu apartamento invadido, teria procurado auxílio de membros desses grupos e, não se sabe sob que circunstâncias (talvez coação ou medo), teria acabado vendendo sua unidade para eles.

Embora não seja possível estimar a recorrência de fatos semelhantes, essas indicações corroboram com a percepção que é preciso evitar transpor algumas barreiras como forma de “respeitar” e garantir “respeito” (numa troca, nesse ponto, nitidamente desigual), mas também indicam certa ambiguidade entre situações de coação e a busca de auxílio dos moradores por meio desses grupos criminosos. Ambiguidade, por sua vez, possivelmente relacionada a outros sujeitos que podem figurar no interior desses conflitos, como a própria polícia, e o medo e a desconfiança que também se conformam em torno dos seus agentes (como será melhor abordado adiante).

(...) por exemplo, você tem cinco, você não vende só cinco, você vai vender dez, vinte e aí você não vai ter unidade suficiente para suprir esses que você vendeu e aí o que que acontece? Está assim numa situação que eles tão se juntando junto com esses grupos de facções (...). Então, quando chega o momento que ela não entrega, ela vai pedir ajuda para quem? Ao invés de pedir para os governantes que realmente tem a COHAB, CDHU o que for, não! Eles vão pedir ajuda para o, para o traficante, (...) só que na minha cabeça fica uma coisa assim: como que esse pessoal vai resolver? Com morte, com...? Então, a gente está vivendo uma situação aqui mesmo que eu não posso apontar, falar esse e aquele, mas a gente está sabendo disso e a gente não pode fazer nada, a gente tem que esperar para ver o que vai acontecer. [18CT, moradora, Cidade Tiradentes]

(...) aqui teve um caso que foi uma família que eu coloquei, fiquei até preocupada depois, ela me procurou e falou: “Olha, eu peguei o imóvel da associação, tive todo aquele trabalho de movimento e tal. E.... e eu fui obrigada

a deixar o imóvel aí e invadiram!”. Lógico a gente sabe que não pode deixar, que o pessoal invade mesmo! Aí no final, me procurou, falei: “porque você não faz isso?”. Porque a gente encaminha “faz isso, isso e isso” e eu percebi que a pessoa não quis fazer! Aí eu voltei e falei: “olha, tem um advogado assim, que ele é da habitação e tal”. Quando eu cheguei ela estava aí e com o grupo de traficante! Eu falei: “Jesus do céu, o que está acontecendo?!”. Aí depois eu fiquei sabendo que ela tinha vendido o apartamento, acabou que a pessoa já tinha invadido, esse pessoal tirou e... e eles ficaram com o imóvel. Eu falei “poxa vida” a gente acaba se misturando! Porque é um entra e sai, entra e sai de gente aqui que a gente sabe que vai para lá e é pessoas que não... então ela preferiu passar para esse tipo de pessoas que daí mistura famílias que realmente tão aqui necessitadas que é família e tudo mais e mistura com os outros. Então, por isso que eu acho que às vezes, isso eu não tenho certeza, a gente deduz, mas a gente deduz que a pessoa, às vezes, faz isso por medo que de repente, de uma certa forma, é... deve ter sofrido um... [Uma ameaça, alguma coisa?] É, e a pessoa nem comenta... com medo. Preferiu ir embora. E aí quem tomou conta do espaço foi esse tipo de pessoa. [18CT, moradora, Cidade Tiradentes]

A própria diferenciação no interior de ambos os distritos no que concerne aos níveis de precariedade social e à forma de atuação do Estado (constantemente designada pela sua “ausência”) também parece corroborar para aproximar certa parcela dos seus moradores mais diretamente desses grupos criminosos, diminuindo as distâncias espaciais entre eles e aumentando os riscos e tensionamentos. Como muitos relatos indicam, a “violência” que atualmente existe nesses distritos não é distribuída de forma uniforme por todo o território. Tanto as mortes que ainda ocorrem como o maior enraizamento dessa criminalidade seriam mais concentradas em áreas específicas, ou seja, em “bolsões” de maior precariedade social e de ausência estatal no provimento de serviços necessários à população, criando “periferias” dentro das periferias. Áreas geralmente limítrofes geograficamente, referidos também pelos entrevistados como “franjas” ou “fundão”. Assim, um conjunto de melhorias sociais e de infraestrutura, verificado nos últimos anos nesses distritos, não teria sido capaz de beneficiar a todos, sendo que a “violência” teria sido “empurrada” ou “migrado” para esses locais, geograficamente estratégicos para a própria solidificação dessa criminalidade, onde é grande o aliciamento de jovens para as suas atividades e maiores as ameaças providas de sua territorialização. Lugares onde a própria presença policial seria escassa na perspectiva de promover segurança aos moradores, o que não descarta sua presença na forma de confrontos com os traficantes ou, de outra forma, seus “acertos” monetários com esses mesmos traficantes.

Então na realidade o Jardim Ângela que era falado violento, hoje nós temos o fundão do Jardim Ângela, que é o extremo do Jardim Ângela. Então quando nós falamos hoje de violência muito parecida com aquela época nós estamos falando de Vera Cruz, Horizonte Azul, Aracati, o fundão do Ângela, é como se fosse o movimento anterior. O centro empurra os pobres para periferia, para os subúrbios, e hoje o próprio Jardim Ângela já se organizou onde era o antigo

bolsão do triângulo da morte e agora já empurrou mais ainda para periferia da periferia, então isso é fato. [19JA, profissional, Jardim Ângela]

E existe também alguns espaços pontuais, que é mais forte a questão. Por exemplo, a gente percebe... Tem um setor, o "Setor G", por exemplo, lá é o setor até devido ele estar no miolo ali e ele não ter muitas áreas de acesso, ali existe um comando maior no sentido de... organização da questão da droga. Então ali... a gente vê bastante que tem focos de violência mais concentrados naquele pedaço. (...) E ficou esse problema porque lá ficou um lugar diferenciado... é meio que assim, no centro, mas eles não têm muita saída de acesso e aí é onde a gente percebe que, por exemplo, a segurança pública acaba não entrando nesses locais. Aí o pessoal se apropriou, acabou ficando mesmo... é ... outros que acabam usufruindo do território ali e comandando algumas coisas. Então a gente percebe que aí é onde que tem maior foco de problema hoje que a gente sente é ali. [1CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

Eles se organizaram melhor, então eles migraram... eles saíram. Aonde começou aquele movimento eles foram procurando outros espaços. E foram cobrir aonde o Estado não está presente. (...) então aqui foi feito um investimento maior, daqui eles migraram para lá e começaram a usar os meninos de lá. Agora está tendo um movimento, está aumentando essa microrregião, esse território, você começa a ver uma mudança, então eles vão migrando para onde eles têm mais força, onde o Estado não está presente. [11JA, profissional, Jardim Ângela]

(...) eu trabalhava em outro bairro que é no Jangadeiro e lá a violência é mais assim. É que é assim a divisa (...) é o lado mais assim que eu posso dizer? Mais crítico. A gente saía preocupado para fazer visita domiciliar, esse lado do Santa Lúcia, Kagohara e Alto Ribeiro já não, dá para andar com tranquilidade. [Lá vocês iam preocupadas como?] A gente ia mais preocupada assim no porta a porta porque assim a criminalidade, a drogadização, está muito a olho nu, está muito visto assim. Lá é muito assim você ia e você podia tomar um tiro a qualquer hora, os caras eles estavam vendendo na sua frente, eles estavam consumindo na sua frente, então se a polícia chegava lá a gente não podia entrar no bairro que você podia sofrer alguma... Quem cuida desse território é o SASF IV que atende esse território e tem dias que eles ficam semanas sem poder sair assim, porque a gente sai terça, quarta e quinta, então têm dias que eles não saem nenhum dia da semana porque lá está muito perigoso, está tendo tiroteio, a polícia está atrás de alguém [11JA, profissionais, Jardim Ângela]

Essa diferenciação interna nos distritos produz ainda restrições na circulação pelas áreas onde é maior a territorialização desses grupos, especialmente para aqueles que não são moradores específicos dessas áreas (ainda que moradores dos distritos) ou para pessoas desconhecidas na região (inclusive profissionais de diferentes esferas de atuação). Embora grande parte dos moradores ou profissionais (muitos dos quais também moradores) tenha dito que particularmente nunca teve problemas em circular pelos distritos, várias são as referências às restrições existentes. De tal modo, há menção a

áreas no interior desses distritos nos quais é preciso “pedir licença” para entrar, ou seja, territórios onde é preciso explicar os motivos de entrada, a fim de ter permissão dos traficantes para circular. O próprio comportamento dos moradores dessas áreas às vezes é percebido como diferenciado, estando marcado inclusive pelo esquivamento em fornecer informações.

Têm setores que para você entrar você tem que pedir licença. (...) Licença para você entrar ali naquele pedaço, que é o entorno da Cidade Tiradentes. [No caso para os grupos criminosos?] É, você tem que pedir porque dependendo do que você vai fazer. Por que você vai entrar, com quem você vai falar, né? Por exemplo, tem uma senhora lá que ela teve três bebês, trigêmeos. Então eu comecei a arrecadar fralda para levar para ela (...). Daí eu falei para ela: “então você me dá o seu endereço que eu vou lá levar”. (...) ela falou para mim: “você chega lá e já fala que vai na casa da mãe dos trigêmeos, porque você tem uma cara de delegada, né?”. Falou bem assim para mim. Daí ela falou: “ali, você vai meio assim...”. Daí eu falei: “eu não vou” (...). Daí acabei doando para outras pessoas, sabe? Se ela aparecer, eu marco com ela, mas... sinceramente eu não vou. [E mesmo tanto tempo morando, você tem medo de circular em determinados espaços?] Eu tenho, eu tenho sim. Tenho sim, tenho medo sim, porque assim você respeita o espaço... [24CT, moradora, Cidade Tiradentes]

Em algumas regiões, em alguns lugares que você chega, você percebe que tem uma pessoa que está de olho em você assim... de moto ou às vezes de carro ou às vezes até a pé chega para você, quer saber aonde você vai, você falando: “Olha, eu estou aqui porque eu sou assistente social e estou por conta que eu quero visitar fulana”, às vezes até eles próprios ajudam você a chegar na casa. Mas, já tivemos um caso de uma das pessoas que trabalha na entidade, não aqui comigo, (...) mas que também faz visitas para famílias, de ficar lá porque tinha uma situação de uma senhora e foi o pessoal do tráfico que falou com ela: “se vocês não tirarem ela daqui hoje, vocês também não vão sair”, fez um cárcere privado lá, segurou as pessoas lá, o (responsável pela entidade) teve que ir lá para retirar essa pessoa. Então, isso também foi um caso. Mas, é assim pontual. [3JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

[Os demais profissionais têm dificuldade?] Têm, têm. Têm alguns lugares que se a gente tem que fazer uma visita a gente entra em contato com a Rede, eles falam: “cuidado, é bom você ir com o agente comunitário do PSF⁹⁷”, porque tem pessoas do PSF, são pessoas que moram ali, então muitas vezes a gente utiliza esse conhecimento para a gente chegar, porque muitos deles não conhecem a gente. E aí, pela minha percepção, isso acontece mais para o fundo. Mais para as franjas. Por isso que eu falei, que eles... migraram para onde a presença do Estado é menor (...). [1JA, profissional, Jardim Ângela]

⁹⁷ Sigla referente ao Programa de Saúde da Família ou Estratégia de Saúde da Família (ESF), implantado pelo Ministério da Saúde, em 1994, como nova estratégia de atenção à saúde, operacionalizado mediante equipe multiprofissional composta, minimamente, por médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS). Estes últimos moradores das regiões de atendimento, tendo como referência uma unidade básica de saúde (UBS). Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf. Acesso em: 09 de maio de 2016.

(...) até eu mesma estranhei, eu andando tantos anos aqui e há pouco tempo quando eu estive lá [no Setor G], em pouco tempo, isso mudou tanto. Se você pergunta “qual o nome dessa rua?”, “eu posso ...?”, “não sei, senhora, não sei”; não tem placa, muitas vezes, porque é mudado porque não querem que a gente tenha acesso. Então a gente percebe isso. É um problema a se resolver ainda... [Então, a população teria um receio mesmo em relação a...]. A esse espaço ali. Muitos moradores de lá que já não são envolvidos, eles se queixam muito desse problema. Então assim, pessoal sente essa falta de segurança nesse pedaço ali. [1CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

Ainda em relação aos profissionais que atuam nesses distritos, a necessidade de manter o “respeito e ser respeitado” está atrelado à própria proximidade como os filhos ou outras crianças ou jovens pertencentes às famílias dos membros dessa criminalidade, muitos dos quais frequentadores dos diferentes equipamentos públicos ou entidades não governamentais nessas regiões, o que também seria um fator para manter esse “respeito”. Assim, de um lado, o próprio trabalho desenvolvido por essas entidades (especialmente não governamentais) facilitaria um “respeito” por parte dos traficantes diante do próprio valor das intervenções sociais, educativas ou culturais desenvolvidas em favor da comunidade.

É uma questão delicada da gente até falar sobre isso, mas assim enquanto instituição a gente não tem nenhuma ligação, o que a gente tem é assim o respeito deles... essas pessoas que estão no crime elas não têm interesse que os seus filhos também permaneçam no crime (...) então elas querem que as instituições elas estejam lá nos lugares e nos respeitam, então não temos problemas com eles. [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela]

(...) nós somos reconhecidos por outra parte, do pessoal que é envolvido na situação, que a gente tenta conversar e não rolar interferência diretamente com eles. (...) essas pessoas entendem o nosso trabalho, a importância, porque os filhos deles também estão aqui (...) [21JA, morador e profissional, Jardim Ângela]

De outro lado, entretanto, da parte dos representantes dessas entidades ou de outros profissionais, esse “respeito” estaria atrelado igualmente à necessidade de manter certo distanciamento ou neutralidade frente a esses agrupamentos e suas atividades ilícitas, inclusive não abordando diretamente temas como as drogas ou abordando de forma cuidadosa (sem aferir julgamentos), por conta das distintas relações de proximidade e dependência de muitas famílias em relação ao “mundo do crime”, seja como fonte de renda, da presença de familiares presos ou mesmo do envolvimento dos jovens atendidos em atividades ilícitas. Assim, esse respeito proporcionado pelo “crime”, teria como sua outra face, a não interferência nos seus negócios por parte da comunidade, o que cria a necessidade de saber lidar com diferentes situações, para não ofender, não entrar em atrito. Desse modo, verifica-se a presença constante de certa tensão nessas relações, isso porque ainda que seja

apontada a existência desse “respeito” da criminalidade em relação ao trabalho desses profissionais, esse está igualmente pautado numa necessidade de não questionar suas ações e suas atividades.

Hoje a gente não faz, por exemplo, (...) palestras aqui sobre (...) “ah diga não às drogas” (...), isso a gente não faz. O que a gente faz é mostrar outras oportunidades que as crianças podem ter para que elas saiam, elas consigam ter uma ampliação de visão de mundo, esse é o nosso objetivo, não é dizer “não consuma, não seja usuário” (...). A gente quer ampliar a visão de mundo para que ela possa ter a autonomia de fazer a escolha sem precisar martelar lá e dizer que o tráfico não presta, porque infelizmente quem dá a segurança para ela? Quem gera dinheiro para algumas famílias, né? [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela]

[Entrevistado a] Você não pode chegar lá [na sala de aula] e dizer “não porque a polícia tem que prender”, porque do teu lado tem as pessoas que delinquiram e que são radicalmente contra ou até as pessoas que vendem a própria droga. [Entrevistado b] O trato com o aluno hoje também é muito diferenciado. [Entrevistado a] Diferenciado, (...) por exemplo, à noite damos aula em dois segundos (do ensino médio) aí esses meninos já estão na faixa dos seus dezoito, dezenove anos e eles já têm vidas determinadas praticamente, quem seguiu o bem seguiu o bem quem não estão ali, então até você fazer uma crítica aos lados você pode se dar mal, ofender e você tem que trabalhar dentro desse meio. Então tudo isso cria a dificuldade que outrora não tinha. [Entrevistado b] Nós temos alunos que até hoje os pais estão presos. [Entrevistado a] Muitos deles. [Entrevistado b] E assim às vezes eu até comento: “já que o seu pai fez você tem que mostrar uma outra postura ou você quer ficar no mesmo nível do seu pai, embora você estando numa escola você tem que mostrar que você está... tem que ser diferente, tem que se mostrar diferente. “Ah o meu pai errou? Tá o meu pai errou, agora eu não posso errar porque se eu errar eu vou estar no mesmo patamar do que ele”, quer dizer e para nós falarmos também isso é muito complicado. Eu tenho duas alunas à noite que eu não sei se ainda estão presas (...) às vezes eu fico até meio sem jeito de comentar ou falar ou dar uma bronca, porque a gente não sabe a reação, às vezes a reação... [Entrevistado a] Não entender a bronca como um conselho, quando deveria saber que é um conselho. [Entrevistado b] ... pelo modo que você vai falar ela pode até... como a pessoa é o comportamento da pessoa “nossa você vai me dar lição de moral para mim agora? Vai me dar lição de moral?” [Entrevistado a] Exatamente. [Entrevistado b] “Até por saber que o meu pai está preso?”. [11JA, profissionais, Jardim Ângela]

Ademais, ressalta-se que o “respeito” traduzido na necessidade em não interferir nos negócios do crime conecta-se diretamente às restrições verificadas em relação ao possível acionamento das forças policiais pela população e/ ou profissionais. Como distintos relatos apontam, os próprios grupos criminosos vêm requerendo para si a função de “proteção” ou “segurança” da comunidade, cujo um dos objetivos seria fortemente instrumental, ou seja, evitar a presença policial e o consequente prejuízo para suas atividades. O contraponto dessa certa “proteção” são os interditos em chamar a polícia para resolver possíveis conflitos ou crimes nesses locais. Assim, nesse jogo de contrapartidas, o

“respeito” desses grupos criminosos no que concerne à população vincula-se ao comportamento de “não mexer” com os moradores, ou melhor, de não infringir contra eles nenhum tipo de “violência” (seja contra seus bens ou contra sua vida) ou ainda não prejudicar as ações sociais ou serviços prestados na comunidade ou mesmo oferecer seus mecanismos de resolução de conflitos. Contudo, essa “proteção” está intimamente dependente do silenciamento da população frente às suas atividades, bem como da necessidade de não acionar a polícia para resolução de outros conflitos que não necessariamente envolvem essa criminalidade, como conflitos familiares ou violência doméstica (igualmente a fim de não trazer visibilidade aos seus negócios). Nessa perspectiva, não chamar a polícia (e por ventura, requerer a ajuda da criminalidade para resolução de algum conflito) estaria muito além de uma mera opção da população.

Diante desse contexto, muitas pessoas sentir-se-iam acudadas em acionar a polícia, inclusive pelo medo de serem eventualmente consideradas deladoras (“gansos” ou “caguetas”, nos termos locais) e sofrerem represálias, ao demonstrarem uma maior proximidade com os agentes policiais. Ademais, como mencionado anteriormente, esse medo de acionamento da polícia estende-se aos casos de homicídios perpetrados por esses grupos criminosos em seus “debates” ou “tribunais”. Assim, diante da coação sofrida, familiares dessas vítimas (cujos corpos não são encontrados) acabam não registrando a ocorrência dessas mortes. Essa conjuntura é ainda mais tensionada diante da desconfiança da população em relação à polícia, especialmente frente aos seus conluíus com essa própria criminalidade. Alguns são os relatos que indicam casos de denúncias feitas à polícia que não foram mantidas em sigilo e os acusados foram informados sobre a identidade de quem os denunciou, manifestando posturas de ameaça contra os moradores.

E até mesmo dos próprios, vamos dizer, do próprio PCC, tipo acontece alguma coisa: “para que chamar a polícia?” (...). Tipo assim “chamar a polícia para quê? Deixa que a gente resolve, não é necessário”. Tem muita gente que fica acuada de chamar a polícia. [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Então essa organização deles é no sentido, por exemplo, se tem uma mulher que foi vítima de abuso sexual ou de violência ninguém vai falar isso, por exemplo, para polícia vir até aqui porque a pessoa da comunidade sabe que ela não pode chamar a polícia porque eles vão ser foco e aí então eu trago pessoas para cá (...). [7JAb, profissional e morador, Jardim Ângela]

Quando eu era do CONSEG, eu poderia estar pedindo, principalmente esse problema que eu tive aqui com os computadores⁹⁸, pedir para um carro está passando aqui, está rodando. Só que isso atrapalharia o quarto setor! Então

⁹⁸ Refere-se à ocasião em que pessoas armadas foram até a sua casa atrás de alguns computadores doados. O entrevistado foi ameaçado com uma arma, mas os computadores não foram levados, por se tratarem de modelos antigos.

eles também acabam não querendo que isso atrapalhe eles, a polícia estar passando, toda hora, para lá e para cá. (...) porque ele vai falar: “poxa vida! A polícia está aqui toda hora! O que será que ele fez?”, ou é ganso, como o cagueta é chamado. É assim... e quando você é muito amigo da polícia, então já fica: “poxa, mas o que ele faz tanto lá?” [3CT, morador e líder comunitário, Cidade Tiradentes]

“[Voltando na questão que você estava falando que as pessoas não recorrem muitas vezes ao BO ou às instituições que existem para ajudar na questão da violência, você falou que elas têm medo, medo do quê?] Medo de represaria, até medo de quem termina comandando aquela região, que sempre tem um que comanda, né? Aí é do tráfico, sabe? Aí assim fala: “eu vou me assujeitar por quê? Eu não tenho peito de aço!”. [29CT, moradora, Cidade Tiradentes]

“Ah, você está sendo preso porque CICRANO te denunciou!”. Isso eu vi! Chegando do serviço, “você foi preso porque CICRANO denunciou você”... ô! Como é que você vai confiar numa polícia?! Não dá! [Por isso que você não pode ligar, por exemplo, e pedir ajuda da polícia em relação a rave?] De maneira alguma! De maneira alguma! É uma coisa que eu não faço. Eu já conversei com as minhas vizinhas, com a minha irmã... não tem o que a gente fazer, a gente não pode ligar. Eu não confio nesse telefone “disque denúncia”... né? Eu já vi caso, depois da confusão toda armada, aí os caras voltarem lá e colocar um som e colocar a música “cagueta” de tal apartamento. Ué, como é que conseguiram saber? [E o que acontece com o “cagueta”?] Ou, geralmente, ele vai embora ou morre. [8CTa, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

É possível indicar, nesse ponto, que esse jogo de interações (e relações de poder desiguais) não só produz o silenciamento da população, mas favorece a própria regulação de certas condutas (como visto em relação à necessidade de “pedir licença” ou dar satisfação para entrar em determinadas áreas) ou ainda, em certa medida, a necessidade de aceitar a “proteção” dispendida pelos membros dos grupos criminosos, ainda que (ou porque) perpassada pelo sentimento de medo e ameaça de coação (não só pelo crime, mas pela própria polícia). Isso longe de indicar uma possível legitimidade ou reconhecimento das práticas desses grupos frente à população, assinala, por esse prisma, para o seu contrário, já que fortemente baseada no medo ou na coação. Embora, como indicado anteriormente, isso não encerre a questão e a existência de outras possibilidades envolvidas nas relações ambíguas entre esses distintos sujeitos (como os itens seguintes vão melhor demonstrar).

De outra forma, contudo, também é possível assinalar para posturas de alguns moradores na perspectiva de negar qualquer possibilidade de aceitar ou recorrer aos mecanismos de regulação de conflitos estabelecidos por esses grupos criminosos ou aceitar suas ameaças, evidenciando uma postura de resistência. Assim, talvez não seja apenas o medo ou a dominação pelo medo (ou ainda “submissão”, como nomeiam Machado da Silva e Leite, 2008), por vezes presente nas relações entre os moradores e os grupos criminosos, que possibilite pensar em uma *ausência de reconhecimento ou*

de legitimidade em relação a desse tipo de poder, mas igualmente os sinais de resistência (ainda que limitados frente ao medo e às possibilidades de coação). Essas resistências são verificadas, ainda que de forma escassa, no que concerne à não subjugação frente a ameaças no desenvolvimento de trabalhos comunitários ou pela não aceitação dos procedimentos de resolução de conflitos e “proteção” do crime. “Proteção” que, por sua vez, é indicada como criando um jogo de reciprocidades, que pode enredar os moradores em dívidas com esses traficantes e, por conseguinte, em situações de maior ameaça.

(...) nosso grupo, nosso grupo era um grupo enorme e por conta desse pessoal aí querendo interferir no nosso trabalho⁹⁹, muitas das pessoas foram se desligando por medo, por medo; chegou uma época que nós ficamos aqui com 10 pessoas, mas nós fortalecemos de novo (...). Mas eu nunca me intimidei, mesmo quando nós era só nós, mesmo porque eu não estou fazendo nada de errado, eu estou trabalhando pelo bem-estar de todos, entendeu? A minha preocupação, é o que acabei de falar, é tirar as crianças das ruas, ter um trabalho decente, um serviço decente para essas crianças, uma escola decente para essas crianças, ter escola, ter creche, nosso trabalho é esse, então ninguém está fazendo nada que ofende ninguém, então não tem porque eu ter medo de A ou B, que me faz parar o meu serviço. Estou fazendo um trabalho que era para várias pessoas fazerem e talvez não façam, não porque não quer, mas porque tem medo mesmo. [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

[A população ou alguma parte da comunidade procura esses grupos?] Olha, eu já vi muita gente procurar! Eu mesma não... e eu não aconselho ninguém e eu também não procuro. Eu não aconselho, porque eu acredito, assim, tudo que você faz, que alguém faça para você de graça, uma hora é cobrado. Então eu vejo, já vi casos de gente procurar! Mas, eu mesma não procuro e nem aconselho ninguém a procurar. [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

Um caso, aqui no Juscelino: uma mãe bateu no filho; ela bateu, bateu (...) aquela coisa de mãe, de cinta, de mãe que faz mais o show do que dá, né? Fez aquele show. A vizinha foi notificar o “irmão” tal porque a mãe, aí a mãe foi abordada pelo... “por que você está batendo?”. Então, têm essas coisas, entende? (...) A menina que estava namorando com o menino, aí ela traiu o menino, aí o menino foi comunica lá para o irmão que ele foi traído pela menina, então vai ter lá um tal de um debate para decidir porque que o quê... Entende? São coisas assim que eu fico “meu Deus! Eu não aceito isso!”. Eu falo “meu Deus!”, quer dizer que você vai viver numa comunidade onde você tem que dar satisfação para o irmão fulano, para o irmão ciclano?! Se você bateu no seu filho, se você traiu seu namorado, se você largou o seu marido?! Então, são coisas mínimas, mas eu acho que um pouco isso é ignorância também, né?

⁹⁹ Em relação a esse tipo de interferência, a entrevistada refere-se à ocasião em que estava fazendo várias reuniões em sua casa e mobilizando um abaixo-assinado para conseguir a construção de um Centro de Educação Unificado no seu bairro e um homem a procurou a fim de que encerrasse essas reuniões: “(...) aí vieram aqui na minha casa e mandaram parar com as reuniões, e daí eu perguntei: “por que o senhor quer que eu pare?”. (...) Ele falou para mim: “Não, porque está incomodando” (...). “Tem gente aí que não está gostando dessas reuniões não.” [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela].

(...) de não ter entendimento dos seus direitos, dos seus deveres, eu não preciso de um “irmão” para resolver meus problemas com os meus filhos ou com o meu esposo ou com o meu namorado, né? Tem outros meios. Então, eu acho que a comunidade se deixa um pouco levar, porque é cômodo também. [Mas e o medo? Ele existe também de alguma forma?] O medo, por exemplo, eu: eu não tenho envolvimento, eu decido a minha vida, eu faço, eu não tenho medo deles! Agora, a pessoa que vive em função deles, por exemplo: eu vou abrir um comércio, então eu vou abrir um comércio aqui, então, eles vêm: “é, vai abrir não sei o quê?”, sondando. Se eu me impor com os meus direitos, “ah você vai roubar? Então ótimo! Se você roubar, eu vou dar parte na polícia”. “Você vai?”. “Eu vou...”, mas é: “ah, então tá...quanto que eu tenho que te dar? Ah, então eu vou pagar tanto para você cuidar do meu estabelecimento?”. Então, quer dizer, essa pessoa tem que viver com medo! Ela assumiu um compromisso com o irmão fulano de tal no caso. Agora, eu acho que... isso é o que eu penso, né? (risos) (...). Eu sou muito assim: eu falo “não, não é porque eu moro aqui eu tenho que pedir permissão” (...) [17CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

Reconhecimento situacional: entre as “leis”¹⁰⁰ do Estado e as dos grupos criminosos

É em torno da “proteção” ou “segurança” propiciada pelos grupos criminosos à população local e das ambiguidades em torno dessa “proteção” (e de seu caráter fortemente instrumental tanto para os grupos criminosos como para a população), que igualmente é possível problematizar o que vem sendo aqui delimitado como *reconhecimento* ou *legitimidade situacional*. Tal possibilidade de *reconhecimento* se estabelece essencialmente no contraponto entre as “leis” do crime e às do Estado, enquanto práticas com padrões específicos nesses locais.

Essa terminologia tem como base diferenciação sugerida por Arturo Mendoza (2015), a fim de situar a legitimidade das instituições estatais no âmbito das interações entre seus agentes e a população. Mais especificamente, o autor questiona sobre a produtividade analítica de se diferenciar entre uma *legitimidade geral* ligada às instituições estatais, que pressuporia que as decisões e regras estabelecidas por essas instituições (uma vez consideradas legítimas) seriam aceitas e seguidas sem uma avaliação constante sobre o seu desempenho; e uma *legitimidade particular* ou *situacional* relacionada diretamente à forma como os agentes dessas instituições operam na prática as leis estatais e suas atribuições (Mendoza, 2015, p.78). Essa última delimitação conceitual é utilizada, portanto, com

¹⁰⁰ Igualmente ao indicado em relação à utilização dos termos “debates” e “tribunais do crime”, a referência às “leis” dos grupos criminosos não significa assumir uma correspondência entre as leis formais e o tipo de regulação da conduta estabelecido pelo PCC. A utilização dos termos aparece na própria fala dos moradores, os quais procuram tornar plausível dentro de suas referências a experiência de convívio com esse agrupamento, dando conta de um tipo de normatividade estabelecida por esses grupos.

o intuito de identificar algo mais circunscrito e modificável, o que se interliga ao entendimento da legitimidade enquanto processo em constante construção, como compreendido nesse trabalho.

No contexto aqui estudado, o termo mantém caráter similar, ganhando, contudo, especificidades. Isso ao inserir no contexto dessas interações os grupos criminosos, suas normatividades e suas práticas em relação com as normatividades e práticas do Estado. Ou seja, a utilização do termo *reconhecimento* ou *legitimidade situacional* no que concerne aos grupos criminosos pretende dar conta da produção desse reconhecimento no contraponto às formas de atuação do Estado nesses locais, especialmente àquelas das forças policiais. Esse tipo de *reconhecimento* situa-se, de tal modo, no próprio tensionamento em relação ao *reconhecimento situacional* do poder do Estado (embora não desconstrua o *reconhecimento* desse poder como expectativa mais *geral* entre a população)¹⁰¹. De tal modo, pretende-se dar conta da conexão constituída no discurso dos entrevistados entre forma de atuação do Estado nesses territórios e a conformação do poder desses agrupamentos criminosos, especialmente proporcionando certa “proteção” ou “segurança”.

Nessa perspectiva, as narrativas selecionadas e postas em discussão nesse item evidenciam a duplicidade nas referências normativas, especialmente em relação à segurança nesses locais. Destarte, se, nos períodos iniciais de ocupação dos distritos estudados, as falas sintetizam esses territórios como “terras sem lei”, atualmente as referências são outras. Tanto há menção às leis oficiais do Estado (embora predominantemente pela falta, pelo seu não cumprimento) quanto às “leis do crime”, estabelecendo relações de poder específicas que se cruzam nas experiências cotidianas: “*Olha, a gente querendo ou não querendo, nós temos duas leis: a justiça, que todo mundo conhece, que é a polícia, é isso, é aquilo; e tem o lado do crime, né?*” [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes].

De forma geral, ao se explorar essa duplicidade, evidencia-se que a presença dos grupos criminosos regulando condutas e resolvendo conflitos (mas também promovendo outros tipos de auxílios ou benfeitorias locais¹⁰²) surge, em distintas narrativas, nos termos de marcar esses grupos como

¹⁰¹ O nível de referência, portanto, é deslocado, mesmo porque não é possível considerar a existência de uma *legitimidade geral* do PCC frente à população (nos termos em que essa legitimidade é possível em relação ao Estado). No que concerne às relações internas ao PCC nos presídios, algo semelhante a essa *legitimidade situacional* pode ser visualizada por meio das considerações de Biondi (2010). Isto porque, a autora aponta para a necessidade de uma conquista incessante na constituição do reconhecimento do PCC frente aos presos, estando, em grande medida, dependente das atuações cotidianas dos “irmãos” em conseguir colocar em prática os preceitos do PCC (Biondi, 2010, p.141). Nesse caso, o nível de referência é possível de ser constituir em relação ao próprio PCC ou a uma *legitimidade geral* do PCC frente aos presos, conquanto uma referência ao Estado (ou contra o Estado e suas injustiças) igualmente esteja na base da conformação dessa legitimidade.

¹⁰² Os relatos indicam benefícios ou auxílios como o oferecimento de cestas básicas, botijões de gás, suporte financeiro para o enterro de alguma pessoa, pagamento de advogado, pintura de conjuntos habitacionais ou ainda promoção de festas (em datas comemorativas, como no “dia das crianças”) e bailes (embora também haja entrevistados que sugeriram que a criminalidade local não presta nenhum tipo de auxílio dessa natureza).

instância social que tem preenchido “brechas” deixadas pelo Estado, inclusive instaurando essa outra normatividade: *“o Estado não comparece, o crime se organiza (...) e instaura as suas próprias leis”* [19CT, profissionais, Cidade Tiradentes].

Grupos criminosos que têm logrado ocupar essas “brechas” principalmente com base na maior “eficácia” percebida por parte da população em relação às suas ações e “leis”, em comparação à polícia, na resolução de conflitos locais e oferecimento de “proteção” ou “segurança”. “Segurança” entre aspas, com não deixa de destacar um dos entrevistados, sobretudo diante dos demais riscos que a expansão do tráfico tem representado nesses lugares, especialmente o aliciamento de jovens cada vez mais novos para suas atividades. *“[Entrevistado 1] (...) é uma segurança entre aspas... [Entrevistado 2] Entre aspas (...) e a violência do outro. [Entrevistado 1] tem criança com 12 anos entrando para o tráfico”* [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela].

Nessa perspectiva, certa “ausência” do Estado em diferentes âmbitos como segurança, justiça, assistência social, educação é assinalada e, no seu contraponto, a maior consolidação desses grupos criminosos nesses territórios, instaurando suas próprias “leis” e punições. Assim, apesar dos avanços percebidos em relação à atuação do Estado, ao longo do tempo, nesses locais (por meio de acesso à infraestrutura e provimento de serviços públicos), a própria extensão desses territórios, sua grande densidade e crescimento populacionais e diferenciações internas no acesso da população a essas melhorias, criando, como já assinalado, “periferias” no interior dessas periferias, contribuem para essa percepção de “ausência” do Estado e expansão dos grupos criminosos.

(...) estamos vivendo um momento de novo de uma ausência, não é mais suficiente o que o Estado trouxe, está muito aquém do que as pessoas estão precisando ou que de fato as pessoas necessitam. Então estamos voltando de novo a essa ausência, a esse movimento de que estamos abandonados (...) ou seja, se o Estado não ocupa, alguém ocupa, é bem por aí. [19JA, profissional, Jardim Ângela]

É principalmente no campo da segurança pública que essas narrativas se constroem a fim de mostrar essa “ausência” do Estado e sua consequente “substituição” pelos grupos criminosos. “Ausência” que precisa ser lida muito além da falta de presença física do Estado nesses locais, mas como uma presença que não cumpre suas prerrogativas, especialmente ao não proporcionar segurança à população. Assim, como pontuam Das e Poole (2008), é necessário ver muito além de certa incompletude que caracterizaria o Estado quando situado em territórios considerados como “margens” (geralmente vistos como lugares de “desordem”), cumprindo questionar o que significa essa forma específica de presença do Estado (ainda que também pela falta) nesses territórios, com suas formas de gestão social

específicas, onde o uso da força física pode ser utilizado como forma de pretensão controle social e estabelecimento da “ordem”.

Como indicado anteriormente, a imagem policial no que se refere ao passado nesses distritos está associada ao mesmo tempo à sua presença escassa (uma vez que não havia policiais para o patrulhamento desses locais e nem equipamentos de segurança pública, como companhias de polícia e delegacias) e, de outra forma, à sua atuação arbitrária e violenta quando presente, por meio de abordagens discriminatórias e abusivas, agressões físicas e ações de extermínio. Ao longo do tempo, algumas mudanças são indicadas, como a maior presença física da polícia, por meio dos seus diferentes equipamentos; a ampliação do seu efetivo; e a maior integração de uma parte da polícia com a comunidade e instituições públicas locais. Essas alterações, no entanto, são relativizadas diante da insuficiência desse incremento policial e sua distribuição desigual pelo território; da ausência de combate à criminalidade (inclusive ao tráfico de drogas); omissão frente às demandas da população; da falta de investigação policial; das suspeitas de corrupção e implicação de parte dos policiais com membros de grupos criminosos; bem como da permanência de ações violentas. Assim, embora existam exceções, já que parte da população destaca ações positivas da polícia nessas comunidades, muitas também são as referências negativas e os limites apontados nessa atuação.

Atualmente, há áreas no interior desses distritos, especialmente próximas aos batalhões e bases policiais, onde a presença policial é percebida como sendo maior (contribuindo para a diminuição da “violência”), o que não se verifica em áreas mais distantes ou de difícil acesso, onde a polícia raramente está presente. Estes são locais afastados das áreas mais centrais e com melhor infraestrutura, constituindo os “bolsões” já mencionados, os quais, além de serem muitas vezes regiões limítrofes com outros distritos, apresentam maior precariedade socioeconômica e onde é escassa a atuação policial, o que favoreceria o desenvolvimento da criminalidade.

(...) onde a polícia instalou a base, diminuiu significativamente assim a violência, mas deu uma empurrada desse meio onde a polícia estava... acontece mas empurrou mais para o fundo, onde a polícia não está vendo.
[19JA, profissional, Jardim Ângela]

[Você falou que hoje está mais forte o tráfico, você percebe isso de quanto tempo para cá?] Na verdade, sempre teve, nunca deixou de ter, só que eu percebo que de 12 anos para cá a coisa ficou pior, bem pior. De 12 anos (...) e com a chegada das bases, da base no Jardim Ângela, com policial no Jardim Ângela que lá também era igual aqui, era tudo pior. Hoje eu acho (...), não só eu, porque acho que se você for perguntar para outras pessoas, a maioria vai pensar a mesma coisa, aqui ficou pior porque parece que as pessoas que estavam lá, os que estavam lá vieram para cá, por aqui ser um bairro mais distante, ser periferia mais assim, esquecida, eles migraram para cá e não tem nenhuma base, nenhum posto policial, não tem nada; não é por falta de pedir,

porque pedir nós já pedimos várias vezes, inclusive para a Secretaria de Segurança Pública. [15JA, moradora e liderança comunitária, Jardim Ângela]

De outra forma, a eficácia desse policiamento na promoção da segurança da população também estaria prejudicada perante as relações ilegais de parte dos policiais com os membros desses grupos criminosos. Relações caracterizadas pela falta de repressão a suas atividades ou proteção oferecida frente aos mecanismos de incriminação legal, por meio de uma série de chantagens e acordos financeiros. Essas ações dos policiais solapariam a própria distinção, perante os moradores, sobre quem é ou não “bandido”, ao provocarem um embaralhamento contínuo entre as fronteiras entre o legal e o ilegal: “(...) *porque a própria polícia, ao invés de fazer o trabalho que ela tem que fazer, não, ela apoia tudo que está errado, então não vai ter, tipo assim, o mocinho e o bandido não, é o bandido e o bandidão*” [2CT, moradores e profissionais, Cidade Tiradentes].

Diante dessas negociações, áreas específicas nesses territórios sofreriam pela falta de policiamento ou pela “vista grossa” em relação à atuação dos grupos criminosos. Negociações, por sua vez, sempre precárias e passíveis de desestabilizações, inclusive diante das diferenciações internas às próprias polícias, de trocas periódicas de policiais, o que envolveria diferentes possibilidades de acordos, sempre passíveis de recaírem em repressão violenta. Ademais, é indicado o envolvimento direto de alguns policiais em atividades criminosas por meio do empréstimo de armas para ações de roubo a bancos, assim como, envolvimento no transporte e venda de drogas.

Então, a polícia, ela não tem mais função, a polícia não exerce mais a função da segurança pública; ela está exercendo outros papéis que ela sempre fez, historicamente, de extorquir, de é... negociar, chantagear e tal. Mas, ela não garante a nossa segurança. [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) o polícia tem o poder na mão aí ele chantageia o bandido que se o bandido não der tanto para ele, ele vai arrumar um jeito da casa dele cair, e arruma. [15CT, moradora e liderança comunitária, Cidade Tiradentes]

[Entrevistado 2] (...) porque faz uma vista grossa em relação a algumas coisas, como eu posso explicar isso? Existe assim, existe uma parceria às vezes, isso não é geral, mas acontece. [Entrevistado 1] Eu estou passando aqui, mas eu não estou vendo. Mas eu cobro para não ver. [Entrevistado 2] Então existe essa negociação. [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela]

Têm polícias e polícias, que nem têm pessoas e tem pessoas, né? Tem muita denúncia que às vezes a própria polícia às vezes vai até o local e é do bando, leva droga, faz isso e faz aquilo outro. Chega essas denúncias para gente. Então às vezes é uma situação que eles poderiam estar ajudando e eles estão prejudicando. [8JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

Assim, se a “ausência” do Estado é vista como elemento essencial no movimento de fortalecimento dos grupos criminosos, acopla-se, a essa percepção, a forma perversa de atuação do Estado nesses

territórios, quando esse se faz presente. Nesse sentido, a referência passa tanto pelas ligações ilegais com os grupos criminosos como pela “violência” perpetrada pelos agentes policiais. “Violência” que compunha a representação sobre o contexto pretérito nesses lugares, mas que se mantém nos dias atuais, provocando descrédito e medo da população em relação à polícia e contribuindo para a expansão do “domínio” do crime: “(...) *claro que o crime impera! Impera porque o Estado não é eficaz. Agora, o Estado, para ele ser eficaz, ele acha que ele tem que ser violento, entendeu? (...) Aqui, eu tenho mais medo da polícia! Têm uns dias que a polícia passa aqui que... cara!*” [19CT, profissionais, Cidade Tiradentes].

Várias são as formas com que o uso da força extralegal pela polícia configura-se nesses territórios: discriminação e agressão física contra jovens, incluindo aqueles em medida socioeducativa (e seus familiares), negros e usuários de drogas (há menção a jovens que foram obrigados a engolir a própria droga); abordagens violentas (com destruição de documentos, ameaças com arma de fogo, humilhação); forja de provas para incriminação de moradores (inclusive, devido a pretensos acordos não cumpridos ou para cumprir cotas estipuladas pela corporação)¹⁰³; atuação violenta no combate aos bailes funks (com uso de spray de pimenta, arma em punho e agressão física); violência sexual contra jovens do sexo feminino (como moeda de troca para não prenderem alguém devido à prática de algum delito); disparos indiscriminados com armas de fogo, colocando em risco a população. Ademais, tem-se a sensação que grande parte dos assassinatos recentes nesses locais seria perpetrada pela polícia, tanto nas ações pretensamente “legais” no combate à criminalidade (mas, não obstante, muitas vezes abusivas), quanto em ações ilegais. Nos dois distritos, verifica-se relatos sobre a identificação de grupos de extermínio formados por policiais (militares e civis), como o grupo denominado “Highlanders”, no distrito de Jardim Ângela¹⁰⁴.

Até inclusive aconteceu um escândalo, eu estou falando porque é público, né? É ... eles eram chamados de Highlanders, né? E aí trocaram toda a equipe lá porque cortavam a cabeça das pessoas. [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela].

E teve também... aqui teve um período também em 2007 até esses policiais saíram daqui, tinham dois investigadores aí e mais quatro envolvidos que eles faziam queima de arquivo, levavam lá para o morrão e na época acabou matando um inocente, foi daí que... [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

¹⁰³ Relatos indicam que policiais teriam prendido moradores de rua, incriminando-os enquanto traficantes para “completar a cota deles” [2JA, grupo de jovens, Jardim Ângela].

¹⁰⁴ Na imprensa, ver matéria: *PMs acusados de integrar grupo de extermínio "Os Highlanders" serão julgados amanhã*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/773937-pms-acusados-de-integrar-grupo-de-extermínio-os-highlanders-serao-julgados-amanha.shtml>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

O sentimento de medo da população também estaria atrelado à presença da ROTA, que esteve menos atuante por um período, mas que retorna mais intensamente a partir de 2006, inclusive no confronto com os grupos criminosos, deixando os moradores no meio do fogo cruzado e aumentando a probabilidade destes tornarem-se vítimas fatais de ações pretensamente voltadas ao combate desta criminalidade: *“De modo especial a gente tem que dizer que nos últimos anos, a partir de 2006 a Rota começou a atuar mais ostensiva na região. Enquanto que de 97 até 2005 tinha desaparecido da área. E aí levantou toda uma sensação de medo de novo. Nos últimos tempos a gente pode dizer, de modo especial, este ano de 2012 e 2011... o medo da polícia tem aumentado sensivelmente”* [20JA, morador e líder religioso, Jardim Ângela]. Isso ficou patente no período que ficou conhecido por meio da imprensa como “crise de segurança” no estado de São Paulo, em 2012 (Feltran, 2012; Sinhoretto, 2014; Dias et al., 2015). Período caracterizado pela forte desestabilização entre as forças policiais e o PCC (como também ocorrido em 2006)¹⁰⁵. Evento deflagrado por ofensivas policiais que ocasionaram a morte de membros do PCC, provocando, como consequência, ações de revide com o assassinato sobretudo de policiais militares em situações “fora de serviço” e uma contraofensiva policial com a morte de vários civis. Conforme dados oficiais, foram 82 policiais assassinados, em 2012, (contra 37 no ano anterior) e 563 civis mortos por policiais (gráfico 1). Conflitos que tiveram como efeito provocar um aumento nas taxas de homicídios como um todo, revertendo a tendência de queda até então verificada. Somente no MSP, os homicídios cresceram 34% em 2012 (1.368 mortes em comparação a 1.019, em 2011) (Dias et al., 2015).

Nesse período, os relatos, especialmente no distrito de Jardim Ângela (referentes ao segundo semestre de 2012), dão conta dos efeitos dessa desestabilização para a população. Um conjunto de eventos é mencionado como decorrentes desse ciclo de vinganças, que opera com a morte de membros do PCC, de um lado, e de agentes policiais, de outro, como traduzido na fala dos jovens da região: *“(...) está tendo uma guerra civil. É tipo assim, um policial matou um cara do PCC... aí o pessoal do PCC mata dois policiais”* [2JA, grupo de jovens, Jardim Ângela]. Observa-se, como resultado, a intensificação de ocorrências de blitz policial; o desempenho mais violento da polícia, inclusive pela atuação intensiva da ROTA; assassinatos praticados por grupos de extermínio, com suspeita de participação policial; bem como ações de represália do PCC, como toques de recolher afetando escolas, postos de saúde e circulação de ônibus. Dois casos aparecem como relevantes nos relatos, exemplificando esse processo. O primeiro diz respeito à morte de um traficante pela ROTA, que teria provocado um aumento dos

¹⁰⁵ Há de se destacar, contudo, que ao contrário do episódio de 2006, a “crise de 2012” caracterizou pela dispersão e fragmentação dos ataques durante parte do ano, em contraposição à concentração dos ataques em alguns poucos dias em 2006 (Dias et al., 2015).

homicídios e uma diminuição da segurança e o outro indicando a morte de dois jovens no interior desses conflitos.

“(...) enquanto estava esse chefe do tráfico aqui embaixo, aparentemente não se ouvia falar em tantos homicídios. Assim que mataram ele e começaram a aparecer muitas mortes (...). Foi a Rota, a Rota que matou ele. Por conta disso também muitos policiais foram mortos. Você vê, até hoje, a gente vai passar nas avenidas aí e tem uns ‘cones’ da base... e está tendo muito comando da polícia. (...). Então assim, também os policiais estão com medo, porque da mesma forma que mataram ele (...) a polícia está tendo muito ataque” [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela].

(...) mais ou menos há umas 3 semanas atrás... teve até um protesto aqui na região... por causa que mataram duas pessoas que disseram que não era bandido... aí ficou o toque de recolher temporário. (...) Isso foi do lado da minha casa... três casas do lado... [Mataram dois jovens, foi isso?] Foi... [E a polícia que matou?] Foi. [2JA, grupo de jovens, Jardim Ângela]

De tal modo, muitas são as descrições que apontam para a sensação de desproteção, ameaça, medo (inclusive em denunciar os criminosos para a polícia) e de descrédito da polícia nessas comunidades. Assim, as “ligações perigosas” (Misse, 1999) do crime com os agentes do Estado, a falta de eficiência policial, atreladas à sua atuação violenta são vistos como aspectos que incidem diretamente sobre a expansão da criminalidade organizada e seu enraizamento nesses territórios, bem como parecem minar sobremaneira a possibilidade de considerar os policiais como promotores de segurança nesses locais. É no interior desse contexto que surgem narrativas que frisam que a polícia *“(...) acaba sendo não alguém que o protege, mas alguém que o ameaça”* [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela] ou ainda a sensação de que *“(...) tem muito corrupto. Não pode confiar na lei”* [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes].

Nessa perspectiva, tornam-se importantes as considerações de O'Donnell (2000) sobre a diferenciação entre um “Estado burocrático” e um “Estado legal”. O primeiro relacionado à estrutura operacional do Estado, com suas instituições e funcionários, o segundo referente à personificação do Estado num sistema legal, conferindo previsibilidade e estabilidade às relações sociais. É possível pensar, de tal modo, para a ausência ou limite de um “Estado legal” nesses territórios. Assim, muito embora um “Estado burocrático” esteja presente com suas instituições (tanto na forma de prédios como de funcionários), estaria ausente um “Estado legal”, já que a legislação formalmente aprovada, além de ser aplicada de forma intermitente e diferenciada nesses territórios, é englobada por outra legislação, uma *“legislação informal baixada pelos poderes privatizados que realmente dominam esses lugares”* (O'Donnell, 2000, p.347). Como ressalta o autor, essa situação acarreta uma renegociação contínua dos limites entre os dois tipos de legalidades (a formal e a informal) e a conformação de relações de

poder onde a “violência” extrema pode ocorrer. O próprio fortalecimento do crime organizado com suas próprias regulações engendra, por um lado, essa legislação informal que entra na disputa pelo controle das relações nesses locais. Por outro, ou simultaneamente, tem-se a privatização dos poderes do Estado pelos seus agentes, também colocando em funcionamento esse sistema informal, inclusive por meio de conluíus, alianças ilegais com os próprios grupos criminosos, ou ainda por meio de uma atuação violenta. Observa-se, desse modo, um embaralhamento constante das fronteiras entre o legal e o ilegal, já que o próprio Estado passa a não operar por vias legais.

É diante desse quadro que se insere a constituição de um *reconhecimento* ou *legitimidade situacional* em relação aos grupos criminosos, dependente, portanto, do descrédito e medo em relação às forças policiais. Possibilidade de legitimidade, dessa forma, diretamente circunscrita à miríade de relações específicas de poder que liga a polícia, os grupos criminosos e a população. Situação que não descarta também o medo em relação aos grupos criminosos, demonstrando o conjunto de ambiguidades tecidas no interior dessas relações. Entretanto, a maior proximidade em relação aos membros desses grupos, os quais nascidos e criados nesses territórios, acaba por matizar esse medo frente aos demais riscos advindos do histórico de “violência” nesses lugares, inclusive por parte da própria polícia, favorecendo a busca por seus mecanismos de “proteção” ou resolução de conflito em detrimento dos mecanismos oficiais-legais.

Uma das questões complicadas da violência é o que ela vai gerando ao longo do tempo, então ela gera toda essa insegurança e esse medo e esse medo que a população tem da polícia faz com que ela prefira o medo de quem está do lado dela, não que ela não tenha medo do bandido, mas ela prefere estar do lado do bandido que ela tem medo, mas ela conhece, o bandido está do lado dela e ela conhece, entendeu? Então é muito mais fácil eu pedir ajuda para o cara do tráfico porque ele eu sei que ele vai resolver o problema e eu posso contar com ele porque ele está ali do lado, agora a polícia pode ser que ela interprete a questão erroneamente e ao invés dela ajudar quem está denunciando ela pode fazer o contrário, né? [7JA, moradores e profissionais, Jardim Ângela]

Vamos supor: eu briguei com uma vizinha, o certo era levar lá na Delegacia para a gente fazer um B.O, para ver o que ia dar. Aqui, a gente procura não levar para a Delegacia. Se tiver alguém dos grandes, não vou dizer dos pequenos, para resolver, nós resolve. É muito mais seguro do que levar na Delegacia. [Por quê?] Tem muito corrupto. Não pode confiar na lei. [E neles daqui você acha que é mais confiável?]. Eu, pessoalmente, confio desconfiando. Não confio, mas é mais seguro. [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

Mais especificamente, como indicado acima, é com base em certa “substituição” do Estado por esses grupos nesses territórios, principalmente no oferecimento de “proteção” ou “segurança” que esse *reconhecimento* ou *legitimidade situacional* se localiza, caracterizando-se por seu caráter fortemente

instrumental, uma vez que é percebida como mais “eficaz” ou ainda como mais “segura” do que os mecanismos oficial-legais, atuando na contenção da própria “violência”. “Substituição”, contudo, que traz consigo outros tantos perigos, já que como indica um dos entrevistados esse tipo de “substituição”, sobretudo na regulação dos conflitos, acaba também por subjugar a população: *“Então, olha o ponto que a gente chega, né? Do Estado ser substituído pelo crime organizado, que é tão perverso quanto a ausência desse Estado, que é tão perverso quanto. Porque não liberta, não emancipa, não dá autonomia, (...) a gente vive refém!”* [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes].

É, por conseguinte, em torno dessas ambiguidades que essa possibilidade de *reconhecimento* ou *legitimidade situacional* é produzida nesses territórios, sendo retroalimentada pela permanência do tipo de atuação policial referida e pela própria procura da população pelos mecanismos de “proteção” e resolução de conflitos desses grupos criminosos.

Olha, algumas pessoas, devido à ausência do poder público, eles acabam contando com essas pessoas. Porque existe também uma ausência do poder público nessas regiões onde eles predominam, né? Existe uma ausência. Têm ruas que a polícia evita de passar. Porque sabe que lá tem o comando forte, né? Então, eles evitam de entrar ali, de passar ali. Então, isso é bem real. [3JA, moradora e profissional, Jardim Ângela]

[A população busca apoio desses grupos ou você acha que é muito limitado isso?] Procura sim. Por quê? É.... às vezes, você encontra mais solução nesse sentido, do que com o próprio policial. Porque tem, a gente sabe que tem, a corrupção, em todos os lugares. E nesta questão tem também, né? Porque, no caso da questão da moradia, a gente vê que está tão presente nisso, né? Que é uma forma da pessoa se resguardar porque já recebeu um apoio de uma certa forma e então, acredita mais nesse sentido do que em outro. [18CT, moradora, Cidade Tiradentes]

[Você também tinha falado antes que a população quando acontece alguma coisa não vai se reportar à polícia?] Ah não, eu falo assim bairros periféricos mesmo onde a lei geralmente é o crime mesmo, isso existe. (...) Eu conheço muitas pessoas muitas mães de família, muitos pais de família, trabalhadores, donas de casa que realmente acreditam muito mais que se ela chamar um irmão o problema dela vai se resolver do que se ela chamar a polícia que vai levar para a delegacia vai fazer um boletim que vai fazer um protocolo que vai lá para a casa do cacete... E vai acabar não resolvendo nada... [11CT, grupo de jovens 1, Cidade Tiradentes]

Isso a gente não pode negar porque é realidade, para quem mora na periferia é realidade porque, por exemplo, assim se vai um cara e ele assalta a sua casa você não vai ligar para a polícia, você vai ligar para um irmão da quebrada... é verdade ou não é? (Vários concordaram). Você vai ligar para um irmão da quebrada que ele vai achar quem foi o cara que fez para julgar nas leis da rua (...) [11CT, grupo de jovens 1, Cidade Tiradentes]

É tipo assim às vezes quando nós aqui da Cidade Tiradentes nós falamos que o crime está sendo organizado, não que graças ao crime nós estamos vivendo, é tipo melhor do que antes (...). Porque geralmente você ouve falando “nossa é o crime que está mudando, nossa é o crime que está fazendo vocês ficarem protegidos”, porque assim se os policiais estivessem fazendo algum papel não existiria crime de uma certa forma (...). Mas não que isso seja uma coisa certa um crime organizado, né? Não que seja uma coisa certa, crime já não é uma... a palavra crime já não é uma coisa certa (...), mas dá uma certa segurança, você entendeu? É a realidade, a gente não pode ser hipócrita de falar que “não, polícia”. A verdade é o que todo mundo vê é o crime ele cada vez mais reforçando e dando estabilidade aqui para o bairro, entendeu? [11CT, grupo de jovens 2, Cidade Tiradentes]

(...) as melhorias vieram com o tempo mesmo... são poucas, mas a gente tem um posto policial que foi para combater a violência. Só que na verdade não funciona muito, né? O que acaba funcionando mesmo é o tráfico, o pessoal mesmo do tráfico que... [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Por meio dos relatos é possível verificar que essa “proteção” ou “segurança” é estimada em relação ao próprio controle na ocorrência de homicídios (como anteriormente abordado), mas também no concerne a evitar roubos nesses territórios ou agir na resolução de diferentes conflitos, não só no interior do “mundo do crime”, mas também em conflitos interpessoais ou familiares que envolvem a população com um todo (como briga entre casais, violência doméstica, traição de namorados) e crimes considerados graves, como o estupro. Designadamente em relação aos roubos, é possível encontrar narrativas sobre boatos ou rumores que apontam, por um lado, que “é proibir roubar” nesses territórios, sugerindo o estabelecimento de códigos de regulação de condutas, e, de outro, o acionamento dessa “proteção” ou “segurança”, a fim de fazer cumprir esse código, cabendo punições para aqueles que não seguem essa restrição.

(...) falam que sempre tem alguém que está cuidando daqui, que não deixa que aconteça nada. [17CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes].

[Entrevistada 1] Mas o lado do crime, ele segura um pouco sim o que a justiça não segura! Então, eles têm lei; a lei deles! Que não é a lei de Deus, nem a lei dos homens. A lei deles não permite esse tipo de coisa no bairro. [Que tipo de coisa?] [Entrevistada 1] Pegar um pai de família, matar um pai de família; ou até mesmo, roubar no seu ambiente. Tem que respeitar o seu espaço. [Entrevistada 2] Eles falam assim que é a família deles. Eles pegam uma... [Entrevistada 1] Redoma! [Entrevistada 2] Uma redoma e falam assim: “Aí é o meu pedaço! Aí é a minha família, mexeu com um deles está mexendo comigo!”. [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

(...) ninguém rouba ninguém, ninguém entra na casa de ninguém, quando o tráfico está no comando. Não acontece nada. [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela].

(...) nesses últimos 5 anos eu não conheço nenhum traço de violência no qual foi dado pelo próprio tráfico da região em relação à população. Tipo, de uma certa forma o tráfico da região não afeta a própria região dali. Sempre quando tem a violência do tráfico em direção à própria população vem de outro lugar. Não é o daqui. É de outro lugar. Tanto que uma vez teve uma pessoa que foi roubada, viu o cara, seguiu ele, e veio até aqui, os próprios traficantes, em vez da polícia agir, os próprios traficantes pegaram o cara, não a polícia, pegaram o cara, bateram, porque se ele voltasse a roubar ia chamar a atenção da polícia. [2JA, grupo de jovens, Jardim Ângela]

Aqui se retoma o jogo de relações de distanciamentos com objetivos instrumentais, ou seja, de “*não mexer com os moradores*”, promovendo sua “proteção” com vistas a garantir, por sua vez, uma não interferência nos negócios do crime, especialmente evitando a ocorrência de delitos que requeiram a presença policial. Nas narrativas somam-se a esse caráter mais instrumental, envolvido no “respeito” à população local, as proximidades que também abarcam moradores e traficantes, nascidos e crescidos no mesmo lugar, compartilhando posicionamentos sociais semelhantes. Essa proximidade também garante que nada seja feito contra os moradores ou facilita que os moradores procurem esses traficantes para conseguir “proteção” ou para resolver algum conflito: “*E muitas pessoas acabam se aliando mesmo (...), porque esses meninos que se formaram nesses grupos do crime não são pessoas estranhas para nós são pessoas que moraram ali, que moram do lado das nossas casas e que foram criados juntos com os nossos filhos*” [15CT, moradora e liderança comunitária, Cidade Tiradentes].

Desse modo, quando acontece algum tipo de roubo na comunidade os relatos indicam que geralmente são perpetrados por pessoas de fora ou ainda usuários de drogas, com o intuito de garantir dinheiro para o consumo ou para pagar alguma dívida adquirida de droga (fato que estaria diretamente relacionado à própria expansão na venda e consumo de drogas nesses distritos nos últimos anos, especialmente do *crack*). Nesse último caso, as referências aludem sobretudo a ocorrências de roubos contra equipamentos públicos (como escolas, creches, unidades de saúde) ou ainda entidades não governamentais, onde distintos materiais são levados, desde comida até aparelhos eletrônicos (como computadores), produtos muitas vezes revendidos por preços muito inferiores ao seu valor, no interior da própria comunidade (reforçando as suspeitas de serem usuários os principais perpetradores dessas ocorrências). Além disso, há alguns relatos sobre roubos ou tentativas de roubo a comércios (como bancas de jornal, serviços de cabelereiro e açougue), bem com assaltos em ônibus. A ocorrência desses roubos foi mais frequente nas entrevistas no distrito de Cidade Tiradentes. No Jardim Ângela, os poucos relatos sobre esse tipo de ocorrência dão conta também de assaltos a equipamentos públicos, de assaltos a jovens que transitavam por seus bairros e roubos de carros e motos (o que, contudo, não permite afirmar que outros tipos de roubos não aconteçam).

O que eles assaltam são coisas públicas. No caso, creche, você ouve, por mais segurança que tem, às vezes, a gente ouve “olha, assaltaram a creche!”, “olha, levaram a alimentação!” ou o posto de saúde que foi inaugurado há 4 meses já foi assaltado três vezes e ali atrás do Negreiros, é o CAPS adulto. [3CT, morador e líder comunitário, Cidade Tiradentes]

Hoje muitos adolescentes aí estão roubando às vezes alguns comércios para poder ou pagar uma dívida de droga ou comprar, porque (...) eles roubam aquele computador, eles vendem ali na esquina por dez reais para ter um papelote (...). Quer dizer que eles não estão valorizando mais nem a vida e nem mais (...) o que é de propriedade do ser (...), não quer saber quanto que eu paguei naquele computador, ele vai lá rouba e vende por merreca para satisfazer a vontade dele por causa da droga, infelizmente. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Agora, quanto assim, assalto, essas coisas, aqui, a gente quase não vê... teve assim um período que até aqui chegaram a entrar para pegar botijão de gás... você vê assim que é coisa de usuário de droga, que deve ter alguma dívida para pagar... então teve assim, no ano passado, teve algumas coisinhas aqui no pedaço. Mas... mexeram também embaixo aqui no açougue, aonde que eles guardam... tentaram mexer, né? [1CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) aconteceu um assalto aqui na rua, aí diretamente fui conversar com os meninos: “oh, acabam de roubar meu filho, tal e tal...”. “Ah, a gente vai ver, tia...” [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Casos que acabam, por sua vez, suscitando questionamentos entre os moradores e profissionais em relação à “proteção” que esses grupos dizem garantir e as possíveis desestabilizações nessa proteção, inclusive diante de alguma prisão ou morte do traficante responsável por “cuidar” de determinada área.

A gente não vê falando em organização, só fala assim “oh, o pessoal não quer que mexe”. Aí quando começou a ouvir muito assalto, “mas e aí, o pessoal não está fazendo nada? Está deixando acontecer assim, o quê que é isso?”. Aí não sei se a polícia prendeu e está abandonado, e está tudo assim, eles estão à revelia. Porque pelo que está acontecendo, pelo que está acontecendo eles estão mesmo, é cabeleireiro, tudo. [É uma onda de assaltos?] É uma onda de assaltos mesmo, sabe? Nos ônibus que não tinha (...). [24CT, moradora, Cidade Tiradentes]

“[E assim o senhor falou dessa questão do poder paralelo isso mudou?] Mudou. Assim não só o perfil como também em relação a uma certa segurança, porque aonde eles estavam atuando né o pessoal que estava entorno morava entorno (...) nenhum tipo de violência, nem dos viciados, só que isso aí eu não sei se o chefe foi preso ou mataram... [Já não acontece mais?] Já não acontece mais. Os roubos que estão acontecendo agora há três anos atrás jamais iam acontecer, os caras... a lei deles parece que é pior do que as nossas. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

[Entrevistada 1] Na escola, já vieram roubar, o ano passado foi roubado duas vezes. [Entrevistada 2] Em menos de 20 dias, (...) roubaram computador. [Entrevistada 1] Levaram tudo, tudo, tudo que você pode imaginar! (...) foi no final de semana. [Entrevistada 2] Mas a gente soube que assim estavam vendendo o que roubaram aqui, televisão nova, computadores, por preços de banana. [Seriam usuários?] [Entrevistada 1] Geralmente, é usuário... (...) [Antes, vocês falaram que esses grandes chefes, eles acabam assumindo algumas regiões como sua família, nesse caso, nada aconteceu?] [Entrevistada 1] Nesse caso, nada aconteceu! Até hoje, até hoje, a gente pergunta: por que eles não tomou conta da escola? (...) [Entrevistada 2] Porque assim, aonde eu trabalhei, no final da rua, era uma rua que só tinha "Raul", que são os que clona cartão, aquelas coisas, que rouba mesmo, é assaltante de banco e tudo o mais, só que eles não deixavam ninguém chegar perto da escola. (...) e quando roubaram, nossa! Parecia!! Foi um rapaz de terno e gravata com uns dois, três celulares na mão e querendo saber quem roubou. Só que eles falam: "se você encontrar ali, morto, se vocês encontrar em tal lugar, vocês fazem de conta que nem mexeu com vocês". [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

Assim, nas diferentes localidades desses distritos essa "proteção" oferecida pelos traficantes parece ser mais ou menos "eficaz", estando dependente dos fluxos na composição dos diferentes grupos criminosos ao longo dos territórios, bem como de possíveis desestabilizações periódicas (dependente das relações com o próprio sistema de segurança e justiça estatal). Certo enfraquecimento nessa "proteção" é referido ainda pela própria composição desses grupos atualmente, ou seja, cada vez mais jovens, muitos dos quais também usuários de drogas. Apesar dessas considerações, muitos são os relatos que frisam sobre o papel dos traficantes na "proteção" da comunidade. Assim, mesmo quando não conseguem bloquear a ocorrência de roubos, distintas são as menções a ações posteriores com o intuito de recuperar os bens roubados e/ou punir os responsáveis, sendo que as próprias instituições (governamentais e não governamentais) também acionariam esses grupos a fim de conseguir a recuperação desses bens, bem como proteções futuras, diante da maior "eficácia" percebida quando em comparação às ações policiais. De tal modo, é possível sugerir que essa busca dos moradores e profissionais pelos mecanismos de "proteção" dos grupos criminosos acaba por fortalecer a reprodução desses mesmos mecanismos, favorecendo sua plausibilidade como forma de aplicação de "justiça" e estabelecimento de punições, ainda que na esteira do descrédito em relação aos mecanismos oficiais-formais. Destaca-se, nesse ponto, a própria importância que essas ações¹⁰⁶, ao demonstrarem certa forma de consentimento em relação a esses mecanismos, adquirem na conformação do *reconhecimento* ou *legitimidade situacional* do poder desses grupos no controle das condutas sociais. Assim, o recurso recorrente a esses mecanismos acaba por produzir certa medida de

¹⁰⁶ Bottoms e Tankebe (2012) discutem, com base em diferentes autores, a importância que as ações adquirem na conformação da legitimidade, não só porque as ações podem traduzir certo consentimento das pessoas em relação a diferentes mecanismos ou arranjos sociais, mas também porque uma vez concluídas essas ações servem para reforçar ou reproduzir esses mesmos mecanismos ou arranjos.

legitimidade, ainda que dependente de um contexto mais amplo pautado por considerações negativas em relação ao sistema de justiça legal. Ou seja, apesar das ambiguidades que também envolvem a produção desse tipo de legitimidade, a própria procura em si pelos mecanismos de “proteção” ou resolução de conflitos desses grupos criminosos acaba por fortalecer o poder desses grupos retroalimentando continuamente a produção dessa legitimidade.

“[Entrevistado 1] (...) a gente já sofreu assalto aqui. Aqui dentro! A gente ia instalar um telecentro, a gente tinha um monte de computador nessa sala, só que a gente depois descobriu como que aconteceu. Porque tinha um pedreiro, ele chamou um neto para trabalhar e o neto deu a fita de qual era (...). Aí, entregaram um terço, devolveram um terço para a gente. (...) [Entrevistado 2] E a gente foi até ali numas bocas e falamos assim “meu, porque a comunidade foi roubada?”. (...) o bairro mesmo pode ter intervindo, tipo os caras, para devolver. Porque tem vários (...), porque tem vários filhos de traficantes aqui e tal. E quando a gente foi na boca, falou: “meu! Mas, como?! Meu filho aprendeu a andar de monociclo lá!”. Então, tipo também é um respaldo para a gente. [19CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

(...) quem garante a nossa segurança, aqui, por exemplo, entraram aqui duas vezes. Na terceira, a gente chamou os meninos aqui da frente para conversar, para pedir ajuda para eles, porque fizemos boletim de ocorrência, fizemos tudo, entraram de novo e tal. A gente chamou os meninos que tem aí, aqui na frente tem o tráfico, na rua paralela, a gente foi até lá e conversou com eles, a gente falou: “olha, não está dando mais, porque a gente tem uma despesa que ninguém cobre, que a gente conta com um grupo de voluntariado, com as pessoas que doam isso, doam aquilo, e estão destruindo um espaço que os filhos de vocês, inclusive, ficam”. Parou. Nunca mais teve... tem três, quatro anos que ninguém entra aqui. Tem quatro anos que ninguém entra aqui. [7CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

[Você falou desse traficante que morreu, isso faz tempo?] Uns quatro meses (...) foi em abril. (...) É irônico, é irônico, mas ele foi pai de aluno da escolinha que eu trabalhava. E a escolinha era protegida, querendo ou não, qualquer coisa que tivesse era só falar... se tivesse algum assalto, como já teve na escola... se ele ficasse sabendo ele recuperava o bem que foi roubado. Oh que situação que a gente vive! A gente que a gente vive é essa. Enquanto o menino dele estava lá dentro da escola, a escola foi assaltada, levaram som, televisão, ele ficou sabendo e recuperou, ele trouxe o mesmo material que foi roubado ele devolveu. E a gente chamou a polícia, fez ocorrência e tudo... e o que eles falaram? A gente vai investigar. Investigar o quê? Não tinha o que investigar. Investiga-se quando é um policial do convívio deles, aí rapidinho eles conseguem, mas com a comunidade não. Aquele negócio, o poder paralelo oferece aquilo que o Estado não oferece. [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Cabe destacar ainda que recorrer aos mecanismos de resolução de conflitos desses grupos criminosos coloca em questionamento a possibilidade de certo reconhecimento da população no que concerne aos procedimentos envolvidos nesses mecanismos, especialmente o uso da força física (desde

agressões físicas de diferentes tipos até mesmo a morte). Pauta-se como questão, portanto, a própria possibilidade de aceitabilidade ou plausibilidade do uso da força física por esses grupos perante a população, o que implica estimar as circunstâncias e fins que podem justificar esse uso, bem como a *seletividade* de pessoas ou grupos para os quais esta força poderia ser destinada. Essa questão, de certa forma, pode ser circunscrita em relação aos casos de roubos, como elencados acima, mas também avaliada por meio da análise das ponderações e ações da população no concerne aos casos de estupros, os quais se constituem em uma das condutas centrais em que a pretensão ao “direito de matar” por esses grupos criminosos tem se conformado nesses territórios. É com foco nesse último que o tópico a seguir é desenvolvido, no qual se pretende conectar a legitimidade no uso da força física no controle daquilo que é estimado como “violência” ou perturbando a ordem social como um dos elementos centrais na própria possibilidade de reconhecimento ou legitimidade do PCC frente à população.

Legitimidade de ações violentas: os casos de estupro

Como apresentado ao longo do trabalho, os “debates” ou “tribunais do crime” conformam-se no centro da dinâmica de dominação política do PCC nos territórios pesquisados, constituindo-se como mecanismo central no interior de uma “nova economia da punição”. Mecanismo acionado na arbitragem de assuntos de menor gravidade até àqueles de maior gravidade, onde as decisões sobre a vida e a morte estão situadas. Além do que, são destinados tanto aos conflitos internos como externos ao “mundo do crime”. Constatações que corroboram com os achados de outros pesquisadores (Feltran, 2010; Telles e Hirata, 2010; Hirata, 2010). Com base no material de pesquisa, verifica-se que, apesar da percepção de grande parte dos moradores e profissionais no que concerne à diminuição na ocorrência de homicídios, vários são os relatos sobre os casos de morte provocados pelos grupos criminosos territorializados nos distritos estudados, os quais ocorrem, entretanto, em outros moldes, já que direcionadas pela normatividade política do PCC e por esse mecanismo específico de resolução de conflitos e aplicação de punições. Desse modo, a despeito da maior racionalização da punição proporcionada pelos “debates” ou “tribunais”, o uso da força física (até a perpetração da morte) não é banido do interior dessas resoluções, constituindo-se como recurso último na fundamentação do seu domínio. É em torno desse mecanismo e das ponderações da população em relação ao seu acionamento que a terceira gradação analiticamente delimitada como *situação de reconhecimento* é aqui abordada, a qual procura assinalar para a possibilidade de uma gradação mais forte de reconhecimento atrelada às práticas desse poder no que concerne ao uso da força física e suas *seletividades* (a quem se destina e em quais circunstâncias).

Primeiramente é preciso destacar que essas *seletividades* se localizam no interior do contexto de diminuição dos homicídios verificadas no MSP. Como mensurado anteriormente, a queda na ocorrência dos homicídios teve maior intensidade nos distritos estudados, assim como em outros distritos periféricos do MSP que sofriam com altas taxas de homicídios (as quais ainda são significativas, embora com valores bem inferiores). Diminuição, por sua vez, para qual o papel da maior “organização” dos grupos criminosos ganha destaque nas narrativas de parte dos entrevistados, precisando ser considerada como um elemento importante também nas considerações sobre essa *situação de reconhecimento*. Ou seja, a própria diminuição dos homicídios atrelada à reconfiguração do “mundo do crime” nesses territórios figura como aspecto que contribui para a produção do reconhecimento do seu poder na gestão local, apesar das ambiguidades que também envolvem esse poder, inclusive por se constituir enquanto poder baseado em última instância no uso da força física. Como destaca um dos entrevistados:

[Na opinião do senhor como é que fica a percepção da população em relação ao PCC?] Olha, eu diria, de um lado um olhar positivo, de que acabou com essas intrigas de um para o outro. Mas do outro lado preocupação com o poder que eles têm e o que eles são capazes de fazer, como mostraram em 2006 e em outras ações por aí. Aí que vêm as preocupações. De um lado certa satisfação e do outro lado preocupação e medo da força que tem. [20JA, morador e líder religioso, Jardim Ângela]

Diante dessa diminuição, ressalta-se, em distintas narrativas, que os homicídios que atualmente ocorrem nesses territórios estariam mais restritos aos sujeitos de alguma maneira conectados ao “mundo do crime” ou que, em alguma circunstância, acabaram por descumprir suas “leis”, além dos assassinatos provocados pela própria polícia. Homicídios fortemente regulados no interior do “mundo do crime” pelo funcionamento dos “debates” ou “tribunais do crime”, os quais, portanto, centralizam a decisão sobre sua ocorrência enquanto punição. Isso se atrela à própria percepção sobre a forma mais camuflada com que essas mortes ocorrem, ou seja, restritos aos “lugares certos”, como menciona um dos entrevistados, diminuindo a visibilidade dessas próprias mortes (antes amplamente visíveis pelos corpos encontrados expostos em locais públicos nesses distritos). Observa-se, portanto, a pretensão desses grupos na monopolização do uso da força física nesses territórios, especialmente ao requerer a função de “proteção” ou “segurança” e estabelecer “leis” e punições na gestão das condutas sociais locais.

No interior dessa “nova economia da punição”, há sobretudo menção a assassinatos decorrentes de dívidas de drogas ou de “crimes” cometidos na (ou contra a) comunidade, sobretudo os casos de abuso sexual. Como indica uma das entrevistadas: “(...) *eles falam que na lei do PCC essas coisas não têm, não pode haver estupro, nem traição de um para o outro, (...) e nem roubar a boca, tipo roubar a*

criminalidade. (...) É eles não dão perdão dessas três coisas, isso na língua deles, no linguajar deles” [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]. Verifica-se, desse modo, a percepção sobre certa *seletividade* na perpetração desses assassinatos nos dias atuais, em oposição ao passado, marcado por seu maior espraio e com impacto muito maior na vivência cotidiana de todos os moradores nesses lugares. Ou seja, o uso da força física e a perpetração dos homicídios no interior das resoluções do “mundo do crime” estariam atualmente mais circunscritos, direcionados a certos sujeitos sociais e, dessa maneira, não afetando todos os moradores. Nesse sentido, não há mais referência aos homicídios múltiplos ou chacinas provocadas pelos traficantes, às vezes vitimando até mesmo familiares daqueles envolvidos com o “mundo do crime”, mas homicídios mais restritos, o que não elimina as demonstrações de força e a simbolização dessa força por meio da forma como esses assassinatos ainda ocorrem – “mortes terríveis” ou “cruéis” –, como apontam os relatos abaixo. Isso leva a supor que as demonstrações de poder via eventos violentos, longe de se extinguirem, ainda revelam suas potencialidades na afirmação do domínio dessa criminalidade.

A pessoa torna-se uma usuária e não trabalha não tem como manter, se não trabalha para eles, porque eles, geralmente, o usuário chega num ponto que ele não consegue nem trabalhar com os traficantes. Ele não vai trabalhar, ele vai consumir, não consegue mais trabalhar. Então, se ele não tem com o que comprar, ele vai começar a fazer dívidas, né? E isso ocasiona a morte mesmo. São mortes terríveis; não é uma coisa assim, são mortes bem violentas mesmo, corta a cabeça, enforca, queima! [17CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) a maioria das mortes que se tem por aqui não é porque foi assaltar e a pessoa reagiu ao assalto, não. É homicídio mesmo, matam... é tráfico com tráfico. Ou a polícia matou, ou foi um tiroteio com a polícia... ou tiroteio entre eles, ou foi ‘overdose’, é sempre esse tipo. [5JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Ah, tem uns cinco anos assim que você não vê assim mais aquela matança, aquela coisa feia. Morre entre eles, sabe? [Entre eles?]. É, entre eles: “Ah, nós somos uma quadrilha e você roubou e me chutou; você está traficando para mim e você me roubou”, sabe? Entre eles lá. Saber, você sempre sabe de uma coisa e tal, mas assim, é entre eles. [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes].

(...) Os próprios que cometem a violência transformaram ela numa coisa mais direcionada ao público certo (risos), não está ofendendo tanto assim a população que não tem nada a ver assim. [11CT, grupo de jovens 1, Cidade Tiradentes].

Assim o índice de homicídio aqui não tem muito para ser sincero, cerca de vinte anos atrás era bem pior, (...) hoje não muito, a gente sabe que está acontecendo em alguns lugares pontuais, mas também não é divulgado. A gente fica sabendo por boca de conhecido “ah você viu, fulano morreu

assassinado ali” ou “tombaram sicrano”. [Mas por quais motivos?] Problemas devido ao tráfico. (...) Na sua maior parte é dívida. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

Você não vê um pai de família sendo assassinado! [Quem você vê ser assassinado?] Geralmente, quem é devedor de droga, noia. Esses que são... ver não! Que ver eu espero nunca ver! Mas, saber de alguma notícia, a gente fica sabendo. [E antigamente?]. Antigamente, era geral! Era um pai de família que entrava no bar para beber e bebia um pouquinho e o outro já chegava já, porque não pagou uma pinga e já queria matar (...). Hoje em dia, não! Hoje em dia, o problema é entre eles mesmos. [Eles quem?] Os viciados (...) e os traficantes. [8CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

Vira e mexe tem um ou outro assim né você fica... mas agora tá... o que aconteceu ultimamente tão queimando matado, tão (...) cortando a mão, o braço, não sei assim, a maioria das mortes que o pessoal começa a falar fala que é por causa que está devendo na boca ou porque está devendo droga ou porque tem uma dívida daí mata desse jeito cruel para os outros terem medo, aí diminuiu um pouco assim, “ah não vou fazer aquele homicídio de seis pessoas”, mata um só, mas nessa crueldade pra meio que ameaçar pôr medo nos outros, eu vejo como isso aqui agora. Deixar de exemplo. [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

Então eu me lembro que no Tupi mesmo chegou e mataram todo mundo da família (...) quando eu tinha meados de dez anos assim chegou e fez aquela chacina, né? Mataram assim, hoje não, hoje não tem isso, hoje eles querem aquela pessoa eles pegam só aquela pessoa, não vai pegar a família, porque eu acho que a família não tem a ver, aí eles chegam, antigamente você não podia andar com medo, então era perigoso porque assim se a família estava envolvida é perigoso para você também. [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

A *seletividade* na ocorrência desses homicídios, portanto, torna-se central no entendimento da produção da “violência” nos moldes em que se conforma atualmente nesses territórios, bem como para a compreensão da própria possibilidade de reconhecimento da população em relação aos mecanismos de punição dos grupos criminosos. Isto porque, essa *seletividade* não só opera no interior da diminuição nas ocorrências de homicídio, mas está na base de produção dos homicídios que ainda ocorrem, sendo importantes nas ponderações da população sobre a atuação desses grupos nesses territórios e na possibilidade de legitimidade de seu poder. Essa *seletividade* produz divisões sociais e simbólicas, designadamente o estabelecimento de fronteiras entre os moradores, identificados também como “pais de família” ou “trabalhadores”, “respeitados” pelos grupos criminosos (embora não sem tensões e ambiguidades, como assinalado anteriormente), e os sujeitos que violam as regras instituídas por essa modulação “organizada” do crime, seja prejudicando seus negócios ou não respeitando seus interditos (inclusive ao cometer algum crime contra os moradores), tornando-os

passíveis de suas punições e contra os quais o uso da força física ou até o homicídio pode conformar-se como mais “plausível” e mesmo esperado.

Essas demarcações são mobilizadas pelos grupos criminosos não só no acionamento dos seus mecanismos de punição, mas igualmente para justificá-los frente à população, como forma de produzir sua legitimidade enquanto poder local (como anteriormente assinalado no caso de Rafael). No contraponto dessa pretensão localiza-se, portanto, a possibilidade de seu reconhecimento pela população, o que pressupõe, consequentemente, o reconhecimento de suas formas de fazer “justiça”. Nessa perspectiva, considera-se que a produção desse reconhecimento está atrelada às ponderações ou valores morais da população em relação a essas punições, seus limites e *seletividades* (especialmente, em que circunstâncias e contra quais sujeitos sociais), o que implica ainda ponderações sobre a aceitabilidade do uso da força física privada como controle social e contenção da “violência”.

É especialmente com base na operacionalização dessas *seletividades*, portanto, que a possibilidade de reconhecimento do uso da força física pelos grupos criminosos parece se constituir perante parte da população e, por conseguinte, a possibilidade de reconhecimento do seu poder. De tal modo, é no interior dessas *seletividades* que o uso da força física ou até o homicídio pode conformar-se como “plausível” e mesmo esperado, ou seja, a depender das circunstâncias e dos sujeitos aos quais se destina, corroborando para a produção de certa legitimidade do PCC, diante de suas pretensões de monopolização do uso da força física nesses territórios e seus mecanismos de punição. É, nesse sentido, que a *seletividade* em relação ao uso da força física conforma-se como aspecto produtivo na análise sobre a legitimidade de um poder (Karstedt, 2013), especialmente poderes armados como o PCC.

Na conformação desse processo, os casos de estupros são produtivos pela exemplaridade que fornecem. Várias são as menções no transcorrer das narrativas sobre a ocorrência de estupros nesses territórios para os quais são acionados os mecanismos de punição do PCC. Mecanismos, por vezes, solicitados pelas próprias vítimas desses abusos ou seus familiares. Conforme uma profissional do distrito de Jardim Ângela, que preferiu fazer o relato sem que fosse gravado, diferentes são os casos que chegam até o serviço no atendimento de vítimas de ações do PCC. Um dos casos refere-se justamente à ocorrência de um estupro perpetrado por um adolescente de 15 anos contra uma criança de 9 anos, cuja mãe procurou o PCC para “obter justiça”. Adolescente que foi julgado no interior de um “debate” ou “tribunal” e acabou sendo assassinado. Atualmente, o serviço presta assistência aos pais desse adolescente. Como esse, outros casos também são narrados, evidenciando a morte como padrão de punição na ocorrência desse tipo de crime no interior dos mecanismos do PCC. Um destes

é citado por distintos entrevistados, diante de sua repercussão, já que o homicídio do acusado ocorreu dentro do hospital público de Cidade Tiradentes, após tentativa anterior que o levou à internação (adquirindo também ampla repercussão na mídia)¹⁰⁷. Caso que envolve diferentes versões, conquanto a ocorrência ou tentativa de um abuso sexual figure no interior dos fatos e das justificativas para o desfecho fatal.

Eu lembro uma época que saiu “ah, um cara foi assassinado dentro do hospital”. Sabe por que ele foi assassinado? Porque ele estuprou uma menina aqui dentro e aí a organização, o comando precisam tomar, não podem deixar isso acontecer aqui dentro, porque isso é uma falta de comando! Foi lá e falou assim: “ah, nós temos que matar o cara porque não dá para deixar um estuprador solto dentro do bairro”. [19CT, profissionais, Cidade Tiradentes].

(...) uma das últimas questões que foi bem mais grave que chamou muita atenção (...) foi a morte dentro do hospital, que eles... foi dado a ordem para matar uma pessoa dentro de um hospital. E aí depois foi falado porque essa pessoa tinha mexido com uma criança, sei lá, tiveram vários comentários, e eles não aceita essa questão de violência sem motivo. Então, foi por isso que mandaram matar essa pessoa... que até era um professor de capoeira que foi morto dentro do hospital, estava internado e mandaram matar. (...) O histórico que foi contado é que ele tentou abusar de uma pessoa, uma criança e aí eles se revoltaram porque essa criança, não sei se tinha parentesco ou eles conheciam, não sei. Então, eles deram ordem para poder fazer isso. Isso foi anunciado, saiu nos jornais. Eu estou falando por conta de tudo que foi falado, houve o comentário. Aí sim revelaram para a gente mesmo que existia essa Organização aqui. (...) aí foi feito um julgamento, eles têm toda uma organização que eles fazem um julgamento, para poder falar o que vai fazer e o que não vai fazer. E aí foi quando passou tudo daí, passou na televisão, no jornal, foi bem comentado isso daí. [1CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

Não sei se vocês ficaram sabendo acho que foi em 2009 um professor, até então falava que era educador social de capoeira foi assassinado dentro do hospital (...) além de não ser um educador, era um capoeirista, era um (...) um safado se você ver o que eles fizeram com um garoto de quinze anos que nem trabalhava porque tinha uma mãe com problema mental e eles pegaram o menino estupraram o menino com cabo de vassoura ainda deram um tiro, sorte que o tiro passou de raspão. (...) e esse cara foi assassinado, primeiro ele foi julgado lá na lei deles deram seis tiros nele e ele não morreu, aí descobriram que ele estava no hospital foram lá e mataram ele no hospital. Um crime bem hediondo mesmo. Mas ninguém sabe o que ele fez por trás né, acabou com a vida de um adolescente e de uma mãe. [13CT, morador e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) tipo onde eu moro mesmo aconteceu um caso lá de estupro, o cara da boca estuprou uma menina e essa menina tinha assim um conhecimento

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/06/415396-policia-identifica-suspeitos-de-morte-de-professor-de-capoeira-em-sp.shtml>. Acesso em: 18 de junho de 2014.

com ele muito forte, com o pessoal lá e tal, aí eu acredito que ela falou para o pessoal, o pessoal veio e pegou ele e colocou numa casinha e começou a conversar e ele pegou e confessou esse crime e nisso que ele confessou esse crime já levaram ele para o abate não deixou nem o corpo para família enterrar. [13JA, grupo de profissionais, Jardim Ângela]

(...) acho que até próprio eles ajudam a combater a violência entre eles mesmos, (...) só em último caso que assim, é: "eu acho que não tem como ter outra saída", aí eles podem estar agindo, mas dessa forma, eu vejo assim que até, falo de experiência assim, pela comunidade aqui da região, que só os casos de assim, por exemplo, de estupro, que é um dos casos mais violentos, eles tentam agir (...) [21JA, morador e profissional, Jardim Ângela]

Esses casos sugerem a importância atrelada às concepções e valores sociais em relação à "violência" que vão sendo produzidos e reproduzidos pelos sujeitos, ao longo do tempo, nesses territórios, com base nas relações sociais e interações que constituem suas experiências cotidianas. Em outros termos, trata-se de iluminar a relevância de concepções e valores que vão se constituindo no interior de relações específicas de poder, tornando certas práticas e arranjos sociais plausíveis. Relações que, de um lado, ultrapassam a delimitação territorial desses distritos (atravessando-os e os conectando a configurações sociais mais amplas) e que, por outro, adquirem formas específicas nesses territórios, configurados como "margens". Lugares onde a própria figuração estatal assume feições específicas de gestão (inclusive pelo uso extralegal da força física) e onde outros sujeitos sociais se configuram com pretensões de gerir condutas, no caso aqui tratado, os grupos criminosos sob a normatividade do PCC (que também tem como pilar último de sustentação o uso da força física). Situação que se soma ao histórico de "violência" nesses lugares, também com efeitos na conformação dessas concepções e valores, a começar pelas práticas que são concebidas no interior dessa nomenclatura, passando pelas práticas sustentadas valorativamente como forma de reprimi-la, o que pode incluir o uso da força física (tornada aceitável ou plausível diante do mal ou negatividade que se pretende extinguir).

Destarte, a ocorrência dos casos de estupro nesses territórios e o acionamento dos mecanismos de punição do PCC (como forma de controle social e maneira privada de "fazer justiça") sinalizam para a importância das concepções e valores sociais nas definições do que é considerado "violência" (e de seus diferentes níveis de gravidade), bem como nas ponderações sobre as formas mais apropriadas de se "fazer justiça" diante da ocorrência de alguma manifestação de "violência". De tal modo, assinala-se para a relevância do "mundo moral" (Zaluar, 2000) e das "sensibilidades jurídicas" (Misse, 1999) no interior das relações de poder que se conformam entre a população e os grupos criminosos (sem mencionar as forças de segurança estatais) e da possibilidade de reconhecimento de seu poder na gestão e controle social da própria "violência". O que está em questão, desse modo, são as próprias ponderações da população em relação aos mecanismos de punição dos grupos criminosos, os quais

não só traduzem uma forma privada de “fazer justiça” (o que tensiona o próprio sistema estatal de justiça), mas insere nesse repertório de “justiça” a decisão sobre a vida e a morte dos acusados. Está em pauta, portanto, o assassinato como forma de punição e de sua plausibilidade, diante de *seletividades* específicas, assim como, o reconhecimento pela população dos sujeitos sociais privados que requerem para si o poder de decidir e cumprir essa sentença, no caso os grupos criminosos sob a normatividade do PCC. Conforme Alexandre Werneck (2012), é possível compreender essa “moral” no sentido de *“quadros de referência abstratos de administração do bem”* (Werneck, 2012, p.346) mobilizados pelos sujeitos, em distintas situações, para dar sustentação a suas ações. Quadros de referência constituídos, por sua vez, social e historicamente. Nesse ponto, as contribuições de Zaluar também são ilustrativas para pensar a importância das seletividades operantes nas considerações sobre a morte de alguém no interior desses mecanismos de punição. Segundo a autora, ações dos criminosos em matar são estimadas pelos moradores das comunidades onde esses fatos ocorreram conforme as justificativas de seu ato, o que produz tanto ponderações positivas quanto negativas. Isso revelaria a existência de variações nas próprias concepções sobre o que é ou não considerado um crime: *“O ato de matar uma pessoa não é julgado a priori como um crime, segundo uma concepção universal de justiça. A avaliação moral deste ato depende de quem foi morto e em que circunstâncias isso ocorreu”* (Zaluar, 2000, p.143). Observa-se, assim, um tensionamento a partir dessas ponderações morais na sensibilidade jurídica das pessoas, conformando aquilo que é ou não estimado como violência e quais os tipos de punição requeridos.

Em algumas narrativas é possível identificar a mobilização dessas referências morais, sobretudo em relação ao que seria “justo”, “certo” ou o “melhor” a fazer diante dos casos de estupro. Discussão na qual a alusão à justiça estatal-legal é inserida como contraponto, a fim de mostrar a desconfiança da população em relação aos seus procedimentos e justificar a morte como possibilidade. Assim, como mencionado em algumas narrativas, apesar de não ser “certa”, a morte como punição para os casos de estupro seria a mais “justa” ou a “melhor” coisa a se fazer. Mesmo nas narrativas que demonstram posicionamento contrário a esse tipo de resolução privada, é possível identificar como os casos de abuso mobilizam fortemente essas referências morais, tornando-os os acusados desse tipo de crime mais passíveis de serem representados como um mal a ser extirpado, inclusive diante da possibilidade de reincidência. Nesses casos, o crime é transposto para a identidade do sujeito, o que acaba justificando sua morte¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Conforme Cardia et al. (2012) o estupro figura entre os crimes considerados mais graves pela população e que, por conseguinte, não poderia ficar sem punição. Do total de entrevistados pelo estudo, 54,1%, no ano de 2010, mencionou espontaneamente o estupro como um dos crimes mais graves, o qual foi seguido pelo homicídio (40,8%) e latrocínio (16,6%). Dentre as punições consideradas mais adequadas para o crime de

Que nem eu vou dar um exemplo bem hard mesmo para vocês terem umas paradas hard, eu vou dar um exemplo hard, há uns tempos atrás aconteceu o quê? Uma menina andando na avenida ali foi estuprada, aí a menina sabia quem era o cara os irmãos pegou e mataram o cara, se era a justiça normal da Constituição o cara ia ser preso a mina ia provar que estuprou a mina ia provar ia ficar preso uns tempos daqui a pouco o cara voltava e estuprava outra. Então eu acho que é mais justo. Não é certo, mas...[11CT, grupo de jovens 1, Cidade Tiradentes]

(...) mas assim foram crimes por causa de pessoas que estupraram crianças, então assim que trata que também aqui tem muito isso esse negócio de pedofilia de abuso de criança, quando... as pessoas têm muita consciência do que é que vai acontecer com esse cidadão, esse cidadão pode ser preso ele pode não ser preso, a justiça a gente está muito desconfiada, você percebe a insegurança das pessoas no Poder Judiciário porque o delegado vem ele prende, assim a Polícia Militar vem prende leva até o Distrito Policial, chega lá o delegado ele tem todo um Código Civil né pra enquadrar essa pessoa num Artigo ali e enquanto o delegado ele não acha um enquadramento não acha uma prova só a conversa da comunidade aí faz uma... como se diz? Uma investigação assim rápida e daí ele descobre que o cara não tem enquadramento para botar aquele sujeito ainda por mais que ele se esforce para fazer isso, mas às vezes ele não acha dentro do Código Civil uma penalidade para aquela pessoa e quando ele faz isso ele acaba soltando aquela pessoa na rua e a comunidade já tem uma visão sobre esse tipo de crime que o melhor é matar, o melhor é procurar, como se diz, o outro poder, o paralelo né? E muitas pessoas acabam se aliando mesmo [15CT, moradora e liderança comunitária, Cidade Tiradentes]

Está em questão, dessa maneira, a possibilidade de certo reconhecimento da vingança privada na resolução de conflitos, ainda que com base na percepção da incapacidade estatal em cumprir suas funções. Nesse sentido, no âmbito da sensibilidade jurídica da população a pretensa “eficácia” da justiça privada acaba por “substituir” ou tensionar os procedimentos racional-legais (Misse, 1999. p.65). É no interior dessa discussão que o uso da força física como punição por esses grupos criminosos (pautada nas *seletividades* indicadas) e o possível *reconhecimento* desse uso pela população, incluindo agressões físicas e mesmo a morte, podem também ser situados. Entretanto, como ressalta Misse (1999), não se trata apenas de constatar uma falta de eficácia do Estado no cumprimento de suas prerrogativas, mas a existência “(...) de uma demanda de punição que não pode, estruturalmente, ser atendida plenamente por nenhum Estado democrático moderno” (Misse, 1999, p.79). Atenta assim, para a disjunção entre a demanda de punição da população, por vezes baseada na ideia de vingança (ou seja, na ideia de justiça como reciprocidade negativa), e os procedimentos racional-legais.

estupro, 39,5% dos entrevistados indicou a pena de morte (valor mais alto entre os demais crimes considerados, ou seja, sequestro, terrorismo, homicídio contra a esposa, homicídio perpetrado por jovens, tráfico de drogas e corrupção política). Ademais, são os mais jovens aqueles que com maior frequência apoiam esse tipo de punição (48,4% na faixa de idade de 16 a 19 anos; e 45,7% na faixa de 20 a 29 anos).

Disjunção presente no acionamento dos mecanismos de punição do PCC, como forma de “proteção” ou contenção da violência, mas também em outras formas de apoio a soluções privadas que marcam a trajetória histórica da cidade, como nos casos dos grupos de extermínio formado por policiais ou ex-policiais, das ações de justiceiros ou ainda linchamentos. De tal modo, a justificação do direito de punir do PCC e, por conseguinte, a possibilidade de reconhecimento de seu poder frente à população ganha força na atribuição de divisões morais no que concerne aos diferentes crimes. Se a condenação moral atribuída ao estupro está fortemente arraigada nas representações da população (não sendo, portanto, fenômeno recente), essa é mobilizada pelo PCC, a fim de garantir seu domínio nesses territórios no que diz respeito ao controle das condutas e pretensão à monopolização do uso da força física.

É especialmente em um grupo de discussão com jovens que a questão da morte como punição perpetrada no interior dos mecanismos do PCC e sua plausibilidade ganham contornos mais nítidos, contribuindo para pensar na demarcação aqui referida como *situação de reconhecimento* em relação aos grupos criminosos e suas práticas de “fazer justiça”. Longe de sugerir que essas ponderações são disseminadas no interior desses territórios, o que abordagem metodológica deste trabalho, assim como as ambiguidades assinaladas em torno das relações entre a população e os grupos criminosos, não permite fazer, a narrativa exposta a seguir é emblemática dessa possibilidade de reconhecimento. Isso especialmente ao marcar uma consonância entre a “justiça” realizada por esses grupos e forma de “justiça” concebida como adequada pela população: *“justiça com o ponto de vista deles que na verdade é o nosso ponto de vista”*. Identificação que tem como base seus posicionamentos sociais semelhantes, (...) *numa identificação geral e fluida dos pobres do lugar*” (Zaluar, 2000, p.144). É possível pensar, desse modo, na conformação de *“(...) estruturas de significado compartilhadas entre os jovens da quebrada, do crime ou não”* (Malvasi, 2012), pertencentes a uma mesma geração e a um mesmo contexto social.

[Entrevistado 1] Agora não é puxando... mas quando acontece isso poucas pessoas estão chamando a polícia, muitas pessoas estão agindo assim como o crime organizado, você entendeu? Justiça com as próprias mãos. Entendeu?
[Entrevistado 2] Eu já discordo eu não acho que é justiça com as próprias mãos, justiça com o ponto de vista deles que na verdade é o nosso ponto de vista, entendeu? (...) Eles agem com a justiça certa a justiça exata porque eles pensam da mesma forma que a gente, eles são pobres que nem a gente assim, entendeu? Aí então eles chamam, um exemplo, o menino brigou com aquele fulano (...) aí eles vêm, eles vão conversar, veem quem está certo e quem está errado e se caso for tomar uma medida mais drástica, se caso, um exemplo, ele matou aí se ele estiver errado com certeza o outro vai morrer, entendeu? Aí sim entra a justiça com as próprias mãos, mas assim... [E como você se posiciona quanto a isso? A essa atitude deles?] Eu acho assim eu acho que ninguém pode tirar uma vida entendeu? Esse negócio de morte eu acho que é

muito pesado é até... falar sobre isso é até meio tenso, mas um exemplo se acontecesse se caso o amigo o amigo dele (...)se ele morresse assim eu acharia que era o justo, entendeu, infelizmente era o justo, entendeu, eu acho que não tem esse negócio de segunda chance (...). [12CT, grupo de jovens 2, Cidade Tiradentes]

Essas ponderações tornam-se ainda mais relevantes por serem sustentadas entre os jovens, grupo etário que, como ressaltado pelos próprios entrevistados, tem apresentado cada vez mais proximidade com as fronteiras do “mundo do crime”, seja pela contiguidade com a situação vivenciada nesses distritos, pelo envolvimento de algum familiar nos negócios do crime ou ainda pela participação direta, especialmente por meio do tráfico ou consumo de drogas. “Mundo” esse que tem alcançado, de tal modo, grande capacidade “*de impor parâmetros de organização social*” (Feltran, 2008, p.122). Ademais, como indica Malvasi (2012), a constante circulação de jovens entre a rua e a prisão tem sido um fator que tem contribuído no fortalecimento do “marco discursivo do crime” sob a marca do PCC nas comunidades periféricas. Assim, mesmo aqueles que nunca se inscreveram diretamente nele, não conseguem evadir-se de lhe fazer referências, seja por conta do envolvimento de amigos ou parentes próximos ou do próprio assédio sofrido para participarem de suas atividades ilegais (Feltran, 2008). Fronteiras que, por sua vez, ajudam a tensionar as relações com as próprias forças de segurança estatais, já tão negativamente avaliadas nesses territórios diante de seu histórico de ações extralegais e abusivas (avaliações que, por vezes, adquirem ainda maior negatividade na fala dos mais jovens, alvos preferencias dessas ações). Figuração social que reporta, portanto, à importância em considerar na produção da possibilidade de reconhecimento do PCC o processo de socialização que vem se constituindo nesses territórios, já que é por meio desse processo que as formas de perceber ou reconhecer o mundo são constituídas (Bourdieu, 2013), inclusive no que diz respeito às normatividades que regem as relações sociais, incluindo àquelas referentes ao sistema legal-oficial, bem como atualmente às normatividades do PCC.

Ou seja, torna-se relevante questionar sobre os contornos que adquirem o processo de socialização nesses contextos, sob referência desse “mundo do crime” (suas atividades ilícitas, suas formas de sociabilidade, seus códigos de conduta, suas punições), especialmente no que diz respeito às novas gerações no contraponto à própria forma como o Estado também se apresenta enquanto prática nesses territórios. Questão essencial para pensar a produção de reconhecimento desses agrupamentos criminosos perante a população. Conforme Berger e Luckmann (1985), o mundo social e os agentes sociais constroem-se numa relação dialética, ou seja, a partir da atuação recíproca de um sobre o outro (num complexo processo de exteriorização, objetivação e interiorização). Ademais, apenas com a transmissão do mundo social a uma nova geração (isto é, com a interiorização efetuada na socialização), a dialética social fundamental apareceria em sua totalidade. É, nesse ponto, que o

processo de legitimação tem para os autores um papel central, uma vez que “justifica” e “explica” esse mundo social e suas instituições, sobretudo para as novas gerações (as quais não participaram do processo original de criação das instituições), permitindo o *reconhecimento de sua plausibilidade* (ou seja, a constituição de sua legitimidade para os agentes sociais). Essas considerações são fundamentais ao apresentarem a legitimidade não com um mero “apoio” a uma ordem institucional, a uma autoridade, como algo derivado simplesmente de uma vontade individual, mas sim como parte de um processo de constituição dos próprios agentes sociais e sua socialização nos diferentes ordenamentos sociais. Desse modo, a importância em considerar as bases sociais de conformação dessa legitimidade. Soares (2006) oferece um exemplo significativo ao descrever uma brincadeira, uma teatralização por ele observada de crianças mimetizando um ponto de venda de drogas: *“Cada um tinha seu papel, cumpria suas funções específicas na economia particular do tráfico. A brincadeira dramatizava todos os elementos pertinentes da saga cotidiana do tráfico: a traição, o alcaguete, o X-9 ou o vacilão, seu martírio, os tormentos que são ritualmente infligidos e a execução, seguida do lançamento do ‘corpo’ na vala”* (Soares, 2006, p.122). O autor chama a atenção, desse modo, para a socialização dessas crianças em um contexto específico, no qual a “violência” adquire códigos, disciplinas e linguagens específicas, ordenando *“(...) as posturas individuais, físicas, mentais, e as disposições subjetivas”* (Soares, 2006, p.126). Soares alude, portanto, ao fato de que a “violência” não é o oposto da cultura, e sim certa modulação da cultura, embora seja a barbárie. Por isso, a necessidade de refletir sobre os processos de socialização e reprodução das linguagens que envolvem essa “violência”.

A proximidade com essas linguagens também fica patente pelas falas dos jovens entrevistados. Esses se inserem dentre aqueles que mais pormenores ofereceram sobre a constituição desse “mundo do crime” nos locais onde moram. Os trechos abaixo indicam como a experiência das novas gerações, nos distritos pesquisados, tem como referência muito presente os elementos relacionados à maior organização da economia do tráfico de drogas, gerando um conhecimento detalhado sobre suas regras de funcionamento, papéis desempenhados pelos seus membros e mercadorias ilícitas comercializadas.

(...) eu fiquei besta quando as crianças falaram “não tia tem cada um tem uma função”. Eu falei “misericórdia, ah tá!”. Uma coisa muito organizada, então assim eles sabem porque eles convivem (...) [9JA, profissional, Jardim Ângela]

(...) não sei como que está né a organização deles hoje, eu sei porque assim algumas crianças nos traz, mas saber aonde está o foco, aí eu já não sei, (...) o que as crianças nos traz é que vende-se, o que vende, qual é o nome das drogas que tem, porque eu até confesso que até um dia desses se você deixar eles te dão aula, eles me explicaram várias que eu mal sabia o que era e eles sabem detalhadamente o que é, como que vende e como que... qual são os malefícios que ela faz (...) [9JA, profissional, Jardim Ângela]

A designada “atração” que esse “mundo” tem constituído frente a essas novas gerações também é recorrente nas narrativas. Seus símbolos de poder econômico e *status* social, bem como seu poder político (de dominação) entram como aspectos essenciais nessa atratividade, já que por meio da filiação a esse grupo que esses jovens, frente às suas condições sociais e econômicas, poderiam “virar alguma coisa”, ou seja, adquirirem algum reconhecimento social (ainda que localmente e entre os pares), além dos recursos financeiros que atividade do tráfico oferece. Nessa perspectiva, verifica-se relatos que indicam jovens que “querem ser PCC” ou que dizem que são PCC, mesmo sem nenhuma filiação.

Por isso, o nosso trabalho aqui se torna um pouco mais difícil em relação a isso. Porque a pessoa já vem com aquela massa de manobra, entendeu? Já é todo mundo ali com o mesmo pensamento: “Não, que...! Eu vou virar PCC, mano! Ninguém está aí para mim, os caras viram PCC aí, vira alguma coisa” [2CT, moradores e profissionais, Cidade Tiradentes]

Hoje mesmo, eu ouvi os moleques aqui dizendo “vamo rouba”, mas vai roubar para quê? “Para ser preso”. “Por quê?”. “Porque lá eu vou ter roupa limpa, vou ter os caras para conversar e vou ter comida. E vou viver no crime! Vou viver no crime! Vou conseguir levar esse status, ah, eu sou irmão, eu sou não sei o que, eu tatuei o negócio” [2CT, moradores e profissionais, Cidade Tiradentes]

Tem uma molecada que fala “ah, não sei o que”, eu falo “menino, você fica falando (risos) de PCC”. Fala para professor que não é daqui, né? (...) Tinha uma época que eles pegavam 1 real na escola, “ah, mas vai cobrar um real para pagar pedágio”. (...) para passar nos corredores! Quando eu fiquei sabendo, eu dei um show tão grande, tão grande: ‘Mentira! Eles que põe tudo o nome do PCC! Ninguém sabe quem é PCC!’ (Risos). Muito engraçado! Mas, os professores coitados; coitados! [27CT, moradora e profissional, Cidade Tiradentes]

(...) muitas pessoas estão enlouquecendo por causa dessa coisa de crime “ah eu quero entrar para o crime organizado, não sei o que”. É o que envolve, é o ponto fraco (...). Então o que acontece? “Pô, eu sou criminoso, pô eu faço uns esquemas aí...” (...) eles se deslumbram, eles olham e falam “pô o neguinho ali está de carro do ano, funk tocando”. “Olha o tênis dele, olha a roupa dele”. Roupa de marca e tudo o mais, aí envolve, querendo ou não envolve, envolve o pessoal, os jovens, os jovens que eu digo dez anos, onze anos, porque não tem uma maturidade não sabe o que está falando não sabe a dimensão de tudo isso. Falando sério eu acho que acabam entrando na vida do crime. [12CT, grupo de jovens 2, Cidade Tiradentes]

Diferentes “benefícios”, ofertados pelos membros dessa criminalidade, apresentam-se como aspectos importantes nessa atratividade, com seus códigos específicos de condução da vida, incluindo as possibilidades de aquisição de renda pela inserção nos negócios do crime. É, nessa perspectiva, que muitos profissionais entrevistados indicam a força que o “mundo do crime” tem significado na trajetória desses jovens e, por conseguinte, a dificuldade em oferecer alternativas pertinentes ao

fortalecimento das referências em relação ao “mundo da ordem” ou ao “mundo do trabalho”. Esses “benefícios” apresentam-se, primeiramente, no contraponto às possibilidades que os equipamentos públicos locais, especialmente de educação e formação para o trabalho, adquirem para esses jovens. Muitos desses serviços, embora hoje já presentes nesses distritos, como escolas de ensino técnico, não absorvem a demanda existente, inclusive devido às provas de seleção. Assim, perante o nível de formação básica de parte desses jovens, muitos não conseguem acesso a instituições desse tipo. Soma-se a isso o fato de que muitas das oficinas ou cursos oferecidos pelas entidades governamentais não têm caráter de formação profissional como exigidas pelo mercado de trabalho.

Por exemplo, a ETEC foi feita para jovens, correto? Os jovens não conseguem passar na prova básica de português e matemática, então não entra. Entra o que, não estou chamando de velho, uma pessoa de 25 anos, 30 anos entra na ETEC, não é para essa faixa-etária. (...) Numa região com tanta necessidade, mas as pessoas não conseguem passar. (...) Essas ações são violência, quando nega a possibilidade do acesso é violência. Então a violência não é só também... está nisso, a população está em exclusão total nesse pedaço. E o modelo que o Estado coloca é engessado e não atinge. [19JA, profissional, Jardim Ângela]

No interior desse contexto, observa-se o distanciamento de muitos jovens das instituições tidas como “legítimas”, como a escola (por mais que estes jovens a frequentem, outros referenciais parecem atuar num distanciamento progressivo). Nesse ponto, as deficiências do Estado e suas instituições em prover um conjunto de outros benefícios mais circunstanciais também são mobilizadas nos discursos, os quais indicam novamente o poder que a criminalidade organizada adquire no reverso ou por conta do descrédito e insuficiências do Estado.

(...) eu cheguei a atender PCC enquanto conselheira, a mãe veio pedir ajuda, a polícia primeiro pediu ajuda, e depois a mãe veio trazendo o menino, trazendo esse adolescente (...) ela estava ali porque o filho não ia pra escola, não queria mais saber de estudar, aí ela foi até o Conselho, quando chegou lá ele relatava outra coisa “Eu faço parte do PCC, as armas estão todas enterradas, lá (...) no meu quintal, no quintal da minha mãe, ela nem sonha, nem ela e nem meu pai; então eles acham que o meu crime é não ir pra escola, mas é muito mais do que isso”. (...) E eles ainda falavam: “Sabe por que conselheira (...), o que vocês têm para oferecer? Vocês não têm nada para oferecer. Quando morre um colega da gente, a gente tem o ônibus, tem isso, tem aquilo”, então eles têm uma estrutura que o poder público não oferece, mas eles oferecem. [17JA, moradores e lideranças comunitárias, Jardim Ângela]

Porque as ONGs elas ficam um pouco impotentes em relação ao poder paralelo. E eles têm toda uma infraestrutura que o Estado não oferece. Então assim... tem... a criminalidade ali... o crime organizado que traz cesta básica, dá assessoria jurídica para as famílias. Então a gente trabalha, mas é um trabalho meio contra a maré. (...) ainda mais no nosso caso que é serviço com criança e adolescente, a família recebe cesta básica do traficante. Recebe

respaldo jurídico, arruma advogado se for preciso, então para que o serviço? Para que vão querer o serviço? Muitas vezes funciona assim. [5JA, profissionais, Jardim Ângela]

Então, as pessoas assim, elas querem comer, a gente, esses dias, estava saindo com a Kombi aqui e o menino falou “você dá comida?”. Aí a gente falou “não” e ele falou “não, porque o comando tem um monte de cesta básica para distribuir” (...). Meu! O comando aqui sabe que as pessoas estão com fome e que uma pessoa com fome não vive! O comando sabe isso e o Estado não sabe?! (...) Aí, você vai perguntar para um morador e ele vai falar “não, o PCC é legal porque meu gás acabou... (...) e ele foi lá e comprou”. E eu já vi assim: “aí, acabou o meu gás”, “ah é? Ô fulano! Acabou o gás aqui da dona Maria que mora na rua tal, tal, tal, manda lá para ela um botijão de gás”. Ela tem o gás, daqui a pouco, ela voltou com um bolo e deu para o cara. Ele viabiliza o que o Estado não faz. [19CT, profissionais, Cidade Tiradentes]

Por fim, cabe assinalar que as referências desse “mundo do crime” para os jovens nesses territórios igualmente se constituem no contraponto da atuação policial nesses locais, vista fortemente como instituição que ameaça (ao invés de proteger). No contexto de “crise de segurança” de 2012 (momento de acirrados conflitos violentos entre a polícia e o PCC, como mencionado anteriormente), uma profissional de uma instituição local, no distrito de Jardim Ângela, contou que um menino de 11 anos, que já tinha frequentado a instituição, perguntou sobre um quartinho que existia lá, se era para policial. Diante da resposta afirmativa, o menino disse que era preciso colocar fogo. Ela disse ter ficado muito chateada por ser uma criança falando isso e por ter sido uma criança que tinha passado pela instituição. Essa situação, que poderia ser vista como de importância secundária, parece assinalar para a centralidade dos conflitos sociais que se perfazem nesses territórios e de certa linguagem da “violência” que se produz e reproduz atualmente nesses locais, ainda que com outras lógicas, nas fronteiras que ligam e tensionam a forma de presença do Estado nesses locais e o fortalecimento dos grupos criminosos, com efeitos na socialização das novas gerações e das possibilidades de reconhecimento da normatividade e práticas desse últimos.

Considerações finais

Procurou-se ao longo deste trabalho percorrer as transformações que vão se perfazendo nos moldes da “violência urbana” no município de São Paulo, tendo como enfoque as especificidades produzidas com o surgimento e consolidação do PCC dentro dos presídios paulistas e seu espraiamento para fora dos seus muros. Esse percurso foi traçado privilegiando-se as relações que se travam entre os grupos criminosos (sob a normatividade do PCC) e os moradores dos distritos onde estabelecem forte territorialização, especificamente áreas periféricas do MSP, onde também se observa uma presença diferencial da atuação estatal. O eixo central nesse percurso foi, por sua vez, a problematização da pretensão de legitimidade do PCC enquanto instância de poder na regulação de condutas sociais, não só no interior dos negócios e conflitos do “mundo do crime”, mas também nas interações e conflitos externos a esse âmbito, e as possibilidades de produção de reconhecimento desse poder diante dos moradores e profissionais desses territórios.

Traçar esse percurso exigiu inicialmente uma delimitação do próprio conceito de legitimidade e suas potencialidades para tratar de uma instância de poder que se constitui fora da legalidade. Essa delimitação, realizada na primeira parte deste trabalho, resultou no entendimento da legitimidade por meio de três eixos: como um processo conectado a relações de poder, ativando disputas pela própria conformação de plausibilidade social; por conseguinte, como um processo dinâmico que põe em interação, de um lado, as justificativas de diferentes instâncias de poder em torno de suas práticas e, de outro, as possibilidades de reconhecimento por aqueles que estão sujeitos a esse poder; e como um processo que não se opõe ao uso da força física, mas que inclui as ponderações sobre o seu uso (em seus limites e seletividades) na sua própria conformação.

Empiricamente este percurso procurou ressaltar como o uso da força física se estabelece como fundamento último nas práticas do PCC e na sua pretensão de gerir condutas e, nessa perspectiva, a centralidade que adquirem os “debates” ou “tribunais do crime”, onde a arbitragem sobre a vida e a morte é constantemente mobilizada como forma de punição. Assim, embora a configuração do PCC assinala para uma modulação do crime mais “organizada” ou “articulada”, tanto em torno dos negócios ilegais como de regulação de condutas, sendo acompanhada por uma “nova economia de punição” - marcada pelo estabelecimento desses “debates” ou “tribunais” e pelas restrições no uso da força física, com impacto na própria diminuição de homicídios, como verificada no MSP -, esse uso não desaparece, exercendo ainda papel importante nas suas resoluções e nas relações de poder estabelecidas nesses territórios.

O interesse em traçar esse percurso foi múltiplo. Inicialmente, objetivou-se dar visibilidade a esse mecanismo de resolução de conflitos e identificar seus efeitos mais imediatos na trajetória dos moradores desses territórios. É, nessa perspectiva, que se insere a segunda parte do trabalho, dedicada a lançar luz sob as mortes que os grupos criminosos, sob a normatividade do PCC, continuam a perpetrar nas periferias da cidade e das relações de poder envolvidas na produção dessas mortes. Procurou-se, de tal modo, evidenciar a pretensão do PCC em se constituir como instância de poder na regulação de condutas, no qual o “direito de matar” se localiza. Assim, longe de extirparem a possibilidade de resoluções violentas, esses grupos atualizam essa possibilidade em moldes mais centralizados, dependentes de resoluções coletivas estabelecidas no acionamento dos “debates” ou “tribunais”. Mortes perpetradas e justificadas em decorrência de prejuízos ocasionados por descumprimento de acordos financeiros ou dívidas contraídas ou ainda condutas contrárias à “disciplina” do *Comando*, nas quais se inserem ações que podem lesar os moradores desses territórios periféricos, como roubos ou estupros. Esses grupos vêm se constituindo, nesse sentido, como instância privada de controle da própria “violência”, o que não impede que outras “violências” sejam produzidas com esse objetivo, inclusive pela permanência da perpetração de mortes “supliciantes” que procuram cristalizar no corpo de suas vítimas a assimetria de poder (Foucault, 2014). Nesse sentido, cabe assinalar que o acionamento dos “debates” ou “tribunais do crime”, como mecanismo moldado e operado por sujeitos sociais vinculados a atividades ilegais e, de tal modo, localizado fora da normatividade estatal-legal, privatiza o uso da força física e limita a própria possibilidade de monopolização legítima do uso da força física pelo Estado.

O caso de Rafael é exemplar desse processo, demonstrando, de um lado, a própria regulação dos homicídios pelo PCC, ou seja, a necessidade de “pedir permissão” para matar, o que não ocorreu no evento que motivou em princípio a sua morte e, de outro, o assassinato como possibilidade quando esses interditos ou códigos de conduta não são cumpridos. Soma-se a esses aspectos a pretensão do PCC em se conformar como instância legítima de poder perante a população, fato que se sobressai na justificativa de estupro apresentada para sua morte e para a forma como foi perpetrada. Assim, se o assassinato de Rafael aponta para os efeitos mais imediatos desse poder, o acionamento dessa resolução como possibilidade sempre presente no repertório punitivo do PCC e, portanto, como prática que se reproduz nesses territórios periféricos, permite realocar essa problemática em seus efeitos mais amplos, dentre os quais aqueles referentes à própria disputa por plausibilidade social, inclusive ao que se refere ao uso da força física como punição e forma de controle social e os sujeitos sociais que teriam o “direito” de aplicá-la.

É no interior dessa disputa que o interesse deste trabalho se desdobrou, apontando para dinâmicas sociais mais abrangentes, que colocam no centro da análise a relação entre as práticas do PCC e a

atuação estatal nesses territórios. Assim, é no contraponto à própria pretensão de legitimidade estatal no uso da força física, enquanto normatividade e prática, que a própria possibilidade de reconhecimento do PCC diante da população também pôde ser situada. Ou melhor, no contraponto aos próprios limites do Estado em estabelecer um monopólio legítimo da força física, seja pela incapacidade de conter o espraiamento de grupos privados que advogam para si a pretensão desse uso, no qual as práticas do PCC podem ser incluídas, ou pelo próprio caráter da atuação estatal.

Nesse último aspecto, o interesse foi dedicado a demonstrar as práticas abusivas e extralegis no uso da força perpetradas pelos agentes estatais de segurança em ações de serviço ou fora delas, especialmente por meio da reconstrução da trajetória e assassinato de Gabriel, o qual apesar de ter sido perpetrado em um momento de forte tensionamento entre as forças de segurança e o PCC, revela procedimentos que se reproduzem, com intensidades e amplitudes diversificadas, no cotidiano da atuação estatal nas periferias do MSP (Feltran, 2008), inserindo como elemento nodal do debate a forma diferencial de atuação estatal nesses territórios, que acompanha a conformação socioeconômica desigual da constituição urbana da cidade, que vem se refletindo nas possibilidades diferenciais de acesso a direitos, especialmente o respeito ao direito à vida (Cardia et al., 2003).

Assim, a localização social de Gabriel, ou seja, morador de um bairro periférico, atrelada à sua condição juvenil e sua liminaridade em relação ao “mundo do crime” (devido ao consumo de maconha) o conformava socialmente como “desviante” e como vítima preferencial das ações abusivas e extralegis da polícia, o que marcou não só sua trajetória, mas a perpetração de sua morte. Posicionamento social que interfere, além disso, nas próprias possibilidades de acesso à justiça legal, como visto nos eventos que acompanharam a busca de sua família pela incriminação dos responsáveis por sua morte e, portanto, do reconhecimento público de seu assassinato enquanto crime cabível de reparação. Nesse ponto, é possível inserir o conjunto de mortes que ocorrem nessas periferias ou contra grupos socialmente estigmatizados, para os quais a morte acaba configurando-se como evento “esperado” (Feltran, 2004) ou justificável, sobretudo quando as vítimas são “duvidosas” ou estimadas como “bandidos”, produzindo pouca comoção social e alto grau de impunidade (como verificado nas próprias mortes perpetradas nos eventos de 2006).

A própria lei entra assim em uma zona de disputa pela definição de quem pode ser incriminado, a depender dos recursos desiguais de poder, demonstrando a forma não igualitária de sua efetivação. Assim, conformam-se barreiras sociais e legais entre aqueles que podem ter na lei uma garantia de proteção (ou, de outra forma, não estarem sujeitos a ela) ou pelo contrário apenas ter acesso a sua face incriminatória (e discriminatória). Destarte, retomando as considerações de Foucault (2005), a lei longe de ser pacificação, revela disputas e estratégias de poder constantes. É nessa disputa que o

próprio uso da força física se insere e as possibilidades de suas justificativas e plausibilidade, o que adquire feição mais drástica em sociedades extremamente desiguais, como a brasileira. Assim, a própria forma diferencial em que a lei é operada propicia zonas de indefinição em relação ao que pode ser estimado como *legal*, *ilegal*, *legítimo* ou *ilegítimo*, especialmente quando está em foco o “direito” sobre a vida e morte dos sujeitos. Foi no interior dessa zona de indefinição, portanto, que não só as ações do Estado, mas as práticas do PCC adquiriram escopo neste trabalho, em suas conexões tensas e ambíguas, revelando os impactos da conformação desses poderes sobre a regulação social nos territórios periféricos da cidade.

A terceira parte do trabalho procurou melhor contextualizar essa discussão ao abordá-la no interior de territórios marcados pelos efeitos da criminalidade violenta na cidade, sobretudo pelas altas taxas de homicídios nas décadas de 1980 e 1990, mais especificamente os distritos de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. Foi ao percorrer as transformações que se sucedem nesses territórios em suas condições socioeconômicas e de “violência” que as transformações nos próprios moldes da criminalidade puderam ser delineadas, ressaltando-se a maior “organização” do crime e seus efeitos na configuração social desses territórios. A aproximação com esses contextos, sob o recorte das relações travadas entre os moradores e profissionais e os grupos criminosos, sob a normatividade do PCC, apontou para uma sorte de ambiguidades que perpassam essas relações. Relações de poder desiguais, nas quais a possibilidade de reconhecimento das práticas do PCC, especialmente em torno da resolução de conflitos e de suas formas de “fazer justiça” pode ou não se constituir. O conjunto de narrativas permitiu identificar, de tal modo, tanto situações de coerção e medo liminarmente conectadas às relações de “respeito” mútuo, cujo significado prático implica em um jogo de distanciamentos como forma de não interferir nos negócios do crime e evitar, por conseguinte, represálias ou mesmo angariar “proteção”. “Proteção”, por sua vez, que se constitui, de um lado, no interior de relações de interdependência muito próximas e pessoalizadas, implicando na necessidade de silenciamento dos moradores e profissionais diante das atividades ilícitas desses grupos criminosos e, de outro, no reverso ao sentimento de insegurança e desconfiança no que concerne às forças de segurança estatais nesses locais.

Foi em torno dessas ambiguidades que se sugeriu a possibilidade analítica de delimitação de um *reconhecimento* ou *legitimidade situacional* frente a esses grupos, o qual se perfaz no próprio contraponto aos limites do Estado em promover a segurança da população nesses territórios e, conseqüentemente, na própria ausência de *reconhecimento situacional* em relação às forças de segurança estatais, e da maior “eficácia” percebida em relação aos mecanismos de “proteção” e controle da “violência” pelos grupos criminosos. Possibilidade de reconhecimento, portanto, limitada, que tensiona, mas não desconstrói as expectativas em relação à atuação do Estado como instância que

deveria prover essa proteção, ou seja, não desconstrói a *legitimidade geral* do Estado (Mendoza, 2015).

Por fim, procurou-se indicar uma zona de aproximação entre os moradores e os grupos criminosos em que as práticas de resolução de conflitos e formas de “fazer justiça” destes últimos ganham maior plausibilidade. Nesse prisma se localizam as considerações sobre os efeitos positivos da atuação desses grupos na diminuição da “violência” local nos moldes vivenciados no passado, onde as taxas de homicídios eram extremamente altas, bem como a maior seletividade em relação aos assassinatos que ocorrem atualmente. Neste último aspecto, inserem-se as mortes destinadas a “proteger” ou vingar a própria comunidade, como nos casos de estupro, para os quais a própria população local chega a acionar esses grupos criminosos e seus mecanismos de punição.

Em suma, o percurso deste trabalho permite demonstrar como a consolidação do PCC em suas pretensões de gerir condutas, arbitrar conflitos e aplicar sanções, bem como em suas possibilidades de reconhecimento (nas localidades onde se territorializam), conjuntamente aos limites na efetivação igualitária da lei pelo Estado, produz, ao mesmo tempo em que revela, os enormes entraves na possibilidade de instauração de um Estado de Direito democrático no país. Observa-se, de tal modo, a reprodução de formas privatizadas de “violência” que, embora em novos moldes (ou em moldes reatualizados) assinalam que, em muitos territórios, a disputa pelo controle social ainda se perfaz cotidianamente no limiar entre a vida e a morte.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (1996), *A Gestão Urbana do Crime e da Insegurança - Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Tese (Livre-Docência) Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. (2002), Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. v. 4. São Paulo: Sumaré/Anpocs/Capes, p.267-307.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. (2007), Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, 21(61), p.7-29.
- ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes; NERY, Marcelo Batista. (2016), A cidade e a dinâmica da violência. In: FRÚGOLI JR., Heitor; KOWARICK, Lúcio (Orgs.). *Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34; Fapesp.
- ALMEIDA, Ronaldo de; D' ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. (2008), Etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos*, 82, p.109-130.
- ALVES, Humberto Prates da Fonseca; ALVES, Claudia Durand; PEREIRA, Madalena Niero; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. (2010), Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 27(1), p. 141-159.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANÇA JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Haroldo César. (2003), O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERSNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. *Promoção da saúde – conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-139.
- BARREIRA, César. (2008), *Cotidiano despedaçado*. Cenas de uma violência difusa. Campinas, SP, Brasil: Pontes.
- BECKER, Howard. S. (2008), *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. (1985), *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BIONDI, Karina. (2010), *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- _____. (2014), *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Carlos, São Carlos.
- BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. (2012), A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), p.55-69.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1995), *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BOTTOMS, Anthony; TANKEBE, Justice. (2012) Beyond Procedural Justice: A Dialogic Approach to Legitimacy in Criminal Justice. *Journal of Criminal Law & Criminology* 102(1), p.119-170.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1998a), *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp.
- _____. (1998b). A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 183-191.
- _____. (2013), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

- BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. (2012), A opaca estética da indiferença: letalidade policial e políticas públicas de segurança. In: Núcleo de Estudos da Violência - USP. (Org.). *5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010*. 1ed. São Paulo: Urbana, p.104-111.
- BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de. (2013), Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (Coord.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 7*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 118-127.
- BUTLER, Judith. (2011), Vida precária. *Contemporânea* (Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades), 1, p.13-33.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. (2000), *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora EDUSP.
- CAMPOS COELHO, E. (2005), Da Falange Vermelha a Escadinha: o poder nas prisões. In: *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, p.337-50.
- CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto. (2008), Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006. *Conectas Direitos Humanos: relatório final*, junho. Disponível em: http://www.observatoriodeseguranca.org/files/AtaquesPCC_IgCano.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2014.
- CARDIA, Nancy G. (2003), Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Revista Lusotopie*, v. XI, p. 299-330.
- CARDIA, Nancy G.; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. (2003), Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17(47), p. 43-73.
- CARDIA, Nancy G. et al. (2012), *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.
- CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S. (1994), Extermínio: Violentação e Banalização da Vida. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 199-212.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (2008). El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, 27, p.19-52.
- DELOR, François e HUBERT, Michel (2000). Revisiting the concept of 'vulnerability'. *Social Science & Medicine*, 50, p.1557-1570.
- DIAS, Camila Caldeira. (2008), Práticas Punitivas na prisão: institucionalização do ilegal e legalização do arbitrário. *Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu.
- _____. (2009), Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2(4), p.83-105, 2009.
- _____. (2010), Por dentro (e de dentro) do Comando: o PCC segundo o 'nativo' - Resenha de Junto e Misturado: uma etnografia do PCC, de Karina Biondi. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3, p. 159-172.
- _____. (2012) A situação do sistema prisional em São Paulo. In: Núcleo de Estudos da Violência - USP. (Org.). *5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010*. 1ed. São Paulo: Urbana, p.158-165.
- _____. (2013), *PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva.

_____. (2015), A produção da disciplina pelo encarceramento. *O Público e o Privado* (UECE), 26, p. 35-51.

DIAS, Camila Caldeira; JESUS, Maria Gorete Marques de; NATAL, Ariadne; POSSAS, Mariana Thorstensen; RUOTTI, Caren. (2015), A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 9(2), p.160-179).

DIBA, Denise. (2012), *De ponto de drogas à ponto de cultura*. Juventude, teatro e promoção da saúde: o grupo Pombas Urbanas em Cidade Tiradentes. Dissertação (mestrado). Faculdade de Medicina, Programa de Medicina Preventiva. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ELIAS, Norbert. (1994a), *O processo civilizador*: Volume 1 – Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. (1994b), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2008), *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.

_____. (1997), *Os alemães*: A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1993), *O processo civilizador*: Volume 2 – Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FELTRAN, Gabriel de Santis. (2004), Isolamento, solidão e superfluidade: sobre abismos cotidianos. *CADERNOS IFCH*, 1(31), p. 173-196.

_____. (2007), Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Temáticas* (UNICAMP), v. ano 15, p. 11-50.

_____. (2008), *Fronteiras de tensão*: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado), UNICAMP, Campinas.

_____. (2010), Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*, Salvador, 23(58), p.59-73, jan. /abr.

_____. (2012), Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2): 232-255.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. (2006), *Violência na solidariedade*: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. (2001), Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, p.197-223.

FOUCAULT, Michel. (1986), *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

_____. (2005), *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2006). *História da sexualidade 2*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2014). *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

FRÚGOLI JR, H.; SPAGGIARI, E. (2010), Da “cracolândia” aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, 4(6). Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noiaspercursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

FUNDAÇÃO SEADE. (2002), *Índice de Vulnerabilidade Juvenil*. São Paulo: SEADE.

_____. (2007), *Evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil 2000-2005*. São Paulo: SEADE.

GALDEANO, Ana Paula. (2014), Salmo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 34(1), p.38-60.

GODÓI, Rafael. (2015), Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência: Revista de Antropologia*, 46, p.131-142.

HIRAO, Silvia Eri. (2008), *Ser jovem na Cidade Tiradentes: um estudo exploratório*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

HIRATA, Daniel Veloso. (2010), *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Universidade São Paulo, São Paulo.

HONNETH, Axel. (2003), *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.

HUGGINS, Martha Knisely. (2010), Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH*, Salvador, 23(60), p.541-558.

JACKSON, Jonathan; HUQ, Aziz Z.; BRADFORD, Ben; TYLER, Tom R. (2013). Monopolizing Force? Police Legitimacy and Public Attitudes toward the Acceptability of Violence. *Psychology, Public Policy and Law*. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/50262/1/Jackson_Monopolizing_force_2013.pdf. Acesso em: 26 mar. 2016.

JESUS, Maria Gorete Marques de; OI, Amanda Hildebrand; ROCHA, Thiago Thadeu da; LAGATTA, Pedro. (2011), *Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo*. Relatório Final. [Recurso eletrônico]. Núcleo de Estudo da Violência, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>. Acesso: 30 de março de 2016.

JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. (2011), São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Relatório. Disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2016.

KARSTEDT, Susanne. (2013), Trusting authorities: legitimacy, trust, and collaboration in non-democratic regimes. In: TANKEBE, Justice; LIEBLING, Alison (org.). *Legitimacy and criminal justice*. An international exploration. New York: Oxford University Press, p. 127- 156.

KRIEKEN, Robert van. (1996), A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o eu. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 3, p.153-180.

LAVOS, Ana Paula Alves de. (2009), *Sociabilidades em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes*. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

LEMONS-NELSON, Ana Tereza. (2006), Grupos de extermínio e accountability em âmbito municipal. *Caderno CRH*, Salvador, 19(47), p.233-245.

LEVI, Margaret; SACKS, Audrey; TYLER, Tom R. (2009), Conceptualizing Legitimacy, Measuring Legitimizing Beliefs. *American Behavioral Scientist*, 53(3), p.354-375.

MACHADO, Carly. (2013), “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 33(2), p.13-36.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. (2004), Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea. *Sociedade e Estado*, 19(1), p.53-84.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e LEITE, Márcia Pereira. (2008), Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.47-76.

MALVASI, Paulo Artur. (2012), Interfaces da vida loka. Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MANSO, Bruno Paes. (2012), Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960-2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas. Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo.

MARQUES, Adalton. (2009), Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo.

MARQUES, Adalton. (2010), “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, 14 (2), p. 311-335.

MARQUES, Vagner Aparecido. (2013), A dupla vida do pesquisador: etnografia da conversão ao pentecostalismo de membros do PCC na zona leste de São Paulo. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 7(14). Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewArticle/2938>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom (2005), Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola.

MELLO-JORGE, Maria Helena Prado de. (1998), Adolescentes e jovens como vítimas da violência fatal em São Paulo. In: PINHEIRO, P.S. et al. (Orgs.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 97-120.

MENDOZA, Arturo Alvarado. (2015), Nociones de justicia, legalidad y legitimidad de las normas entre jóvenes de cinco países de América Latina. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), p.75-97.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. (2011). Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. *XXXV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro.

MICELI, Sérgio. (2013), A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. I-LXI.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1990), A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 6(3), p.278-92.

MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

_____. (2007), Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, 21(61), p.139-157.

_____. (2008), Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, 8(3), p. 371-385.

_____. (2010), Crime, Sujeito e Sujeição Criminal. Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. *Lua Nova* (Impresso), 79, p. 15-38.

_____. (2015), Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (Orgs.). *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes. Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre. (2012), O interesse no conflito. In: MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). *Conflitos de (grande) interesse*. Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, p.7-25.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. (2015), Letalidade policial e indiferença legal: A apuração judiciária dos ‘autos de resistência’ no Rio de Janeiro (2001-2011). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial nº1*, p:43-71.

NEME, Cristina. (2011), *Relatório 15 anos da Ouvidoria da Polícia*. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpouvidoria-policia/Cartilha%2015%20anos.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

NIVETTE, Amy. (2014). Legitimacy and crime: theorizing the role of the state in cross-national criminological theory. *Theoretical Criminology*, 18(1), p.93-111.

O'DONNELL, Guillermo. (2000), Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial. In; MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guilherme; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça*. O não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, p. 337-373.

PAIS, José Machado. (2005), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.

PAIXÃO, Antônio Luiz. (1987), *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez.

PERALVA, Angelina. (2000), *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. (2007), Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: CRUZ, M.V.G.; BATITUCCI, E.C. (Orgs.). *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.125-39.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; VICENTIN, Diego; NERY, Marcelo Batista; LIMA, Renato Sérgio de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CERDA, Magdalena; CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio. (2011), Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Washington, DC, 1(29), p.17-26.

PERES, Maria Fernanda Tourinho Peres; RUOTTI, Caren. (2015), Violência urbana e saúde. *Revista USP (Dossiê Saúde Urbana)*, 107, p.65-78.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. (1998), Direitos humanos no Brasil: perspectivas no final do século. *Textos do Brasil*, São Paulo, 2(6), p. 43-52.

POCHMANN, Marcio. (2010), Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, 104, p. 637-649.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1991) *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. (2011), Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, 16(5), p. 2613-2622,

RUI, Taniele. (2014), Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde e Sociedade*, 23(1), p.91-104.

RUOTTI, Caren; ALMEIDA, Juliana Feliciano de; REGINA, Fernanda Lopes; MASSA, Viviane Coutinho; PERES, Maria Fernanda Tourinho. (2014), A vulnerabilidade dos jovens à morte violenta: um estudo de caso no contexto dos “Crimes de Maio”. *Saúde e Sociedade*, 23(3), p.733-748.

SALLA, Fernando. (2012), Sistema prisional no Brasil: balanço de uma década. In: Núcleo de Estudos da Violência - USP. (Org.). *5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010*. 1ed. São Paulo: Urbania, p.150-157.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. (2013), Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, 5, p.83-102.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (2003), História e Memória: o caso do Ferrugem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 23(46), p. 271-295.

SCHILLAGI, Carolina. *La disputa de las víctimas: (in)seguridad, reclamos al Estado y actuación pública de organizaciones y familiares de víctimas de delitos en la Argentina democrática*. 2009. Trabalho apresentado ao Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/SchillagiCarolina.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2012.

SINHORETTO, Jacqueline. (2009), Linchamentos: insegurança e revolta popular. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 4, p. 72-92.

_____. (2014), Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(1), p.167-196.

SINHORETTO, Jacqueline; SCHLITTLER, Maria Carolina; SILVESTRE, Giane. (2016), Juventude e violência policial no Município de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10(1), p.10-35.

SOARES, Luiz Eduardo. (2006), Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, p. 130-159.

SOU DA PAZ. (s/d), Perfil das pessoas mortas na cidade de São Paulo por policiais em serviço (2002-2011). Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/perfil_das_pessoas_mortas_pelas_pol_cias_na_cidade_de_sp_2002_a_2011.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. (2006), The panorama of urban violence in Brazil and its capitals. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2), p.363-73.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; ROMERO, Gabriel de Sousa; VALERA, Mariana Franzolin. (no prelo), Dispositivo da letalidade no Estado de São Paulo. Uma revisão do debate e considerações para o futuro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*.

SPINK, Mary Jane Paris. (2014), Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), p.3743-3754.

TEIXEIRA, Alessandra. (2009), Dispositivos de exceção e novas racionalidades do sistema punitivo: o surgimento do PCC e o modelo RDD. *Perspectivas*, São Paulo, 36, p. 175-208.

_____. (2012), *Construir a delinquência, articular a criminalidade*. Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TELLES, Vera S. (2006a) Introdução. TELLES, Vera S; CABANES, Robert (org). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, p.11-28.

_____. (2006b), Mutações do trabalho e experiências urbanas. *Tempo social*, 18(1), jun., p. 173-195.

_____. (2010), *Cidade: tramas, dobras e percursos*. São Paulo, 2010. Tese (Livre-docência em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2013), Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea*, 3(2), p. 359-373

TELLES, Vera S; HIRATA, Daniel Veloso. (2010), Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, 22(2), p.39-59.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo Cesar. (2001), Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. *Estudos Urbanos e Regionais*, 4, p.49-70).

TYLER, Tom. R. (2006), Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation. *Annual Review of Psychology*, 57, p.375-400.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. (2011), A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, p.79-116.

WASELFISZ, Julio Jacob. (2011), *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça.

WEBER, Max. (2003), *A Política como vocação*. Brasília: Universidade de Brasília.

_____. (2004a), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, v.1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

_____. (2004b), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, v.2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

WERNECK, Alexandre. (2012), A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a teoria do conflito. In: MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). *Conflitos de (grande) interesse*. Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, p.337-354.

WIEVIORKA, Michel. (1997), O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, 9(1), p.5-41.

ZALUAR, Alba. (1994), *O Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. (2000), *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2004), *A Integração perversa: pobreza e tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. (2009), Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, 15(2), p.557-584.